

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ISABELLA VILLARINHO PEREYRA

A DITADURA NOS TRILHOS: COTIDIANO E MEMÓRIA DOS TRABALHADORES  
DA REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S.A. (1964-1974)

NITERÓI

2020

ISABELLA VILLARINHO PEREYRA

A DITADURA NOS TRILHOS: COTIDIANO E MEMÓRIA DOS TRABALHADORES  
DA REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S.A. (1964-1974)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial à obtenção do título de mestra em História.

Orientadora: Profa. Dra. Janaina Martins Cordeiro

NITERÓI

2020

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG  
Gerada com informações fornecidas pelo autor

P434d Pereyra, Isabella Villarinho  
A ditadura nos trilhos : cotidiano e memória dos  
trabalhadores da Rede Ferroviária Federal S.A. (1964-1974) /  
Isabella Villarinho Pereyra ; Janaina Martins Cordeiro,  
orientadora. Niterói, 2020.  
171 f. : il.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense,  
Niterói, 2020.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PPGH.2020.m.15420571757>

1. Ditadura Militar. 2. Trabalhadores. 3. Ferroviários. 4.  
Memória. 5. Produção intelectual. I. Cordeiro, Janaina  
Martins, orientadora. II. Universidade Federal Fluminense.  
Instituto de História. III. Título.

CDD -

ISABELLA VILLARINHO PEREYRA

A DITADURA NOS TRILHOS: COTIDIANO E MEMÓRIA DOS TRABALHADORES  
DA REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S.A. (1964-1974)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em  
História do Instituto de História da Universidade Federal  
Fluminense, como requisito parcial à obtenção do título de  
mestra em História.

Orientadora: Profa. Dra. Janaina Martins Cordeiro

Aprovada em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

Profa. Dra. Janaina Martins Cordeiro (Orientadora)  
Universidade Federal Fluminense

---

Profa. Dra. Lívia Gonçalves Magalhães  
Universidade Federal Fluminense

---

Profa. Dra. Larissa Rosa Corrêa  
Pontifícia Universidade Católica – Rio de Janeiro

*À minha mãe Eliane, pois sem ela nada seria possível.*

## **Agradecimentos**

O esforço de iniciar e concluir uma pós-graduação é solitário na maioria das vezes. Foram muitos os momentos de incerteza. Foram muitas horas, madrugadas, finais de semana e períodos de férias dentro de um quarto lendo e escrevendo. Experiência que o pós-graduando, geralmente, passa sozinho. Mesmo assim, jamais poderia afirmar que estive sozinha ao longo desse processo. Se hoje escrevo essas linhas, foi devido ao apoio e ajuda de pessoas muito especiais.

O maior agradecimento de todos vai para minha mãe Eliane. Ela fez tudo que estava ao seu alcance para eu poder me dedicar inteiramente a esta pesquisa. Sei que não foi nem um pouco fácil para ela também, e tenho certeza de que se não fosse pelo apoio e força dados, eu não conseguiria escrever nem o título dessa dissertação. Só posso agradecer por todo suporte, por me manter minimamente saudável e alimentada (principalmente nesses dois últimos anos), por compreender minha ausência mesmo habitando a mesma casa, por me ouvir pacientemente falar da pesquisa e as descobertas feitas, por ler “forçada” algumas páginas mesmo detestando História, e por sempre ter acreditado que tudo daria certo, me ajudado nos momentos de exaustão e cansaço. Obrigada por sempre ter me incentivado a estudar e a lutar pelos meus sonhos. Obrigada pelo amor e apoio incondicionais. Você é o meu maior exemplo, presente e amor. Essa dissertação é, principalmente, para você.

Agradeço imensamente a minha orientadora, Janaina Martins Cordeiro. Não só pela dedicação, indicações bibliográficas ou escuta atenta. Mas por toda a paciência, incentivo e oportunidades que me ofereceu desde a graduação. Janaina é uma professora maravilhosa e inspiradora, mas, acima de tudo, uma pessoa incrivelmente generosa e acolhedora com todos os seus alunos. Sempre me passou a segurança necessária, auxiliando em todas as etapas, garantindo também momentos únicos: inúmeras risadas, figurinhas e discussões sobre séries, deixando as reuniões de orientação sempre mais leves. Iniciei o mestrado completamente perdida, sem saber por onde começar, mas ela segurou firme a minha mão até o final, ouvindo pacientemente minhas dúvidas, pronta com o conselho certo a oferecer. Ela sempre acreditou e incentivou. Sou eternamente grata e honrada não só pelas oportunidades, mas por ter me permitido ganhar uma orientadora, uma amiga e uma segunda mãe durante esse tempo, que levarei para sempre. Sem a sua orientação, o resultado não seria o mesmo. Obrigada por tudo!

À minha família, em especial meus avós e meu pai. Agradeço ao meu avô Bira e tio Ivan por inspirarem no tema dessa pesquisa e pela contribuição generosa, mesmo que não concordem com o rumo dessa História. Minha avó Nelly por sempre me ouvir contar sobre esse “trabalho”,

mesmo sem compreender por que ainda não tinha acabado ou o fato de estar estudando tanto e dormindo menos. Meu pai, por possibilitar novos voos durante a pesquisa, por me acalmar nos momentos de dúvida e sempre apoiar e acreditar em meu potencial.

Agradeço às novas amigas que o PPGH me deu. Nathália e Rafaela, as mulheres mais inteligentes e dedicadas que conheço, historiadoras incríveis. Obrigada por dividirem comigo as aflições e incertezas, por todo o apoio nos momentos de crise, pela companhia nos eventos acadêmicos, pelas risadas e amizade oferecidas. A academia não precisa ser um lugar de egos e disputas, e vocês comprovam isso com toda a generosidade e simplicidade que carregam. À Keila Carvalho, com sua generosidade e empatia, por ter me aconselhado em momentos difíceis (sem ao menos me conhecer direito), pela leitura atenta, biscoitos e risadas, e por ter me mandado ir ao Museu. Sua amizade foi uma linda surpresa que Rosário ofereceu. Além disso, esta cidade me apresentou à Lays, minha gêmea perdida nesse multiverso, que foi tão incrível e tanto me apoiou nessa etapa final. Com toda a certeza, vocês tornaram a jornada mais fácil.

Não poderia deixar de agradecer aos vários amigos que tanto torceram e mandavam mensagens de apoio. Especialmente aos amigos que são também uma segunda família: Natália, Bruna, Anny, Caio, Thaísa, Rúbia, Bianca, Clarissa e Priscila. Me ouviram pacientemente falar, reclamar e chorar pelo mesmo assunto. Obrigada por compreenderem minha ausência e fazerem de tudo para que eu não me deixasse levar pelos momentos de desânimo, sempre a postos para oferecerem apoio e risadas. A torcida de vocês foi fundamental.

Agradeço aos professores que também me auxiliaram nesse processo. Deivison Amaral, Vinícius Liebel, Daniel Aarão Reis e Norberto Ferreras pela leitura atenta, indicações bibliográficas, conselhos e pelas disciplinas que auxiliaram na construção da dissertação. À professora Larissa Rosa Corrêa por aceitar compor a banca de qualificação e defesa, como também pelas importantes contribuições que alteraram para melhor o rumo da pesquisa. À Lívia Magalhães que acompanha o desenvolvimento dessa pesquisa desde a monografia. Os meus sinceros agradecimentos por aceitar compor as bancas de qualificação e defesa, contribuindo muito para a pesquisa, e por todo apoio, generosidade, almoços, e ter me apresentado a sua linda Buenos Aires.

Agradeço também aos funcionários dos arquivos que praticamente foram minha segunda casa. Thairine, Joyce e João, que foram incrivelmente generosos, dando dicas preciosas e realizando as várias pesquisas que pedi no APERJ. Marcelo, Gabriel e Ana, do setor de memorial e a divisão de arquivo do 1º Tribunal Regional do Trabalho, separando os livros e caixas gigantes com todo o carinho e dedicação, torcendo para que eu encontrasse as fontes que

tanto desejava. Aos funcionários da secretaria do PPGH, sempre solícitos e incansáveis, auxiliando da melhor forma os alunos perdidos, realizando um trabalho de excelência.

Aos meus entrevistados, ferroviários apaixonados pela Central do Brasil, que muito generosamente me receberam em suas casas, contando sobre suas histórias de vida e sobre um período que não é fácil de se lembrar. Sem a ajuda de vocês, essa dissertação não teria sido a mesma. Não sei se concordarão com o que aqui foi escrito, mas tenho a esperança de que essas linhas possam contribuir para uma nova forma de se pensar a história do nosso país. Meus sinceros agradecimentos.

Aos meus incríveis alunos (em especial os de Nova Iguaçu) que acompanharam a dupla jornada de uma cansada professora de História entre a sala de aula e a pós-graduação. Meus amores, obrigada por sempre terem me incentivado, apoiado e acreditado que daria certo. As palavras de carinho e a torcida à cada etapa concluída me deram ânimo para fazer sempre melhor. Essa dissertação também é por vocês e para vocês.

À CAPES pela bolsa que tornou possível a realização dessa pesquisa. Foram muitos deslocamentos à arquivos, compra de livros, e apresentações em eventos acadêmicos que só foram possíveis a partir de financiamento. E ao PPGH por realizar um trabalho de excelência com professores e funcionários que são o coração do Instituto de História, por me possibilitar aprender e crescer tanto como pesquisadora, por ter me proporcionado os melhores anos e oportunidades de estudo desde a graduação, e ter sido a minha segunda casa.

Obrigada a todos por terem me ajudado a chegar até aqui.

## **Resumo**

Esta dissertação de mestrado discute a complexidade das relações construídas entre sociedade e a ditadura civil-militar a partir do estudo de caso dos trabalhadores da Rede Ferroviária Federal S.A. na cidade do Rio de Janeiro, durante a primeira década do regime (1964-1974). Pretende-se analisar como o cotidiano de trabalho dos ferroviários cariocas foi alterado pela presença de esferas de vigilância e repressão da ditadura e quais os mecanismos utilizados para se adaptarem à realidade de exceção. Ao refletirmos sobre a memória social construída por esses atores, marcada por esquecimentos e silêncios, analisaremos como a ambivalência dos comportamentos sociais, além de atitudes como indiferença, passividade e naturalização da violência, contribuíram para a construção do consenso em torno do regime.

Palavras chave: ditadura civil-militar; trabalhadores; memória; cotidiano.

## **Abstract**

This research discusses the complexity of the relationships built between society and the civil-military dictatorship based on the case study of Rede Ferroviária Federal S.A. worker's in the city of Rio de Janeiro, during the first decade of the regime (1964-1974). It is intended to analyze how the daily work of Rio's railway workers was altered by the presence of spheres of surveillance and repression of the dictatorship, and which mechanisms were used by these social actors to adapt to the exceptional reality. When reflecting on social memory built by these actors, marked by oblivion and silence, it will be possible to analyze how the ambivalence of social behaviors, in addition to attitudes such as indifference, passivity and naturalization of violence, contributed to building consensus around the regime.

Key words: civil-military dictatorship; workers; memory; everyday life.

## **Abreviaturas e siglas**

ABI – Associação Brasileira de Imprensa

AI – Ato Institucional

ALN – Ação Libertadora Nacional

AT – Acidente de Trabalho

BNM – Brasil Nunca Mais

CAMDE – Campanha da Mulher pela Democracia

CGT – Central Geral dos Trabalhadores

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

CNV – Comissão Nacional da Verdade

DEOPS – Departamento Estadual de Ordem Política e Social

DOI – CODI - Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

DNEF – Departamento Nacional de Estradas de Ferro

DNER – Departamento Nacional de Estradas e Rodagem

DPS – Delegacia Política e Social

DSI – Divisão de Segurança e Informações

DSN – Doutrina de Segurança Nacional

EFCB – Estrada de Ferro Central do Brasil

EFL – Estrada de Ferro Leopoldina

FNF – Federação Nacional dos Ferroviários

IPÊS – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais

IPM – Inquérito Policial Militar

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

PAEG – Plano de Ação Econômica do Governo

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PUA – Pacto de Unidade e Ação

RFFSA – Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima

SICI – Seção de Informações e Contrainformações

SNI – Serviço Nacional de Informações

UFB – União dos Ferroviários do Brasil

## Sumário

Introdução.....	13
Capítulo 1 - A crise política e a mobilização ferroviária durante o governo João Goulart .....	30
1.1) Sindicalismo, associativismo e anticomunismo: a organização dos ferroviários entre disputas políticas (1950-1960) .....	31
1.2) Os ferroviários cariocas e o golpe civil-militar de 1964.....	45
Capítulo 2 - A Rede Ferroviária Federal e a ditadura: repressão, vigilância, adesão e processos de adaptação.....	64
2.1) O Sistema de Segurança e Informações da Rede Ferroviária Federal: o caso da Estrada de Ferro Leopoldina .....	77
2.2) O Setor de Segurança Nacional da Estrada de Ferro Central do Brasil .....	85
2.3) O cotidiano de trabalho entre a vigilância e repressão .....	100
Capítulo 3 – Os ferroviários em tempos de milagre.....	109
3.1) A modernização autoritária e o cotidiano de trabalho .....	110
3.2) Os anos de chumbo entre esquecimento e silêncio .....	130
Considerações finais - Nos trilhos da democracia .....	148
Fontes .....	163
Referências Bibliográficas .....	164

## Introdução

A primeira metade da década de 1960 no Brasil foi um período de expressiva mobilização social. O governo João Goulart enfrentou desde o início grande resistência de setores específicos da sociedade. Relacionado ao contexto internacional de Guerra Fria, a coalizão formada em oposição ao seu mandato reunia membros da Igreja, militares, burguesia e políticos com o objetivo de barrar a transformação do país no que muitos deles consideravam uma “República Sindicalista” ou uma “nova Cuba”<sup>1</sup>.

Por ser tratado como herdeiro direto do getulismo e ter uma grande base de apoio entre grupos trabalhistas, a chegada do então vice-presidente ao poder significava para segmentos conservadores da sociedade um passo perigoso em direção ao comunismo. A articulação das direitas para impedir a sua posse, a oposição à campanha da legalidade, bem como a imposição do parlamentarismo como manobra para retirar poderes diretos do presidente não conseguiram enfraquecer as mobilizações sociais por reformas profundas na economia, educação e política.

Trabalhadores urbanos, camponeses, estudantes e oficiais de baixa patente das forças armadas ganharam as ruas em busca de melhores condições de vida e transformação na política. Através da auto-organização em sindicatos, associações e centrais intersindicais, os trabalhadores reafirmaram seu papel nas mobilizações contra o golpismo das direitas e o patronato. No entanto, essas mobilizações não ocorreram prematuramente. Entre a década de 1950 e o golpe de 1964, houve uma fase de ascensão significativa do movimento sindical, com o crescimento das greves, a visibilidade dos sindicatos na opinião pública, e a participação na formulação de pautas políticas para o país através da realização de congressos e encontros nacionais<sup>2</sup>.

A crise política iniciada com a renúncia do ex-presidente Jânio Quadros e a tentativa de impedir a posse de Jango foram amplamente combatidas pelo movimento sindical. De acordo com Lucília Delgado, as principais manifestações de rua no ano de 1961 tiveram caráter político, em defesa da legalidade do governo. Em agosto, trabalhadores e estudantes do Rio de Janeiro deflagraram greve geral; em Niterói, então capital do estado, 10 mil trabalhadores fizeram passeata pela defesa da Constituição e a posse do presidente; os ferroviários da Estrada de Ferro Leopoldina entraram em greve pelas liberdades democráticas e sindicais. Em

---

<sup>1</sup> Sobre a agitação e polarização social, de esquerda e de direita, durante o governo Goulart, Cf.: René Armand Dreifuss (1981), Marieta de Moraes Ferreira (2006), Marco Aurélio Santana (2008), Fernando Teixeira da Silva e Antônio Luigi Negro (2003).

<sup>2</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. Trabalhadores e sindicatos no Brasil. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009, p. 91.

setembro, marítimos, têxteis, bancários, petroleiros, metalúrgicos e outros setores também decretaram greve para garantir a posse de Goulart<sup>3</sup>.

A unificação de várias categorias profissionais demonstrou que a mobilização dos trabalhadores não se dava apenas por melhores condições de trabalho, mas atuavam efetivamente na política, lutando pela conquista de seus direitos e permanência da democracia. Neste sentido, a criação do Comando Geral de Greve foi significativa, com o objetivo de unir diversas categorias para coordenar o movimento paredista a favor da legalidade, que, em 1962 culminou na criação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). A partir dessa organização ampla de diferentes categorias, foram constituídos grupos intersindicais como o CGT e o Pacto de União e Ação (PUA)<sup>4</sup>, importantes na mobilização dos trabalhadores no pré-1964.

Lucília Delgado Neves ainda demonstra que as principais reivindicações do movimento sindical naquele contexto fizeram parte da luta do CGT. Reuniam não somente pontos de caráter corporativo (melhoria de salário e condições de trabalho), como também condições de vida (diminuição do custo de vida e melhoria na alimentação, educação e saúde), além de propostas políticas e econômicas para o país. Ao longo do governo Goulart, o então Comando Geral de Greve participou ativamente na luta pelo retorno do presidencialismo e, após a sua transformação em CGT, apoiou a construção das Reformas de Base, principalmente nos pontos ligados a lei de greve, lei antitruste e a reformulação da legislação sindical.<sup>5</sup>

O retorno ao sistema presidencialista em janeiro de 1963 e o lançamento do programa das Reformas de Base representaram a esperança de resposta às reivindicações populares. O programa reunia ações como o projeto de reforma agrária mediante indenizações, alteração no preço dos aluguéis, extensão do voto aos analfabetos e militares de baixa patente, nacionalização de setores estratégicos e a limitação das remessas de lucro ao exterior.<sup>6</sup>

Neste sentido, as propostas de João Goulart e a mobilização popular em torno das reformas representavam grave ameaça aos interesses da elite econômica, transformando os trabalhadores urbanos, rurais e estudantes em inimigos a serem combatidos. Uma das classes que se mobilizou em apoio ao governo foi a dos ferroviários. Através de organizações nacionais como a Federação Nacional dos Trabalhadores Ferroviários, integrando a liderança de

---

<sup>3</sup> DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil (1961-1964). Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1986, p. 51-52.

<sup>4</sup> O Pacto de Unidade e Ação foi uma organização intersindical criada em 1961, reunindo trabalhadores ferroviários, marítimos e estivadores, atuando fortemente com o CGT pela aprovação das Reformas de Base. Um de seus dirigentes era Raphael Martinelli, representante dos ferroviários e presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores Ferroviários.

<sup>5</sup> DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Op. Cit., p. 51-52.

<sup>6</sup> REIS, Daniel Arão. Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 32-33.

intersindicais como o CGT e PUA, ou mobilizando-se em associações mútuas e sindicatos, os trabalhadores ferroviários participaram ativamente das reivindicações políticas dos anos 1960, além de sofrerem dura repressão ao longo da ditadura civil-militar.

O objetivo desta pesquisa é refletir sobre o impacto da ditadura civil-militar no cotidiano dos ferroviários. Quais estratégias foram utilizadas para sobreviverem e se adaptarem àqueles anos de exceção? Como compreender e analisar a vida cotidiana desses trabalhadores durante um contexto de autoritarismo e violência política? Qual a relação construída entre ferroviários e ditadura? Como esses trabalhadores se relacionam com o passado ditatorial? No entanto, para melhor compreender a importância da classe ferroviária naquele contexto e a razão de serem perseguidos durante o regime militar, é preciso considerar uma questão de grande importância: a experiência de luta e a identidade de classe construída pelos trabalhadores.

A classe ferroviária é marcada pelo seu histórico de reivindicações por melhores condições de vida, trabalho e direitos ao longo da Primeira República (1889-1930). Longe de ser uma pauta restrita a essa categoria, o contexto da primeira metade do século XX era de mobilização operária frente a carestia, repressão policial e ausência de leis trabalhistas. Neste sentido, a organização de greves entre 1918-1920 no sul de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro pelo aumento salarial e instituição da jornada de oito horas de trabalho demonstravam o grau de mobilização da classe ferroviária, criando redes de apoio entre as cidades e diferentes companhias ferroviárias<sup>7</sup>.

No Rio de Janeiro, a paralização das estradas de ferro gerava um impacto econômico negativo na cidade. A alteração no serviço poderia refletir no transporte de cargas, de passageiros, no abastecimento de alimentos de uma região e no escoamento do café, ou seja, a ferrovia era responsável por transportar a base da economia da época. Além disso, a Leopoldina Railway e a Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB) acabaram auxiliando na constituição do espaço na cidade do Rio de Janeiro, uma vez que a construção de casas e estabelecimentos comerciais acompanhavam os trilhos das estradas de ferro, contribuindo, desta forma, para o processo de industrialização e crescimento de núcleos populacionais tanto no subúrbio como no interior<sup>8</sup>.

O processo de formação da classe ferroviária também se confunde com a história do movimento operário por direitos trabalhistas. Devido à organização e experiência de luta, os

---

<sup>7</sup> BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. O movimento operário na Primeira República. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2000, p. 53-59.

<sup>8</sup> FRACCARO, Gláucia Cristina Candian. Morigerados e revoltados: trabalho e organização de ferroviários da Central do Brasil e da Leopoldina (1889-1920). 2008. 134 fls. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, p. 15-17.

ferroviários foram uma das primeiras categorias a assegurarem direitos trabalhistas no pré-1930 com a aprovação da lei Eloy Chaves em 1923, que criava as caixas de aposentadoria e pensões (CAPs), uma das primeiras organizações previdenciárias do país<sup>9</sup>. Ao longo da primeira metade do século XX, as associações ferroviárias também lutaram pela aprovação de leis que garantissem o direito de receber pagamento pelo trabalho realizado aos domingos e feriados<sup>10</sup>, além da equiparação salarial e de direitos entre os funcionários estatutários e privados, aprovada em 1910, mas não implementada<sup>11</sup>.

Assim como apresenta Rosângela Petuba, percebemos que a atuação dessa classe ao longo dos anos 1910-1920 contribuiu também para a construção de uma memória coletiva que identifica a classe ferroviária como “elite operária”. A historiadora demonstra que devido à liderança na organização de movimentos grevistas, a capacidade de articulação política, a tradição de lutas que desempenharam no pré-1930, além dos benefícios adquiridos - como salário acima da média e a estabilidade no emprego -, os ferroviários teriam uma posição de destaque frente às outras classes. No entanto, ainda de acordo com Petuba, o “protagonismo” ferroviário, quando comparado às outras categorias, deve ser analisado de forma crítica, para que não deixemos de lado em nossa interpretação a diversidade existente dentro do meio ferroviário, como, por exemplo, a diferença de cargos, salários, formação e organização política inerentes a esta classe<sup>12</sup>.

Essas diferenças de organização e mobilização ficam evidentes na pesquisa realizada por Gláucia Fraccaro sobre os trabalhadores ferroviários da Leopoldina Railway e Central do Brasil entre 1889 e 1920. Em sua pesquisa, a historiadora demonstra como grande parte das associações ferroviárias criadas na primeira metade do século XX e ligadas a EFCB tiveram sua atuação ligada às perspectivas do sindicalismo reformista: as greves eram consideradas o último recurso de luta. Enquanto grande parte dos trabalhadores da Central eram funcionários estatais, os da Leopoldina respondiam ao regimento de uma empresa privada. Neste sentido, tanto os funcionários jornaleiros da Central, quanto os da Leopoldina, não possuíam os mesmos benefícios e salários. Somado a isso, os dirigentes da Central realizavam junto ao governo o discurso de morigeração, ou seja, propagavam um ideal de nobilitação do trabalho,

---

<sup>9</sup> BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. Op. Cit., p. 59.

<sup>10</sup> Decreto 12844 de 17 de janeiro de 1918. Cf: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-12844-17-janeiro-1918-513547-norma-pe.html>>

<sup>11</sup> FRACCARO, Gláucia Cristina Candian. Op. Cit, p.

<sup>12</sup> PETUBA, Rosângela M. S. Elite operária ou trabalhadores em luta? Experiências ferroviárias na cidade de Ponta Grossa – PR (1950-1970). Revista Mundos do Trabalho. São Paulo, vol. 4, n. 7, janeiro-junho de 2012, p. 85-99.

considerando os empregados da EFCB dignos, disciplinados e dedicados às suas funções a partir da publicação de elogios em circulares oficiais.

Para a autora, o discurso da morigeração gerava um sentimento de superioridade entre os ferroviários da Central do Brasil, uma vez que possuíam benefícios diferenciados frente às outras categorias (como salários equiparados aos trabalhadores qualificados da cidade, a duradora relação de trabalho que poderia chegar a 40 anos, o direito a aposentadoria desde 1882), um fator que orientava a cultura de classe dos empregados da ferrovia.

Os ferroviários estatutários se apropriavam do discurso da morigeração, atuando a partir de associações como a Comissão Geral dos Operários da União para lutarem pelos seus direitos e enfrentar seus superiores. Através de petições, memoriais e diálogo com deputados, barganhavam junto ao poder público por melhores condições de trabalho e equiparação entre jornalheiros e funcionários públicos, orientados pela ideia de que por serem trabalhadores honestos e patriotas, mereciam atenção das autoridades. Com isso, as greves eram vistas como um último recurso, pois acarretavam entrar em conflito direto com a administração da ferrovia e a polícia, contrariando o discurso da morigeração.

Já os trabalhadores da Leopoldina enfrentavam péssimas condições de trabalho, salários baixos, além dos protestos realizados pela população que sofria com os constantes atrasos e péssimo estado de conservação dos trens. Como não gozavam do mesmo prestígio que os trabalhadores da Central com o governo, as greves e os conflitos constantes com a polícia eram a principal arma encontrada pelas associações contra a carestia e por melhores salários.

A greve realizada pelos ferroviários da Leopoldina em 1920 demonstrou a força de mobilização de associações como a União dos Empregados da Leopoldina (RJ) e a Liga Operária do Além Paraíba (MG). Iniciada em 15 de março, a greve contou com a paralisação de oito mil funcionários da estrada, obtendo a solidariedade da Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro e a Federação dos Condutores de Veículos, gerando um grande impacto na economia, com crise de abastecimento em cidades do interior do Rio de Janeiro e Minas Gerais. No entanto, os trabalhadores da Leopoldina não contaram com o apoio e solidariedade dos empregados da Central do Brasil, que continuaram sua rotina de trabalho normalmente.

Não cabe aqui traçarmos um extenso panorama histórico referente à atuação dos ferroviários da Central e Leopoldina desde a criação das estradas de ferro no século XIX, mas evidenciar que a experiência de luta dos ferroviários não se inicia nos anos 1960. Pelo contrário, vem de um longo processo de transformações e disputas desde Primeira República, de grande importância para compreendermos não só as diferenças presentes nas identidades e culturas de

classe construídas pela categoria, como também as diversas formas de mobilização e posicionamento político da categoria ao longo da década de 1960.

Neste sentido, pensar como essas diferenças inerentes a classe contribuíram para definir estratégias de mobilização e, até mesmo, de adaptação frente a um contexto de autoritarismo e violência pode nos ajudar a compreender melhor as relações construídas entre parte dos trabalhadores e a ditadura civil-militar. A relação entre sociedades e regimes autoritários é marcada por ambivalências, que não devem ser resumidas a posicionamentos como colaboracionismo ou resistência. Tendo em vista as diversas formas de ocupação, faixas salariais, identidade de classe e organização dos ferroviários, não devemos analisar o comportamento desses indivíduos a partir de ferramentas simplistas, que enxergam os trabalhadores como massa de manobra de um governo populista ou neutralizados pela repressão totalizadora do regime militar.

Para esta pesquisa, interessa as ambivalências, os silêncios e os esquecimentos de uma categoria que, como veremos, desempenhou papel de destaque nas mobilizações e protestos políticos da década de 1960, vista por muitos como uma “elite operária”, e que podem revelar *um outro lado* da relação entre os mundos do trabalho e a ditadura.

O caso de JFB<sup>13</sup>, empregado da RFFSA que ocupava o cargo de técnico de laboratório, pode nos ajudar a identificar melhor a ambivalência dos comportamentos sociais sob ditaduras. O servidor da Estrada de Ferro Central do Brasil, escreveu em novembro de 1971 ao general-presidente Emílio Garrastazu Médici, pedindo a concessão de indulto público que comprovasse a sua inocência. De acordo com relatório do Serviço Nacional de Informações, o ferroviário tinha sido indiciado em Inquérito Policial Militar de 1965, instaurado na cidade do Juiz de Fora, Minas Gerais, para apurar responsabilidades na organização de cúpulas municipais do Partido Comunista Brasileiro. Posteriormente, o servidor da EFCB foi excluído do rol dos denunciados.

Na carta, o ferroviário enfatizava as dificuldades que passava devido à ligação do seu nome ao IPM, fato que o impossibilitava desempenhar um serviço melhor em cargo de confiança designado por seus chefes. O ferroviário afirmou estar “confiante no vosso espírito de JUSTIÇA, aproveito a oportunidade para apresentar os sinceros agradecimentos e confiança no vosso governo a frente do nosso AMADO BRASIL”<sup>14</sup>.

---

<sup>13</sup> O nomes citados nos documentos do Serviço Nacional de Informações e da Polícia Política foram modificados por siglas para preservar a identidade dos indivíduos.

<sup>14</sup>Arquivo Nacional. Serviço Nacional de Informações. Agência Central. BR.DFANBSB.V8.MIC.GNC.AAA.71040739, p. 3/8.

O ferroviário também anexou ao documento um recorte de jornal com pequeno artigo de maio de 1962. O artigo, enviado pelo “capitão Heber”, foi respondido pelo ferroviário que dizia concordar com alguns pontos. Transcrito da publicação “Lar Católico”, o artigo “Dá-se um Prêmio...” contém 17 perguntas que, se respondidas corretamente, valeriam um prêmio. As questões destacadas pelo ferroviário foram as seguintes:

- 1) Por que existem mais pró-comunistas nos países livres que nos países ocupados pelos soviets?
- 4) Se a Religião que não mata ninguém e é o “ópio do povo”, que chamar ao comunismo que tem chacinado milhões de vítimas?
- 6) Por que exigem eleições livres no mundo ocidental aqueles mesmos que as não admitem para os seus povos escravizados?
- 11) Se Deus não existe para os comunistas, por que os combatem?
- 12) Se depois da morte o homem é só podridão, por que construíram o grandioso mausoléu da Praça Vermelha?
- 17) Que estão fazendo os exércitos russos nos países satélites?<sup>15</sup>

Os votos de confiança e agradecimento ao presidente Médici, bem como o envio do recorte de jornal, demonstram a escolha do ferroviário em utilizar um discurso propagado pela ditadura desde 1964: o patriotismo, a valorização da moral cristã, o apreço pela democracia e o alerta sobre os perigos do comunismo. Discurso que não estava restrito somente ao governo autoritário, mas que circulava, e era compartilhado, em muitos segmentos da sociedade desde antes do golpe civil-militar de 1964. A fala do ferroviário deve ser analisada levando em consideração o contexto em que está inserida, ou seja, o período do governo Médici.

Conhecido como “os anos de chumbo” da ditadura, o governo do general Garrastazu Médici utilizou nova legislação contra as dissidências: o Ato Institucional nº 5, promulgado em dezembro de 1968. O AI-5 possibilitou ainda mais concentração de poder ao Executivo, que, a partir de então, poderia decretar estado de sítio, suspender os direitos políticos de qualquer cidadão pelo prazo de dez anos, cassar mandatos eletivos federais, estaduais ou municipais, além de suspender o *habeas corpus*. O novo ato tinha por objetivo dizimar os grupos de oposição, concentrados no movimento estudantil, no movimento operário e nos grupos de esquerda radical que optaram pela guerrilha urbana e rural.

A ditadura iniciou, desta forma, uma nova fase da repressão, aprimorando a comunidade de informações e repressão para combater seus opositores, gerando o aumento do número de mortos e desaparecidos políticos durante os anos 1969-1974. Neste sentido, o recorte cronológico escolhido para essa pesquisa (1964-1974) é de extrema importância para

---

<sup>15</sup> Arquivo Nacional. Serviço Nacional de Informações. Agência Central. “‘Dá-se um prêmio...’”. Transcrito do LAR CATÓLICO de 6 de maio de 1962”. BR.DFANBSB.V8.MIC.GNC.AAA.71040739, p. 6/8.

compreendermos o impacto da violência estatal na vida cotidiana da população, em um período marcado pelo aumento sistemático da violência estatal, que, vale lembrar, não se inicia ou estava restrita ao governo Médici. Os trabalhadores, bem como a classe ferroviária, estavam inseridos nessa esfera policialesca, sofrendo desde o golpe de 1964 com a intervenção estatal em sindicatos e organizações de classe, a prisão de lideranças sindicais, a instituição de inquéritos policiais militares (IPM's) e o aumento da vigilância em seus postos de trabalho, esforços da ditadura para neutralizar e reprimir potenciais atos subversivos nas empresas estatais e de economia mista.

Pensar como se deu a arquitetura da repressão aos ferroviários dentro da Rede Ferroviária Federal, bem como as estratégias de adaptação e sobrevivência adotadas pelos mesmos entre 1964 e 1974 se faz necessário para compreendermos o impacto da repressão na vida cotidiana dos trabalhadores. No entanto, não se pode deixar de lado na análise do governo Garrastazu Médici os “anos de ouro” do milagre econômico, marcados pela euforia social com o desenvolvimento econômico, a vitória da seleção brasileira de futebol na Copa do Mundo de 1970, em que torcer pelo país no campeonato confundia-se, muitas vezes, com torcer pela própria ditadura.

A carta de JFB ao presidente Médici se torna uma interessante fonte para refletir sobre as relações entre sociedade e ditadura, evidenciando como esses os anos de chumbo não devem ser vistos pelos pesquisadores apenas através da perspectiva coercitiva. O ferroviário apresentou em sua carta um apelo direto ao presidente Médici, transmitindo a sua confiança não apenas ao senso de justiça do general, como também às ações do governante frente a política brasileira. Correspondências ao presidente-general se tornaram recorrentes no período, atestando a popularidade de Emílio Garrastazu Médici entre diversos segmentos: para a revista *Veja*, o “presidente mais popular que o Brasil já teve desde Juscelino Kubitschek”<sup>16</sup>, exercia certo fascínio em parte da sociedade, considerado “o presidente de olhinhos infantis e apaixonado por futebol”<sup>17</sup>.

JFB mobilizou em seu discurso o patriotismo, a fé na justiça e autoridade do governante, e, principalmente, uma comprovação de seu bom caráter e civismo: o envio do recorte de jornal “dá-se um prêmio” demonstra como os valores cristãos e anticomunistas faziam parte da vida do ferroviário antes mesmo do “governo revolucionário” ser instaurado. Esses valores foram

---

<sup>16</sup> “Carta ao leitor”. *Veja*, São Paulo, p. 27, 16 out. 1985. Apud: CORDEIRO, Janaina. *A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p. 42.

<sup>17</sup> CORDEIRO, Janaina. *A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p. 33.

amplamente divulgados pelo regime através da Doutrina de Segurança Nacional, que alertava a população sobre o dever patriótico de *todos* na luta contra o inimigo interno: a subversão comunista.

Embora o ferroviário tenha sido prejudicado pela ditadura através do IPM que o incriminara “indevidamente”, é interesse constatar que ele não teceu críticas à existência da ação repressora, muito menos a instauração de um inquérito contra subversão. Pelo contrário, elogiava a autoridade e senso de justiça do governante, lamentando, apenas, que o IPM tenha causado a impossibilidade de o empregado desempenhar suas funções com excelência na RFFSA. Os anos de chumbo também representavam o atendimento de demandas e reivindicações sociais pelo combate à subversão, e pela retomada da tranquilidade e segurança na vida cotidiana.

Também foram “anos de ouro” devido ao sucesso do milagre econômico, suscitando euforia social e a sensação de segurança em meio à um contexto propagandeado pelo governo como de crescimento econômico, sucesso industrial e combate ao terrorismo e corrupção. A fala do trabalhador ferroviário demonstra como os anos do governo Médici não foram vistos, necessariamente, como um período tenebroso e opressor por parcelas as mais diversas da sociedade. De acordo com Janaina Martins Cordeiro, o período de 1969 a 1974 não foram anos de chumbo ou anos de ouro, foram, muitas vezes, os dois ao mesmo tempo. Daí a necessidade de apreendermos a diversidade e complexidade das relações sociais entre ditadura e sociedade<sup>18</sup>.

Neste sentido, pensar como se deu a reprodução da vida cotidiana e do trabalho pelos ferroviários em um período de exceção política e violência estatal pode nos ajudar a compreender a arquitetura complexa das relações entre sociedade e ditadura. A *Altsgeschichte* alemã contribui para essa reflexão. A História do Cotidiano se fortaleceu como campo de estudos da Alemanha da década de 1970, e analisa o cotidiano de grupos sociais como objeto de pesquisa, se distanciando do estruturalismo e dando lugar à subjetividade dos atores sociais e suas experiências pessoais<sup>19</sup>. De acordo com Alf Lüdtke, a história do cotidiano não se concentra apenas nas ações (e más ações) dos indivíduos considerados importantes, como os mestres da Igreja e Estado. Pelo contrário, a análise histórica do cotidiano tem por centralidade a vida e sobrevivência daqueles que permaneceram amplamente anônimos na

---

<sup>18</sup> CORDEIRO, Janaina Martins. Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vo. 22, nº 43, janeiro-junho de 2009, p. 91.

<sup>19</sup> CORDEIRO, Janaina Martins. MAGALHÃES, Livia Gonçalves. Por uma história do cotidiano dos regimes autoritários no século XX. Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 243, maio-ago. 2017.

história, as multidões sem nome, bem como seus trabalhos, provações e tribulações diárias<sup>20</sup>. Por mais que seu objeto de estudo seja impreciso, a *Altag* traz contribuições importantes para os pesquisadores: a partir do particular, daquilo que muitos consideram banal ou sem importância, trazer a luz dos acontecimentos novos eventos que auxiliam na compreensão da história social e política.

A micro história, utilizada em conjunto à história do cotidiano, também se torna importante ferramenta metodológica, uma vez que pode nos auxiliar a refletir melhor sobre as relações entre mundos do trabalho e ditadura a partir da análise do “particular”, ou seja, da cotidianidade dos operários da Rede Ferroviária Federal. Assim como afirma Giovanni Levi “os fenômenos previamente considerados bastante descritos e compreendidos assumem significados completamente novos, quando se altera a escala de observação”<sup>21</sup>. Desta forma, a micro história permite ao historiador compreender as ambiguidades e pluralidades de possíveis interpretações em torno de recursos simbólicos e materiais, que podem ser perdidos ao serem analisados a partir de uma escala mais ampla.

O diálogo com uma historiografia preocupada em analisar as relações entre sociedade e regimes autoritários no século XX contribuiu para o seu crescimento na Europa, refletindo sobre o cotidiano e as bases sociais dos fascismos - principalmente os estudos a respeito do nazismo - e, posteriormente, na América Latina sobre as ditaduras civis-militares<sup>22</sup>. Ao trazerem para o centro de análise as experiências contraditórias e ambivalentes, a pluralidade das atitudes coletivas e as formas a partir das quais se teceram as relações sociais em seus ambientes cotidianos, as pesquisas contribuíram para que os historiadores pudessem voltar a sua atenção aos indivíduos que se auto identificam como “comuns”, mas que, na verdade, foram atores sociais ativos, e que ajudaram a construir aquela História.

Denise Rollemberg e Samantha Quadrat, em contato com essa renovação historiográfica, demonstraram como sociedades que passaram por ditaduras ou regimes autoritários frequentemente constroem uma memória segundo a qual o autoritarismo estatal só foi possível

---

<sup>20</sup> LÜDTKE, Alf. What is the history of everyday life and who are it's practioners? In: LÜDTKE, Alf. TEMPLER, William. The history of everyday life: reconstructing historical experiences and ways of life. Princeton: Princeton University Press, 1995, p. 6-7.

<sup>21</sup> LEVI, Giovanni. “Sobre a micro-história”. In: BURKE, Peter. (org.) A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p 143.

<sup>22</sup> A respeito da renovação dos estudos sobre sociedades e regimes autoritários, bem como o cotidiano sob ditaduras, cf: Sheila Fitzpatrick (1999) sobre o stalinismo, Andrew Stuart Bergerson (2004) sobre o nazismo, Antonio Cazorla Sánchez (2010) sobre o franquismo, Sebastian Carassai (2013) e Pilar Calveiro (2013) sobre a ditadura civil-militar argentina, Maria Hermínia de Almeida e Luiz Wez (1998) sobre o cotidiano da oposição de classe média à ditadura militar brasileira.

devido a práticas coercitivas e de manipulação<sup>23</sup>. A explicação para a sustentação desses regimes era consagrada na ação repressora e controle coercitivo de um Estado totalitário, ou através da manipulação das massas com propaganda política demagógica e a censura nos meios de comunicação.

A sociedade aparece dividida em papéis antagônicos: colaboracionismo *versus* resistência. Esta perspectiva não compreende as ditaduras como produtos sociais, além de não levarem em consideração a complexidade das diversas formas de relação da sociedade com os regimes autoritários e ditatoriais, deixando de lado as ambivalências. Essa abordagem, de acordo com as autoras, está ligada às necessidades do presente, que acabam encobrindo o passado, o presente, os valores e as referências das sociedades que sobreviveram às rupturas, pontes de continuidade, a sinalizar possibilidades de futuro<sup>24</sup>. Assim como afirmou Daniel Aarão Reis:

Talvez seja necessário refletir um pouco mais sobre as raízes e os fundamentos históricos da ditadura militar, as complexas relações que se estabeleceram entre ela e a sociedade, e, em um contraponto, sobre o papel desempenhado pelas esquerdas no período<sup>25</sup>.

As pesquisas de Aarão Reis e Denise Rollemberg foram produzidas em contexto de predominância de uma memória de centro-esquerda que valorizava o mito da sociedade resistente. Conforme apontou o autor, durante o processo de abertura política iniciado no governo Geisel, a aprovação da Lei de Anistia em 1979 e o reflorescimento das esquerdas moderadas e democráticas, a sociedade iniciou um processo de reconstrução frente aos tempos da Nova República, integrado ao processo de resistência democrática. Nessa memória conciliadora sobre o passado recente, “a sociedade brasileira viveu a ditadura como um pesadelo que é preciso exorcizar, ou seja, a sociedade não tem, e nunca teve, nada a ver com a ditadura”<sup>26</sup>.

No entanto, o contexto atual não é mais o de predominância da memória da resistência democrática. Conforme aponta Caroline Silveira Bauer, a memória da ditadura se constitui em objeto de constante disputa, uma vez que a memória sofre mudanças dependendo do presente que está articulada, interagindo com os interesses políticos e preocupações do momento de sua

---

<sup>23</sup>ROLLEMBERG, Denise. QUADRAT, Samantha Viz. A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento. v.1: Europa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 9.

<sup>24</sup> Idem.

<sup>25</sup> REIS, Daniel Aarão. Ditadura militar, esquerdas e sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000, p. 10.

<sup>26</sup> Ibidem, p. 8-9.

enunciação<sup>27</sup>. Para Bauer, as Forças Armadas desempenham o papel de “comunidade de memórias”, na medida que o relato da instituição sobre o passado ditatorial ganhou estabilidade, e pouco mudou, desde a década de 1960. As Forças Armadas não negam a existência da ditadura, mas justificam a sua existência, devido a *necessidade* de se combater a violência dos grupos de esquerda armada, gerando esquecimentos e silêncios sobre a tortura e o papel do Estado.

O atual ciclo de memória sobre o passado ditatorial, marcado pela crise política crescente desde o último governo de Dilma Rousseff e a ascensão de governantes conservadores de direita - que celebram a ditadura e seus torturadores -, reforça ainda mais a complexidade da relação estabelecida entre sociedade e ditadura, bem como os silêncios e esquecimentos relacionados à maneira que a sociedade se relaciona com esse passado. Por isso, faz-se necessário analisar como se dava a reprodução da vida cotidiana e do trabalho em meio a um contexto de violência e autoritarismo, como os ferroviários agiram e reagiram àquele período, quais estratégias adotadas para se adaptarem aos anos de exceção, levando em consideração não só a repressão estatal, mas a indiferença e o silêncio que tendem a absolver a sociedade e as responsabilidades compartilhadas em um contexto que também foi marcado pelo consenso e pelo consentimento social.

De acordo com Giacomo Sani, o termo consenso:

denota a existência de um acordo entre os membros de uma determinada unidade social em relação a princípios, valores, normas, bem como quanto aos objetivos almejados pela comunidade e aos meios para os alcançar. O consenso se expressa, portanto, na existência de crenças que são mais ou menos partilhadas pelos membros de uma sociedade<sup>28</sup>.

A utilização do conceito nesta pesquisa não significa, de forma alguma, sinônimo de apoio irrestrito e passivo da sociedade em relação ao regime, nem tão pouco desconsidero em minha análise os movimentos de oposição ou o impacto da repressão. Compreendo a existência do consenso de parte da sociedade em relação à ditadura a partir de atitudes ambivalentes, que não devem ser compreendidas como simples colaboracionismo. Parto da análise de Daniel Aarão Reis, que compreende o consenso como:

a formação de um acordo de aceitação do regime existente pela sociedade, explícito ou implícito, compreendendo o apoio ativo, a simpatia acolhedora, a

---

<sup>27</sup> BAUER, Caroline Silveira. La ditadura cívico-militar brasileña em los discursos de Jair Bolsonaro: usos del pasado y negacionismo. *Relaciones Internacionales*, n. 57, 2019, p. 38.

<sup>28</sup> SANI, Giacomo. Consenso. In: BOBBIO, Norberto. MATTEUCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. v. 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 290.

neutralização benévola, a indiferença ou, no limite, a sensação de absoluta impotência. São matizes bem diferenciados e, segundo as circunstâncias, podem evoluir em direções distintas, mas concorrem todos, em dado momento, para a sustentação de um regime político, ou para o enfraquecimento de uma eventual luta contra esse regime<sup>29</sup>.

Desta forma, analisar as relações entre sociedade e ditadura levando em consideração as ambivalências e a complexidade dos comportamentos sociais, ou seja, não reduzindo-os à oposição entre colaboração e resistência, pode revelar um outro aspecto da relação entre mundos do trabalho e o regime militar. O caso do ferroviário JFB, como de outros funcionários da EFCB que veremos a seguir, chama atenção para a necessidade de identificarmos como a violência e a esfera de vigilância alteraram o cotidiano de trabalho ao longo da ditadura, e quais as estratégias utilizadas para se adaptarem e sobreviveram tanto aos anos de chumbo, como aos anos de ouro.

Para Larissa Correa e Paulo Fontes, embora as pesquisas que têm por objeto de estudo os trabalhadores e o movimento sindical durante a ditadura estejam se renovando, ainda existe a predominância de temáticas que não dão conta de analisar a complexidade do tema, como: a atuação dos trabalhadores rurais, os sindicatos para além de espaços dominados pelo peleguismo, a organização de greves durante o período, as estratégias de sobrevivência, ou os impactos do milagre econômico para os trabalhadores.

Neste sentido, os autores afirmam que, na maioria das vezes, as pesquisas retrataram os trabalhadores como indivíduos controlados e silenciados pela repressão e o autoritarismo estatal, somente reaparecendo como atores sociais nos anos 1980, momento em que superaram a tradição populista de subordinação ao Estado, e se organizaram no “novo sindicalismo”, mobilizando-se e atuando de forma autônoma. Predominou, assim, a ideia de que “o sindicalismo brasileiro adormeceu em 1964, teve um espasmo em 1968 e acordou agitado dez anos depois”<sup>30</sup>.

A classe ferroviária têm sido objeto de estudo da história social do trabalho preocupada em analisar não apenas o processo de formação da classe, como também as formas de organização, suas demandas e de que maneira esses trabalhadores reagiram ao sistema de dominação das elites, ressignificando projetos políticos e relações sociais ao longo do século

---

<sup>29</sup> REIS, Daniel Aarão. A revolução e o socialismo em Cuba: ditadura revolucionária e construção do consenso. In: ROLLEMBERG, Denise. QUADRAT, Samantha Viz. A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento. v. 2: Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, nota 20, p. 387.

<sup>30</sup> CORRÊA, Larissa Rosa. FONTES, Paulo Roberto Ribeiro. “As falas de Jerônimo: Trabalhadores, sindicatos e a historiografia da ditadura militar brasileira.” In: Anos 90, Porto Alegre, v. 23, n. 43, jul. 2016, p. 139.

XX<sup>31</sup>. Quando observamos a produção acadêmica sobre a atuação dos ferroviários durante a ditadura civil-militar, percebemos que a maioria das pesquisas se referem ao momento do golpe de 1964, ou então ao governo Castelo Branco (1964-1967), além de se concentrarem nos instrumentos repressivos do Estado, o impacto da repressão para os militantes políticos e as formas encontradas pelos trabalhadores para resistirem à ditadura em seu cotidiano.

Nilton Melo, em “*Os ferroviários na cartografia de Fortaleza: rebeldes pelos caminhos de ferro*”, procurou demonstrar as formas de organização e sociabilidade construídas pela classe ferroviária no movimento operário cearense, bem como a ação desses trabalhadores no cotidiano da cidade, evidenciando a força de luta e organização em associações, sindicatos e a militância no Partido Comunista Brasileiro<sup>32</sup>.

O impacto da ditadura militar para os ferroviários cearenses foi analisado a partir da memória dos “ferroviários rebeldes” que sofreram diretamente com as práticas repressoras e barbáries cometidas pelo Estado. Resgatando a história de vida e os instrumentos de controle e disciplina sofridos pelos funcionários, o historiador apresenta as circunstâncias que levaram à prisão e assassinato dos ferroviários, além da luta de suas famílias na comissão de anistia pelo reconhecimento de seus entes queridos como prisioneiros políticos assassinados pelo Estado.

Fabrizio Renner de Moura, em “*Avante, vamos para a luta: cotidiano e militância dos trabalhadores ferroviários da cidade de Cruz Alta (1958-1964)*”, buscou examinar a trajetória dos trabalhadores ferroviários através de sua entidade de ação política, levando em consideração as relações cotidianas e a militância, as greves e manifestações políticas e trabalhistas durante os anos 1960, bem como as tensões e contradições presentes no interior da militância política nas entidades sindicais da classe, gerando conflitos entre os trabalhadores do pátio e do escritório da Ferrovia, contribuindo para o surgimento de novas lideranças<sup>33</sup>.

Além disso, o autor analisou os efeitos do golpe civil-militar de 1964 sobre o cotidiano a partir da memória dos ferroviários militantes sobre o período, identificando como a repressão alterou a rotina de trabalho através da intervenção militar na administração da empresa, gerando revanchismo e denúncias entre os trabalhadores, bem como a vigilância dos chefes de setor, e

---

<sup>31</sup> Além das obras analisadas nesta seção, ver também as pesquisas de Diego Vales Deslandes Ferreira (2011), Isabel Jovita Rodrigues da Costa (2015), Rosângela Maria Silva Petuba (2011) e Lidiane Elizabete Friderichs (2013).

<sup>32</sup> ALMEIDA, Nilton Melo. *Os ferroviários na cartografia de Fortaleza: rebeldes pelos caminhos de ferro*. 2009. 307 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Ceará, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza - CE, 2009.

<sup>33</sup> MOURA, Fabrício Renner de. *Avante, vamos para a luta: cotidiano e militância dos trabalhadores ferroviários da cidade de Cruz Alta (1958-1964)*. 2007. 142 f. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

a instauração de inquéritos policiais militares para demitir os ferroviários considerados subversivos, perdendo a estabilidade e direitos trabalhistas.

Por sua vez, Antonio Augusto Durgante, em *“Fim do pragmatismo: as relações entre Estado e os ferroviários em Santa Maria/RS durante o primeiro período da ditadura civil-militar no Brasil (1964-1968)”*, analisou como o golpe de 1964 iniciou um intenso processo de repressão contra os líderes classistas, retirando as influências ferroviárias do movimento operário, desmobilizando a atuação de organismos de representação da classe, dando fim ao pragmatismo e o poder de influência dos ferroviários sobre outras categorias, abrindo caminho para a despolitização do meio classista e o aumento da burocratização dos sindicatos em relação aos conflitos de classe. O autor ainda buscou compreender o como se deu repressão e a tortura sobre as lideranças ferroviárias ligadas a entidades como a União dos Ferroviários Gaúchos, analisando depoimento dos familiares das vítimas<sup>34</sup>.

As pesquisas aqui citadas são extremamente relevantes para compreendermos como a repressão e autoritarismo do regime ditatorial contribuíram para a desorganização do movimento operário - principalmente ferroviário – em ascensão nos anos 1950/60 em diversas regiões do país, além de evidenciarem não apenas a mobilização da categoria contra o golpe civil-militar, como também os mecanismos utilizados pela ditadura para controlar os trabalhadores: tortura, assassinato, intervenção sindical e instituição de IPMs. No entanto, valorizaram, principalmente, o papel das lideranças sindicais e da repressão estatal como objeto de análise, a partir da ótica da resistência contra a ditadura.

Eric Hobsbawm, pensando o caso do operariado na Europa, demonstra como a história do movimento operário foi, por muitos anos, baseada numa historiografia tradicional e metodologicamente ortodoxa, produzindo narrativas tradicionais e institucionais que identificam as classes operárias com o movimento operário, organizações, ideologias ou partidos específicos, negligenciando a história das próprias classes trabalhadoras. Para o historiador inglês, deve-se considerar a história do movimento operário não apenas no cenário das lutas de classe, mas como parte da história da sociedade.<sup>35</sup>

Neste sentido, acredito que devemos levar em consideração os operários para além das lideranças dos movimentos e sindicatos, mas os operários que se identificam e se auto

---

<sup>34</sup> BERNI, Antonio Augusto Durgante. *Fim do pragmatismo: as relações entre Estado e os ferroviários em Santa Maria/RS durante o primeiro período da ditadura civil-militar no Brasil. (1964-1968)*. 2012. 131 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Centro Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul.

<sup>35</sup> HOBBSAWM, Eric J. *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre História Operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, p. 17.

reivindicam como ‘homens comuns’. Dito de outra forma, analisar o papel de indivíduos que raramente foram objeto de pesquisa dos historiadores: cidadãos que se auto identificam como comuns, atores sociais que não desempenharam papel de liderança em sindicatos e organizações políticas, tampouco militavam ou se engajaram politicamente nas mobilizações políticas dos anos 1960. Assim como afirma o historiador Antonio Cazorla Sánchez:

As “vidas comuns” não são tanto uma categoria quanto o produto do desejo de deixar falar aqueles que quase nunca interessaram ao poder (e aos historiadores). E essa intenção não é mais válida, moral e até mais produtiva na narrativa do que toda a esterilidade teórica das categorias analíticas que serão elegantes e aparentemente precisas, mas têm pouco a ver com o que as pessoas vivem e pensam a cada dia?<sup>36</sup>

Desta forma, esses trabalhadores que se consideravam apartados da História e acontecimentos políticos também tiveram seu cotidiano alterado pela repressão. Diversos segmentos da sociedade tiveram sua vida cotidiana alterada pela esfera policalesca, pela violência estatal e mudanças políticas e econômicas impostas pela ditadura, não somente as lideranças. Além disso, esses indivíduos também se relacionam com o passado ditatorial de maneira específica, selecionando, silenciando e esquecendo diversos acontecimentos de acordo com as necessidades e embates do tempo presente.

Por outro lado, analisar a ditadura e o movimento operário no período exclusivamente sob a perspectiva da ideia de resistência também pode trazer algumas dificuldades metodológicas, que podem gerar até mesmo a banalização desse conceito. Assim como demonstra Denise Rollemberg, devemos ser cautelosos na utilização do mesmo, que ganhou destaque entre os historiadores preocupados em analisar as consequências do pós-Segunda Guerra Mundial nas sociedades europeias ocupadas ou que viveram sob o Nazismo.

A historiadora demonstra como as análises baseadas no paradigma da resistência à ocupação nazista estavam diretamente ligadas a construções de memória sobre o período, silenciando sobre os comportamentos sociais variados, que “poderiam ir da colaboração mais aguerrida com os vencedores até a resistência mais combativa”<sup>37</sup>. Neste sentido, a autora

---

<sup>36</sup> “las “vidas comunes” no es tanto una categoria como el producto del deseo de dejar hablar a los que casi nunca han interesado al poder (y a los historiadores). Y esta intención, ¿no es más válida, en lo moral y hasta más productiva en lo narrativo que toda la esterilidad teórica de las categorías analíticas que serán elegantes y en apariencia precisas pero tienen poco que ver con lo que la gente vive y piensa cada día?” CORDEIRO, Janaina. “A experiência histórica das gentes – uma entrevista sobre o franquismo, com Antonio Cazorla Sánchez”. In: Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 495, maio-ago. 2017.

<sup>37</sup> ROLLEMBERG, Denise. Resistência: memória da ocupação nazista na França e na Itália. São Paulo: Alameda, 2016, p. 17.

adverte que entre as atitudes extremas de combater ou auxiliar o inimigo, existiu uma ampla gama de comportamentos ambivalentes, uma zona cinzenta, como apontado por Primo Levi<sup>38</sup>.

No caso da ditadura brasileira, a reflexão também deve partir das relações entre a sociedade e o regime para além do mito da resistência, que sempre valorizou a democracia, ou do mito da sociedade enquanto vítima impotente dos acontecimentos<sup>39</sup>. Devemos nos afastar de análises simplificadoras, que estigmatizam os indivíduos entre resistentes e colaboradores, para assim compreender melhor no presente de que maneira a nossa sociedade se relaciona com este conturbado passado ditatorial.

O estudo de caso dos ferroviários da Estrada de Ferro Central do Brasil e Estrada de Ferro Leopoldina pode nos ajudar a compreender melhor esse embate de memórias. O objetivo desta pesquisa, como já foi dito, é compreender as ambivalências presentes na relação entre sociedade e ditadura, além das memórias construídas sobre esse passado, a partir do cotidiano de trabalho dos ferroviários cariocas entre 1964-1974.

No primeiro capítulo, analisarei de que forma se dava a organização dos ferroviários cariocas na segunda metade do século XX, levando em consideração as disputas político-ideológicas do contexto de Guerra Fria e as principais mobilizações políticas dos anos 1960, compreendendo não só as demandas da classe, mas os diversos posicionamentos frente à crise do governo João Goulart e o golpe civil-militar de 1964.

No segundo capítulo, estudarei as consequências do golpe para os ferroviários, quais os mecanismos utilizados pela ditadura e pela Rede Ferroviária Federal para controlar e neutralizar a ação política dos trabalhadores, e de que maneira as esferas de vigilância e repressão instauradas nas ferrovias alteraram o cotidiano de trabalho dos ferroviários, não considerando apenas as lideranças sindicais, como também os ferroviários não engajados politicamente.

No terceiro capítulo, identificaremos como a política de modernização autoritária<sup>40</sup>, bem como o aumento sistemático da repressão instaurados pelo governo Emílio Garrastazu Médici

---

<sup>38</sup> *Ibidem*, p. 20.

<sup>39</sup> Cf: GROppo, Bruno. O mito da sociedade como vítima: as sociedades pós-ditatoriais em face de seu passado na Europa e na América Latina. In: QUADRAT, Samantha. ROLLEMBERG, Denise. História e memória das ditaduras no século XX. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p. 39-56.

<sup>40</sup> Utilizo o conceito de modernização autoritária em concordância com Rodrigo Patto Sá Motta. O autor utiliza o conceito para analisar como o projeto de modernização na área da educação superior estava diretamente ligado à repressão e autoritarismo, revelando os paradoxos e ambiguidades do regime militar: “O impulso conservador foi importante na montagem do Estado pós-64, expressando anseios de grupos que almejavam manter o status quo e a ordem tradicional. No entanto, em vários momentos, as demandas conservadoras entraram em contradição com os propósitos modernizadores, às vezes levaram a pior, enquanto o autoritarismo sempre esteve presente, não obstante certas ambiguidades e a influência moderadora da opinião liberal”. Cf: MOTTA, Rodrigo P. Sá. As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 12.

impactaram o setor ferroviário e o cotidiano dos empregados da RFFSA. Levando em consideração as ambiguidades do período, também analisaremos qual a memória construída pelos ferroviários sobre o governo Médici, bem como as formas encontradas pelos trabalhadores para garantir seus direitos e se adaptarem aquele contexto de exceção.

Analisaremos diversas fontes, tanto escritas como orais, para compreendermos como o cotidiano de trabalho dos ferroviários cariocas foi alterado pela ditadura, quais as estratégias utilizadas para sobreviverem e se adaptarem ao período, e de que maneira recordam esses anos, levando em consideração as disputas e seleções do tempo presente sobre um período marcado não apenas pela resistência, mas pelas diversas formas de consenso, esquecimento e silêncios.

## **Capítulo 1 - A crise política e a mobilização ferroviária durante o governo João Goulart**

Neste primeiro capítulo, o objetivo é analisar a atuação e organização dos ferroviários da Estrada de Ferro Leopoldina (EFL) e Central do Brasil durante o governo João Goulart. Qual o papel desempenhado pela categoria no contexto da crise política? Os ferroviários participaram das manifestações do movimento operário contra o golpe civil-militar? Para compreendermos a mobilização ferroviária nos anos 1960, devemos observar as diferentes formas de organização e posicionamentos políticos levantadas naquele contexto de crise.

O sindicalismo e associativismo de classe, para além de se constituir em espaço de auto-organização dos trabalhadores, também era marcado por disputas políticas. Desta forma, busco analisar de que maneira - e até que ponto - os ferroviários se organizaram em defesa do governo, bem como identificar qual o impacto desempenhado pelo anticomunismo e as disputas políticas presentes na crise do governo Jango e o golpe civil-militar de 1964.

Pretendo apresentar nesse capítulo não apenas as formas de organização dos ferroviários, mas como o contexto de polarização política e o crescimento do anticomunismo no país também poderia ser verificado dentro do movimento operário, um espaço não homogêneo e marcado por disputas políticas que evidenciam as ambivalências – *esquecidas* - dos mundos do trabalho nos anos do regime militar. Identificar como se deu a mobilização da categoria no contexto pré-golpe, e qual a memória construída por parte dos ferroviários sobre aquele período, pode nos ajudar a compreender melhor as tensões políticas e sociais não só em torno da crise governamental, como também inerentes àquela classe.

### **1.1) Sindicalismo, associativismo e anticomunismo: a organização dos ferroviários entre disputas políticas (1950-1960)**

A historiografia sobre os mundos do trabalho vem apresentando como a mobilização operária foi crescente desde a redemocratização em 1946, demonstrando como a organização dos trabalhadores iria além da tutela dos sindicatos considerados “pelegos”: os trabalhadores se organizaram em associações, comissões de fábrica, organizações de bairro, intersindicais e sindicatos.<sup>41</sup> O caso dos ferroviários também é indicativo desse crescimento. Podemos perceber a organização da categoria em associações e sindicatos na luta contra as péssimas condições de trabalho, o não pagamento dos salários e a baixa qualidade de vida decorrente da crise econômica que o país enfrentou ao longo dos anos 1950.

Resultado da falta de investimento no setor – em detrimento da preferência pela indústria automobilística – o período foi marcado pelo aumento da precarização do trabalho ferroviário, a crescente repressão policial ao movimento sindical, a piora no serviço de trens e as constantes irregularidades nas viagens, fatores que levaram à crescente insatisfação da sociedade.

A análise da documentação dos departamentos de polícia política nos ajuda a identificar as formas pelas quais segmentos da sociedade e os trabalhadores encontraram em seu cotidiano para resistirem ao contexto de crise econômica e repressão dos anos 1950-1960. Analisando especificamente o caso argentino, a pesquisadora Gabriela Águila nos aponta importantes caminhos relativos ao uso de documentos produzidos pelas forças repressoras estatais e seus agentes perpetradores, ao chamar atenção para o fato dessas fontes não serem neutras. O olhar parcial, as informações fragmentadas e a autocensura presente na documentação possuem, de acordo com a historiadora, o objetivo de manipular e/ou gerar o consentimento na opinião pública.

No entanto, esses aspectos não invalidam o uso dessa documentação enquanto fonte histórica. Os relatórios e dossiês policiais, os inquéritos policiais militares, a legislação e os regulamentos reunidos sobre os ferroviários da EFCB nos permitem reconstruir a dimensão legal ou burocrática das práticas repressivas, as estratégias de disciplinamento e controle

---

<sup>41</sup> Cf: SILVA, Fernando Teixeira da. NEGRO, Antonio Luigi. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). O Brasil republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v.3.

implementados pelo Estado para os indivíduos, setores e organizações, bem como as formas pelas quais os ferroviários utilizaram para resistirem à repressão em sua vida cotidiana.<sup>42</sup>

O crescimento da mobilização e organização dos trabalhadores na década de 1950, dentro do contexto internacional de Guerra Fria, levou à intensificação da vigilância e repressão contra a infiltração comunista em sindicatos e organizações trabalhistas. Os relatórios e dossiês presente nos fundos Divisão de Polícia Política e Social (DPS) e Divisão de Ordem Política e Social (DOPS) a respeito da Estrada de Ferro Central do Brasil nos permite observar como atuava a vigilância e repressão aos trabalhadores ferroviários antes e ao longo do regime.

A DPS contava desde 1946 com um amplo serviço de investigações. Nesta área, existiam subdivisões, a saber: Setor de Ordem Pública, Serviço Secreto, Vigilância, Controle e Fiscalização Trabalhista.<sup>43</sup> Para esta pesquisa, a análise dos setores “serviço secreto” e “trabalhista” foram de grande importância, uma vez que a repressão e vigilância ao movimento organizado dos trabalhadores ficava sob a responsabilidade dessas subdivisões, contendo ofícios trocados entre investigadores e inspetores, recortes de jornais e relatórios de investigações sobre a organização dos trabalhadores e a infiltração comunista nos sindicatos.

Com base na documentação interna da DPS, foi possível recuperar a atuação desse órgão junto aos sindicatos e associações ferroviárias, principalmente na vigilância ao movimento grevista, reuniões de associações e sindicatos, organização de conferências de classe, demonstrando a cooperação existente entre a polícia política e os diretores da Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB) e Estrada de Ferro Leopoldina (EFL) no combate ao comunismo e movimento operário.

Em informe de 02 de março de 1951, destinado ao comissário geral da DPS e repassada posteriormente em cópia à direção da EFCB, um investigador não identificado relata irregularidades no serviço de trens da Central do Brasil. No informe, apresenta ao comissário como a má conduta de funcionários nas estações e o péssimo estado de conservação dos trens levavam a confusões provocadas pelos passageiros que, como resultado pela insatisfação com o serviço, acionavam propositalmente a alavanca de parada emergencial, além de quebrarem as vidraças e portas dos trens.

---

<sup>42</sup>ÁGUILA, Gabriela. Estudiar la represión: entre la historia, la memoria y la justicia. Problemas de conceptualización y método. In: FLIER, Patricia. (comp.) Dilemas, apuestas y reflexiones teórico-metodológicas para los abordajes em Historia Reciente. La Plata: Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. (Estudios-Investigaciones; 52), 2015.

Cf: JOFFILY, Mariana. O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento. In: REIS FILHO, D.; MOTTA, R.; RIDENTI, M. (orgs.) A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

<sup>43</sup>MATTOS, Marcelo Badaró. [et alii] Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca (1945-1964). Rio de Janeiro: APERJ/FAPERJ, 2003, p. 83.

Essas ações, na visão do investigador, seriam resultantes de um inimigo já conhecido: o comunismo. O remetente afirma que na EFCB:

além da criminoso sabotagem do desgraçado comunismo, além das dificuldades do momento, além do incrível relaxamento dos seus maus funcionários, mais uma [sic] aza negra a quer abraçar – a ação nefanda dos inter-primos do impatriotismo<sup>44</sup>.

Nesta perspectiva, a má administração abriria espaço para a influência do comunismo, transformando a insatisfação cotidiana e legítima dos passageiros em “sabotagens” orientadas pelo comunismo e demonstrações de falta de patriotismo.

A preocupação com a infiltração comunista no meio operário era constante nos relatórios policiais. Com o objetivo de identificar as lideranças do movimento, a relação dos trabalhadores com o Partido Comunista Brasileiro e outros movimentos fora do sindicato, o Setor de Comunismo do DOPS realizava fichas de identificação contendo as seguintes informações: nome completo, local de residência e trabalho, telefone, profissão, religião, célula participante, inscrição no partido, sindicato ou organização de massa que participa.

Foram encontradas 277 fichas de ferroviários lotados na Estrada de Ferro Central do Brasil e que trabalhavam em diversos setores daquela estrada, como em oficinas mecânicas, depósitos ou estações, e na sede D. Pedro II. Todos os listados seriam pertencentes à célula comunista Falcão Paim<sup>45</sup>. Ao criar um perfil social e ideológico dos trabalhadores, a polícia política tentava controlar e identificar os possíveis “agitadores comunistas” dentro da Rede Ferroviária, combatendo, assim, a expansão do comunismo nos locais de trabalho.

Além da vigilância e repressão aos sindicatos, foi possível encontrar relatórios e informes produzidos sobre as associações ferroviárias. Dentro do contexto de crescimento da organização operária com o fim da ditadura do Estado Novo, identificamos a atuação de quatro associações, a saber: Associação Unitária dos Ferroviários da Leopoldina (fundada em fevereiro de 1950), Associação Mútua Auxiliadora dos Empregados da Estrada de Ferro Leopoldina (1917), Associação dos Servidores da Estrada de Ferro Central do Brasil (criada em 01/09/1951), Associação dos Agentes Ferroviários e Servidores de Estação (fundada em novembro de 1961), e a União dos Ferroviários do Brasil (fundada em abril de 1946).

---

<sup>44</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Divisão de Polícia Política e Social (DPS), notação 2 A, sem número de página, fls. 103-104.

<sup>45</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícia Política (DOPS), notação 2N, folhas sem numeração, págs. 316-345.

As associações de classe e as sociedades de auxílio mútuo representavam para os trabalhadores ferroviários do Estado um espaço de reivindicação diante da impossibilidade de sindicalização. Como grande parte dos funcionários de Central respondiam ao estatuto de servidores públicos, não eram autorizados a fazer parte de sindicatos.

Nesse sentido, foi através de associações mútuas ou de classe que os ferroviários ligados ao funcionalismo público encontraram um espaço para organização e reivindicação de melhorias para a classe, bem como ter acesso à serviços essenciais. De acordo com Aldrin Castellucci, as sociedades de auxílio mútuo prestavam em geral diversos serviços aos seus associados, contribuindo para o acesso à serviços jurídicos, trabalhistas e na área da saúde. No entanto, o autor afirma que para além da questão da necessidade cotidiana, no movimento existia um duplo condicionante para que os trabalhadores se associassem, fatores objetivos que “relacionados às condições de vida e trabalho e à luta contra a adversidade, combinavam-se com os subjetivos, relacionados à construção de identidades”<sup>46</sup>.

A partir da reflexão sobre a experiência associativa, podemos identificar não apenas uma forma de organização dos trabalhadores, mas as articulações, práticas e disputas políticas das associações em determinado contexto histórico. Embora o mutualismo seja considerado uma espécie de “pré-história” da classe operária por parte da historiografia sobre os mundos do trabalho, essa visão teleológica acaba não levando em consideração as diversas experiências associativas dos trabalhadores em busca de seus direitos, como através das irmandades católicas leigas, cooperativas, caixas beneficentes e sociedades de auxílio mútuo, bem como a contribuição do associativismo na construção das identidades de classe<sup>47</sup>.

Tendo em vista que grande parte da produção acadêmica sobre o tema esteve centrada nos anos da Primeira República (1889-1930), analisar a formação, atuação e prática dessas associações ferroviárias a partir da década de 1950 pode nos ajudar a compreender melhor as disputas e posicionamentos da categoria na crise de 1964. A partir dos relatórios, informes, manifestos e estatutos coletados pela DPS a respeito das associações, podemos identificar não só a visão da polícia sobre o movimento operário, como também observar parte do cotidiano e organização desses espaços.

---

<sup>46</sup> CASTELLUCCI, Aldrin A. S. O associativismo mutualista na formação da classe operária em Salvador (1832-1930). In: CORD, Marcelo M; BATALHA, Claudio H. M. Organizar e proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX). Campinas: Editora da UNICAMP, 2014, p. 48.

<sup>47</sup> Ver: BATALHA, Claudio H. M. Relançando o debate sobre o mutualismo no Brasil: as relações entre corporações, irmandades, sociedades mutualistas de trabalhadores e sindicatos à luz da produção recente. Revista Mundos do Trabalho, vol. 2, n. 4, agosto-dezembro de 2010, p. 12-22., e CORD, Marcelo Mac. BATALHA, Claudio H. M. Organizar e proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX). Campinas: Editora da UNICAMP, 2014.

A Associação dos Servidores da Estrada de Ferro Central do Brasil teve atuação de 1951 até 1964. Em informe do dia 03 de setembro de 1951, um investigador apresentou com detalhes como ocorreu a assembleia de fundação da entidade<sup>48</sup>. Realizada no Centro Democrático Progressista de Piedade (entidade ligada ao Partido Comunista Brasileiro), a assembleia contou com a presença de ao menos 38 ferroviários. Além do grupo, foram convidados representantes de outras entidades, como a Associação dos Marítimos e a Associação dos Trabalhadores do Arsenal de Marinha, além de deputados, vereadores e coronéis do Exército.

A extensão do convite para outras categorias e representantes para eventos e celebrações, assim como demonstrou Cláudio Batalha, era uma forma de construir um elemento de legitimação e prestígio da associação e de seus dirigentes<sup>49</sup>. Cabe ainda destacar que, no relatório, o investigador chama atenção para a aproximação das categorias, sendo frequente a presença de ferroviários da EFCB nas reuniões da Associação dos Trabalhadores do Arsenal da Marinha, além da participação do grupo no protesto contra a prisão do presidente da ATAM, enviando cartas ao Presidente, deputados e senadores pela soltura do mesmo<sup>50</sup>.

Podemos inferir que a relação de apoio entre ferroviários e marítimos demonstra a capacidade organizativa desses trabalhadores, que, ao estabelecerem redes de apoio, demonstravam a força de sua mobilização. A proximidade geográfica dessas associações, situadas na região central da cidade (local privilegiado e disputado por sindicatos e associações devido ao seu histórico de lutas), também contribuiu para o estabelecimento de redes entre ferroviários e marítimos, uma vez que, nos anos 1960, os dois grupos realizaram a Greve da Paridade, e ingressaram no Pacto de Unidade e Ação (PUA) em conjunto com os portuários, desempenhando importante papel na mobilizações pela campanha da legalidade, pelo programa das reformas de base e contra a deposição de Goulart<sup>51</sup>.

Entre os anos de 1948 e 1952, a associação organizou a campanha pelo aumento salarial e dos vencimentos, o pagamento dos salários atrasados de agosto e setembro de 1948, a reestruturação dos quadros de funcionários (que não ganhavam de acordo com os níveis adquiridos ao longo dos anos de trabalho), redução de 8% para 5% no desconto recolhido à

---

<sup>48</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Divisão de Polícia Política e Social (DPS), notação 01.928, fls. 18-21.

<sup>49</sup> BATALHA, Cláudio H. M. Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República. In:\_\_\_\_. SILVA, Fernando Teixeira da. FORTES, Alexandre. Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado. São Paulo: Editora da Unicamp, 2004, p. 104.

<sup>50</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Divisão de Polícia Política e Social (DPS), notação 01.928, fl. 61.

<sup>51</sup> Cf. BATALHA, Cláudio H. M. A geografia associativa: associações operárias, protesto e espaço urbano no Rio de Janeiro da Primeira República. In: AZEVEDO, Eliene. [et al.] Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX. São Paulo: Editora da Unicamp, 2009, e SAVAGE, Mike. Espaço, redes e formação de classe. Revista Mundos do Trabalho, vol. 3, n. 5, janeiro-junho de 2011, p. 06-33.

Caixa de Aposentadoria e Pensões, bem como a modificação nos descontos por motivo de atraso e falta: ao invés da redução de 1/3 dos vencimentos, fosse descontado o tempo realmente perdido de trabalho<sup>52</sup>. Para este intento, conseguiram reunir 50 mil assinaturas de funcionários, além de elaborarem um memorial com as reivindicações que foram entregues ao então Presidente Getúlio Vargas.

Em manifesto aos ferroviários, a diretoria da associação apresentava a necessidade da organização dos trabalhadores pela campanha salarial diante do contexto de crise econômica, com a alta nos preços dos gêneros de primeira necessidade, e o esvaziamento dos armazéns de subsistência da EFCB. Com a repressão policial e a pressão dos dirigentes da Estrada de Ferro, a diretoria da associação pede, para além das assinaturas, a “solidariedade financeira e moral a todos os companheiros presos, demitidos e transferidos, que estão sendo vítimas de arbitrariedades por estarem a frente da luta que visa a melhoria de vida para todos nós ferroviários.”

Além da ajuda financeira, a diretoria buscava aumentar o número de associados e ganhar o interesse dos ferroviários pela causa, uma vez que grande parte poderia se sentir intimidada pela repressão policial. No manifesto, afirmam que além da necessidade de ingressarem na associação, seria necessário responder às arbitrariedades empregadas “criando conselhos em cada oficina, em cada concentração, em cada máquina” para fortalecer o movimento, uma vez que “os ferroviários são 45 mil enquanto o diretor da Estrada é apenas um. É preciso, portanto, que estejamos organizados como pede o Sr. Presidente da República e a Confederação dos Trabalhadores do Brasil”<sup>53</sup>.

Ao se apropriarem do discurso trabalhista de Getúlio Vargas pela organização dos trabalhadores, a associação buscava trazer legitimidade e força para sua ação, além de atrair novos ferroviários para a campanha salarial e difundir a organização da classe não apenas naquela entidade, como em cada núcleo daquela Estrada.

Com isso, na visão da DPS, a Associação dos Servidores da Estrada de Ferro Central do Brasil tinha por objetivo “fomentar agitações no seio dos trabalhadores” através de reuniões, palestras nos locais de trabalho e divulgação de manifestos, sendo “mais uma célula comunista que se organiza nesta Capital, igual a outras tantas existentes com o rótulo de Associações de Classes, Sociedades Representativas, etc.”, e, por isso, deveria ser monitorada para dar fim a

---

<sup>52</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Divisão de Polícia Política e Social (DPS), notação 01.928, fl. 10.

<sup>53</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Divisão de Polícia Política e Social (DPS), notação 01.928, fl. 10.

qualquer movimento grevista<sup>54</sup>. Embora na documentação reunida pela polícia política não tenha sido possível encontrar as atas das reuniões ou o estatuto dessa associação, foi possível identificar, a partir do olhar da repressão, quais eram as demandas e estratégias adotadas pelos trabalhadores ferroviários, e como a polícia política considerava a organização dessa categoria uma ameaça à ordem vigente.

No entanto, devemos ter em mente que a classe ferroviária não era um bloco homogêneo, que seguia diretamente as orientações do Partido Comunista ou que se comportava e tinha as mesmas reivindicações e posicionamento político. Entre os ferroviários, podemos identificar funcionários públicos e celetistas, com ensino técnico ou superior, operários lotados em oficinas ou funcionários administrativos dos escritórios. Ganhavam salários diferentes, possuíam uma cultura operária distinta e, principalmente, compreendiam o processo político de forma diferente.

O que interessa para este capítulo, mais do que reconstruir a atuação desses trabalhadores, é compreender os diversos posicionamentos e disputas políticas no seio da classe ferroviária, e como esta perspectiva se fez presente na esfera de crise do governo Goulart. Neste sentido, dentro do contexto de Guerra Fria, devemos levar em consideração que o anticomunismo não era uma pauta restrita às elites e burguesia. O combate ao “inimigo soviético” também fazia parte do imaginário de segmentos da classe trabalhadora. O caso da associação União dos Ferroviários do Brasil (UFB) nos ajuda a compreender melhor essa conflituosa relação.

A sede da UFB ficava localizada na Avenida Presidente Vargas, no prédio da Rede Ferroviária Federal. A localização próxima aos ferroviários da EFCB era importante para conseguir um contato maior com os trabalhadores da estrada e, assim, novos associados. Em seu estatuto, artigo 2º, a UFB apresenta como objetivo “beneficiar associados e suas famílias nos seus vários aspectos, desde a situação na própria repartição até o aperfeiçoamento do nível intelectual e profissional.”<sup>55</sup>

Sua estrutura administrativa era composta por diversos departamentos que auxiliariam o trabalhador ferroviário não apenas em seu cotidiano de trabalho, mas no âmbito privado, para que, assim, pudesse atrair novos associados. Nesse sentido, identifica-se no estatuto a criação do departamento pessoal, cooperativista, técnico profissional, jurídico, recreativo, do lar próprio, da assistência social e da expansão cultural que promoveriam assistência necessária ao

---

<sup>54</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Divisão de Polícia Política e Social (DPS), notação 01.928, fl. 21.

<sup>55</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Divisão de Polícia Política e Social (DPS), notação 30187v2, folha sem numeração, p. 4.

ferroviário e sua família também no âmbito social, facilitando o acesso a escolas, bibliotecas, recreação, moradia e orientação jurídica.

Para fazer parte da UFB e ter acesso a esses serviços, o interessado deveria encaminhar proposta escrita por ele e mais um membro ativo da associação, constando identificação, estrada em que trabalhava, categoria ou função que desempenhava, filiação, estado civil, nome da esposa e filhos, além da residência. Neste sentido, embora não esteja explicitado a proibição de mulheres como associadas, fica implícito que os homens eram a maioria dentro da classe ferroviária. Após avaliação de todas as etapas, a diretoria concederia a aprovação dos novos associados.

O único impedimento explícito para se tornar membro estava exposto no artigo 13º do estatuto: “não será admitido como associado, o ferroviário que professar ideologias contrárias ao regime democrático vigente no país”<sup>56</sup>. No contexto da Guerra Fria, podemos inferir que a referência às “ideologias contrárias ao regime democrático” significaria que ferroviários ligados a células e organizações de esquerda não seriam admitidos como associados da UFB, além de considerados inimigos do país.

Criada em uma época que, em termos internacionais, viu nascer a Guerra Fria e que, no âmbito da política interna brasileira, viu o PCB ser colocado na ilegalidade, percebemos que os valores anticomunistas da associação estavam em pleno diálogo com a conjuntura de sua época. O país que celebrava o retorno à democracia liberal com uma nova constituição, ainda carregava valores autoritários: repressão às greves e manifestações nos setores considerados essenciais, instituição do decreto de ilegalidade do Partido Comunista, e a criação de associações que manifestam seu repúdio à infiltração comunista no meio ferroviário. O sentimento anticomunista ficava evidente na atuação da UFB nos conflitos com outras associações pela representação dos trabalhadores.

Assim como a Associação dos Servidores da Estrada de Ferro Central do Brasil, a UFB também realizou campanha pelo aumento salarial da categoria durante 1948-1952. Em mensagem aos associados, a diretoria da UFB apresenta um relatório sobre o contexto de crise pelo qual passava a EFCB. Em sua visão, o problema se encontrava na incapacidade da administração da estrada em atender as reivindicações dos trabalhadores e de lidar com a infiltração comunista. A política adotada pela estrada era a desvalorização de seus trabalhadores, vistos como máquinas que não tinham seus direitos assegurados: ficavam sem

---

<sup>56</sup> Estatutos da União dos Ferroviários do Brasil. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Divisão de Polícia Política e Social (DPS), notação 30187v2, folha sem numeração, p. 5.

férias anuais, pagamento de hora extra, descanso semanal, além de serem penalizados com altas multas, punições e demissões em massa<sup>57</sup>.

Com isso, os ferroviários demonstravam desinteresse pelo serviço, num “relaxamento total em todas as atividades cuja produção vem decrescendo a olhos vistos”, gerando a decadência cada vez maior da estrada, além de se tornarem “presas fáceis da ação comunista”. Neste sentido, a UFB clamou para que, entre seus associados, não houvesse extremismos diante da situação de penúria. O posicionamento adotado pela associação era o de manutenção da ordem, sem retaliações ou medidas que representassem conflito direto com o governo ou diretoria da EFCB. Em proclamação aos ferroviários associados, a diretoria afirmava:

Nada conseguiremos num ambiente de agitações e perturbações, muito pelo contrário, pois enquanto houver necessidade da autoridade legitimamente constituída, na defesa do nosso regime democrático, usar de energia para impor a ordem, qualquer movimento no meio da classe visando reivindicações estará fatalmente fadado ao fracasso. Não podemos mais continuar nessa guerra de nervos de constante agitações, tão do agrado do extremismo vermelho, sob pena da nossa situação, de modo geral, se ir agravando diariamente.<sup>58</sup>

Para a associação, ao invés de iniciar um confronto direto contra o governo e dirigentes da estrada, seria necessário conscientizar os ferroviários sobre a manipulação dos comunistas, que, ao se apropriarem de reivindicações justas e de interesse da classe, cooptavam e exploravam os trabalhadores da EFCB. Neste sentido, a associação afirma:

O que nos resta, se realmente pretendemos trabalhar em prol da nossa causa, para resolvermos as nossas aspirações, é isolar completamente esses elementos, que querem a derrocada do nosso regime democrático, a fim de que haja um ambiente de paz, progresso e completa segurança, quando, então, teremos oportunidade de apresentarmos nossas reivindicações, para o devido exame e solução.

Assim, companheiros, constitui nosso dever, hoje mais do que nunca, prestigiar as autoridades constituídas e isolar completamente os inimigos do Brasil (...).<sup>59</sup>

Seria necessário solucionar, primeiramente, o problema da infiltração comunista no meio ferroviário, para que, só assim, a UFB pudesse agir em benefício das reivindicações dos

---

<sup>57</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Divisão de Polícia Política e Social (DPS), notação 30187v2, fl. 9 – 13.

<sup>58</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Divisão de Polícia Política e Social (DPS), notação 30187v2, fl. 3.

<sup>59</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Divisão de Polícia Política e Social (DPS), notação 30187v2, fl. 4

trabalhadores. Na visão de sua diretoria, o país apenas conseguiria superar a crise quando os próprios brasileiros não permitissem mais que “elementos perniciosos” alterassem os ensinamentos da bandeira nacional: “ordem tão indispensável ao progresso. Ordem, ordem, ordem, eis a palavra de ordem para os ferroviários visando a felicidade do Brasil.”<sup>60</sup>

O posicionamento combativo à infiltração comunista gerava conflitos com outras associações pela representação da classe frente ao contexto de crise. Em manifesto aos ferroviários, a UFB expôs sua insatisfação mediante as ações realizadas pela Associação Profissional dos Ferroviários da Central do Brasil durante mobilização pela melhoria na escala de serviço dos maquinistas do setor elétrico. Ao publicarem no jornal *Diretrizes* o manifesto “Os ferroviários advertem o governo”, teriam utilizado, sem permissão, a reivindicação e nome da classe dos maquinistas para pressionar o governo pela aprovação da nova escala de trabalho, com o intuito de “destruir todo o trabalho já existente junto à administração da Central, em benefício dessa classe”. Ao terem se colocado como representante da pauta dos maquinistas, a Associação Profissional dos Ferroviários, na visão da UFB, “roubava” o protagonismo na representação e se apropriava da reivindicação dos maquinistas em nome de seus próprios interesses.

Neste sentido, a diretoria da UFB denunciou as ações daquela associação, que seria “o lobo que aparece no nosso meio vestido de cordeiro para ilaquear a fé do desprevenido, bom e sincero ferroviário”, afirmando ainda que:

A Associação Profissional dos Ferroviários da Central do Brasil, como acontece com todas as outras associações profissionais ferroviárias das demais estradas que não possuem sindicato, é nada mais, nada menos do que uma célula do partido comunista disfarçada em instituição de classe. E, por isso mesmo, quase todos os membros de sua administração são elementos pertencentes ao partido comunista, de onde vem as diretivas para ser praticadas na Central e nas demais vias-férreas. (...) deseja que os ferroviários continuem sofrendo, quanto mais melhor para eles (comunistas), a fim de que tenham sempre pretextos para fazer agitação em obediência às ordens procedentes da Rússia Vermelha.<sup>61</sup>

Com isso, percebemos que os ferroviários não eram um grupo coeso e homogêneo politicamente, e, mesmo com as disparidades ideológicas, eram vigiados de perto pelo Estado. A esfera de vigilância e o contexto de crise econômica se agravaram ao longo dos anos 1950, representando para os trabalhadores a piora nas condições de vida e trabalho para este setor.

---

<sup>60</sup> Idem.

<sup>61</sup> “Manifesto aos Ferroviários da Central do Brasil”. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Divisão de Polícia Política e Social (DPS), notação 30187v2, folha sem numeração, documento sem data.

Durante o governo de Juscelino Kubitschek (1955-1960), além da preocupação em combater a infiltração comunista no movimento operário para garantir a “paz social”, era necessário buscar maneiras de sanar o processo crescente de crise. Apoiado na perspectiva econômica do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), o governo adotou uma política nacional-desenvolvimentista de incentivo à industrialização e integração da economia, visando a modernização do país de forma acelerada. O Plano de Metas do governo prometia a transformação nacional de 50 anos em apenas 5.

Assim como afirma a historiadora Maria Victoria Benevides, “o núcleo da política econômica de Kubitschek consistiu na congregação da iniciativa privada – acrescida substancialmente de capital e tecnologia estrangeiros – com a intervenção do Estado, como orientador dos investimentos através do planejamento”<sup>62</sup>. A aliança com o capital nacional privado, os empréstimos internacionais contraídos, somados à questão da “integração nacional” com a construção de Brasília, levaram o governo a realizar emissão desenfreada de papel moeda, aumentando a inflação e o endividamento interno e externo.

O investimento na indústria pesada - principalmente a automobilística - deslocou o interesse governamental para a ampliação das rodovias o que, conseqüentemente, deixou o setor ferroviário em segundo plano<sup>63</sup>. Desde o pós-guerra, o setor ferroviário apresentava graves problemas financeiros. Ao longo dos anos 1950, diversas linhas e ramais considerados antieconômicos foram substituídos por estradas de rodagem. Com a diminuição dos investimentos e não expansão da malha ferroviária, companhias foram encampadas e entregues à gestão do governo federal, organizadas em redes de viação regionais ou arrendadas a uma empresa ou governos estaduais.

Foi neste contexto que surgiu a Rede Ferroviária Federal. Através da lei nº 3.115 de 16 de março de 1957<sup>64</sup>, a RFFSA foi criada através de um regime de economia mista integrante da

---

<sup>62</sup>BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. O Governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política (1956-1961). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 202.

<sup>63</sup>Assim como demonstra Anna Finger, podemos identificar o aumento do investimento estatal no setor rodoviário desde o pós-Primeira Guerra Mundial, com o governo Washington Luís. Naquele contexto, a exportação do café entrou em crise, levando à desativação de linhas e ramais encarregas em grande parte pelo escoamento da produção cafeeira. Além disso, o estado brasileiro inicia o processo de substituição de importações, fomentado pela crise europeia do pós-guerra, aquecendo a indústria de bens de consumo não duráveis e bens de capital. A aproximação comercial com os Estados Unidos da América levou a importação de automóveis, fato que deslocou o interesse do empresariado do arrendamento de ferrovias para a industrialização e o setor automobilístico. Cf: FINGER, Anna Eliza. Um século de Estradas de Ferro: arquitetura das ferrovias no Brasil entre 1852 e 1957. 2013. 466 fls. Tese. (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, p. 113-114.

<sup>64</sup> A lei Nº 3.115/57 determinava a transformação das empresas ferroviárias da União em sociedade por ações, além de autorizar a constituição da Rede Ferroviária S.A. Cf: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L3115.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L3115.htm)>

administração indireta e vinculada funcionalmente ao Ministério de Viação e Obras Públicas. Com a sua criação, 18 ferrovias que antes estavam sob responsabilidade do governo federal foram incorporadas à Rede - como a Estrada de Ferro Central do Brasil e a Estrada de Ferro Leopoldina -, priorizando o transporte de carga e desativando gradativamente o serviço de passageiros por ser considerado antieconômico<sup>65</sup>. Além disso, a migração dos servidores ferroviários para a Rede, a precarização das relações de trabalho somadas ao aumento do custo de vida levou à insatisfação não só da categoria, como também da população dependente do transporte ferroviário.

A transformação das estradas de ferro, portos e empresas públicas de navegação em sociedades de economia mista levaram ferroviários, marítimos e portuários a se articularem num pacto de ação comum em 1957 contra a política de desmonte implementada por Juscelino.<sup>66</sup> Assim como demonstra Antonio Luigi Negro e Fernando Teixeira da Silva, o governo Juscelino Kubitschek reprimiu o movimento operário com a justificativa de garantir a “paz social”, combatendo greves e utilizando as divisões policiais das delegacias locais, de ordem política e social e das forças de choque continuamente contra os trabalhadores, agindo em parceria com o patronato num “duplo movimento de silenciosa espionagem e ruidosa repressão”<sup>67</sup>.

Contando com a colaboração do presidente da União dos Ferroviários do Brasil, o setor trabalhista da DPS buscava informações sobre a movimentação grevista de ferroviários, marítimos e portuários. Em 15 de maio de 1959, um investigador apresentou em comunicação ao chefe da seção trabalhista relato sobre os “rumores de nova agitação dos ferroviários”. Repassando informações obtidas com José Soares (presidente da UFB), este teria afirmado que ainda não seria deflagrada uma greve nacional, sendo a mobilização apenas para “impressionar as autoridades”, e que “se por acaso a questão das reivindicações se complicar para a deflagração de uma greve, eu, José Soares, darei comunicação”.

Já em comunicação de 8 de junho de 1959, o mesmo investigador afirmava que:

Fui ainda informado pelo senhor Soares que todos os ferroviários do Brasil estão indignados com o presidente da Rede Ferroviária Federal S/A, dr. Renato Feio, pois o mesmo só trata de prejudicar os trabalhadores, e se não forem tomadas medidas para que o referido Renato Feio modifique sua atitude, ele, José Soares da Silva Filho, não poderia conter a indignação dos

---

<sup>65</sup> FINGER, Anna Eliza, Op. Cit, p. 118-119.

<sup>66</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. [et alii] Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca (1945-1964). Rio de Janeiro: APERJ/FAPERJ, 2003, p. 132.

<sup>67</sup> SILVA, Fernando Teixeira da. NEGRO, Antonio Luigi. Op. Cit., p. 69.

ferroviários de todo o Brasil, e desde já pode-se contar que dentro de dois ou três meses será deflagrada uma greve de âmbito nacional.<sup>68</sup>

A insatisfação dos ferroviários, assim como a mobilização dos portuários e marítimos culminou no início de novembro de 1960 em uma greve nacional. Aproximadamente 300 mil trabalhadores paralisaram os serviços de estações de trem, portos e balsas interestaduais na chamada Greve da Paridade, movimento que buscava a equiparação dos vencimentos dos funcionários civis com militares. Duramente reprimida pelo governo, que declarou a ilegalidade da greve, diversas lideranças sindicais foram presas, entre elas Demisthoclides Baptista, mais conhecido por “Batistinha”.

Batistinha foi uma importante liderança na Estrada de Ferro Leopoldina. Filho de ferroviário, sua trajetória dentro da estrada foi de caixeiro de armazém à advogado do Departamento de Assistência ao Ferroviário. Eleito duas vezes presidente do Sindicato dos Ferroviários da Estrada de Ferro Leopoldina (1954 e 1957), formou-se advogado e atuou, principalmente, na área trabalhista. Eleito deputado federal pelo Rio de Janeiro em 1963, era membro do CGT, PUA e fazia parte do Partido Comunista Brasileiro. Com o golpe civil-militar de 1964, teve seu mandato cassado e a perda de seus direitos políticos por 10 anos. Exilou-se no Uruguai por 2 anos, retornando clandestinamente para o Brasil, ficando preso por dois anos<sup>69</sup>.

A respeito das greves entre 1958 e 1962, Batistinha afirmou em entrevista ao Centro de Memória Ferroviária<sup>70</sup> que a repressão do governador Carlos Lacerda era forte, devido ao Decreto-Lei 9080, que proibia greves nos setores essenciais, processando as lideranças grevistas. Nesse sentido, para a organização das greves maiores, a experiência do Partido Comunista e a utilização de métodos clandestinos de organização era de grande importância. Geralmente, ainda de acordo com Batista, o Partido enviava um assistente para acompanhar e orientar a greve, enquanto ele ficava no sindicato, pois em caso de sua prisão, a repercussão seria maior. Na greve da Paridade, Batistinha foi preso dentro do sindicato dos marinheiros, o

---

<sup>68</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Divisão de Polícia Política e Social (DPS), notação 30187v2, fl. 19.

<sup>69</sup>Ver: CPDOC– FGV. BATISTA, Demisthoclides. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/batista-demisthoclides>>. Acesso em: 13/Jul./2019.

<sup>70</sup> O Centro de Memória Ferroviária do Sindicato dos Ferroviários da Estrada de Ferro Central do Brasil organizou junto ao Arquivo de Memória Operária da UFRJ o livro “Batistinha: o combatente dos trilhos”, publicando a entrevista com o ferroviário sobre a sua trajetória e liderança sindical.

que levou os trabalhadores a condicionarem o fim da greve à libertação das lideranças e a garantia de não os processarem<sup>71</sup>.

Ao longo da entrevista, o ex-presidente do sindicato da EFL faz questão de afirmar que embora a experiência do Partido fosse importante para conduzir as greves, ele não exercia influência direta nos assuntos da Rede. O que existiria, segundo ele, era o PCL, “Partido Comunista da Leopoldina”, representando a força do sindicato naquela viação. Com isso, o trabalho de base dentro da ferrovia seria o principal fator para o sucesso das greves, sendo necessário mobilizar o maior número de trabalhadores possível:

Nas oficinas havia mais mentalidade operária. Eu era um cara da base, lançado pelos artífices e eram eles os responsáveis pela gente. A base operária de qualquer ferrovia é mesmo as oficinas. O pessoal da via permanente era geralmente recrutado no campo. Já o pessoal da estação e do escritório trabalhava de gravata e quando a gente estava zangado, dizíamos que eles usavam a gravata como se fosse coleira. Andavam bem vestidos, eram recrutados na classe mais média, eles não tinham mentalidade operária. A empresa realizava um trabalho de envolvimento: o pagamento deles saía mais cedo e gozavam de outras regalias.<sup>72</sup>

Batistinha relacionava a diferença de “mentalidade operária” entre os trabalhadores como uma das principais dificuldades na paralisação dos serviços em caso de greve. Quanto mais próximo das classes médias, menor seria o grau de engajamento dos ferroviários, devido aos benefícios materiais e simbólicos que possuíam. Veremos que essa relação nem sempre se faz verdadeira, e que mesmo nas oficinas, “base operária de qualquer ferrovia”, existiam posicionamentos diversos.

Nesta perspectiva, tentei demonstrar como o crescimento da organização operária na década de 1950 também se fez presente no meio ferroviário, e que, a partir de associações e sindicatos, reivindicaram seus direitos trabalhistas através de posicionamentos diversos e heterogêneos, evidenciando as disputas políticas entre os trabalhadores. Levando em consideração os conflitos presentes na organização dos ferroviários da Central do Brasil e Leopoldina, se faz necessário compreender qual foi o posicionamento da categoria no contexto de crise do governo João Goulart, e até que ponto resistiram ao golpe civil-militar de 1964.

---

<sup>71</sup> FIGUEIREDO, B. G. (Org.) Batistinha: o combatente dos trilhos. Rio de Janeiro: Centro de Memória Ferroviária/AMORJ, 1994, p. 33

<sup>72</sup> FIGUEIREDO, B. G. (Org.) Op. Cit., p 34.

## 1.2) Os ferroviários cariocas e o golpe civil-militar de 1964

A renúncia de Jânio Quadros e a tentativa das direitas em impedir a posse de João Goulart marcaram o início de uma intensa crise política no país. Segmentos da sociedade civil se organizaram ao longo da década de 1960 em grupos como o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPÊS), Instituto Brasileiro Ação Democrática (IBAD) e a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), fazendo oposição ao governo Jango e alertando para os perigos da ameaça comunista que estaria infiltrada em seu mandato e transformaria o país em uma “República Sindicalista”<sup>73</sup>.

Em matéria no jornal *O Globo*, o marechal Angelo Mendes de Moraes<sup>74</sup> advertia através da “Rede da Democracia” que o comunismo prepararia seu golpe final no Brasil através da “infiltração dos nacionalistas de Moscou” nos postos-chave, hostilizando os democratas e organizando a “guerra revolucionária” apoiada nas massas populares. A guerra, conduzida por uma minoria atuante, teria por objetivo a desorganização do país, fato que, em sua visão, já acontecia com a “Petrobrás, com o IBC, o Lloyd, a Rêde Ferroviária, o DNER e outras organizações do Estado, trazidas ao pelourinho do escândalo público”<sup>75</sup>.

A desorganização do país estaria pautada também na questão econômica, ameaçando o crescimento e progresso brasileiro. O Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPÊS) foi uma das principais organizações interessadas em realizar diversas campanhas publicitárias - demagógico e doutrinário - para convencer a população sobre os perigos da já existente infiltração comunista na ruína econômica. Assim como demonstrou René Dreifuss, o instituto foi criado em novembro de 1961, reunindo setores da elite econômica brasileira: empresários ligados ao capital externo, principalmente o norte-americano, e à multinacionais, além de militares como Golbery do Couto e Silva.

O grupo seria uma reação empresarial ao que consideravam a “tendência esquerdista da vida política”, construindo, inicialmente, uma fachada democrática de “respeitáveis homens de negócios e intelectuais” reunidos em agremiação apartidária, interessados nos acontecimentos políticos e sociais, apoiando a reforma moderada das instituições políticas e econômicas

---

<sup>73</sup> DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis (RJ): Vozes, 1981; CORDEIRO, Janaina Martins. Direitas em movimento: a Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

<sup>74</sup> O marechal Angelo Mendes de Moraes foi primeiro suplente pela Guanabara na legenda da coligação formada pelo Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Social Trabalhista (PST). Após o Ato Institucional nº 2, filiou-se à ARENA. Ver em: Ângelo Medes de Moraes. Verbete. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC.

<sup>75</sup> “Mendes de Moraes adverte que o Comunismo prepara seu golpe final do Brasil”. Jornal *O Globo*. Rio de Janeiro, 13 de março de 1964, p. 2.

existentes, para, assim, fortificar o regime democrático brasileiro.<sup>76</sup> No entanto, o IPÊS - junto ao IBAD - foi uma das forças civis que apoiou a deposição de João Goulart.

Além de recrutar empresários e parlamentares na cruzada anticomunista, o instituto também atuava junto à população, produzindo forte propaganda ideológica contra o governo Goulart, as Reformas de Base e a infiltração comunista. Além da criação de cursos cívicos e a elaboração de livretos e folhetos, o cinema também foi utilizado pelo instituto como difusor da propaganda anticomunista entre a população.

O jornalista e cientista social Reinaldo Cardenuto demonstra em sua pesquisa como os documentários produzidos pelos cineastas Jean Manzon e Carlos Niemeyer, com o financiamento do Ipês, possibilitaram a expansão de uma propaganda de ideologia liberal nos cinemas e televisão. Os primeiros curtas-metragens produzidos faziam o elogio do capital estrangeiro e à ideologia da livre concorrência, em uma tentativa de convencer o espectador da importância da iniciativa privada, atendendo, assim, os interesses da elite empresarial<sup>77</sup>.

Para este trabalho, interessa o filme “História de um maquinista”, produzido por Jean Manzon entre julho e agosto de 1962. Feito ainda na fase de aparência “democrática, apartidária e cívica” do instituto, o filme faz parte de um conjunto de documentários que abordam a questão econômica do setor de transportes do país, tecendo críticas não só às ferrovias, mas também ao comércio marítimo a partir dos filmes “Portos paralíticos”, “A vida marítima” e “Uma economia estrangulada”.

O pesquisador Marcos Corrêa realizou análise dos filmes produzidos por Manzon para o instituto, demonstrando como os documentários ipesianos buscavam condicionar a participação dos empresários como atores na construção de um país moderno e progressista a partir de suas iniciativas econômicas. O sistema de transporte público era considerado um ponto de estrangulamento para o desenvolvimento da nação, sendo necessário o investimento privado e a harmonia nas relações de trabalho para se chegar à modernização<sup>78</sup>.

Este ideal fica evidente logo nas primeiras cenas do documentário “História de um Maquinista”. A cena de abertura apresenta algumas folhas e a capa da encíclica *Mater et Magistra*, escrita pelo Papa João XXIII em 15 de maio de 1961. O documento marcou o posicionamento da Igreja Católica no contexto de Guerra Fria, na defesa dos direitos sociais, realizando críticas ao extremismo presente tanto no capitalismo quanto no comunismo. Para o

---

<sup>76</sup> DREIFUSS, René Armand. Op. Cit., p. 163.

<sup>77</sup> Cf: CARDENUTO, Reinaldo. O golpe no cinema: Jean Manzon à sombra do Ipês. In: MORETTIN, E.; NAPOLITANO, M.; KORNIS, M. (orgs.) História e documentário. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

<sup>78</sup> CORRÊA, Marcos. O discurso golpista nos documentários de Jean Manzon para o IPÊS (1962/1963). 2005. 290 fls. Dissertação (Mestrado em Multimeios), Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

IPÊS, o ponto principal abordado pela encíclica era a mediação das relações entre patrões e trabalhadores: negando o conflito de classes, reafirmando a necessidade da harmonia e cooperação entre as partes. Neste sentido, o uso da encíclica pelo documentário tinha por objetivo marcar o posicionamento cívico e cristão do instituto frente ao contexto de mobilização política e social do governo João Goulart.

O narrador apresentava as angústias de um maquinista da Estrada de Ferro Central do Brasil. Fumando e lendo o jornal com notícias sobre as catástrofes recentes que ocorreram naquela ferrovia, o maquinista era representado como um trabalhador sem esperanças, preocupado com os “descaminhos do sistema ferroviário” (Figura 1). Para evidenciar os problemas da ferrovia, eram apresentadas diversas imagens em sequência: a “tragédia do Méier”<sup>79</sup> com vagões quebrados, pessoas feridas, corpos deixados na ferrovia (Figura 2); atrasos da ferrovia, com dormentes podres, vagões movidos a vapor, trabalho braçal ineficaz e técnicas de comunicação obsoletas (Figura 3 e 4).



Figura 1



Figura 2

<sup>79</sup> Acidente que ocorreu no bairro do Méier em 1958, entre dois trens da EFCB, deixando mais de 150 mortos e 300 pessoas feridas. Os principais jornais da época noticiaram o acidente, enfatizando os constantes desastres que ocorriam na EFCB. A manchete na capa do *Jornal do Brasil* foi: “Maior desastre da Central nos últimos 30 anos”, afirmando que o choque entre os dois trens da linha auxiliar deixou em risco a vida de 2400 passageiros, e ocorreu dois meses e três dias após outro acidente, envolvendo trens da Central no “massacre de paciência”. A “tragédia do Méier” foi considerada o desastre de “maior notícia nos últimos trinta anos na América do Sul”. Cf: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 9 de maio de 1958, n. 105, p. 12. O *Jornal Imprensa Popular* apresentou a reportagem “Central do Brasil: Meio de vida para alguns e morte certa para muitos!”, criticando o grande número de acidentes que ocorreram entre 1950 e 1958: 11 acidentes e 435 passageiros mortos. Cf: *Jornal Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 18 de maio de 1958, Edição 02416, p. 15.



Figura 3



Figura 4

Assim como Marcos Corrêa demonstra, a representação do maquinista “amargurado e cansado”, as imagens dos acidentes, descarrilhamentos e o atraso produtivo e estrutural representavam não apenas os problemas técnicos do setor ferroviário, mas o “abandono” e “insegurança” da ferrovia desde a criação da Rede Ferroviária Federal. Para o instituto, a má qualidade dos serviços também estava presente no setor de segurança e comunicações, classificados como “mediócras”<sup>80</sup>.

A grande vítima da má administração da Rede Ferroviária seria o povo, que sofria com os perigos de ser transportado por máquinas à vapor “sujas, carcomidas e vagarosas”, comboios “entupidos e superlotados”, não satisfazendo as condições mínimas de conforto e segurança. Com isso, o documentário deixava claro ao público como o abandono fazia parte da incompetência administrativa da Central do Brasil, que além de promover o descaminho do sistema ferroviário, explorava os passageiros economicamente. A população era obrigada a pagar impostos para cobrir o déficit ferroviário de 50 bilhões de cruzeiros, causados não pela falta de recursos, mas pelo excesso de burocracia, empreguismo e interferência política. O instituto fazia, então, duras críticas à administração pública, acusada de não implementar sequer uma política de transportes para recuperar as estradas de ferro<sup>81</sup>.

Neste sentido, para superar os problemas da “desordem ferroviária”, seria necessário um “saneamento administrativo”, empreender uma “política patriótica e realista” que apenas a iniciativa privada seria capaz de realizar. O maior exemplo de eficácia seria o caso da Companhia Paulista de Estrada de Ferro, empresa que apresentava tudo aquilo que a Estrada de Ferro Central do Brasil não teria: tecnologia, conforto, segurança, administração eficaz. No

<sup>80</sup> CORRÊA, Marcos. O discurso golpista nos documentários de Jean Manzon para o IPÊS (1962/1963). 2005. 290 fls. Dissertação (Mestrado em Multimeios), Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, p. 96-97.

<sup>81</sup> História de um Maquinista. IPÊS. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=5uLTuaF5NDI&list=PL488DAE3E64F680A2>>

entanto, com a encampação da Companhia Paulista pela Rede Ferroviária, o cenário de progresso daquela ferrovia estaria ameaçado.

Assim como Reinaldo Cadernuto apresenta, a proposta do IPÊS era converter-se em organização de representação ideológica da classe empresarial, com condições de manipular a administração pública em prol da iniciativa privada. Os curtas-metragens produzidos pelo instituto retratam esse objetivo, tecendo elogios à ideologia da livre concorrência, convencendo o espectador da importância da iniciativa privada para a economia nacional.

Dessa forma, utilizar a Companhia Paulista como exemplo era crucial, pois se tratava de uma ferrovia privada que apresentava a modernização do trabalho, conforto e segurança dos passageiros, boa qualidade do material rodante, contando com recursos tecnológicos, ameaçados pela má administração da Rede Ferroviária. A iniciativa privada seria o diferencial, representado uma administração moderna e inteligente.

Em contraste com as imagens da EFCB (figuras 5 e 6), o espectador podia observar uma sequência de imagens que tratava a questão da satisfação dos passageiros da companhia paulista (figuras 7 e 8), como podemos ver nas imagens abaixo.<sup>82</sup>



Figura 5



Figura 6



Figura 7



Figura 8

---

<sup>82</sup> Idem.

Enquanto na Central do Brasil os passageiros sofriam com a insegurança de um transporte obsoleto, em péssimas condições de uso, enfrentando problemas de atrasos nas viagens, além de plataformas e vagões superlotados (figuras 5 e 6), os passageiros da Paulista não enfrentariam a mesma realidade. As imagens selecionadas para retratar a estrada paulista representam o conforto, segurança e felicidade dos passageiros, que contavam com viagens pontuais, vagões modernos, plataformas e trens vazios (figuras 7 e 8), evidenciando a eficácia da administração privada no setor ferroviário.<sup>83</sup>

A Rede Ferroviária, na visão do IPÊS, representava um entrave ao progresso econômico. Apenas a iniciativa privada seria capaz de salvar o sistema ferroviário do país, considerado antieconômico e atrasado devido à interferência e ineficácia da administração governamental. Além dos problemas administrativos e de ordem econômica, a Rede Ferroviária, bem como outros setores de transportes, contava com outro problema grave: a infiltração comunista.

A ação de agentes infiltrados do comunismo também levaria à desorganização administrativa e econômica das principais empresas. Neste sentido, assim como o Ipês e a declaração de Angelo de Moraes ao jornal *O Globo* demonstram, seria preciso não apenas realizar mudanças estratégicas na administração das empresas estatais, mas combater a influência do movimento sindical, que destruía as chances de recuperação e ordem das estatais devido à manipulação sofrida pelos trabalhadores, guiados e manipulados por “ideologias estranhas ao progresso da nação”<sup>84</sup>.

O historiador Rodrigo Patto Sá Motta demonstrou como no imaginário anticomunista era comum a representação dos comunistas como “inimigos externos do país”, principalmente no contexto de Guerra Fria. Infiltrados na organização social brasileira como “agentes patológicos”, a ameaça estrangeira serviria de cobertura para o imperialismo soviético e contava com agentes treinados para dirigirem a ação dos comunistas brasileiros.<sup>85</sup>

Na denúncia do Marechal Angelo Mendes de Moraes é possível identificar essa associação, na qual “os nacionalistas de Moscou” estariam infiltrados - inclusive em empresas estatais de grande importância como a Petrobrás e Rede Ferroviária -, organizando a guerra revolucionária para desorganizar o país com a ajuda de uma minoria revoltosa. Nesta perspectiva, o histórico de greves e manifestações dos trabalhadores ferroviários nos anos 1960

---

<sup>83</sup> História de um Maquinista. IPÊS. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=5uLTuaF5NDI&list=PL488DAE3E64F680A2>>.

<sup>84</sup> “Mendes de Moraes adverte que o Comunismo prepara seu golpe final do Brasil”. Jornal *O Globo*. Rio de Janeiro, 13 de março de 1964, p. 2.

<sup>85</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002, p. 55-56.

e principalmente a sua atuação durante o governo Goulart eram vistos pelos setores conservadores como um sinal da influência do comunismo na classe ferroviária e da decadência da Rede Ferroviária Federal.

A primeira mobilização política dos ferroviários em 1961 ocorreu em defesa da posse do presidente João Goulart com a organização da “Greve da Legalidade”. Para o líder sindical Batistinha, na mobilização da greve já era possível identificar que “a coisa marchava para uma ditadura”, além de ser possível observar nos jornais a “ameaça golpista”. O sindicato decidiu paralisar independentemente da posição adotada pelo PCB:

Na segunda-feira, quando pegamos o jornal a manchete do Globo era a seguinte: “Democracia ou comunismo”. Os três ministros militares diziam: “Não vai ter posse!”. Jango vice-presidente estava na China. Então eu disse: “Não, vamos pro pau...”. Paramos de novo e só voltamos no dia da posse do Jango. Foi uma greve realmente linda, de estalo. A ferrovia estava tão organizada que bastava darmos um grito que parava tudo. Nós aguentamos 12 dias até Jango tomar posse. Jango dizia que tudo que ele tinha devia aos ferroviários, que ele não tinha condições de negar nada aos ferroviários<sup>86</sup>.

Por se tratar de uma memória construída muitos anos após os eventos de 1964, já no contexto de redemocratização, a fala do ex-presidente do sindicato da Leopoldina nos mostra a influência do presente na análise de eventos passados: segundo seu depoimento, já em 1961, era possível identificar a iminência de um golpe militar. Ao mesmo tempo, Demisthoclides Batista apontava que, mesmo defendendo a posse de João Goulart, o sindicato não deixou de ser crítico ao seu governo. Embora Jango contasse com grande base de apoio em intersindicais como o CGT, tentava controlar os ânimos dos operários. A nomeação de Herber Maranhão para diretor da RFFSA teria sido estratégica neste sentido, uma vez que o ex-presidente da república dizia não confiar no sindicato da EFL, pois “a Leopoldina não era dele, nem nós nunca deixamos que fosse.”<sup>87</sup> Escolher Herber Maranhão significava ter alguém de sua confiança dentro da Rede Ferroviária, pois sabia que não poderia contar de forma irrestrita com o sindicato.

A crescente organização da categoria e o sucesso da greve da paridade representavam a força, experiência e histórico de reivindicação da Leopoldina que, desde 1948, realizou diversas greves contra a federalização de diversas estradas de ferro, pelo cumprimento do plano de revisão salarial e o estabelecimento de uma tabela única de vencimentos para os ferroviários das estradas de ferro da União.

---

<sup>86</sup> FIGUEIREDO, B. G. (Org.), Op. Cit., p. 38.

<sup>87</sup> FIGUEIREDO, B. G. (Org.), Op. Cit., p. 40.

A DPS acompanhava de perto a mobilização dos ferroviários, reunindo documentação sobre a mobilização da categoria, contendo recortes de jornais e documentos oficiais das organizações operárias, como no caso dos registros sobre o IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Ferroviários. Organizado pela Federação Nacional dos Ferroviários, o congresso ocorreu em janeiro de 1962 com o objetivo de unir as reivindicações de trabalhadores de diferentes estradas de ferro, além de pressionar o governo federal e a Rede por mudanças.

Raphael Martinelli<sup>88</sup>, presidente da FNF, apresentou na “Coluna do Ferroviário” do jornal *Luta Democrática* um apelo a todos os ferroviários “independentemente de credos políticos e religiosos” para comparecerem ao congresso na defesa dos seguintes pontos: criação do Estatuto do Ferroviário, direito de sindicalização para os funcionários públicos cedidos à RFFSA, modificações da lei de previdência social do IAPFESP, além de pautas relacionadas à política interna e externa do país, como a reforma agrária, direito de greve e remessa de lucros ao exterior<sup>89</sup>. A categoria também exigiu que a Rede Ferroviária equiparasse os salários entre os servidores da Leopoldina e de todas as demais ferrovias, além de declararem apoio à campanha de portuários, marítimos, servidores civis e militares pelo aumento salarial de 50%, dando prazo de 30 dias ao governo para atender às reivindicações<sup>90</sup>.

O jornal *Novos Rumos*, editado pelo PCB, relatou que o congresso também contou com a presença da União dos Ferroviários do Brasil. Na visão do jornal, o objetivo do presidente da UFB, José Soares, teria sido criar divisões entre a classe, propondo a separação entre sindicalizados e não sindicalizados, ou seja, que “uns ficariam sob a direção da Federação dos Ferroviários e outros sob a direção da União dos Ferroviários”. O editorial ainda acusou José Soares de tentar enfraquecer o congresso por diversas vezes, marcando reuniões da UFB para a mesma data, e que Soares estava “cumprindo o seu destino de polícia a serviço de Lacerda, Pena Boto e dos golpistas a que serve, lutando contra a democracia e o desenvolvimento do país, como deseja o imperialismo norte-americano e seus agentes.”<sup>91</sup>

A UFB demonstrou ao longo do governo Goulart sua insatisfação e desconfiança com o presidente. Através de telegrama enviado ao primeiro ministro Brochado da Rocha em setembro

---

<sup>88</sup> Raphael Martinelli foi importante líder sindical ferroviário em São Paulo, militante do Partido Comunista Brasileiro e um dos fundadores da Ação Libertadora Nacional (ALN). Cf: Raphael Martinelli. Memorial da Resistência de São Paulo. Disponível em: <<http://www.memorialdaresistencia.org.br/memorial/default.aspx?c=entrevistados&identrevistado=74&identrevista=16&mn=56>>.

<sup>89</sup> *Luta Democrática*, 8 de novembro de 1961. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Divisão de Polícia Política e Social (DPS), notação 20108, fl.15.

<sup>90</sup> *Gazeta de Notícias*, 18 de janeiro de 1962. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Divisão de Polícia Política e Social (DPS), notação 20108, fl. 29.

<sup>91</sup> *Novos Rumos*, 2 a 8 de fevereiro de 1962. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Divisão de Polícia Política e Social (DPS), notação 20108, fl. 37.

de 1963, colocou em questão até que ponto o presidente seguiria realmente os “propósitos legalistas”, cobrando que medidas fossem tomadas contra Leonel Brizola.

Na visão de José Soares, Brizola através de “pregação pública revolucionária contra o regime e as instituições, inclusive incitando ao fechamento do Congresso”, estaria se tornando uma espécie de porta-voz do governo, e, por ser amigo e parente de Goulart, contava com o silêncio e concordância tácita do presidente da república<sup>92</sup>. Com isso, a União alertava seus associados e toda a classe ferroviária em manifestos, denunciando:

as atuais crises do Brasil, ressaltam até onde vai a perigosa infiltração comunista, que já está pondo em risco as nossas liberdades democráticas e as nossas instituições, servindo, por outro lado para que os céticos, e aqueles que não acreditam no perigo vermelho, verifiquem que o país está correndo riscos jamais enfrentados em toda a sua história<sup>93</sup>.

A UFB não apenas se posicionava contra o governo João Goulart, como denunciava a infiltração comunista nas ferrovias. Nos documentos reunidos pela DPS, foi encontrada um carta enviada pelo presidente nacional da União dos Ferroviários do Brasil ao presidente da RFFSA, denunciando a perseguição que os trabalhadores ligados à entidade, bem como os seus dirigentes, sofriam por parte da Federação Nacional dos Ferroviários e superintendentes de ferrovias como a Estrada de Ferro Bragança, Rede Ferroviária do Nordeste, Rede Mineira de Viação e a Central do Piauí.

Com isso, denunciavam a ação do Partido Comunista, que através de sua célula (a FNF), estaria agindo com a cumplicidade de autoridades ferroviárias, para a “execução de um plano de destruição da UFB em virtude da posição por esta adotada de defesa das liberdades democráticas e das nossas instituições”<sup>94</sup>. A “concordância tácita” de Goulart com o radicalismo de Leonel Brizola, a proximidade do governo com lideranças radicais, a perseguição de organizações e dirigentes comunistas à UFB, além da infiltração comunista na Rede Ferroviária Federal demonstrariam, assim, a ameaça real de controle do país pelo “perigo vermelho” e, conseqüentemente, a perda das liberdades democráticas.

Guardadas as devidas especificidades de organização e posicionamentos ideológicos, percebemos que os ferroviários adotaram postura crítica ao governo de João Goulart, reivindicando direito a greve, aumento salarial e mudanças na política interna e externa do país. Para Daniel Aarão Reis, o crescimento das manifestações e greves de trabalhadores urbanos e

---

<sup>92</sup> *Correio da Manhã*, 12 de setembro de 1962, edição 21306.

<sup>93</sup> *Correio da Manhã*, 21 de julho de 1962, edição 21262.

<sup>94</sup> “Infiltração comunista na RFFSA”. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Divisão de Polícia Política e Social (DPS), notação 30187v2, folha sem numeração.

rurais, assalariados e posseiros, estudantes e graduados das Forças Armadas a partir de 1962 levou o governo a configurar uma redefinição do projeto nacional-estatista, que, a partir de então, deveria incorporar a participação popular, não sendo mais possível ignorar as variadas propostas, que, de modo geral, apontavam para uma radicalização crescente<sup>95</sup>. Nesse sentido, o programa das reformas de base tomou corpo para atender parte dessas reivindicações, buscando o apoio de setores nacionalistas e trabalhistas.

O Comício das Reformas teve lugar na Central do Brasil, local estratégico não só em questão de segurança ou capacidade, mas devido à grande concentração de trabalhadores que passavam diariamente pela estação para se deslocarem entre o centro do Rio de Janeiro e o subúrbio. Organizado por diversas entidades sindicais, como o CGT, CNTI e PUA, o comício teve apoio de ferroviários da Estrada de Ferro Central do Brasil e da Leopoldina. Assim como apresentado no jornal *Correio da Manhã*, a EFCB organizou trens especiais para trazer operários dos subúrbios até o comício, e os ferroviários da EFL partiram no denominado “Expresso das Reformas” em direção à Estação Barão de Mauá e de lá seguiram em passeata até a Central com diversas faixas e cartazes<sup>96</sup>.

Além das reformas no dia 13 de março, João Goulart assinou o decreto da SUPRA, medida pela qual as terras em torno de ferrovias, rodovias e açudes públicos seriam desapropriadas. Para a oposição, esses eventos representaram a radicalização do governo e sua aliança com o comunismo. A resposta veio poucos dias depois com a organização da Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Em São Paulo no dia 19 de março, dia de São José - padroeiro da família -, o evento organizado pela União Cívica Feminina (UCF), dentre outras associações civis, reuniu cerca de 500 mil pessoas que protestavam contra o Comício da Central e as intenções de Jango de “comunizar” o país, contando com o apoio dos governadores Adhemar de Barros e Carlos Lacerda. No Rio de Janeiro, a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE) realizou manifestação antes mesmo do Comício das Reformas (organizando um protesto no dia 10 de março contra a legalização do Partido Comunista e o Comício da Central), mas preparavam a marcha carioca para o dia 02 de abril, dando continuidade ao movimento “em defesa da constituição e democracia”<sup>97</sup>.

A crise política se intensificou com os desdobramentos do discurso de Jango no Automóvel Clube, visto pelas direitas como sinal da quebra de hierarquia militar e infiltração

---

<sup>95</sup> REIS, Daniel Aarão. Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 32-33

<sup>96</sup> “Exército garante comício de hoje”. Jornal *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 13 de março de 1964, p. 1.

<sup>97</sup> CORDEIRO, Janaina Martins., Op. Cit., p.64-65.

do comunismo nas forças armadas. Neste sentido, frente a iminência de um golpe militar, o CGT se reuniu na noite de 29 de março e declarou estágio de atenção para uma possível greve geral caso Jango fosse deposto. Em tom de denúncia, lançou um manifesto sobre a crise política, alertando a população sobre a possível deposição do presidente e conclamando os trabalhadores “em todos os setores de trabalho ou nas ruas, combateremos a reação e o golpe, usando as formas de luta que o momento comportar, além da greve geral, nossa primeira investida.”<sup>98</sup>

A Federação Nacional dos Ferroviários, em conjunto com o CGT, também lançou comunicado a todos os representantes dos sindicatos dos ferroviários, alertando sobre o movimento golpista das forças armadas e governadores da Guanabara, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. A diretoria da Federação determinou no comunicado a necessidade de:

manter rigorosa prontidão de toda a classe, nos locais de trabalho e nas delegacias sindicais, dia e noite; manter contatos com a sede central, visto que podemos entrar em greve a qualquer momento; manter contatos urgentes com outras categorias profissionais de trabalhadores, estudantes, camponeses, militares, prefeitos, Câmara de Vereadores, a fim de fortalecer a unidade nacional e defender as liberdades democráticas e sindicais a todo custo, com todas as armas que o momento exige. É dever de todos, a fim de garantir os nossos direitos conquistados em duras lutas e podermos continuar lutando para conseguir novas e sentidas reivindicações em benefício de nossa brava e heróica [sic] classe<sup>99</sup>.

Os ferroviários do Rio de Janeiro se anteciparam à declaração de greve geral, parando suas atividades na Leopoldina e na Central do Brasil ainda na noite do 31 de março de 1964. Assim como noticiou o *Correio da Manhã*, o movimento paredista teve início na EFL após o conhecimento da invasão pelo governo da sede da Federação Nacional dos Trabalhadores Ferroviários na Guanabara. Os dirigentes da categoria decretaram a paralisação de toda a estrada, além de colocarem vagões da estação Barão de Mauá atravessados na Avenida Francisco Bicalho para impedirem o tráfego. Durante a paralisação, 43 delegados sindicais dos ferroviários da Leopoldina foram presos no Estado do Rio<sup>100</sup>.

Também na EFCB houve movimentação, com a paralisação de três composições na estação Engenho de Dentro, interditando todas as linhas da estrada, impedindo a circulação dos trens entre o subúrbio e o centro do Rio de Janeiro<sup>101</sup>. A greve foi geral, paralisando todas as

<sup>98</sup> Jornal *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 31 de março de 1964, p. 2.

<sup>99</sup> “CGT lança manifesto sobre crise política”. Jornal *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 31 de março de 1964, p. 2.

<sup>100</sup> “Greves cessam, mas prisões continuam”. Jornal *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 04 de abril de 1964, p. 1.

<sup>101</sup> “Carioca leva bolo da RFF”. Jornal *Correio da Manhã*, 1 de abril de 1964, 1º Caderno, p. 12.

estações da Rede, impedindo o deslocamento até o subúrbio e o norte fluminense. Sobre a greve contra o golpe, Batistinha afirma que a escolha de parar a ferrovia teria sofrido críticas:

dizem que quando parei a ferrovia evitei que as massas viessem do subúrbio e da baixada. Isso é conversa fiada. Havia um esquema. Qual era o esquema? O trabalhador parar em caso de golpe. (...) Não tinha por que o trabalhador que nunca pegou em arma, pegar. Ele iria se ferrar... Não havia trabalho de resistência armada pelos trabalhadores. Havia ilusão de que as Forças Armadas iriam funcionar democraticamente e impediriam o golpe. Era conversa fiada. Nós paramos às 4 horas da tarde e os trabalhadores estavam na cidade, não estavam em casa. Parei uma hora antes do golpe<sup>102</sup>.

Embora trabalhos como os de Francisco Werffort e Otavio Ianni tenham considerado a experiência democrática pós-1945 como a consolidação de uma política populista que incapacitou e desmobilizou o movimento operário, fora do alcance de sindicatos e lideranças nacionalistas, bem como a questão da falência do pacto populista durante os governos Jânio Quadros e João Goulart, como uma das formas de se interpretar a crise política que levou ao golpe de 1964, podemos identificar através do estudo de caso dos ferroviários do estado do Rio de Janeiro que os trabalhadores não eram simples massa de manobra, incapazes de se mobilizar devido à anos de manipulação e controle por parte de uma legislação corporativista, sindicatos pelegos e políticas nacionalistas<sup>103</sup>.

Elina Pessanha e Regina Morel, a partir da análise da trajetória e atuação sindical dos operários navais e os da indústria siderúrgica durante 1945-1964, demonstraram que embora as contradições da estrutura corporativa e o discurso nacionalista tentassem exercer certo controle sobre o movimento sindical, isto não significava que eram passivamente assimiladas pelos trabalhadores, que realizaram leituras diferentes daquele processo, reivindicando seus direitos, negociando saídas, atuando na defesa por mudanças na política nacional<sup>104</sup>.

Neste sentido, considerando a tradição de lutas e greves, a construção de uma cultura operária heterogênea, as disputas políticas e a organização dos trabalhadores ferroviários em associações e intersindicais, além da mobilização das greves classistas e políticas, demonstraram a autonomia da categoria em relação ao governo Goulart, sua política nacional-estatista e estrutura sindical corporativista. Os trabalhadores foram sujeitos de sua própria

---

<sup>102</sup> FIGUEIREDO, Op. Cit., p. 45.

<sup>103</sup> Cf: WEFFORT, Francisco. O populismo na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.; e IANNI, Octávio. A Formação do Estado Populista na América Latina. São Paulo: Ática, 1989.

<sup>104</sup> Cf: PESSANHA, Elina G. da Fonte; MOREL, Regina Lúcia M. Classe trabalhadora e populismo: reflexões a partir de duas trajetórias sindicais no Rio de Janeiro. In: FERREIRA, Jorge (org.) O populismo e sua história: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

história, não foram cooptados pela estrutura sindical e política nacionalista, atuando de acordo com as suas possibilidades de ação no momento contra o golpe.

Na fala de Batistinha, é possível identificar como a memória sobre os eventos que levaram ao golpe selecionam a questão da mobilização ferroviária contra o movimento golpista desde 1961, em que a Greve da Legalidade demonstraria a percepção da classe a respeito da iminência de um golpe militar, além de evidenciar a não cooptação do sindicato pelo Partido Comunista Brasileiro ou pela estrutura corporativista do governo Goulart. Marca, assim, posição frente às interpretações da época, que denunciavam a paralisação dos trabalhadores diante do golpe devido à desorganização do movimento operário e a subordinação às práticas populistas do governo.

No entanto, é preciso considerar que a oposição e mobilização dos trabalhadores contra o golpe civil-militar não foi absoluta. As disputas político-ideológicas presentes nas organizações ferroviárias, a construção de uma memória social elaborada no contexto de redemocratização que legitimou a resistência e apreço pelos valores democráticos, bem como a heterogeneidade dos comportamentos sociais não estavam restritas ao momento do golpe, se fazendo presente ao longo da ditadura.

Após o golpe, a atuação combativa do sindicato da Leopoldina, e os conflitos e disputas internas entre as associações e organizações sindicais tornaram a Rede Ferroviária um caso de atenção para o novo governo. Para a ditadura civil-militar, seria necessário acabar com a influência comunista no meio operário e nas empresas estatais, neutralizando ameaças e criando uma cultura operária distinta. Sobre esse aspecto, o general Humberto Castelo Branco apresentou o que se esperava da classe trabalhadora a partir da instituição do novo governo:

Na Revolução de 31 de março, o trabalhador brasileiro ocupa lugar de primeiro plano, não para o enganar ou iludir, mas, para dar-lhe a certeza de que, dentro da normalidade e afastado da subversão e da corrupção em que o pretenderam envolver capciosamente, ele encontrará os caminhos da prosperidade e do bem-estar<sup>105</sup>.

Nesse sentido, o anticomunismo, o medo da insegurança e da desordem foram explorados pelo regime militar para disciplinar e controlar os trabalhadores. Com a cooperação, o trabalho disciplinado e longe das supostas mentiras propagadas pelos subversivos, o

---

<sup>105</sup> BRANCO, Humberto Castelo. “01/05/1965 no parque industrial da Usiminas em Ipatinga na solenidade do Dia do Trabalho”. Biblioteca Presidência da República. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/castellobranco/discursos/1965/56.pdf/view>>. Acesso em: 13/julho/2019.

*verdadeiro trabalhador brasileiro* ajudaria o governo a colocar o país de volta nos rumos da prosperidade. A concepção de um *verdadeiro trabalhador* em oposição a um *outro*, subversivo, conspirador, antinacional está inserida também na ideia de guerra psicológica presente na Doutrina de Segurança Nacional, para a qual “trata-se de aniquilar moralmente o inimigo e de separá-lo dos demais cidadãos, e, de outra parte, de assegurar a não oposição ativa contra o projeto político da Doutrina”<sup>106</sup>.

Esse discurso também era veiculado pelos grandes jornais da época, que acusavam o ex-presidente de fomentar as crises econômicas e de abastecimento pela qual o país passava. Como parte de um plano demagógico, Jango teria por objetivo gerar o caos e construir sua imagem como defensor das classes mais baixas, aproximando-se dos trabalhadores. Rodrigo Patto Sá Motta demonstra que algumas charges publicadas em importantes periódicos na época denunciavam o andamento de uma conspiração comunista no país que ganharia corpo através das Reformas de Base e da formação de alianças com grupos comunistas<sup>107</sup>. Dentro desta perspectiva, o governo Goulart teria sido um período marcado pela desordem, incerteza e subversão.

A defesa desses valores se fez presente não só no golpe civil-militar, mas ao longo de toda a ditadura. Janaina Martins Cordeiro demonstrou como a militância política da CAMDE não ficou restrita apenas à queda de João Goulart, mas se estendeu até os anos 1970. As mulheres da CAMDE construíram uma memória específica sobre a sua atuação, deixando de lado o apoio à ditadura. Os silêncios e os esquecimentos que compunham essa memória demonstraram, na verdade, como elas se conciliavam e, até mesmo, incentivavam o autoritarismo do regime, formando um consenso que legitimava a ditadura. No entanto, o anticomunismo e os valores conservadores encarnados pela ditadura não estavam restritos à elite ou classe média. Assim como afirma a autora:

(...) é mais fácil admitir que mulheres de elite, de direita e católicas do país tenham apoiado a ditadura do que, por exemplo, reconhecer que jornalistas – *trincheiras inexpugnáveis da liberdade* – tenham convivido bem com a censura ou, ainda, que camadas significativas da classe média tenham aceito que a tortura como política de Estado fosse o preço a ser pago pelos ganhos materiais proporcionados pelo ‘milagre econômico’. Difícil é reconhecer que, mesmo sendo um grupo bastante específico, os valores postulados pelas

---

<sup>106</sup> BORGES, Nilson. “A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). O Brasil Republicano, v. 4. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 28.

<sup>107</sup> Ver: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Jango e o golpe de 1964 na caricatura. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

mulheres da Camde eram grandemente compartilhados por parcelas as mais diversas da sociedade<sup>108</sup>.

Neste sentido, a oposição ao governo e o anticomunismo também eram significativos entre setores diversos da sociedade, inclusive entre os trabalhadores ferroviários. Os ferroviários não eram um grupo coeso, monolítico, que pensavam e agiam de forma unitária. Não apenas possuíam condições de vida e trabalho diversas, como também culturas políticas e identidade de classe heterogêneas.

Ao longo deste primeiro capítulo, percebemos que a mobilização dos ferroviários durante os anos 1960 não foi um processo linear ou homogêneo, e sim marcado por disputas e conflitos entre as diferentes lideranças ferroviárias que reivindicavam projetos políticos distintos. Além disso, valores conservadores e autoritários como a defesa da democracia e da liberdade diante da ameaça de infiltração comunista, que deveria ser eliminada *a todo custo*, fizeram-se presentes também no meio ferroviário, como vimos no caso da União dos Ferroviários do Brasil.

Contudo, se analisarmos este discurso como parte de uma propaganda elaborada para manipular a classe trabalhadora, perdemos de vista a complexidade das relações entre sociedade e ditadura. Devemos compreender a defesa desses valores como parte de uma cultura política autoritária que legitimou não só o golpe civil-militar mas a ditadura por si só, uma vez que “são os valores e as referências, as culturas políticas que marcam escolhas, sinalizando relações de identidade e consentimento, criando consensos, ainda que com o autoritarismo”<sup>109</sup>.

Para além de analisar a atuação das lideranças, se faz necessário compreender como os trabalhadores que não desempenharam papel de destaque no movimento operário agiram e reagiram ao contexto de intensa mobilização social e política que levaram à instauração de uma ditadura. Entre a resistência e a adesão ao golpe, existiam diversos posicionamentos, ou aquilo que Pierre Laborie apresenta como *um pensar duplo*<sup>110</sup>, que deve ser levado em consideração para compreendermos melhor os diversos posicionamentos estabelecidos entre os trabalhadores e o regime ao longo da ditadura civil-militar.

---

<sup>108</sup> CORDEIRO, Janaina Martins. *Direitas em movimento: a Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 164.

<sup>109</sup> ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samantha. (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. Europa. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 12.

<sup>110</sup> LABORIE, Pierre. 1940-1944: Os franceses do pensar-duplo. In: ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samantha Viz. (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários. Legitimidade, consenso e consentimento no Século XX*. v. 1: Europa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p.39.

A análise do autor sobre a ocupação nazista em Vichy demonstra como os franceses se comportaram muito além da resistência e colaboracionismo, propondo que os historiadores pensem além das contradições, alargando as possibilidades de análise, levando em conta o que as ambivalências querem dizer no contexto. Destaca que “os franceses, em sua maioria, não foram primeiramente vichistas depois resistentes, pétanistas depois gaullistas, mas puderam ser, simultaneamente, durante um tempo mais ou menos longo, e de acordo com os casos, um pouco dos dois ao mesmo tempo”<sup>111</sup>. Isso explicaria os modos de pensamento ambivalentes presentes na opinião comum que pertenciam ao universo mental dos franceses sob Vichy, uma tentativa de adaptação social a uma realidade de exceção, um *pensar-duplo* que “ritma as formas de pensamento ordinário, tanto na banalidade do cotidiano quanto nas situações excepcionais e nos riscos de engajamento”<sup>112</sup>.

Quando recuperamos a memória de ex-ferrôviários da EFCB sobre o governo João Goulart e a ditadura, percebemos uma multiplicidade de lembranças, muitas vezes marcadas por silêncios e embates entre a narrativa oficial/coletiva e a construída por esses atores. Quando retomamos a análise sobre o governo Jango e sua relação com os ferroviários no pré-golpe, o ex-ajustador MI nos conta que<sup>113</sup>:

Lá nesse tumulto [Comício das Reformas de Base], ele pregou abertamente uma revolução armada. Aí, alguns oficiais do exército acharam que aquilo era demais, a gota d'água que faltava para a insurreição, um horror. (...) Foi um período que a gente ganhava muito dinheiro, porque ele apoiava essas categorias. Tudo o que o sindicato pedia, ele dava. Para nós, ele foi bom, em termo de salário para a nossa categoria, para os ferroviários, ele foi bom. Tanto que depois, os ferroviários foram perseguidos, inverteu com a Revolução.<sup>114</sup>

Já para o torneiro mecânico aposentado UV, o governo João Goulart:

Fez nada de bom para ninguém. Era um “Maria vai com as outras”, só fazia o que *os outros* mandavam. Era igual ao Dutra quando foi presidente, o papo que tinha era que qualquer papel de bala que jogasse ali, ele assinava o decreto. Para mim, ele não fedeu nem cheirou. Ele ter saído tanto faz, tanto fez.<sup>115</sup>

A fala de MI a respeito do aumento salarial ganho pelos ferroviários durante o governo remonta a uma determinada visão sobre a relação de apoio entre João Goulart e o movimento

---

<sup>111</sup> Ibidem, p.39.

<sup>112</sup> Ibidem, p. 40.

<sup>113</sup> Como parte dos entrevistados solicitou a preservação da identidade, utilizarei as iniciais de seus nomes ao longo do trabalho.

<sup>114</sup> Entrevista com MI, concedida à autora em 21 de dezembro de 2018.

<sup>115</sup> Entrevista com UV, concedida à autora em 29 de maio de 2017.

operário. Os benefícios não seriam uma conquista realizada a partir da pressão e organização de greves pelo sindicato. Seriam, em tese, uma dádiva, uma benesse, fruto da relação íntima entre governo e sindicatos<sup>116</sup>.

Esta correlação também é identificada na fala sobre o comício das reformas, ao afirmar que o presidente “pregou abertamente uma revolução armada” naquele “tumulto” e, por isso, o *Exército* achou necessário intervir para barrar uma insurreição. Dessa forma, a fala do entrevistado encontra uma justificativa para o processo de intervenção militar: Goulart, por ser um político que beneficiava abertamente os sindicatos, buscava apoio do setor para tramar uma revolução armada. Neste sentido, o golpe seria razoavelmente justificável e necessário.

Se para MI o comício das reformas representou um evento tramado por João Goulart para realizar uma revolução armada, para o ferroviário AS o comício representava uma marca importante na política brasileira:

Eu achava que aquilo era importantíssimo para nação. Mas eu era, eu sou meio medroso com essas coisas de aglomeração, empurra-empurra. Por isso, eu não participava. Mas o mal do Brasil, talvez, foi aquilo ali, politicamente. Não sei se eu tô errado, mas, para mim, o primeiro racha no Brasil foi ali. Faz parte né. Aproveitaram aquela situação. Eu achava que o João Goulart tinha boas ideias, iria dar um jeito no país. Mas tem gente que sempre tem ideia para colocar para trás. Colocaram a pedra ali, aí não teve jeito, aconteceu a Revolução. Se foi necessária ou não foi, aí eu já não posso julgar. Eu não posso reclamar da Revolução, porque a mim não afetou em nada. Graças a Deus. Mas, como ferroviário, ficou a marca que foi da Central do Brasil o comício do Jango que desencadeou isso<sup>117</sup>.

Embora AS considerasse que o ex-presidente tinha “boas ideias”, ou seja, apesar de ter uma memória positiva a respeito de seu mandato, é interessante notarmos como existe uma disputa e uma seleção de memória a respeito da chamada “Revolução”. A escolha de palavras para retratar o golpe e a consequência desse processo em sua vida nos revela como AS tenta silenciar e selecionar em sua memória eventos que o distanciem da ditadura: a Revolução foi inevitável; ele não poderia julgar se ela foi ou não necessária; ele não poderia reclamar da Revolução pois não foi afetado por ela, ou seja, não se considerava um alvo da repressão, não se considerava alguém relevante para o desenrolar dos acontecimentos.

---

<sup>116</sup> Ideia comum à relação construída entre Getúlio Vargas e os trabalhadores no momento da elaboração da legislação social, ou as chamadas leis do trabalho. Sobre o pacto trabalhistas e a relação entre Vargas e trabalhadores durante a ditadura do Estado Novo, cf: GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 232.

<sup>117</sup> Entrevista com AS, concedida à autora em 28 de maio de 2019.

No entanto, no imediato pós-golpe, é possível identificar como a relação entre os companheiros de serviço apresentava tensões e disputas políticas no cotidiano de trabalho na EFCB:

No início, como eu gostava do Jango na época, tinha um grupo lá que era lacerdista doente, que achavam que a Revolução iria apoiar o Lacerda. Pelo contrário, porque depois deram um pé no Lacerda. Então, tinha um grupinho lá que ficava me criticando. Aí tinha um amigo meu lá que falava: “O AS não é político não, deixa ele!” Mas tinha um grupinho que achava que eu estava defendendo o indefensável. Tinha um grupo que chegava lá para trabalhar depois da Revolução com lenço verde e amarelo no pescoço, todos empolgados. E o Lacerda achou que iria se criar. Infelizmente ou felizmente, não sei. O futuro só Deus sabe<sup>118</sup>.

Podemos perceber na fala do entrevistado uma memória subterrânea<sup>119</sup>, que reconhece as tensões políticas entre os companheiros de trabalho, e como a esfera policialesca, de vigilância contra os possíveis inimigos da Revolução estava presente no dia a dia dos trabalhadores. Por outro lado, AS evita emitir um posicionamento direto acerca dos desdobramentos políticos do golpe, como na passagem sobre as aspirações de Carlos Lacerda ou a validade do movimento golpista que derrubou João Goulart.

O entrevistado retrata uma auto imagem de impotência e insignificância frente à História: “(...) aconteceu a Revolução. Se foi necessária ou não foi, aí eu já não posso julgar. Eu não posso reclamar da Revolução, porque a mim não afetou em nada. Graças a Deus”<sup>120</sup>. Esse discurso faz parte de uma memória coletiva que evoca a sociedade como vítima impotente aos acontecimentos, silenciando a base de apoio social da ditadura ou sobre respeito da repressão. O silêncio também pode significar, assim como afirma Michael Pollack, “a angústia de não encontrar uma escuta, de ser punido por aquilo que se diz, ou, ao menos, de se expor a mal entendidos”<sup>121</sup>. Ocorre então o enquadramento de uma memória que possa ser bem recebida no presente.

A aparente impotência e indiferença frente aos acontecimentos perpassa a memória dos entrevistados sobre os anos da ditadura, porém nos revela outros aspectos da relação desses indivíduos com o passado. Na fala de UV, embora afirme que “tanto faz, tanto fez” o presidente ter “saído”, destaca o comportamento vacilante da figura máxima da Nação, influenciado pelos *outros* na forma de governar. Prevalece a imagem de João Goulart como manipulável, um

---

<sup>118</sup> Entrevista com AS, concedida à autora em 28 de maio de 2019.

<sup>119</sup> POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 8.

<sup>120</sup> Entrevista com AS, concedida à autora em 28 de maio de 2019.

<sup>121</sup> POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 8.

fantoches das esquerdas, que saiu do poder devido a sua incompetência para governar, ou seja, ele não teria sido destituído do poder ou sofrido um golpe.

Marieta de Moraes Ferreira demonstra como essas representações sobre João Goulart e seu governo foram construídas através de uma memória negativa, marcada por posicionamentos políticos-ideológicos de curto prazo e ambivalências. Para o grupo considerado conservador, prevaleceria uma representação ambivalente: o despreparo e incompetência de Jango para lidar com as questões políticas e econômicas *versus* a imagem de um caudilho detentor de um projeto bem definido de anarquia e subversão. Já para as esquerdas, prevalecia a imagem de Goulart como um político conciliador e reformista que não soube avaliar a conjuntura política do país.

A partir da análise de entrevistas realizadas com setores conservadores (como militares, e políticos ligados à UDN, ao PSD, além de tecnocratas) e setores das esquerdas (colaboradores do governo, integrantes do PTB, PCB e lideranças isoladas), a historiadora demonstra como esse grupo heterogêneo possui uma memória contraditória sobre Goulart, que, em certa medida, acaba igualando-o nas acusações.

Essas memórias, assim como destaca a autora, devem ser compreendidas através dos impasses e limites que se colocaram para o governo Jango. As críticas ao governo, a imagem do ex-presidente enquanto responsável maior pelo golpe devido à sua incapacidade de governar e a constituição de alianças radicais, não levam em consideração a experiência política de mais de 10 anos de Goulart como Ministro do Trabalho e Vice-Presidente, bem como não avaliam a participação dos demais atores sociais da época<sup>122</sup>.

Neste sentido, é relevante destacar como essas representações negativas a respeito do governo Goulart se fazem presentes ainda hoje nas falas dos ex-ferroviários entrevistados, principalmente na memória construída pelos aposentados sobre o contexto de crise do governo. Mais do que afirmarem não ter participado do comício das Reformas de Base na Central do Brasil ou de não terem apoiado a “saída” do presidente, constroem a ideia da cultura da normalidade em meio à um contexto de exceção. Os entrevistados, ao se autodefinirem como impotentes e insignificantes, reforçam uma autoilusão de inocência que os aparta da História com H maiúsculo<sup>123</sup>.

Todavia, podemos identificar em suas falas parte do discurso elaborado pelos setores de oposição para justificar o golpe civil-militar: a infiltração comunista no governo e nos

---

<sup>122</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). João Goulart: entre a memória e a história. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 28.

<sup>123</sup> BERGERSON, Andrew Stuart. Ordinary Germans in extraordinary times. The Nazi revolution in Hildesheim. Bloomington: Indiana University Press, 2004, p. 6.

sindicatos teriam levado o país à iminência de um “golpe comunista”, a “Revolução era inevitável”. Longe de ser algo imposto de cima para baixo ou fruto da manipulação, percebemos que o discurso das direitas sobre o governo Jango não estava restrito às organizações e líderes conservadores como José Soares da União dos Ferroviários do Brasil. Muitos dos trabalhadores que não faziam parte de uma esfera de militância e organização política/sindical também compartilhavam desses ideais.

Além disso, não foram apenas as lideranças ou os trabalhadores mais combativos que tiveram o seu cotidiano modificado pela repressão. Parcelas as mais diversas da sociedade tiveram a sua vida cotidiana alterada pelo medo e insegurança diante da vigilância e repressão implementadas pela ditadura. Por mais que os ferroviários aqui entrevistados considerassem estar distantes dos acontecimentos políticos, esses indivíduos também sofreram com as mudanças econômicas e a repressão instaurada pela ditadura, com perdas significativas devido ao arrocho salarial, à desigualdade social do milagre econômico, e a sensação de estar sendo vigiado durante o trabalho.

Neste sentido, se faz necessário analisar qual o papel desempenhado pela Rede Ferroviária Federal nesse processo, como o cotidiano de trabalho dos ferroviários cariocas foi alterado pela repressão e pelas mudanças políticas e econômicas implementadas pela ditadura, bem como identificar os mecanismos utilizados por esses trabalhadores para se adaptarem aquele contexto de exceção.

Para este propósito, serão analisadas fontes policiais e dos órgãos de segurança da Rede Ferroviária Federal, além de entrevistas individuais com seis ex-funcionários da Estrada de Ferro Central do Brasil que trabalharam na ferrovia entre nos anos 1950 e 1980. Investigar qual a memória construída por esses trabalhadores sobre a ditadura e como eles agiram e reagiram às alterações em sua vida cotidiana nos auxilia a compreender melhor as relações ambivalentes e heterogêneas entre sociedade e ditadura civil-militar.

## **Capítulo 2 - A Rede Ferroviária Federal e a ditadura: repressão, vigilância, adesão e processos de adaptação.**

A mobilização operária entre os anos 1948-1964 demonstrou a crescente organização da classe trabalhadora em busca de seus direitos e por transformações políticas e sociais. Como visto no capítulo anterior, a classe ferroviária estava amplamente organizada em federações, sindicatos e associações, participando ativamente de greves políticas e de solidariedade durante o período. Representantes da classe também se mobilizaram em cargos políticos, como o caso

do ferroviário e advogado Demisthoclides Baptista, eleito deputado federal com 38 mil votos por uma coligação integrada pelo Movimento Trabalhista Renovador (MTR), o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e o Partido Social Trabalhista (PST). Cumpriu apenas 14 meses de mandato, cassado em 1964.

Para Marco Aurélio Santana, a década de 1950 pode ser considerada um “período de ouro” na história do movimento operário no Brasil, devido à forte participação dos trabalhadores no seio da sociedade e na vida política nacional. A articulação dos ferroviários com outras categorias do setor de transportes (marítimos e portuários), a solidariedade com a luta de bancários e aeroviários nas greves entre 1960-1964, bem como a aliança com a militância do PCB e PTB evidenciavam a força da categoria, transformando os ferroviários e demais setores em inimigos a serem combatidos pela ditadura. Não à toa, uma das justificativas para a o golpe foi a necessidade de evitar a implementação de uma “república sindicalista”<sup>124</sup>.

A ditadura civil-militar instituiu com o governo Castelo Branco medidas autoritárias para neutralizar a ameaça trabalhista e comunista no sindicalismo. A estrutura e organização sindical foram duramente atingidas pelo golpe, com a perseguição de militantes, prisão de lideranças e a desestruturação do trabalho dos sindicatos nas fábricas. Os bancários e os trabalhadores do setor de transportes foram atingidos com maior intensidade quando comparados à outras categorias, devido a sua figuração proeminente entre 1960-1964.<sup>125</sup>

A perseguição às lideranças ferroviárias como Demisthoclides Baptista e Raphael Martinelli representaram uma grande perda para a organização da categoria. Com a cassação de seus direitos políticos por 10 anos e sua entrada no Inquérito Policial Militar da EFL, Batistinha se exilou por dois anos no Uruguai. Martinelli permaneceu no país clandestinamente, até ser preso no Departamento Estadual de Ordem Política e Social (Deops) de São Paulo em 1970 devido a sua atuação na Ação Libertadora Nacional (ALN).

Marco Aurélio Santana ainda destaca que o ataque a longo prazo ao movimento sindical se deu através da legislação<sup>126</sup>. O regime iniciou uma “Operação Limpeza” a partir da promulgação do primeiro Ato Institucional em 9 de abril de 1964, construindo uma base legal repressora dentro do funcionalismo público, intervindo em setores estratégicos com a justificativa de dar continuidade à “tarefa revolucionária” que a sociedade civil teria confiado

---

<sup>124</sup> SANTANA, Marco Aurélio. Um sujeito ocultado: trabalhadores e regime militar no Brasil. Em Pauta, Rio de Janeiro, n. 33, v. 12, p. 86.

<sup>125</sup> ERICKSON, K. Sindicalismo no processo político no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 209. Apud: SANTANA, Marco Aurélio. Ditadura militar e resistência operária: o movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática. Política & Sociedade, n. 13, p. 281, out. 2008.

<sup>126</sup> SANTANA, Marco Aurélio. Op. Cit, p. 281.

aos militares. A imposição da nova legislação autoritária controlou o Judiciário, estabelecendo a cassação de mandatos eleitorais, a suspensão de direitos políticos e uma espécie de “caça aos comunistas”, com expurgos na burocracia civil e militar.

O decreto 53.897 de 27 de abril de 1964<sup>127</sup> instaurou a Comissão Geral de Investigações com a incumbência de realizar investigações sumárias nos ministérios. Seu objetivo consistia em “apurar crimes contra o Estado, a ordem política e social, ou atos de guerra revolucionária”. A suspensão por seis meses das garantias constitucionais de vitaliciedade e estabilidade permitiram que diversos funcionários públicos fossem afastados de sua posição, acusados de conspirar ou atentar contra a segurança nacional, e de apoiarem o governo Goulart e intersindicais, considerados, assim, subversivos e agitadores.

O relatório final da Comissão Geral de Investigações apurou processo de atos de subversão e corrupção em institutos, caixas econômicas federais, delegacia regional de imposto de renda, universidades e na Rede Ferroviária Federal. Para o regime, era necessário investigar e neutralizar a ameaça comunista que existiria na Rede Ferroviária. Diversos processos foram encaminhados aos ministérios competentes, como sugestão para que se instaurassem processos e inquéritos administrativos no futuro.

A partir da análise do relatório, identificamos a seguinte relação de ferroviários atingidos pelo decreto:

Funcionários da Rede Ferroviária Federal atingidos pela Comissão Geral de Investigação (outubro de 1964)				
Subsidiária	Aposentados	Demitidos	Dispensados	Total
Viação Férrea Rio Grande do Sul		2		2
Rede Ferroviária do Nordeste	42	7	1	50

<sup>127</sup> BRASIL. Decreto nº 53.897, de 27 de abril de 1964. Em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53897-27-abril-1964-394234-publicacaooriginal-1-pe.html>.

Estrada de Ferro Leopoldina		76	3	79
Rede de Viação Cearense	32	7		39
Viação Férrea Federal Leste Brasileiro	19	2	2	23
Estrada de Ferro Central do Brasil	19	2		21
Estrada de Ferro Noroeste Brasil	9		1	10
Estrada de Ferro Santos Jundiá			1	1
Rede de Viação Paraná – Santa Catarina	16			16
Estrada de Ferro São Luiz Teresina	7			7

Tabela 1

Neste sentido, em apenas um mês, 248 funcionários da Rede Ferroviária Federal foram aposentados, demitidos ou dispensados sumariamente pelo primeiro ato adicional. Para os

diretores da comissão, no caso da Rede Ferroviária, teria ficado comprovado “o apoio dos respectivos serviços à ação subversiva, com o emprego do pessoal em massa e desvio de recursos financeiros em detrimento do interesse público”<sup>128</sup>.

Além dos expurgos no setor público, o decreto nº 53.896 instituiu a intervenção federal na Rede Ferroviária e suas subsidiárias, em que o “Ministro da Viação e Obras Públicas e o Interventor diligenciarão no sentido de, no mais breve prazo, colocar a Empresa em condições de voltar à normalidade de seu sistema administrativo”<sup>129</sup>. Continuará, assim, o processo de limpeza nos quadros de servidores, eliminando os funcionários ligados à subversão.

Lidiane Friderichs demonstrou em sua pesquisa sobre os ferroviários riograndinos como a intervenção militar imposta pela ditadura atuou na Viação Férrea Rio Grande do Sul. A partir da perseguição às lideranças sindicais e o sucateamento da ferrovia, Friderichs apresenta como a repressão efetuada pela polícia política tinha o objetivo de controlar a classe trabalhadora, que, mesmo sob intensa vigilância, resistiu de acordo com as possibilidades do momento. Além disso, a autora apresenta como os interventores escolhidos para presidirem a Rede Ferroviária e as suas subsidiárias na VFRGS incorporaram o discurso ditatorial no combate ao inimigo interno, para o qual a necessidade de manter a ordem seria a única maneira, indispensável para a saída da crise econômica pela qual a empresa passava.

Os interventores escolhidos faziam parte do Exército, a exemplo do Coronel da Arma de Engenharia Afonso Augusto de Albuquerque Lima, o primeiro a assumir o cargo. Em mensagem aos ferroviários, Albuquerque Lima apresentou de forma direta como os trabalhadores passariam a ser tratados pela empresa:

Assim, não podemos admitir, que conduzida por indivíduos inescrupulosos, sem mérito para falar em nome dos ferroviários, seja a classe arrastada para as greves de caráter político, causadoras de incalculáveis prejuízos à economia nacional, agravando o já alarmante estado deficitário. [...] Aceito a conversa franca e sincera com os sindicatos organizados livre e democraticamente, isto é, a entidade de classe que, de fato, a represente e não os habituais grupos promotores de graves distorções, que tantos males vem causando ao país<sup>130</sup>.

<sup>128</sup> Arquivo Nacional. Fundo Comissão Geral de Investigações. BRAN, BSB AAJ. IPM. 945, p. 5-372.

<sup>129</sup> BRASIL. Decreto nº 53.896, de 27 de abril de 1964. Ver em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53896-27-abril-1964-394220-publicacaooriginal-1-pe.html>>

<sup>130</sup> Boletim do Pessoal nº 1-25, ano XXIII. Arquivo/caixa DP2/72. p. 176. 15/04/64. Apud: FRIDERICHS, Lidiane Elizabete. Saindo dos trilhos: os ferroviários riograndinos durante a ditadura civil-militar (1960-1970). 2013. 176 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, p. 108.

Assim como a historiadora demonstra, a mensagem do coronel deixava evidente que a política adotada pela Rede não iria mais tolerar as greves políticas e o sindicalismo combativo que foram marcantes nos anos 1960. Ao amparar-se no Ato Institucional de 9 de abril de 1964, Albuquerque Lima garantia ainda restabelecer a “moralidade administrativa” nos setores da Rede Ferroviária, além de “banir do seu seio todos os maus brasileiros que contribuíram para perturbar a paz social, procurando subverter o princípio da legítima autoridade”<sup>131</sup>.

Além do primeiro AI e a intervenção na RFFSA, a ditadura também iniciou um processo de combate e controle aos trabalhadores através da intervenção em sindicatos e modificações na legislação trabalhista. Assim como Heliene Nagasava demonstra, as intervenções em ministérios e sindicatos foram utilizadas não apenas contra a “ameaça comunista, trabalhista e corrupta”, mas para construir novas leis em benefício do empresariado.

A gestão do novo Ministro da pasta, Arnaldo Sussekind, foi significativa pelas “intervenções e prisões de sindicalistas, o expurgo de funcionários públicos, a execução da política de arrocho salarial, o fracionamento do 13º salário e a aprovação da Lei de Greve”<sup>132</sup>. O regime revogou os decretos aprovados no governo João Goulart, entre eles o aumento salarial aos servidores públicos. Impondo uma legislação trabalhista autoritária para satisfazer o empresariado, a ditadura civil-militar tornava cada vez mais difícil a organização das greves, piorando, também, as condições de vida dos trabalhadores.

A nova política econômica do governo Castelo Branco, sintetizada no Plano de Ação Econômica do Governo (Paeg), contribuiu ainda mais para tal deterioração. Na tentativa de superar a autonomia nacional-estatista dos governos anteriores e combater a inflação, o Paeg adotou uma linha ortodoxa, pautada no alinhamento com os EUA e nas diretrizes do Fundo Monetário Internacional (FMI). O corte nos gastos públicos, a contenção nas linhas de crédito, bem como o arrocho salarial e o incentivo à entrada de capital estrangeiro não conseguiram solucionar o problema inflacionário, contribuindo para a insatisfação não só das classes mais baixas, como também dos setores comerciais e empresariais nacionais<sup>133</sup>.

A perda das principais lideranças representou grande dificuldade para a reorganização do movimento sindical. De acordo com Pedro Ricardo de Oliveira, ferroviário e atual diretor do Sindicato dos Ferroviários da Central do Brasil, o golpe civil-militar impactou diretamente a categoria:

---

<sup>131</sup> Boletim do Pessoal, nº 1-25, ano XXIII. Arquivo/caixa DP2/72, p. 209-212. Apud: FRIDERICHS, Lidiane Elizabete., Op. Cit., p. 111.

<sup>132</sup> NAGASAVA, Heliene. O sindicato que a ditadura queria: o Ministério do Trabalho no governo Castelo Branco (1964-1967). Jundiaí: Pacto Editorial, 2018, p. 47.

<sup>133</sup> REIS, Daniel Aarão. Op. Cit., p. 55-56.

Olha, para o ferroviário foi uma coisa muito complicada. O ferroviário participava do Pacto de Unidade e Ação e era o cabeça desse grupo praticamente. Nós tínhamos deputados federais em várias partes do país, tinha o Batistinha que foi deputado federal, Martinelli também, que foi deputado estadual. E quando houve o golpe militar, uma das categorias que mais foi atingida foi a dos ferroviários. No Brasil todo, teve dezenas de ferroviários presos, tipo o Arueira, Martinelli, Batistinha. O Martinelli ficou preso vários anos no DOPS de São Paulo, Batistinha foi preso e depois foi solto. Alguns fugiram, teve muito ferroviário que morava no Sul, Santa Catarina, que foi fácil ir para lá, para o Uruguai. Para gente, isso foi um problema. As lideranças dos nossos sindicatos, todos eles foram presos ou caçados na época. E os militares acabaram colocando dentro dos sindicatos pessoas ligadas a eles, à direita. (...) eles eram os alcaguetes. Quando começavam a pintar grupos de oposição a eles, eles denunciavam e esses empregados eram sumariamente demitidos. E nós, aqui no nosso sindicato, o que nós fizemos foi um segredo. Montamos o grupo de trabalho, até ajudado por algumas partes da Igreja, tinha o padre Lourenço, de esquerda, ele ajudou a montar isso. Pegando o pessoal antigo do PCB, remanescente da esquerda, que estava vivo ainda, voltaram. Nós tivemos muita gente que era da esquerda, no passado caçados, vieram para ajudar a ter um sindicato da esquerda<sup>134</sup>.

Para o entrevistado, a direção de pelegos no sindicato representou mais uma forma de repressão aos trabalhadores progressistas e de esquerda remanescentes, dificultando a reorganização de um movimento sindical forte até a vitória dos operários de esquerda na direção do sindicato nos anos 1980. No entanto, mesmo diante da tentativa de controlar as ações mais progressistas no setor sindical, com as lideranças combativas caçadas e substituídas por interventores, isto não significou a paralisação total dos trabalhadores em busca de seus direitos.

De acordo com Marco Aurélio Santana, muitos interventores eram egressos do seio da categoria, fazendo parte de espaços como sindicatos e associações, ainda que realizassem forte oposição aos comunistas e à aliança comunista-trabalhista em geral. Ao identificarmos os interventores como intrusos estranhos à categoria, colocados naquela posição com o objetivo de “sufocar” as demandas dos trabalhadores, acabamos não levando em consideração as novas relações construídas dentro dos sindicatos. A política assistencialista adotada para atrair os filiados e a opção de não entrar em conflito direto com o governo marcaram um conjunto de escolhas e ações que podem ajudar a compreender melhor a participação dos trabalhadores durante o regime<sup>135</sup>.

Os ferroviários se organizaram, dentro do limite imposto, contra as mudanças econômicas implementadas pelo governo Castelo Branco. Os jornais divulgavam desde 1964 a oposição da

---

<sup>134</sup> Entrevista com Pedro Ricardo de Oliveira, concedida à autora em 22 de julho de 2019.

<sup>135</sup> SANTANA, Marco Aurélio. Um sujeito ocultado: trabalhadores e regime militar no Brasil. Em Pauta, Rio de Janeiro, n. 33, v. 12, p 91.

categoria à nova legislação e política econômica, reunida em federações e associações que obtiveram a permissão estatal para continuar suas atividades. A Federação Nacional dos Ferroviários continuou a sua atuação a partir da reestruturação de seus quadros, com a saída de importantes lideranças como Raphael Martinelli, e a escolha de Álvaro David para ocupar o cargo. David possuía experiência no movimento sindical ferroviário, uma vez que era funcionário da Estrada de Ferro Leopoldina desde 1942, além de ter sido presidente do sindicato da Leopoldina em 1957. A União dos Ferroviários do Brasil, associação ferroviária anticomunista e conhecida como pelega, também continuou na legalidade, com José Soares permanecendo na presidência da organização<sup>136</sup>.

As duas entidades representavam os ferroviários nacionalmente, e se posicionaram contrariamente à decisão do Ministério de Viação e Obras Públicas de passar mais de 140 mil servidores públicos para o regime da Consolidação das Leis do Trabalho, além da insatisfação diante da decisão do governo em pagar 110% de aumento salarial mediante a redução de cargos e níveis (de 42 níveis para 18).

Reunidos em assembleia, os ferroviários pleiteavam o aumento de 110% sobre os níveis já existentes e a continuação dos funcionários das companhias Central do Brasil, Estrada de Ferro Paraná-Santa Catarina, Viação Férrea do Rio Grande do Sul, Rede Ferroviária do Nordeste, Leopoldina e Santos-Jundiaí no regime de serviço público. Para as entidades sindicais, a migração para CLT representava prejuízos à classe, que perderia benefícios previstos no Estatuto do Funcionalismo Público da União, como a estabilidade de 5 anos e a licença-prêmio<sup>137</sup>.

A UFB, a Federação Nacional dos Ferroviários, a junta governativa do Sindicato dos Ferroviários da Leopoldina e a Associação de Ferroviários da Estrada de Ferro Santos Jundiaí formaram uma comissão de defesa para pressionar o governo e o congresso pelo aumento real dos salários<sup>138</sup>. José Soares afirmou ao jornal *Correio da Manhã* que o aumento de 110% divulgado seria na verdade de 28%, e os mais prejudicados com esta medida seriam os ferroviários da Leopoldina e Santos-Jundiaí, perdendo as vantagens do pagamento de adicionais concedidos por lei. Com isso, o presidente da UFB concluía que, de acordo com o artigo 4º do

---

<sup>136</sup> Lei nº 4.572, de 11 de dezembro de 1964 estende à União dos Ferroviários do Brasil as vantagens da Lei nº 2.339, de 20 de novembro de 1954, que inclui a Associação dos Servidores Cíveis do Brasil e o Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado entre as entidades consignatárias de que trata a Lei n. 1046, de 2 de janeiro de 1950.

<sup>137</sup> “Ferroviários vêm governo contra lei”. Jornal *Correio da Manhã*, 22 de setembro de 1964, Edição 21923.

<sup>138</sup> “Ferroviário quer aumento salarial”. Jornal *Correio da Manhã*, 4 de novembro de 1944, Edição 21959.

projeto, “a gratificação será paga somente ao pessoal cedido à RFFSA, deduzida a diferença entre o aumento percentual decorrente da observância da lei”<sup>139</sup>.

Adotando como estratégia evitar o conflito direto com o regime, enviaram ao presidente Humberto Castelo Branco um telegrama solicitando inclusão no aumento salarial os servidores civis:

Considerando o princípio de justiça, encerramos esta nossa solicitação, esperando a classe ferroviária os benefícios do aumento, apoiada no respeitoso pronunciamento de V. Exa. no dia 1º de maio, que a revolução não foi feita para prejudicar direitos dos trabalhadores. A União dos Ferroviários do Brasil, que sempre lutou contra o comunismo e desmandos do governo deposto, agora juntamente com as demais entidades signatárias, hipoteca irrestrita solidariedade ao governo de V. Exa. com as medidas saneadoras em defesa da consolidação da democracia. Deus guarde V. Exa.<sup>140</sup>

Como vimos no primeiro capítulo, a UFB se posicionava abertamente como anticomunista e de oposição ao governo João Goulart, além de ter entrado em conflito com a direção da Federação Nacional dos Ferroviários, alegando que a mesma se tratava de um braço do Partido Comunista no seio dos trabalhadores ferroviários. Com o golpe, a FNF, o sindicato da Leopoldina e diversas associações ferroviárias sofreram com a intervenção e prisão das lideranças consideradas subversivas, como o caso do ex-diretor Rafael Martinelli. Com isso, passaram a ter sob a presidência representantes considerados moderados pelos interventores.

A entrada das novas lideranças classistas possibilitava para o governo a tentativa de ordem e controle dos trabalhadores, uma forma de conter a influência do PCB e do trabalhismo nos sindicatos. Neste sentido, a permanência e atuação de José Soares não representavam um perigo iminente para o governo. É relevante destacar no comunicado das entidades a rememoração da atuação da UFB ao logo do governo de João Goulart. Ao selecionar em sua história o apoio à “democracia” na batalha contra a infiltração comunista, e se apropriar do discurso proferido por Castelo Branco, a associação aderiu e buscava colaborar com o governo.

A mobilização dos ferroviários foi vista com cautela pela polícia política e pelos dirigentes da RFFSA, que continuavam seu trabalho de monitoramento do movimento operário. Em informe passado ao I Exército pelo chefe do Setor de Segurança Nacional da Estrada de Ferro Central do Brasil, consta denúncia de movimento grevista ferroviário para os dias 10 a 15 de novembro no Estado da Guanabara, formado pela Associação dos Agentes Ferroviários.

---

<sup>139</sup> “Ferroviário quer aumento bem claro”. *Jornal Correio da Manhã*, 1 de novembro de 1964, Edição 21958.

<sup>140</sup> “Ferroviários pedem aumento a Castelo”. *Jornal Correio da Manhã*, 21 de maio de 1964, Edição A21817.

A chefia do setor de segurança pede através do ofício a “colaboração no sentido de vermos frustrados os objetivos que os subversivos se propõem”<sup>141</sup>.

Mesmo com o aumento da repressão, os ferroviários não deixaram de lutar contra a ditadura e a política autoritária imposta aos trabalhadores. Em preparação para o VIII Congresso Nacional de Ferroviários em Belo Horizonte, a categoria lançou comunicado no jornal *A Voz Operária* em setembro de 1966. Intitulado “a Ditadura contra os ferroviários”, denunciaram as medidas de Castello Branco, sendo possível identificar como a nova legislação representou a piora das condições de vida e a perda de direitos conquistados pela classe.

Os ferroviários denunciaram o corte do risco de vida e insalubridade, a anulação do aumento de 80% conquistado antes do golpe, o fim da licença-prêmio e das promoções, a exclusão das esposas de ferroviários regidos pela CLT do salário-família e a liquidação das férias de 30 dias. É importante ressaltar o fato de os ferroviários não culparem apenas o regime pelas medidas, como também a própria Rede Ferroviária, conivente com as políticas econômicas da ditadura:

Agora, alegam que não há verba. Mas as passagens e os fretes subiram em mais de 100%. E toda uma série de medidas de economia vêm sendo tomadas pela administração, indo até a liquidação de numerosos ramais. Na realidade, a política da Rede, é, da mesma forma que a da ditadura em geral, antipopular e antinacional. É contra os trabalhadores, isso já está bem claro. E, é também contra os interesses nacionais, é uma política de liquidação das estradas de ferro, para que o capital estrangeiro possa nos fazer gastar mais com seus caminhões e automóveis, com o consumo de gasolina, óleos e pneus. É uma política de encarecimento dos transportes, em prejuízo dos trabalhadores e da nação<sup>142</sup>.

Os trabalhadores denunciavam não apenas a deterioração de suas condições de sobrevivência e trabalho, mas, igualmente, a ameaça ao próprio sistema ferroviário com a liquidação de diversos ramais em oposição ao investimento interno e externo no sistema rodoviário. O abandono das ferrovias, o aumento do valor das tarifas e o corte nos benefícios salariais faziam parte da modernização autoritária do governo iniciada com o Paeg, representando o interesse empresarial em detrimento dos direitos dos trabalhadores. Veremos que esse processo ganhou força principalmente durante o governo Médici.

---

<sup>141</sup> “Ofício nº 151/SECRETO/SSN/64”. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícia Política (DOPS), notação 40441, folhas sem numeração.

<sup>142</sup> “A Ditadura contra os ferroviários”. *A Voz Operária*, n. 20, setembro de 1966. Apud: FREDERICO, Celso (org.). *A esquerda e o movimento operário (1964-1984)*. v. 1. São Paulo: Editora Novos Rumos, 1987.

A RFFSA, quando aumentou pela primeira vez o valor das tarifas, produziu o seguinte material publicitário para conscientizar a população sobre a necessidade do aumento:

**VOCÊ ANDA DE TREM?**

Até agora, você tem pago 10 cruzeiros por uma passagem que a rigor custa 60. Nós estamos custeando a diferença. São 820.000 passageiros por dia... 41 milhões de cruzeiros diários de prejuízo.

**É JUSTO?**

É claro que não queremos reajustar o preço ao custo real. (A sua estrada de ferro é para servir ao povo). Mas precisamos receber um pouco mais de cada um para benefício de todos. Sejam razoáveis: com boa vontade se chega à metade.

**é justo pagar metade do custo**

Uma campanha de esclarecimento e de satisfação ao público usuário da

**Rêde Ferroviária Federal S. A.**

Figura 9<sup>143</sup>

Na visão da empresa, era necessário que a população tivesse a “boa vontade” de contribuir para manter um benefício que seria de todos. Assim como demonstra Janaina Martins Cordeiro, a noção do dever de “sacrifício pelo bem comum” e pela “Pátria” integrou o discurso oficial do regime desde 1964. Para o sucesso da *obra de reconstrução nacional*, seria necessário um esforço conjunto, reestruturando a economia e realizando o expurgo de elementos e ideias consideradas estranhas à tradição nacional. Dividindo a história recente do país em dois momentos, um “antes” e “depois” de 1964, Castelo Branco exaltava em seus discursos o sacrifício não esquecido de uma geração que se empenhou na transformação nacional: por terem experimentando o caos e insegurança do governo Goulart, saberiam reconhecer o valor da ordem e segurança desejada por todos<sup>144</sup>.

<sup>143</sup> Jornal *O Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 10 de abril de 1964.

<sup>144</sup> CORDEIRO, Janaina Martins. Milagre, ordem e progresso: naturalização da violência e crescimento econômico em tempos de ditadura. In: CARVALHO, K. A.; CORDEIRO, J. M.; SOUZA, C. M. O país do futuro:

Mesmo com o empenho do governo em difundir esses valores, o diretor e superintendente da Estrada de Ferro Central do Brasil se mostrava preocupado com as possíveis consequências do aumento das passagens de trens suburbanos. Em carta à Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, o diretor da EFCB informava que a medida tomada para diminuir o déficit da Rede Ferroviária Federal poderia “servir de motivo para campanhas de agitação, como se pode observar pela preparação que vem sendo feita por alguns órgãos de imprensa”.<sup>145</sup> Em recorte de jornal recolhido pelo DOPS, podemos observar o descontentamento em relação aos sucessivos aumentos de passagem que RFFSA vinha implantando:

Esperam os dirigentes da RFF que as vítimas de ontem deem gargalhadas com a desgraça das próximas vítimas. E que assim, uns a rir-se das desventuras dos outros, todos se esqueçam de que os algozes estão ali, nos escritórios atapetados do grande edifício da estação D. Pedro II, notáveis administradores que até hoje só descobriram uma tática de combater o déficit, que é aumentando os preços dos serviços da ferrovia<sup>146</sup>.

A insatisfação social com o aumento das passagens, bem como o aumento do custo de vida, expressava-se não apenas em reportagens, mas em ações como pichações e insultos. Em informe secreto do Ministério da Marinha repassado para o DOPS-GB, Serviço Nacional de Informações e a Seção de Segurança da EFCB, o 2º Tenente Claudio Botinelly afirmou que, ao embarcar no trem em Cascadura, identificou algumas irregularidades: indivíduos palestrando em voz alta, “fazendo apologia ao marxismo-leninismo”, “combatendo o presidente da república”, chamando os Ministros da Guerra e Marinha de “nazistas e golpistas”, e insultando a direção da EFCB pelos constantes atrasos nos horários do trem<sup>147</sup>.

Além disso, o militar identificou que as paredes do vagão estariam “cobertas de escritos subversivos” em tinta vermelha que diziam “31 de março, dia da traição ao povo brasileiro.” Para o Tenente, esses fatos comprovariam a existência de uma célula do PCB encarregada de empregar ativistas subversivos para realizarem comícios-relâmpago, pichar trens e explorar a credulidade da massa<sup>148</sup>.

---

modernidade, modernização e imaginário coletivo no Brasil Republicano. Curitiba: Editora Prismas, 2018, p. 146-147.

<sup>145</sup> “Carta nº S-276-DG/65”. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícia Política (DOPS), notação 40.441, folha sem numeração.

<sup>146</sup> “Aumentos da Central para cobrir desmandos de dirigentes”. Recorte do jornal *O Dia*, 19 de agosto de 1965. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícia Política (DOPS), notação 40.441, folha sem numeração.

<sup>147</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícia Política (DOPS), notação 54, dossiê 1, f. 22.

<sup>148</sup> Idem.

Estudando o caso italiano sob o fascismo, Luisa Passerini demonstra como os atos subversivos do cotidiano (insultos ao Duce, graffiti e demonstração de sentimento antifascista) podem parecer, em um primeiro momento, insignificantes em termos simbólicos quando comparadas às demais atividades políticas antifascistas, ou, até mesmo, vistas como ações empreendidas por indivíduos que não representariam o todo. A autora afirma que embora esses atos possam ser considerados insignificantes quando comparados à outras formas de oposição, eles nos permitem identificar as formas encontradas pela sociedade para manifestar seu descontentamento com o regime no dia-a-dia<sup>149</sup>.

Embora os insultos e as pichações fossem considerados pelo Tenente “uma artimanha do PCB” para manipular a população, estes representavam, na verdade, uma expressão de desapontamento não só com a economia, mas com o regime no dia a dia. A própria difusão da denúncia para além do setor de segurança da ferrovia, ou seja, o repasse para o SNI e o DOPS, são indicativos da preocupação da comunidade de informações e polícia política com o controle de atos subversivos no cotidiano, uma vez que, conforme a Doutrina de Segurança Nacional, a guerra contra a subversão e o combate ao inimigo interno eram permanentes.

Heliene Nagasava demonstrou que as medidas do Plano de Ação Econômica do Governo foram colocadas em prática antes mesmo de seu lançamento oficial e seguiam as diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional não só com a política de racionalização econômica, a concentração de capital em indústrias consideradas estratégicas ou a atração do capital estrangeiro, mas também na elaboração de uma legislação para controlar os trabalhadores, reformulando as greves e reajustes salariais<sup>150</sup>. Sobre esse período, MI afirmou:

Eu me lembro que antes da Revolução, eu havia comprado uma máquina de lavar e um colchão novo. Aí pedi ao meu tio o dinheiro para dar de sinal lá na loja, nós íamos receber o aumento acho que de 80%, uma coisa assim, a partir de março e abril. No dia 31 de março, foi congelado aquele aumento, só deu aumento no ano seguinte, 40%. Passei um período que tive até que comprar no SSR da Rede, porque eu tinha feito uma dívida contando com o reajuste que cobria aquilo, e não houve reajuste. Então foi um período difícil, no começo teve o achatamento salarial naquele período, só melhorou depois com o coronel Weber<sup>151</sup>.

---

<sup>149</sup> PASSERINI, Luisa. *Fascism in popular memory: the cultural experience of the Turin working class*. New York: Cambridge University Press, 2009, p. 69.

<sup>150</sup> NAGASAVA, Heliene., *Op. Cit.*, p. 68.

<sup>151</sup> Entrevista com MI, concedida à autora em 21 de dezembro de 2018.

Coronel Carlos Aloísio Weber foi diretor da Divisão Especial de Subúrbios do Grande Rio na EFCB em 1975, e foi convidado por Eliseu Rezende (Ministro dos transportes) para ocupar a presidência da RFFSA em 1979. Cf: *Jornal da República*, São Paulo, 26 de setembro de 1979, p. 18, n. 27.

A legislação autoritária e as duras medidas de “saneamento econômico” implementadas pelo governo Castello Branco contribuíram para a deterioração das condições de vida e trabalho dos ferroviários, além do agravamento da crise na RFFSA, privatizada na década de 1980. Os ferroviários, além de enfrentarem um período de corte nos benefícios e ausência de reajuste salarial com o arrocho, também tiveram que lidar com profundas alterações em seu cotidiano de trabalho devido às mudanças implementadas pela intervenção militar na administração das viações, bem como ao aumento da repressão e vigilância.

Para Alf Ludtke, a partir da história do cotidiano, podemos identificar as formas pelas quais indivíduos considerados anônimos ou proeminentes se apropriavam das situações de mudanças extremas em que por vezes se encontravam, produzindo e reproduzindo em seu cotidiano as experiências, tornando-se, simultaneamente, objetos e sujeitos históricos<sup>152</sup>. Dito de outra forma, ao levarmos em consideração a reprodução da vida cotidiana em contextos de exceção, e as demandas por sua normalização, podemos identificar como o cotidiano dos trabalhadores ferroviários da EFCB e EFL foi modificado pela repressão, quais as estratégias adotadas para se adaptarem à nova realidade, compreendendo esses trabalhadores como sujeitos ativos, e não simples espectadores das mudanças.

## **2.1) O Sistema de Segurança e Informações da Rede Ferroviária Federal: o caso da Estrada de Ferro Leopoldina**

A intervenção militar imposta à RFFSA também foi colocada em prática na Estrada de Ferro Leopoldina. Como visto no primeiro capítulo, a Leopoldina teve papel de destaque no movimento grevista durante os anos 1960, participando junto ao CGT, PUA e PCB das mobilizações pela legalidade e reformas de base, além de ter organizado uma paralisação contra o golpe. A força do sindicato e sua capacidade de mobilização representavam para a ditadura uma ameaça, como ficou evidente na tabela nº 1, na qual identificamos a demissão de 76 ferroviários em outubro de 1964.

No imediato pós-golpe, a Leopoldina sofreu com a pressão da polícia política para combater os últimos focos de resistência. Os jornais veiculavam “planos subversivos encontrados pela polícia”, relacionando lideranças ferroviárias com atos contrários à segurança nacional na estação Barão de Mauá: “na própria sede daquela ferrovia elementos armados

---

<sup>152</sup> Cf.: LUDTKE, Alf. De los héroes de la resistencia a los coautores. ‘Alltagsgeschichte’ en Alemania. In: Ayer (dossiê “La historia de la vida cotidiana”), n. 19, 1995; e LUDTKE, Alf. What is the history of everyday and who are its practioners? In: LUDTKE, Alf (org.). The History of Everyday Life. Princeton: Princeton Univ. Press, 1995.

ficaram alojados no primeiro andar do edifício, dispostos a fazer frente a qualquer ameaça de ocupação da Leopoldina por forças legais”<sup>153</sup>.

De acordo com a reportagem, os trabalhadores foram liderados por Heber Maranhão, Batistinha, Rafael Martinelli e outros. Sem sucesso, o plano foi frustrado com a ação policial e prisão dos envolvidos - exceto Martinelli que estava foragido<sup>154</sup>. No entanto, a repressão contra a categoria não contou apenas com a participação estatal, mas com a colaboração da própria Rede Ferroviária.

No fundo documental Polícias Políticas, foi encontrado relatório sobre as ocorrências na EFL no período de 6 a 12 de abril de 1964, encaminhado ao Departamento Estadual de Segurança Pública do Rio de Janeiro e ao Ministério da Guerra. A Comissão Militar da Rede, seguindo orientações do Ministério da Guerra, teria o objetivo de identificar as lideranças combativas e neutralizar as ameaças à “revolução” em curso.

O relatório do Tenente Coronel AJSN apresenta as ações realizadas para levar a ferrovia de volta à “normalidade”: visitas secretas a oficinas no trecho da linha Caxias-Triagem; realização de processos e inquéritos sobre o desvio de armas junto ao chefe da polícia ferroviária e diretor da EFL; afastamento de chefes comunistas das direções; coleta de dados quanto ao comportamento dos líderes comunistas nos focos do interior da estrada; acionamento do serviço secreto de todas as direções para conter sabotagens; visitas à gráfica da Leopoldina para impedir o seu uso indevido; localizar os funcionários fugitivos para se apresentarem ao trabalho e justificarem seus atos<sup>155</sup>.

Para que a ação de repressão fosse eficaz, o Tenente-Coronel afirmou ter sido necessário abrir os portões da EFL para o DOPS, que passava a ter ação direta na figura do chefe de polícia da Leopoldina, o sr. Moacyr. Com isso, dando continuidade permanente à missão, realizaria sindicâncias e demais expedientes da lei, contando com a “força para reprimir ações subversivas e apurar responsabilidades daí por diante”<sup>156</sup>.

A repressão também possibilitava meios de se ganhar benefícios para alguns trabalhadores. O tenente coronel afirmou que “foram exonerados dois chefes de oficinas, com a recomendação dos antigos, que eram ótimos e sofreram injustiças de chefes comunistas fugidos.” O ato de colaborar com os órgãos repressivos fazia parte do discurso veiculado pela

---

<sup>153</sup>Jornal *Correio da Manhã*, 24 de abril de 1964, edição A21795.

<sup>154</sup> Idem.

<sup>155</sup> “Comissão Militar da Rede nº 1”. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícia Política (DOPS), notação 40525, folha sem numeração, p. 1.

<sup>156</sup> “Comissão Militar da Rede nº 1”. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícia Política (DOPS), notação 40525, folha sem numeração, p. 3.

Doutrina de Segurança Nacional, uma vez que assegurá-la seria responsabilidade de todos os cidadãos. Ao se apropriarem dos valores da doutrina, os trabalhadores poderiam obter ganhos materiais, ou seja, denunciar o possível envolvimento de companheiros de trabalho com a subversão representava a chance de resolver problemas cotidianos, ocupando cargos que antes pertenciam à algum desafeto.

Ao final do relatório, o tenente AJSN julgou o seu trabalho finalizado, considerando que a “Leopoldina roda presentemente livre de pressões, havendo pequenos focos que se extinguirão a base de vigilância e assuntos policiais”. Para dar continuidade a vida administrativa e social da ferrovia, julgava ser urgente a nomeação de um diretor efetivo ou interventor para coordenar a administração e segurança, dificultando a retomada comunista na Leopoldina<sup>157</sup>.

A legislação autoritária e a nomeação de interventores não foram os únicos mecanismos implementados pelo governo para controlar os trabalhadores. As Forças Armadas também não foram utilizadas como o único braço armado da repressão, embora fossem o principal. Assim como demonstra Mariana Joffily, os militares contavam com o apoio da Polícia Civil e dos Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS), tornando-se referência no combate à dissensão política, aos movimentos dos trabalhadores e ao comunismo<sup>158</sup>.

A Rede Ferroviária Federal possuía um Departamento de Segurança localizado no prédio sede da Estrada de Ferro Central do Brasil, chefiado pelo Coronel LA. As ferrovias subsidiárias à empresa contavam com setores de segurança próprios formando, em conjunto, um eficiente sistema de segurança e informações. Subordinados ao departamento de segurança da EFCB, os setores de segurança repassavam denúncias ou informações consideradas ameaças à ordem revolucionária para o Serviço Nacional de Informações (SNI)<sup>159</sup>.

Criado em 1964 por Golbery do Couto e Silva, o SNI era responsável pela superintendência e coordenação das atividades de informação no território nacional, filtrando as consideradas mais relevantes, ou seja, que atentavam contra a segurança nacional,

---

<sup>157</sup> “Comissão Militar da Rede nº 1”. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícia Política (DOPS), notação 40525, folha sem numeração, p. 5.

<sup>158</sup> JOFFILY, Mariana., Op. Cit., p. 159

<sup>159</sup> O Sistema de Segurança e Informações da RFFSA contava com setores de segurança nas principais viações: Viação Férrea Rio Grande do Sul (SRTS/VFRGS), chefiado pelo General Nilton de Mattos; Rede de Viação Paraná Santa Catarina (SRTS/RVPSC), chefiado pelo Coronel José A. dos Santos; Estrada de Ferro Leopoldina (SS/EFL), chefiado pelo Coronel Bruno Castro da Graça; Viação Férrea Centro-Oeste, chefiado pelo Bacharel Caio Mario Horta Campos; Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, chefiado pelo Sr. José Mendonça Amorim; Rede Federal Nordeste, chefiado pelo Tenente Paulo Dominoni; Rede de Viação Cearense, chefiado pelo Coronel Aloysio Brígido Borba; Estrada de Ferro São Luiz Teresina, chefiado pelo Sr. Evandro Ubirajara dos Reis Ferreira. Cf: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícia Política (DOPS), notação 40441, folha sem numeração, 17 de agosto de 1967.

repassando-as diretamente à Presidência da República. Além de reunir dados “indispensáveis ao presidente”, o órgão deveria interagir com o sistema de segurança, auxiliando na guerra revolucionária: era necessário combater o inimigo interno, invadindo a esfera particular da vida dos cidadãos<sup>160</sup>.

A Agência Central desse órgão era responsável pela superintendência dos Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Cíveis. Cada ministério possuía um respectivo órgão central de informação, chamado Divisão de Segurança e Informações (DSI). Neste sentido, os setores de segurança da Rede Ferroviária estavam subordinados à DSI do Ministério dos Transportes, e, por consequência, ao Serviço Nacional de Informações.

Os órgãos de segurança da Rede colaboravam com os departamentos de segurança estaduais, contando com a ação de agentes e investigadores ferroviários responsáveis oficialmente pela segurança interna das subsidiárias da empresa. De acordo com o historiador Nilton Melo Almeida, a polícia ferroviária possuía longa trajetória. Mais conhecida por “Polícia dos Caminhos de Ferro”, foi criada em 1852 pelo então imperador do Brasil, D. Pedro II. Em períodos de exceção, a polícia ferroviária ganhou forma como polícia especializada, sobretudo durante a ditadura, “quando a rede ferroviária vira área de emprego da Lei de Segurança Nacional, que protegia transportes contra greves e outros movimentos sociais”. Desta maneira, o autor aponta que, durante o período ditatorial, “guardas ferroviários, policiais civis e agentes da repressão tornaram-se, então parceiros”<sup>161</sup>.

A partir da análise das fontes podemos perceber que os setores de segurança também atuavam no monitoramento de seus funcionários, inserindo a RFFSA na comunidade de informações do governo e no auxílio à esfera de vigilância e repressão para garantir a ordem e segurança nacional. O caso do Setor de Segurança da Estrada de Ferro Leopoldina é expressivo, pois colaborava com a Delegacia de Polícia Política e Social de Campos nas investigações repassadas pelo Setor de Informações e Contrainformações da RFFSA.

A Seção de Informações e Contrainformações da Leopoldina (SICI) foi chefiada, num primeiro momento, pelo general Bruno Castro da Graça. A SICI era encarregada não apenas de relatar problemas na área da segurança interna da ferrovia, mas de identificar e monitorar os possíveis “inimigos da Revolução” através da guarda ferroviária e agentes das estações daquela estrada. Dentro da perspectiva da Doutrina de Segurança Nacional e da lógica militar, era

---

<sup>160</sup> FICO, Carlos. Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 75-76.

<sup>161</sup> ALMEIDA, Nilton Melo. Os ferroviários na cartografia de Fortaleza: rebeldes pelos caminhos de ferro. 2009. 307 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Ceará, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza - CE, 2009, p. 192.

preciso empregar uma nova forma de combate a subversão no país, uma vez que o inimigo poderia ser *qualquer um* naquele contexto. Assim como demonstra Mariana Joffily:

ele [o inimigo] provinha de cidadãos comuns, imbuídos de ideais comunistas, e empregava métodos como persuadir a população pela propaganda revolucionária, organizar ações de desestabilização do governo, preparar a guerrilha, criar zonas deflagradas. O inimigo era interno, a guerra, não convencional, as estratégias, difusas e disseminadas no seio da população civil<sup>162</sup>.

Neste sentido, a Seção de Informações e Contrainformações recolhia informações sobre a atuação de seus funcionários através do trabalho conjunto de seus agentes de segurança ferroviária com a polícia política da região, como no caso da Delegacia de Polícia Política e Social de Campos. A DPPS contava com o auxílio da guarda ferroviária na prevenção de possíveis atos de subversão que pudessem ocorrer nas estações ou na apuração sobre as atividades de elementos considerados estranhos à ordem revolucionária.

Em carta reservada enviada em 30 de dezembro de 1969, HVG (Chefe da SICI naquele período) escreveu ao chefe do Destacamento Policial de Campos o seguinte:

Devido a informações chegadas ao conhecimento das Autoridades Constituídas do País – Civil e Militar – no tocante a possíveis [sic] execução de atos de terrorismo que deverão ser tentados nesta semana, principalmente na saída e entrada do novo ano, pelos elementos desejosos de subverterem a Ordem, o Sr. Chefe do SET.S, determina seja mantido sob severa vigilância os Depósitos de Óleo e os locais mais visados pelos citados elementos. Em vista da gravidade das informações, a determinação em pauta, deverá ser imediatamente retransmitida a todos os Subdestacamentos e Postos Policiais subordinados a essa Chefia<sup>163</sup>.

Na carta reservada percebemos que as atribuições desta seção não estavam apenas ligadas a segurança interna da Estação. Mais do que aumentar a vigilância aos depósitos de Óleo devido a uma possível tentativa de roubo do material, a solicitação de HVG ao chefe do Destacamento Policial seria uma questão também de segurança nacional, para que se pudesse evitar a “subversão da ordem” estabelecida pelos militares, auxiliando, desta forma, instâncias superiores no combate e prevenção de possíveis “atos terroristas”.

Além disso, a colaboração com a DPPS também se dava a partir do repasse de informações sobre possíveis atos subversivos na cidade. A partir do recebimento de uma

---

<sup>162</sup> JOFFILY, Mariana., Op. Cit., p. 161.

<sup>163</sup> Arquivo Nacional. Fundo Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima. BR. AN. BSB. AQ. 001\_024

denúncia, o general Bruno Castro enviou o informativo confidencial no dia 07 de maio de 1970 ao 1º setor do DPPS-Campos:

Chegou ao conhecimento deste Setor de Segurança que, nos próximos dias 15, 16 e 17, no Club Renascença em Itaperuna, será realizado o Congresso Nacional dos Bancários, sob a Presidência do comunista Paulo Faria. Que ao aludido conclave comparecerão inúmeros comunistas, inclusive, alguns residentes em Campos e que foram afastados da E.F. Leopoldina pelo AI/ 1<sup>164</sup>.

Com isso, é possível identificar que havia uma relação de colaboração entre a SICI e a DPPS-Campos, e além de buscar o auxílio desse destacamento policial nas questões de segurança interna da ferrovia, ela colaborava com o trabalho deste órgão no repasse de informações sobre a organização do movimento operário na cidade, monitorando não apenas os ferroviários ativos, como os afastados da viação pelo primeiro ato institucional, além de outras categorias como os bancários.

A guarda das estações daquela estrada de ferro também auxiliava o trabalho da polícia na identificação de possíveis suspeitos, com a disponibilização de agentes de segurança para apurar denúncias, além da difusão de cartazes alertando sobre fugitivos “subversivos”. Em carta escrita em 03 de dezembro de 1969 por LV (agente de segurança ferroviária em Macaé) ao Chefe do Destacamento de Polícia de Campos, observamos um relatório da operação efetuada na Estação de Macaé da Estrada de Ferro Leopoldina e que teria sido previamente autorizada pela SICI<sup>165</sup>.

Como demonstra a carta reservada, o Posto Policial Ferroviário de Macaé teria sido designado pela DPPS-Campos e pela SICI da EFL a cumprir, de forma sigilosa, a missão de fixar cartazes com fotos de subversivos procurados pela polícia na Estação de Macaé e na oficina de Imbetiba. Esta ação tinha por objetivo que o maior número de pessoas pudesse tomar ciência da procura desses elementos, além de identificar eventual suspeitos já que os agentes de segurança deveriam tomar “todas as medidas, caso necessário, contra o elemento que tentasse destruí-lo”<sup>166</sup>.

Após a missão ser completada, LV afirma ter sido procurado pelo agente externo Amaro Plácido Pinheiro para que pudesse comparecer ao gabinete do Agente Chefe PCC. Dentro do gabinete, o funcionário teria dito ao agente de segurança:

---

<sup>164</sup> Arquivo Nacional. Fundo Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima. BR. AN. BSB. AQ. 001\_009

<sup>165</sup> É importante destacar que os agentes de segurança ferroviária eram funcionários da RFFSA, e tinham a função de fiscalizar as ferrovias da empresa e evitar crimes nas estações. Eram lotados nos Postos Policiais de cada região sob a administração da Rede.

<sup>166</sup> Arquivo Nacional. Fundo Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima. BR. AN. BSB. AQ. 001\_021.

que quando eu quisesse mandar colocar cartazes na plataforma da Estação procurasse dar sempre obediência ao Agente de serviço externo e que ele estava pronto para jogar algumas latas d'água, retirando tudo enquanto era cartazes colocados à sua revelia<sup>167</sup>.

De acordo com o documento, num primeiro momento, LV teria negado toda a ação por se tratar de uma operação sigilosa, exigindo que o funcionário Amaro apresentasse o nome do informante que teria atribuído aquela operação como sua responsabilidade. A partir da negação do funcionário em revelar a identidade do informante, PCC (Agente Chefe do Posto de Macaé) esclareceu ao funcionário que toda a ação teria sido autorizada por ele, e que embora Amaro fosse o agente externo de serviço naquela noite, não repassara a ele a missão por se tratar de caso sigiloso, e que, como chefe dos agentes lotados na região, teria plena autoridade de realizar tal ação.

Para o agente LV, a reação do funcionário Amaro seria duvidosa, pois o mesmo:

queria era mesmo fazer desaparecer aqueles cartazes [sic] da Estação como uma demonstração inequívoca de solidariedade aos assassinos bandidos retratados, para assim evitar que o público em geral tomasse ciência de seus crimes cruéis<sup>168</sup>.

Na lógica da Doutrina de Segurança Nacional, a noção de guerra total contra o inimigo interno era recuperada neste documento, uma vez que ninguém estaria acima de qualquer suspeita, nem mesmo os próprios agentes de segurança. O inimigo interno poderia ser qualquer um, inclusive os agentes ferroviários. A vigilância deveria ser permanente, em consonância com a ideia de guerra total e permanente contra a subversão, valores definidos tanto em meios anticomunistas como na Doutrina de Segurança Nacional.

Na carta, o agente afirma ter sido bem-sucedido em sua operação na oficina de Imbetiba, contando com a colaboração de JL, engenheiro-chefe daquela oficina. Afirma que este “achou ótimo aquele serviço de divulgação dos elementos terroristas, para que o Brasil inteiro conheça a sua selvageria”. Ao final da carta, se despede: “quaisquer novas irregularidades que venham a ser notadas, oriundas dos cartazes, darei incontinentemente eficiência a essa Chefia, pois, estamos sempre de olhos abertos em defesa da ordem e da tranquilidade da família brasileira.”

O uso de palavras como “crueldade”, “selvageria”, “terrorismo” são colocadas em oposição a “ordem”, “tranquilidade” e “família brasileira”. Conceitos arraigados no imaginário

---

<sup>167</sup> Idem, idem.

<sup>168</sup> Arquivo Nacional. Fundo Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima. BR. NA. BSB. AQ. 001\_021

anticomunista, essas características negativas atribuídas aos “assassinos bandidos” seriam valores externos aos dos verdadeiros membros da família/sociedade brasileira. O historiador Rodrigo Patto Sá Motta demonstra que tal imaginário se concentrou em apontar aspectos negativos na doutrina e prática comunista com o objetivo de convencer a sociedade no combate a essa ideologia. Reunindo uma gama de adjetivos que desqualificavam os comunistas, eram identificados à imagem da maldade, doença, paranoia, assassinato e selvageria, “classificando-os como bichos assustadores, traiçoeiros, repelentes e às vezes asquerosos” que se aproveitavam da fragilidade dos organismos sociais para atacá-los<sup>169</sup>.

O Setor de Segurança da EFL também se preocupava em manter uma ficha atualizada dos funcionários ligados ao Sindicato dos Ferroviários, além de manter vigilância constante sob os funcionários em atividade sindical que fizessem campanha eleitoral nas estações e oficinas da ferrovia. Em carta reservada do dia 6 de julho de 1970, em resposta ao Setor de Segurança da 7ª Divisão, o DPPS-Campos apresenta o resultado do relatório que agentes de segurança da estação de campos efetuaram acerca da atuação de funcionários da Rede Ferroviária lotados no Rio de Janeiro que chegariam a Campos com o objetivo de realizar campanha para as eleições sindicais.

Em 6 de julho de 1970, MES (Chefe do Destacamento de Campos) enviou como resposta o relatório do agente ferroviário de segurança Osnirdes Pereira Carneiro:

A partir das 13hs de sexta-feira dia 03/07/70, encontrei o grupo constituído dos seguintes funcionários – Joaquim Azevedo Manhães, Laerte de Souza, Talmo de tal (funciona na Imprensa Minerva), Ivan da Mata Alves e Joaquim Dias Monteiro (D.P. – Rio), os quais já se encontravam nas Oficinas local, dali saindo mais ou menos às 13.45 hs e se dirigindo para o Escritório do D. Transportes, próximo as Oficinas – quanto ao assunto, tratava-se de Campanha Eleitoral (Sindicato) e o grupo estava angariando votos para seus colegas de chapa. (...) Devo lembrar que Joaquim Azevedo Manhães é o mesmo elemento que há algum tempo liderou um movimento contra o P001 Segurador, inclusive com abaixo-assinados<sup>170</sup>.

O agente, além de identificar todos os funcionários do Rio de Janeiro que chegaram para fazer a campanha eleitoral, apresenta todos os passos dados pelos mesmos durante os dois dias que permaneceram na cidade: qual lugar frequentaram, pessoas que conversaram, número do trem no qual viajaram e horário de retorno ao Rio. Para a Rede Ferroviária, era importante monitorar de perto os funcionários em atividade sindical, identificando as lideranças, as formas

<sup>169</sup> Ver: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.

<sup>170</sup> Arquivo Nacional. Fundo Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima. BR. AN. BSB. AQ. 001\_026.

de organização e o conteúdo das reuniões, mantendo a DPS informada sobre as possíveis deflagrações grevistas.

Neste sentido, as ações do Setor de Informações da EFL compreendiam não apenas identificar possíveis ameaças contra a ferrovia. A “guerra revolucionária permanente” passava pelo controle e vigilância de funcionários, ativos ou aposentados, enquadrados na lógica de suspeição: qualquer um poderia ser um inimigo interno. A esfera de repressão e vigilância fazia parte do cotidiano de trabalho dos funcionários da Leopoldina não apenas no governo Castelo Branco, mas ao longo da ditadura.

No entanto, não foi apenas o cotidiano dos ferroviários da Leopoldina que sofreu com a intervenção militar na ferrovia. Analisaremos a seguir o caso dos ferroviários da Estrada de Ferro Central do Brasil, com o objetivo de compreender como a repressão e vigilância faziam parte de seu cotidiano, e qual a memória construída pelos trabalhadores sobre o período ditatorial.

## **2.2) O Setor de Segurança Nacional da Estrada de Ferro Central do Brasil**

O controle de sindicatos e ministérios (como o do trabalho), a prisão de lideranças operárias, a implementação de inquéritos policiais militares, bem como a ação dos órgãos de segurança e informação tiveram grande impacto não apenas na luta e organização do movimento sindical, como também alteraram o cotidiano de trabalho dos ferroviários cariocas. Nesta parte final do capítulo, veremos com o autoritarismo e a esfera de vigilância da comunidade de informações se fez presente no cotidiano dos ferroviários da EFCB, e quais as estratégias utilizadas para se adaptarem àquela nova realidade.

O relato do ferroviário aposentado IV sobre a repressão aos sindicatos no imediato pós-golpe nos ajuda a compreender melhor como a ação estatal contra o movimento operário foi sentida por segmentos da classe. IV trabalhava no setor elétrico da oficina de Engenho de Dentro, estação pertencente a EFCB. Sobre a sua relação com o movimento sindical, afirmou não fazer parte de nenhum sindicato ou associação, embora tenha participado da greve da paridade:

A gente fez muita greve para ganhar o que queria. Fizemos o “Paridade ou Greve” em frente ao Teatro João Caetano. O problema foi quando estourou a Revolução de 64. Foi caça, o sindicato da Central, foram todos eles caçados. Eu não, porque você para ir ao sindicato, você era obrigado a assinar o livro

de presença na reunião, aquilo eu não topava. Colocar meu nome no livro? Mas não vou mesmo... Porque na hora do pega rabo, pegaram eles primeiro<sup>171</sup>.

O medo de estar sendo vigiado ou de sofrer qualquer tipo de punição por envolvimento com o sindicato afastava diversos trabalhadores, que preferiam não se envolver diretamente na organização de assembleias e greves, ou, até mesmo, não deixar “provas” de sua participação em determinados eventos como demonstra o depoimento de IV.

A repressão policial sempre coibiu as “agitações operárias” no país, uma vez que a Lei de Segurança Nacional de 04/04/1935 classificava a greve como delito no funcionalismo público e nos serviços inadiáveis. Os funcionários públicos não tinham o direito à sindicalização, o que também dificultava a organização sindical em empresas estatais como no caso da EFCB. Apenas com a criação da Rede Ferroviária Federal e a migração para o regime de CLT foi possível aumentar, dentro dos limites de controle estatal, o número de filiados ao Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias da Zona Central do Brasil.

Mesmo antes do golpe civil-militar, já existia cautela em relação à participação no movimento sindical. Embora IV participasse de greves, passeatas e reuniões, ou seja, tivesse algum nível de engajamento político, tinha cautela em não produzir provas que, futuramente, pudessem ser usadas contra ele. Ao não assinar o livro de presença, garantiria seu emprego e liberdade em meio à punição policial e da empresa.

A repressão ao movimento operário foi aumentando à medida que a ditadura criava leis para reprimir o poder de ação dos trabalhadores. O primeiro Ato Institucional e a intervenção federal deram plenos poderes ao presidente da Rede Ferroviária e seus diretores para instaurar uma Comissão Geral de Inquérito Policial Militar (CGI) em todas as subsidiárias da empresa com o objetivo de apurar o envolvimento de servidores em atos de subversão.

Os principais alvos eram os líderes sindicais, visados pela mobilização política crescente no período anterior ao golpe. Carlos Fico destaca que os IPM eram conduzidos por “coronéis exaltados”, tenentes, majores e capitães que iniciaram um caça às bruxas, fundada no anseio de eliminar o inimigo subversivo, interessado na implementação de uma república sindicalista contrária aos valores morais de democracia<sup>172</sup>.

Foi possível identificar quatro IPM's envolvendo ferroviários da Estrada de Ferro Central do Brasil. Através da análise desses documentos, percebemos como a relação entre a RFFSA e a ditadura não estava restrita apenas à atuação dos interventores. Assim como vimos no caso da

---

<sup>171</sup>Entrevista com IV, concedida à autora em 07 de maio de 2017.

<sup>172</sup>FICO, Carlos. Op. Cit., p. 36-37.

EFL, a Central do Brasil abrigava não apenas o Departamento de Segurança Nacional, como também seu próprio setor de segurança e informações. Este setor foi de grande importância não apenas no controle e vigilância dos funcionários daquela viação, mas na colaboração aos Inquéritos Policiais Militares<sup>173</sup>.

Os ferroviários Cleto Ferreira de Souza, Altivo Ferraz da Silva, José Lazarini e Altamiro da Rocha Martins responderam a dois tipos de inquérito<sup>174</sup>. O primeiro foi realizado em setembro de 1964, chamado “IPM da EFCB” e proposto pela Comissão Geral de Inquérito da Rede Ferroviária com o objetivo de investigar atividades subversivas de funcionários e enquadrá-los no Ato Institucional nº1.

O parecer do IPM foi realizado pelo major Sylvio Pimental Pinto, chefe da 4ª Ssc/IPM, e apresenta relatórios sobre as atividades subversivas de servidores da EFCB em São Paulo, Belo Horizonte, Juiz de Fora, Barra do Piraí, e, principalmente, o Estado da Guanabara. O major afirmou que embora o Estado da Guanabara estivesse livre de acusações sobre corrupção administrativa, no que concerne à subversão, este era o setor mais atingido por sediar a maioria das associações e do sindicato da EFCB.

Os atos subversivos seriam praticados através das “inúmeras associações existentes – em número de 21 – as quais congregam cerca de 17000 associados”. A de “maior importância” seria a Associação dos Servidores da Estrada de Ferro Central do Brasil que, naquele momento (3 de setembro de 1964), encontrava-se interdita por providência do encarregado do IPM. Para o encarregado, seria de extrema necessidade:

a extinção das associações de classe dos servidores das estradas de ferro Central do Brasil, por serem as mesmas nocivas aos interesses da Estrada, à Segurança Nacional e, também, por se constituírem em centro de reunião de elementos subversivos, propagadores de ideias e atividades subversivas, em grande área do país<sup>175</sup>.

Ao todo, 50 ferroviários lotados em São Paulo, Barra do Piraí, Três Rios, Belford Roxo, Valença, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Sete Lagoas, Juiz de Fora e Conselheiro Lafaiete foram indiciados no IPM por atos de subversão. Alguns acusados foram categorizados como

---

<sup>173</sup> Embora não tenha sido possível identificar o momento de criação do Departamento de Segurança da RFFSA, percebemos que a relação entre a empresa e os órgãos de segurança do governo são anteriores à ditadura militar. Como vimos no primeiro capítulo, os informes trocados entre a DPS/ DOPS e os diretores da EFCB durante os anos 1950-1960 demonstram a preocupação da empresa em coibir possíveis movimentos grevistas e atitudes suspeitas dentro da ferrovia. Essa documentação se encontra no fundo DPS sob guarda do APERJ.

<sup>174</sup> Arquivo Nacional. Fundo Comissão de Inquérito Policial Militar. BRAN, BSBAAJ.IPM.612, p.1/207., BRAN, BSBAAJ.IPM.613, p.1/165., BRAN, BSBAAJ.IPM.614, p.1/139 e BRAN, BSBAAJ.IPM.615, p.1/50.

<sup>175</sup> Arquivo Nacional. Comissão de Inquérito Policial Militar. BRAN, BSBAAJ.IPM.612, p. 155/207.

“comunistas ativos” por integrarem grupos como a “Frente de Mobilização Popular” (entidade considerada subversiva e “cujo escopo era alterar por meio violento a forma de governo no país”), enquanto outros foram identificados como “grevistas”, pela sua participação em piquetes e greves ao longo dos anos 1960, como o caso de Cleto Ferreira<sup>176</sup>.

Além do IPM, diversos funcionários responderam a processo interno por “improbidade administrativa e subversão” no departamento de tráfego das vias de Barra do Piraí, Três Rios e Marquês de Valença. A Comissão de Processo Administrativo da RFFSA apresentou como evidência relatórios produzidos pelo Setor de Segurança Nacional da Estrada de Ferro Central do Brasil. O chefe do setor (Tenente Coronel Gervásio Deschamps Pinto) apresentou extensa ficha sobre os acusados. Dentro dos limites desta pesquisa, analisaremos o inquérito de um dos funcionários indiciados: Cleto Ferreira de Souza.<sup>177</sup>

A respeito do acusado, o informe secreto do Setor reuniu alguns dados: Cleto Ferreira era condutor de trens, admitido na ferrovia em 30 de setembro de 1957, além de ser Delegado da Associação de Servidores da EFCB. Acusado de participação em movimento grevista, Cleto teria paralisado diversos setores de trabalho subordinados à 3ª Inspeção de Locomoção (como os setores de tração e oficina) no dia 01 de abril de 1964, além de ter “empregado força bruta” contra os companheiros de trabalho que se opuseram ao movimento.

O ferroviário teria confessado ser “nacionalista, atântico [sic] da linha João Goulart” e participado da “reunião de Padre Alípio<sup>178</sup>” pelas reformas de base. Para o setor, Cleto Ferreira era “elemento atuante em movimento grevista, participante de piquetes de greve e paralisação dos serviços da 3ª IL, enquadrado na lei nº 1802 de 5/1/1953”<sup>179</sup>. Embora tenha sido detido e respondido a processo interno por improbidade administrativa, o ferroviário não foi desligado da viação. No entanto, continuou a ser monitorado pela polícia política da região e pelo Setor de Segurança da EFCB.

Já o segundo inquérito foi realizado em 1966 a partir de sindicâncias realizadas no município de Três Rios pela Subdelegacia Regional do Departamento Federal de Segurança do Rio Janeiro com o objetivo de “investigar sobre atividade subversiva desenvolvida por elementos ligados a situação reinante antes da Revolução”. Ao longo das sindicâncias, diversos

---

<sup>176</sup> Arquivo Nacional. Comissão de Inquérito Policial Militar. BRAN, BSBAAJ.IPM.612, p. 156-159.

<sup>177</sup> O IPM de Cleto Ferreira continha o maior número de páginas, acusações, documentos acerca de sua vida particular e relatórios sobre seu desempenho profissional.

<sup>178</sup> Padre Alípio de Freitas foi considerado um dos fundadores das Ligas Camponesas, além de ter integrado o grupo guerrilheiro Ação Popular (AP). Foi preso em 1970, sob a acusação de promover um atentado a bomba no Aeroporto dos Guararapes. Cf: “O Padre Guerreiro”. Estilhaços da Verdade – Projeto Experimental em Webjornalismo da Universidade Católica de Pernambuco. Disponível em: <<http://www.unicap.br/webjornalismo/estilhacosdaverdade/site/?p=24>>.

<sup>179</sup> Arquivo Nacional. Comissão de Inquérito Policial Militar. BRAN, BSBAAJ.IPM.612, p. 14/207.

funcionários da EFCB foram apontados por testemunhas como “elementos notoriamente subversivos”, entre eles Waldir Batista Vieira (engenheiro-chefe da 3ª IL), Cleto Ferreira, Altivo Ferraz e Altamiro da Rocha.

O engenheiro-chefe era considerado “homem chave da agitação” no município e ligado ao Comando Geral dos Trabalhadores. No dia 31 de abril de 1964, teria percorrido de automóvel as ruas de Três Rios junto ao vereador Walmir de Oliveira e os funcionários Cleto Ferreira, Altamiro da Rocha e Altivo Ferraz para organizar um grupo armado de resistência com 50 homens.

No dia 01 de abril, teria ordenado a paralisação dos trens em Três Rios. Embora tenha sido acusado em vários processos de subversão instaurados pela Justiça e respondido ao “IPM da EFCB”, o engenheiro não sofreu nenhuma punição até 1966<sup>180</sup>. Já Cleto Ferreira, além de ter auxiliado o engenheiro-chefe na paralisação de 1964, teria continuado a realizar atividades subversivas. Através de denúncias realizadas por ferroviários da Central do Brasil, o empregado foi acusado de distribuir panfletos subversivos entre Barra do Piraí e Santos Dumont.

As investigações sobre a infiltração comunista em Três Rios passaram a ser realizadas pelo I Comando do Exército. Diversas investigações consideradas de importância nacional foram analisadas pelo Ministério do Exército a partir da promulgação do Ato Institucional nº 5. O comandante do I Exército encaminhou ao ministro do Exército uma relação de nomes de diversos funcionários públicos “cujas atividades tem sido nocivas aos princípios moralizadores consagrados pela Revolução”, para que fossem enquadrados no novo ato institucional<sup>181</sup>.

A Comissão de Investigações Sumárias do Exército (CISEx) reuniu informações sobre as atividades de todos os ferroviários da EFCB investigados pelo inquérito do DOPS de Três Rios, contando, basicamente, com denúncias de moradores locais e de ferroviários para embasar suas acusações.

A partir de informações enviadas pelo I Exército, o diretor da DSI do Ministério dos Transportes (Tenente Coronel Augusto Cezar de Rocha Maia) ordenou que fosse instaurada pelo presidente da Rede (General Gustavo Adolfo Manta) uma “Comissão de Investigação Sumária” para averiguar as denúncias e reunir informações sobre as atividades dos servidores na EFCB a fim de enquadrá-los no Ato Institucional nº 5.

A comissão realizou sessões para colher o depoimento de todos os funcionários envolvidos, além de reunir a documentação interna sobre as atividades desempenhadas pelos funcionários investigados, contando, para isso, com o auxílio do Departamento de Segurança

---

<sup>180</sup> Arquivo Nacional. Comissão de Inquérito Policial Militar. BRAN, BSBAAJ.IPM.612, p. 16/207.

<sup>181</sup> Arquivo Nacional. Comissão de Inquérito Policial Militar. BRAN, BSBAAJ.IPM.612, p. 12/207.

da empresa e do Setor de Segurança da EFCB. Em informe confidencial enviado à Cleto Ferreira em março de 1969, a comissão intimou o funcionário a prestar defesa escrita sobre as imputações a seguir:

- 1) Ter percorrido as ruas de Três Rios em automóvel, na madrugada de 31 de março para 1º de abril, em companhia de outros servidores, tentando organizar um grupo armado de resistência ao “Movimento Revolucionário”;
- 2) Ter no dia 31 de março de 1964 desligado a chave geral do depósito da IL-3, impedindo o funcionamento das oficinas;
- 3) Ter integrado no dia 1º de abril grupo que promoveu paralisação dos trens, ordenando que o plantão fosse entregue ao pessoal da CGT;
- 4) Ter praticado agitação nas fazendas do município, incitando camponeses a se rebelarem; promover distribuição de panfletos subversivos entre Barra do Pirai e Santos Dumont;
- 5) Manter ligações com Luiz Leida, ex-servidor da Estrada demitido com fundamento no Ato Adicional nº 1, e se reunir com elementos subversivos<sup>182</sup>.

O Setor de Segurança da ferrovia relatou as atividades desempenhados por Cleto Ferreira baseando-se no “registro da vida funcional” e “elogios e penalidades”. O relatório evidencia como a Rede Ferroviária controlava o cotidiano de trabalho de seus funcionários através de um regimento interno disciplinador, empregando diversas punições para os “desvios de norma”.

Entre 1958 e 1968, o ferroviário sofreu sete suspensões, totalizando 15 dias, por ter deixado de assinar a relação de equipagem e de presença, e por ter realizado irregularidades durante o serviço. Todas as suspensões foram convertidas em multas, o que, podemos inferir, se tratar de descontos salariais. A última penalidade sofrida correu em 1968: teria sido repreendido por não colher o recibo da encomenda de 1 saco de pães<sup>183</sup>.

Glauca Fraccaro demonstrou em sua pesquisa como os funcionários da EFCB estavam inseridos numa rígida disciplina de trabalho durante os anos 1930. O regulamento instituiu diversas punições às “faltas disciplinares” que não constituíssem crimes: advertências, repreensão em ordem de serviço, suspensão de 30 dias, multa equivalente até um mês de vencimentos, e demissões.

Além das punições, o trabalho era controlado rigorosamente a partir das especificações minuciosas das instruções de serviço e das diversas regras impostas para a promoção de

---

<sup>182</sup> Idem, p. 161/207.

<sup>183</sup> Arquivo Nacional. Comissão de Inquérito Policial Militar. BRAN, BSBAAJ.IPM.612, p. 45/207.

funcionários<sup>184</sup>. As regras e punições se tornaram eficientes mecanismos para a empresa obter ordem, disciplina e bom andamento das atividades, ferramenta utilizada desde os anos 1930 e mantida ao longo da ditadura.

O processo de disciplinamento e regimento interno de uma empresa, assim como afirma Camilo Robertini sobre o caso argentino, pode se revelar mais que um espaço dedicado à avaliação e responsabilização dos trabalhadores, nos permitindo apreender qual o papel atribuído à empresa ao estabelecer os tempos de produção e, ao mesmo tempo, como se dava a vida cotidiana do trabalho na fábrica em meio à estrutura disciplinadora. Através de uma estrutura pedagógica, a empresa instituiu um controle permanente e cotidiano, transformando, conseqüentemente, as atitudes dos demais funcionários: vigiando e castigando a partir de um sistema pedagogicamente projetado<sup>185</sup>.

As demandas por ordem e disciplina prezadas pelo regimento interno da RFFSA também eram compartilhadas por parte dos ferroviários. Assim como os trabalhadores da EFCB se apropriavam do discurso de morigeração para pleitear por melhorias nos anos 1930<sup>186</sup>, veremos como parte dos ferroviários da EFCB compartilhavam dos valores prezados pela empresa e pela ditadura em seu cotidiano de trabalho como forma de construírem uma identidade enquanto ferroviários corretos que prezavam pelo trabalho, disciplina e ordem.

Os depoimentos realizados durante o IPM de Três Rios e ao longo das comissões de investigação realizadas pela RFFSA demonstram como esses valores também estavam inseridos no cotidiano de trabalho daquela ferrovia. O denunciante Geraldo Ferreira da Silva exercia a função de Instrutor Regional de Tração na 3ª IL da oficina de Três Rios. Classificado como informante pelo DOPS de Três Rios, o maquinista e outros possíveis ferroviários apresentaram em suas denúncias as atividades subversivas desempenhadas por funcionários da viação e outros elementos daquele município<sup>187</sup>.

Geraldo afirmou ter visto Justiniano da Silva Neves (ferroviário) e outros homens erguendo uma faixa com os dizeres “Viva Fidel Castro”, “queremos a legalização do PC” e “O

---

<sup>184</sup> FRACCARO, Gláucia Cristina Candian., Op. Cit., p. 34. Sobre o disciplinamento de trabalhadores ferroviários, ver também: MOREIRA, Maria de Fátima Salum. *Ferrovários, trabalho e poder*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

<sup>185</sup> ROBERTINI, Camilo. “Laburar y cumplir” el disciplinamiento de la clase trabajadora durante la última dictadura militar argentina. *Iberoamérica Social: revista-red de estudios sociales*, número especial Vol. 1, , 2016, p. 18

<sup>186</sup> FRACCARO, Gláucia Cristina Candian., Op. Cit., p. 34.

<sup>187</sup> As informações apresentadas pelos denunciantes Antero Ribeiro de Azevedo, Iraci Esteves de Medeiros, Francisco da Costa Souza Junior, Armando de Almeida e Antônio Carlos Carl não aparecem especificadas assim como as realizadas por Geraldo Ferreira. As únicas informações disponíveis no documento a respeito dos citados são o nome completo e endereço. Por estarem relacionados juto à Geraldo, e por darem informações a respeito do cotidiano de trabalho nas oficinas, podemos inferir que eles também eram funcionários da EFCB.

povo de Três Rios apoia a autodeterminação de Cuba” em outubro de 1963. Logo após perceberem o ocorrido, ele e Jair Pinto de Almeida, teriam arrancado e queimado a faixa “indignados”. Em 31 de março de 1964, afirmou ter visto quando Cleto Ferreira, José Lazarini e João Espírito Santo paralisaram todos os trens do setor ao desligarem a chave geral da oficina<sup>188</sup>.

Um informante não identificado teria escutado quando Altamiro da Rocha, encarregado do posto de tração da IL-3 no “dia da Revolução”, conversava com outro ferroviário, Jaime Barbosa: “A barra está ficando leve. As eleições vêm aí, nós vamos ganhar e o pau vai comer. Neste dia vitorioso nós vamos ver quem é general, capitão ou coronel. Vai tudo virar soldado raso e nós vamos tirar a forra.” Outra denúncia aponta que Almiro Cirilo dos Passos, ferroviário da oficina da EFCB, teria sido visto andando pela mesma vestindo uma camisa com os dizeres “Viva Fidel Castro” e “Viva Cuba”<sup>189</sup>.

De acordo com o relator da investigação, embora o cenário de infiltração comunista na ferrovia fosse preocupante, “ainda há funcionários que procuram reagir ao estado de coisas existentes na IL-3”. Este seria o caso do ferroviário Rufino Vicente da Silva, que por ter ficado tão “desiludido da ação moralizadora da Revolução em Três Rios”, solicitou licença para tratamento de saúde<sup>190</sup>.

Geraldo Ferreira e os outros informantes ainda declararam expressar a verdade em seus depoimentos sobre Três Rios, e embora não tivessem meios concretos de prová-la, todos sabiam que “antes da Revolução os comunistas agiam às claras e hoje às escondidas, não sendo fácil saber o que tramam.” Como subsídios de suas informações, ainda forneceram à polícia recortes de jornais do município e cópia de uma carta endereçada à Golbery do Couto e Silva do SNI<sup>191</sup>.

O relatório final de Comissão de Investigação Sumária atestou que devido à absolvição de Cleto Ferreira e outros indiciados pelo Supremo Tribunal Militar no inquérito realizado pelo DOPS de Três Rios, o acusado não poderia ser enquadrado no AI-5. No entanto, a comissão resolveu empregar seus esforços no levantamento de fatos mais recentes “que levassem à convicção de que o investigado estaria desenvolvendo atividades que pudessem caracterizar a existência de um processo de subversão ou de guerra revolucionária sujeitas às sanções do AI-5”<sup>192</sup>.

---

<sup>188</sup> Arquivo Nacional. Comissão de Inquérito Policial Militar. BRAN, BSBAAJ.IPM.612, p. 16/207.

<sup>189</sup> Idem, p. 18/207.

<sup>190</sup> Idem, p. 16/207.

<sup>191</sup> Arquivo Nacional. Comissão de Inquérito Policial Militar. BRAN, BSBAAJ.IPM.612, p. 22/207.

<sup>192</sup> Idem, p. 204/207

Afirmaram que as acusações de subversão relacionadas à tentativa de reunir homens armados no dia 31 março e a distribuição de panfletos subversivos não teriam sido comprovados, uma vez que eram baseadas em denúncias sem provas. A comissão expressou certa preocupação com essa questão, pontuando que não se deixou influenciar por acusações que pudessem ter a “intenção que não a de preservar o espírito revolucionário”, se pronunciando contrária à realização de “injustiças em nome da Revolução”<sup>193</sup>.

Para a comissão, não restariam dúvidas apenas sobre uma acusação: a atuação do ferroviário à frente dos piquetes de greve. Reunindo os depoimentos colhidos no inquérito de Três Rios e o inquérito instaurado pela EFCB, bem como os registros administrativos das chefias e do setor de segurança da ferrovia, estaria “devidamente comprovado” o envolvimento de Cleto Ferreira enquanto líder de movimento grevista.

Como o IPM da Central ainda aguardava julgamento em 1969 pelo Supremo Tribunal Federal, o funcionário ainda não tinha sofrido as sanções previstas pelo Ato Institucional nº 1. Neste sentido, o parecer da Comissão enviado ao presidente da RFFSA era pela impossibilidade de sanções ao acusado pelo AI-5, apenas considerando passível as penas do artigo 201 do Código Penal: “participar de suspensão ou abandono coletivo de trabalho, provocando a interrupção de obra pública ou serviço coletivo: Pena – detenção de 6 meses a 2 anos, e multa”<sup>194</sup>.

Neste sentido, mais do que averiguar se Cleto Ferreira e os outros indiciados foram considerados culpados, foi possível compreender através da análise desses inquéritos como o cotidiano de trabalho dos servidores da EFCB estava inserido na lógica repressora do regime, além de identificar como alguns ferroviários se adaptaram àquela realidade coercitiva, denunciando seus companheiros de trabalho, compartilhando valores como ordem, disciplina e vigilância contra atos subversivos.

A análise das práticas denunciatórias são uma ferramenta interessante para os pesquisadores refletirem sobre as formas encontradas pelos indivíduos para se adaptarem à esfera policialesca, e no limite, resolverem problemas cotidianos em períodos de exceção. As denúncias realizadas em contextos políticos ditatoriais se tornaram importantes ferramentas de análise para os estudos da relação construída entre sociedade e regimes autoritários. Com o fim da Guerra Fria e o colapso dos regimes comunistas, as pesquisas relacionadas às práticas de

---

<sup>193</sup> Idem, p. 207.

<sup>194</sup> Art. 201 do Código Penal – Decreto Lei 2848/40. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10612826/artigo-201-do-decreto-lei-n-2848-de-07-de-dezembro-de-1940>. Acesso em: 23 de nov. 2019.

terror estatal ganharam novas perspectivas: a abertura de arquivos secretos, os testemunhos e memórias de vítimas da violência política apresentavam a dimensão e o funcionamento do terror estatal. Embora as pesquisas sobre o terror nazista e stalinista tivessem ganhado espaço, adotaram, em sua maioria, uma análise que privilegiava o papel desempenhado pelo Estado e seus agentes perpetradores.

No final dos anos 1980, a história social - principalmente ligada à pesquisa sobre o Nazismo – se interessou pelo cotidiano e a rotina da sociedade em meio ao terror estatal, dando ênfase a uma análise do período vista de baixo. Nesta perspectiva, estudos como os de Sheila Fitzpatrick sobre o stalinismo contribuem para reflexão acerca da existência cotidiana associada ao terror do totalitarismo. Ou seja, pensar como se dava a reprodução da vida cotidiana e como esta era amplamente afetada pelo Estado totalitário<sup>195</sup>. Fitzpatrick e Robert Gellately afirmam como os novos estudos apontam a importância das denúncias para a população em geral, ocupando um ponto intermediário entre o Estado e as autoridades, constituindo-se em ingrediente crucial no terror soviético e nazista<sup>196</sup>.

As denúncias, assim como apresentam os pesquisadores citados, podem ser definidas enquanto comunicações espontâneas e individuais realizadas por cidadãos ao Estado (ou autoridades como a Igreja), contendo acusações de irregularidades praticadas por outros cidadãos ou oficiais, pedindo, de forma direta ou indireta, por punições. Também podem ser apresentadas como “declarações denunciatórias”, solicitadas pela polícia durante interrogatórios. Geralmente, invocam valores estatais e, para desvalidar qualquer interesse pessoal por parte de seus autores, citam o dever para com o Estado e o objetivo de alcançar o “bem geral” como as razões para oferecerem informações às autoridades<sup>197</sup>.

Neste sentido, as pesquisas relacionadas à Rússia stalinista e à Alemanha nazista podem auxiliar a pensar o papel das denúncias realizadas por cidadãos às autoridades brasileiras, e em que termos se dava a relação social com o Estado e a violência na última ditadura militar. Assim como os autores afirmam, interessa não somente a função política da denúncia, mas seus aspectos social e antropológico que representam um importante ponto de contato entre cidadãos e o Estado<sup>198</sup>.

---

<sup>195</sup> FITZPATRICK, Sheila. *Everyday Stalinism. Ordinary Life in extraordinary times: Soviet Russia in the 1930s*. New York: Oxford University Press, 1999.

<sup>196</sup> FITZPATRICK, Sheila. GELLATELY, Robert. *Accusatory practices: denunciation in modern european history, 1789-1989*. Chicago: The University of Chicago Press, 1997, p. 5.

<sup>197</sup> FITZPATRICK, Sheila. GELLATELY, Robert. *Op. Cit.*, p. 1.

<sup>198</sup> *Ibidem*, p. 2.

A historiografia sobre a ditadura civil-militar brasileira avançou nos últimos anos com estudos que privilegiaram analisar o aspecto civil do regime, ou seja, a relação construída entre a sociedade e o Estado ao longo de 1964-1985. Pesquisas como as desenvolvidas por Carlos Fico e Janaina Martins Cordeiro nos apresentam casos em que segmentos da sociedade acabaram prestando contribuição aos órgãos de informação e censura do regime, principalmente em períodos como o governo Emílio Garrastazu Médici, momento em que os órgãos repressores incentivaram ainda mais a prática das denúncias pelos cidadãos.

Carlos Fico demonstrou a relação construída entre sociedade e órgãos de vigilância a partir do envio de cartas à Divisão de Censura e Diversões Públicas. O autor afirma que, nos anos 1970, era comum o envio de cartas à DCDP por indivíduos que se sentiam ofendidos por algum material circulante considerado um atentado à moral e os bons costumes. Identificando-se, na maioria das vezes, como “mães de família” e “idosas”, ou um “pai de adolescente” e “cinquentenário”, teriam o objetivo de defender os indefesos (crianças, mulheres e idosos), ou seja, uma ação que visava o bem comum. Desta forma, os arquétipos selecionados se tornavam uma forma de legitimação aos olhos do poder público<sup>199</sup>.

A pesquisa de Janaina Cordeiro buscou compreender como segmentos da sociedade se utilizaram de mecanismos autoritários para solucionar conflitos diversos em seu dia-a-dia a partir da prática de denúncias realizadas por “informantes eventuais”. Com a análise das denúncias, a autora apresenta como cidadãos passaram a recorrer ao Estado para delatar vizinhos, conhecidos, colegas de trabalho, autoridades locais etc., demonstrando como a linguagem e *modus operandi* da ditadura ajudaram a moldar aspectos diversos da vida cotidiana e como “segmentos diversos da sociedade reagiram e se acomodaram à dinâmica política, social e policialesca estabelecida pelo regime”<sup>200</sup>.

O envio de cartas e denúncias aos órgãos do governo, seja por associações ou indivíduos, tornava-se uma forma da sociedade se engajar, contribuir e - até mesmo - de obter ganhos pessoais e simbólicos com esta ação. A pesquisa de Janaina Cordeiro (2019) nos mostra que, para além das festividades ou da censura, outro setor governamental recebia atenção da sociedade: o Serviço Nacional de Informações.

Criado para auxiliar o governo no recebimento de informações sobre a segurança nacional, combate à infiltração comunista e atos de corrupção, a comunidade de informações do regime atingia toda a população. Longe de ser uma entidade secreta, escondida nos “porões

---

<sup>199</sup> FICO, Carlos. “Prezada Censura”: cartas ao regime militar. Topoi, Rio de Janeiro, dezembro 2002, p. 270.

<sup>200</sup> CORDEIRO, Janaina Martins. Delações e vida cotidiana no Brasil durante a ditadura-civil militar. Locus: Revista de História, Juiz de Fora, v. 25, n. 2, p. 238, 2019.

da ditadura”, a população sabia da existência do órgão. A ditadura colocou à disposição da sociedade um perfil político e moral definidos do inimigo público, além de novas táticas e linguagem específica que poderiam ser acionadas para combater os ditos inimigos do regime, bem como para solucionar problemas cotidianos<sup>201</sup>.

O SNI e o CIE recebiam diversas denúncias, não apenas de agentes da repressão, como também de cidadãos que não ocupavam cargos em órgão do governo ou da comunidade de informações e repressão, chamados de “informantes eventuais”. De acordo com o General Adir Fiúza de Castro, o perfil que os órgãos de informação atribuíam aos informantes era multifacetado:

Há seis níveis de fontes e seis graus de veracidade do informe: A, B, C, D, E, F e 1, 2, 3, 4, 5, 6. Um informante A1 é um informe de uma fonte sempre idônea e com grande probabilidade de verdade. (...) Se o informante é F6, significa que não pode se saber a idoneidade da fonte, pode ser um maluco qualquer (...) O grosso caía no C. Quer dizer, fonte razoavelmente idônea e o informe tem possibilidades de ser verídico<sup>202</sup>.

Embora, muitas vezes, não seja possível identificar a origem da denúncia, alguns aspectos levantados por Robert Gellately no caso de denúncias realizadas por alemães comuns durante o regime nazista podem nos ser úteis. O autor demonstra como os autores das cartas poderiam ser pessoas envolvidas de maneira formal no governo, como agentes civis designados pela polícia secreta, ou de maneira informal, “denunciante ocasionais” que informavam sobre infrações à lei, desvio dos ensinamentos ideológicos do regime, ou que cometiam outras falhas políticas. Em sua maioria, não eram “verdadeiros crentes” do regime, motivados pelo antissemitismo ou pela política, mas indivíduos que praticavam denúncias por interesses pessoais.

O terror, desta forma, não se dava de maneira linear, através das organizações estatais. O terror era multifacetado, dinâmico e complexo, contando com a participação da sociedade<sup>203</sup>. Analisar as denúncias enviadas ao SNI e outros órgãos de informação contra a Rede Ferroviária Federal e seus funcionários nos ajuda a compreender como parte da sociedade utilizava os órgãos de vigilância do governo para obterem ganhos materiais e simbólicos, ou até mesmo para resolverem problemas cotidianos.

---

<sup>201</sup> Ibidem, p. 228

<sup>202</sup> CASTRO, Adyr Fiúza de. In: D'ARAÚJO, Maria Celina et all. Os anos de chumbo. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 62. Apud: CORDEIRO, Janaina Martins. Delações e vida cotidiana no Brasil durante a ditadura-civil militar. Locus: Revista de história, Juiz de Fora, v. 25, n. 2, p. 230, 2019.

<sup>203</sup> FITZPATRICK, Sheila. GELLATELY, Robert., Op. Cit., p. 5.

O objetivo desta análise não é identificar os autores das denúncias, mas compreender as motivações por trás dessa prática, o papel desempenhado pela sociedade na esfera de vigilância construída pelo regime, revelando, desta forma, um outro aspecto da relação entre sociedade e ditadura, e como diversos segmentos da sociedade reagiram e se acomodaram à dinâmica vigilante e repressora do regime.

Uma denúncia de nível C-3 repassada ao SNI pelo Centro de Informações do Exército relata uma série de acontecimentos sobre a Rede Ferroviária Federal que comprovariam a “situação da maior gravidade para a Segurança Nacional”. O denunciante afirmou que devido a verdadeira omissão do presidente da Rede face aos “descalabros e desorganização que está entregue a Central do Brasil”, percebe-se a irregularidade no horário das viagens dos trens, contando com mudanças de composição e atrasos duas vezes ao dia.

A questão levaria os usuários ao desespero: além de perderem o dia de trabalho, também acabavam sendo roubados por “descuidistas” que atuavam nas estações, acobertados pelos guardas de segurança. Para o denunciante, esses fatos ocorriam dentro de uma “continuidade proposital”, uma vez que a Rede era dirigida “pelos corruptos com o total apoio dos comunistas”, corrompendo todo o sistema operacional da empresa. Para o autor da denúncia, o presidente da RFFSA (general Milton Gonçalves) possibilitava que os comunistas dominassem a situação de forma “inteligente e eficiente”, uma vez que ele era um homem preocupado apenas com seus negócios particulares.

Além disso, afirmou que embora os problemas da ferrovia acabassem caindo na responsabilidade de administrações anteriores, na verdade a situação de crise da ferrovia se tratava do resultado de um processo instalado e acobertado por funcionários corruptos. Os dirigentes e funcionários comunistas e corruptos teriam “uma vida profissional honesta de propósito” para, desta forma, ficarem “acobertados” para o trabalho de sabotagens em ação contínua, parte de um plano subversivo para atuar no seio da sociedade.

Os atrasos nas composições seriam propositais, com o objetivo de levar a massa à revolta, dentro de um processo dialético implementado na EFCB por líderes comunistas que receberiam altos salários da empresa “para organizarem o plano de ação revolucionária no seio da massa trabalhadora, que vai dia a dia sendo conscientizada para uma tomada de posição revolucionária”, fazendo, desta forma, “proselitismo contra a Revolução de 64 e os Governos Revolucionários”.

Além do presidente da Rede, o diretor Frederico da Costa Braga também seria responsável pela “gigantesca bandalheira” que ocorria em outras ferrovias, como no trecho Santos - São Paulo, além de ser amigo íntimo do líder sindical, agitador e comunista Raphael

Martinelli. Essa situação de corrupção e infiltração comunista teria ocorrido em maior intensidade após o governo Costa e Silva, amadurecendo dentro de um “trabalho silencioso” acobertado pelo poder da corrupção<sup>204</sup>.

Além do presidente e dirigentes da EFCB, outros funcionários da Rede Ferroviária sofriam denúncias. Repassadas ao SNI pela DSI do Ministério dos Transportes, o agente de segurança e ferroviário Eleazar Rodrigues Barbosa, admitido em 1963 na EFCB e transferido em 1968 para a EFL, foi alvo de várias denúncias ao longo dos anos.

Em 1967, uma denúncia de classificação B-3 acusava o ex-investigador da EFCB de ter sido motorista do ex-deputado Tenório Cavalcante por muitos anos. Recentemente, teria recebido uma carta do jornalista Paulo Valente, pedindo que o investigador avisasse ao deputado que “os 100 dólares que ele estava lhe mandando não eram suficientes para as despesas”<sup>205</sup>.

Em 1968, outra denúncia apontava que o investigador vivia na cidade de Campos à serviço de Tenório Cavalcante e do jornal “Luta Democrática”, tendo à sua disposição um furgão do jornal para “prestar serviços a comunistas que agiam no Norte Fluminense”. A polícia de Campos teria apreendido diversas fotografias que comprovariam o envolvimento de Eleazar no jornal em companhia de “vários agitadores comunistas.”<sup>206</sup> O Centro de Informações da Marinha informou em 18 de agosto de 1969 a existência de duas fotografias do investigador em comícios que ocorreram “antes da Revolução de 1964”.

Outro informe do DPPS realizado em 29 de dezembro de 1969 e enviado ao Departamento de Segurança da RFFSA acusa Eleazar Rodrigues de ser capanga do ex-deputado federal Tenório Cavalcanti, e de ter sido admitido na EFCB por intermédio do deputado. Em 1964, Eleazar teria sido preso por participar de atividades subversivas na baixada fluminense, ligado não apenas ao ex-deputado, como também a outros líderes da subversão. No momento, o investigador estaria intimamente ligado ao vice-governador do Estado do Rio, Helio Ribeiro Gomes, e ao prefeito do município de Campos, José Carlos Vieira Barbosa<sup>207</sup>.

As denúncias foram enviadas ao Departamento de Segurança da RFFSA para serem devidamente apuradas. A Seção de Informações e Contrainformações da EFL apresentou ao Departamento de Segurança da Rede extensa ficha sobre a vida particular e profissional do

---

<sup>204</sup> Arquivo Nacional. Serviço Nacional de Informações – Agência Central. Informe nº 278/ S-102-15-CI3 de 30 de julho de 1975. BR, DFANBSB, V8, MIC, GNC, AAA, 75085033, p. 1-2.

<sup>205</sup> Arquivo Nacional. Serviço Nacional de Informações – Agência Central. “Informe nº 13/67 SETS.” BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_CCC\_70003261, p. 9/28.

<sup>206</sup> Arquivo Nacional. Serviço Nacional de Informações – Agência Central. “Informação 23 de setembro de 1968.” BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_CCC\_70003261, p. 11/28.

<sup>207</sup> Arquivo Nacional. Serviço Nacional de Informações – Agência Central. “Informe nº 114/DPPS/RJ.” BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_CCC\_70003261, p. 18/28.

denunciado, descrevendo-o como muito educado e disciplinado, com exemplar pontualidade no trabalho, sem qualquer punição disciplinar, trajando-se com correção, provocando e apreciando a convivência com autoridades e pessoas de camadas sociais mais elevadas sem que haja indícios de que o faça para obter favores materiais<sup>208</sup> Sobre a sua atuação e desempenho enquanto investigador, afirmaram:

(...) Não é inteligente, e possui [sic] pouca vivacidade e argúcia, motivo pelo qual seu rendimento no trabalho está aquém do desejável, não sendo indicado para as tarefas policiais mais difíceis. Na Estrada, jamais foi notada ou observada qualquer atitude suspeita de sua parte, quanto as atividades políticas ou ideológicas e não demonstra ter nenhuma característica para agitador, doutrinador sabotador ou terrorista. Não tem contatos com qualquer elemento suspeito da Estrada ou mesmo de fora dela. No momento, assumiu compromissos superiores das suas possibilidades, encontrando-se em dificuldades financeiras para saldá-los<sup>209</sup>.

Após apurar os informes, o departamento concluiu que as denúncias eram falsas. As evidências a respeito de atos subversivos desempenhados pelo acusado eram fracas, uma vez que Eleazar gozava de boa reputação entre seus chefes, e não haveria qualquer prova da então prisão do acusado ou seu envolvimento em agitação na Central e Leopoldina, já que “instauraram-se inúmeras Comissões de Inquérito Sumário para apuração de atividades subversivas de seus servidores, em consequência dos quais foram demitidos e punidos inúmeros empregados, nada constando contra Eleazar”<sup>210</sup>.

Afirmam ainda que a maioria dos informes tinham origem no DPPS do Estado do Rio de Janeiro, de autoria do agente PLQ, “movido, parece-nos, por inimizade pessoal”. O agente não tinha a confiança do departamento de segurança da Rede, considerado “um forjador de informes com o intuito de aparecer como elemento vigilante e trabalhador perante os órgãos de informação”<sup>211</sup>.

Percebe-se como os dispositivos de vigilância e repressão criados pela ditadura também eram utilizados por segmentos da população para resolver conflitos cotidianos e denunciar companheiros de trabalho. Além de informes contra pessoas influentes como o presidente e dirigentes da RFFSA, ou até mesmo funcionários “de baixo escalão” como os agentes

---

<sup>208</sup> Arquivo Nacional. Serviço Nacional de Informações – Agência Central. “Informe nº 49/PRFSI/70” de 30 de janeiro de 1970. BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_CCC\_70003261, p. 4/68.

<sup>209</sup> Arquivo Nacional. Serviço Nacional de Informações – Agência Central. “Informe nº 49/PRFSI/70” de 30 de janeiro de 1970. BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_CCC\_70003261, p. 4/68.

<sup>210</sup> Arquivo Nacional. Serviço Nacional de Informações – Agência Central. “Informe nº 49/PRFSI/70” de 30 de janeiro de 1970. BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_CCC\_70003261, p. 7/28.

<sup>211</sup> Idem, p. 6/28.

ferroviários, as pessoas se apropriavam do discurso vigente de moralização e combate ao inimigo público para obterem vantagens materiais e resolver conflitos pessoais.

### 2.3) O cotidiano de trabalho entre a vigilância e repressão

A violência estatal estava articulada ao âmbito privado da Rede Ferroviária Federal que, ao incorporar os mecanismos de vigilância e repressão do regime, tentava não apenas neutralizar e controlar seus funcionários, como encorajá-los a fazer parte daquela esfera policialesca. Desta forma, o cotidiano de trabalho foi modificado pelo contexto de exceção, e compreender as estratégias mobilizadas por esses atores sociais para sobreviverem àqueles tempos pode nos revelar um outro aspecto da relação entre os trabalhadores e a ditadura.

Assim como demonstra Antonio Cazorla Sánchez, devemos levar em consideração o papel desempenhado pela repressão ao instalar o medo e pessimismo na população com o assassinato de líderes sindicais e a destruição de organizações genuínas e representativas, contribuindo para criar uma força de trabalho acessível e disciplinada<sup>212</sup>. Os ferroviários entrevistados para esta pesquisa, embora trabalhassem em setores diferentes, demonstraram ter uma memória comum sobre o cotidiano na Estrada de Ferro Central do Brasil durante a ditadura.

Afirmaram não participar de sindicatos ou associações ferroviárias, e falas como “participava indiretamente, nunca gostei não. Sei lá, acho que era muita confusão”<sup>213</sup>, “nunca me liguei nessas coisas, não gostava, sempre fui afastado, não me interessava”<sup>214</sup>, ou até mesmo “eu não era contra, achava que tinha que ter. Era mais por falta de tempo, de motivação”<sup>215</sup>, se fizeram comuns. No entanto, não se trata de apontar uma paralisia dos ferroviários frente à violência e repressão de um Estado ditatorial “todo poderoso”, mas de verificarmos como o pessimismo coletivo e a repressão resultaram em comportamentos ambivalentes e diversos entre os trabalhadores ferroviários em meio a um contexto autoritário<sup>216</sup>.

Vimos ao longo desse capítulo como o cotidiano de trabalho era tratado como questão política e de segurança nacional pela polícia política e a comunidade de informações. Além da substituição de diretores por coronéis do Exército e a escolha de interventores, a ditadura

---

<sup>212</sup> SÁNCHEZ, Antonio Cazorla. *Fear and progress: ordinary lives in Franco's Spain 1939-1975*. Oxford: Blackwell-Wiley, 2009, p. 15

<sup>213</sup> Entrevista com SJ, concedida à autora em 18 de dezembro de 2018.

<sup>214</sup> Entrevista com EC, concedida à autora em 06 de abril de 2018.

<sup>215</sup> Entrevista com AS, concedida à autora em 28 de maio de 2019.

<sup>216</sup> SÁNCHEZ, Antonio Cazorla. *Op. Cit.*, p.15.

integrava o dia-a-dia dos ferroviários com militares ocupando diversos postos de serviço com o objetivo de controlar e desencorajar a rearticulação dos sindicatos.

O aposentado SJ era ajustador mecânico e trabalhou tanto na oficina de Deodoro como no prédio da Central do Brasil. Sobre o imediato pós-golpe, afirmou:

Na época que João Goulart foi deposto e eles tomaram conta, foi uma época muito perigosa, principalmente no local que a gente trabalhava ali. Muito perigoso. Era difícil de se locomover, todo mundo com medo, e medo disso, medo daquilo... nós vivemos um período bem esquisito. A pessoa tinha medo de tudo, de um ataque da polícia, da pessoa fazer alguma revolta. Porque na época, a pessoa não sabia bem dizer nada, porque o negócio foi tomado, ficou muito complicado. O cotidiano ficou muito afetado, porque a pessoa para ter um bom desempenho no trabalho, ele tem que estar bem com a família, tranquilo. A gente saía para trabalhar, não sabia como estava o filho, a esposa, era bem difícil<sup>217</sup>.

O medo e a incerteza do que aconteceria tornava o dia-a-dia de trabalho difícil, sendo necessário adotar estratégias para se adaptar àquele contexto e manter o emprego. O aposentado AS, que também trabalhou no prédio da Central do Brasil em um laboratório de eletrotécnica, afirmou não se sentir incomodado com a presença de militares na Central: “tinha só no início, mas depois parou. Depois ficou normal. Logo nos primeiros dias, tinha uns militares nas ruas, fardados. Mas depois, ficou de rotina, tudo normal.”<sup>218</sup>

O ferroviário aposentado UV relata que a presença de militares na estação de Deodoro era frequente. O terreno da oficina eletrotécnica onde trabalhava como torneiro mecânico ficava localizado em frente à antiga Escola de Material Bélico (EsMB) do Exército Brasileiro, à poucos metros da Vila Militar. Desta forma, a presença de militares nas oficinas da região era constante:

Quando entrou a ditadura, ficou ruim o ambiente, depois da ditadura, ficou pior. Começou a mandar uma porção de militares, entrada livre. Entravam e saíam quando queriam. Eles não tinham função nenhuma, faziam nada, só davam piruada. Iam só para perturbar. [...] Eles entravam no serviço, iam para lá e pediam para a gente fazer as coisas, livre acesso. Consertar bomba... as vezes era da casa deles e dizia que era do quartel. Eles chegavam, falavam com o mestre geral, o mestre geral aceitava. O mestre geral era o que mandava em tudo, na oficina toda. Ali, todo o movimento da Rede existia militares. Eles entravam com o caminhão, a gente era obrigado a fazer o que eles pedissem<sup>219</sup>.

---

<sup>217</sup> Entrevista com SJ, concedida à autora em 18 de dezembro de 2018.

<sup>218</sup> Entrevista com AS, concedida à autora em 28 de maio de 2019.

<sup>219</sup> Entrevista com UV, concedida à autora em 29 de maio de 2017.

Além de realizarem as ordens de serviço passadas pelo Mestre Geral da oficina, deviam realizar os “serviços extras” passados pelos militares. O entrevistado ainda declarou que na oficina de tornearia existiam fichas sobre cada empregado, contabilizando as horas de trabalho e o serviço realizado pelo mesmo: “(...) tinha um gráfico que dizia a oficina que mais produzia, que menos produzia, a gente trabalhava pra caramba. Era um ambiente tranquilo, amigável”<sup>220</sup>. Toda a produtividade era contabilizada de forma meritocrática, e o não cumprimento das ordens de serviço era entendido como um desvio de norma. Mesmo com uma carga de trabalho pesada, ainda eram obrigados a realizar as tarefas passadas pelos militares e manter a produção da oficina em níveis favoráveis, o que revela as possíveis tensões que poderiam surgir naquele ambiente.

No entanto, a presença dos militares não era necessariamente vista como ameaça ou parte de uma intervenção imposta pelo governo. O ajustador MI trabalhava na mesma seção que UV, e afirmou não ter ocorrido intervenção militar alguma em Deodoro. Para o ajustador mecânico, a intervenção de chefes militares poderia ter ocorrido apenas no meio militar:

a gente não sofreu pressão nenhuma. Continuamos jogando nossa pelada, fazendo nossas brincadeiras, nossos biscates. Essa intervenção é no meio militar, quando o cara suspende garantia e qualquer coisa prende. Lá [na oficina] continuou a mesma coisa, as mesmas pessoas mandando. Não houve diferença nenhuma<sup>221</sup>.

A intervenção e a repressão não eram direcionadas aos trabalhadores, ou seja, eram restritas ao militarismo. Já UV associou o lado negativo da presença dos soldados nas oficinas ao aumento da carga de trabalho que eram obrigados a aceitar. No entanto, ao logo da entrevista, apresentou um outro lado da relação estabelecida com eles:

Em Deodoro, muitas vezes, eu entrei na oficina e tinha soldado de fuzil tomando conta da gente. Entrava tranquilo, marcava meu cartão, almoçava, trabalhava e ia embora. Não estava nem aí para isso. Eu não sei se era para a gente ser protegido ou se era para impor a lei, mas, como eu não tinha nada de afetado, não tinha nada disso. Eu fui criado igual ao meu avô e meu pai, minha família toda foi ferroviária... nosso negócio era trabalhar e ponto. (...) Ninguém foi atingido na nossa oficina. Os caras [militares] chegavam lá, faziam amizade, viram que a gente tinha uma quadra lá, chamava a gente para jogar futebol com eles. Tudo tranquilo. Se precisasse de um caminhão de mudança era com eles mesmo. “Tô” nem aí... era um bom ambiente, não tenho nada para falar disso<sup>222</sup>.

<sup>220</sup> Entrevista com UV, concedida à autora em 29 de maio de 2017.

<sup>221</sup> Entrevista com MI, concedida à autora em 21 de novembro de 2018.

<sup>222</sup> Entrevista com UV, concedida à autora em 29 de maio de 2017.

A fala do torneiro mecânico nos revela que a presença de militares armados na oficina não o incomodava, uma vez que *ele não tinha nada de afetado*, ou seja, não se considerava enquadrado no perfil de inimigo público disseminado pela ditadura, logo não tinha feito nada para temer - ou até mesmo *merecer* - uma possível retaliação. Desta forma, o autoritarismo e a repressão não poderiam fazer parte do cotidiano de um trabalhador disciplinado, que cumpria as regras corretamente. Longe de ser entendida como uma relação conflituosa, UV apresentou um outro lado da dinâmica construída com os militares: uma relação amigável, com jogos de futebol e troca de favores.

O torneiro mecânico EC trabalhava na mesma oficina que UV e MI, e afirmou não ter visto diferença alguma com a entrada da ditadura:

Para mim, era uma coisa normal. Se era militar ou não, se estava acabando o mundo ou não. (...) Talvez tenha ocorrido nas funções gerais, mas na minha oficina não mudou nada. Não lembro de ter vigilância, desse crime não. Era a mesma coisa, não mudou nada. Ainda bem, né. Aquele militarismo foi coisa rápida, não foi tão rígido assim não. Depois acabou aquele tempo, voltou tudo ao normal. Não se falava mais de militarismo ali não. Eu nunca me liguei em nada disso não, para mim era normal. Eu entrava, saía, trabalhava e mais nada, para mim era normal<sup>223</sup>.

É interessante observar como a fala dos entrevistados possui pontos em comum: o distanciamento e a indiferença. O aparente desinteresse pelo processo político marca o distanciamento dos ferroviários dos acontecimentos: a repressão, quando lembrada, não está presente no dia-a-dia de trabalho, mas restrita ao meio militar. A presença de militares armados com fuzil é vista com naturalidade, uma vez que apenas poderia ser considerada ruim por uma pessoa tivesse feito *algo para temer* tal figura, ou seja, fosse um inimigo do regime.

Por estar inserido numa cultura de normalidade, ou seja, por se identificar como um ferroviário preocupado em trabalhar, assim como lhe foi ensinado pelo pai e avô, UV não julgava ser um alvo da ditadura, logo não temia a presença de militares armados. Desta forma, o aparente distanciamento e silêncio sobre os anos da ditadura são necessários para reforçar uma identidade específica, marcada por valores como ordem e disciplina, construída para se adaptarem aquele contexto de exceção.

No entanto, a repressão fazia parte do cotidiano de trabalho dos ferroviários, mesmo que estes não se considerassem um alvo dela. Como vimos nas últimas seções desse capítulo, os

---

<sup>223</sup> Entrevista com EC, concedida à autora em 06 de abril de 2018.

empregados da Rede Ferroviária eram monitorados de perto pelos agentes da seção de segurança das ferrovias. Além dos testemunhos orais, os documentos do Setor de Segurança da RFFSA demonstram bem como o cotidiano dos trabalhadores foi afetado pela ditadura.

Em carta enviada ao chefe do Serviço de Segurança Nacional da RFFSA, Rubem Mariano Cordeiro (chefe do Serviço de Investigação e Policiamento da EFL) apresentou os resultados da sindicância denominada “Operação Tartaruga”. Afirmava que diversos agentes, ao percorrerem oficinas das Estações de Campos, Niterói, Barão de Mauá e Praia Formosa, constataram que poucos ferroviários se encontravam trabalhando, enquanto a maior parte estava “conversando em grupinhos” e “não deram a mínima importância” para a presença dos agentes. Além da conversa em grupo no local de trabalho, relataram que no Setor Diesel da estação Triagem:

havia morosidade e brincadeira em serviço, alguns empregados atiraram estopas sujas nos que trabalhavam, sendo que dois empregados brincavam equilibrando vassouras e, quando as ditas caíam sobre os que trabalhavam, ocorriam risadas etc.<sup>224</sup>.

Na oficina Mecânica de Barão de Mauá, poucos empregados estariam trabalhando, enquanto muitos conversavam, e quatro “foram vistos jogando Damas na calçada dos vestiários e banheiros” que “fora habilmente desenhada na própria calçada” do Setor Diesel. Nas oficinas de Niterói, foram encontrados funcionários alheios aos serviços “sentados em vagões estacionados no pátio”<sup>225</sup>.

As brincadeiras e conversas durante o horário de trabalho representavam para o regime uma quebra de ordem e produtividade, atitudes que deveriam ser combatidas, pois não representavam os valores do verdadeiro trabalhador brasileiro, comprometido em ajudar o país em seu crescimento. No limite, a conversa e o lúdico são também formas de conviver e se adaptar a uma realidade de exceção e, por isso, deveriam ser reprimidas.

Os chefes dos setores das oficinas, bem como os agentes ferroviários, combatiam tais atitudes. No entanto, entre os próprios funcionários da Rede, esse tipo de comportamento também era visto como algo inadequado. O ex-ajustador MI declarou que a relação estabelecida com os chefes em Deodoro era de amizade, e os engenheiros não eram vistos como patrões ou pessoas a serem temidas:

---

<sup>224</sup> Informação nº 34/65. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícia Política (DOPS), notação 40441, folha sem numeração, p. 1-2.

<sup>225</sup> Informação nº 34/65. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícia Política (DOPS), notação 40441, folha sem numeração, p. 1-2.

A gente gozava da confiança e da estima dos chefes, não tinha por que ter medo. Agora, o cara que era mau caráter, que era perseguido, esse podia se queimar. Tinha um engenheiro alemão na outra oficina de trens, o doutor Hans, ele andava de macacão. O pessoal ficava pelos vagões para fumar. Ele entrava no vagão, os caras falavam: “tem uma cachacinha aí, tô aqui escondido, o alemão não me pega nunca”. Mas estavam falando com o alemão! [risos] O alemão de macacão parecia um mecânico, ele não andava de terno na oficina. Até o pessoal descobrir isso, ele pegou muita gente. Ele via os flagrantes<sup>226</sup>.

Para MI, os ferroviários que não seguiam o regimento da oficina, ou seja, que não cumpriam as ordens de serviço, passeavam, fumavam e conversavam durante o horário de trabalho, eram vistos como funcionários “mal caráter”, sendo *justificável* a perseguição que poderiam sofrer pelos seus chefes. A fiscalização do comportamento e atitudes durante o horário de serviço fazia parte da estratégia repressora do regime e da RFFSA para tentar controlar os empregados.

Como vimos anteriormente no discurso de Castelo Branco e do Coronel Albuquerque Lima (presidente da RFFSA após o golpe de 1964), a ditadura pregava uma determinada ética de trabalho, muito similar ao discurso estatal e patronal inglês do século XIX, que valorizava os ideais cristãos e da democracia liberal ocidental. Era necessário dar fim a política trabalhista, condenando a luta de classes, as greves políticas, o ambiente de permissividade e o controle exercido por grupos e partidos de esquerda nos sindicatos. Neste sentido, os operários se comprometeriam com os valores da “Revolução de 1964” para construir uma nova ética de trabalho, derrotando a influência da subversão.

Os entrevistados lotados na oficina elétrica de Engenho de Dentro, embora afirmem não terem sido afetados pela repressão, ou testemunharem algo do tipo acontecendo em sua oficina, demonstraram ao longo das entrevistas que se comportavam de forma estratégica durante o horário de trabalho. O ajustador EL afirmou: “tinha intervenção e um desconhecido que mandava, não era gente do *metier*. Aí a pessoa não poderia ficar se abrindo, conversando demais. Mas eu sempre tive precaução nesse caso, não fui atingido não”<sup>227</sup>. O eletricitista IV trabalhava no Setor Diesel da mesma oficina, e afirmou ser necessário ter cautela durante o trabalho:

Aquele cara trabalhando ali no setor, estava trabalhando, mas estava de antena ligada em você. Às vezes, as pessoas saíam para almoçar, saíam para o café e não voltavam. Porque já estavam de olho em você, que você era contra. Se você comentasse muito, conversasse com o seu colega, metesse o pau, tu era... A gente tinha que ficar quietinho, não falar nada e cumprir o que tem que

<sup>226</sup> Entrevista com MI, concedida à autora em 21 de novembro de 2018.

<sup>227</sup> Entrevista com EL, concedida à autora em 21 de dezembro de 2018

cumprir, porque se você falasse alguma coisa, está arriscado você... e eu tinha problema, casado, com dois filhos pequenos, não podia estar... não podia dar opinião. Vou fazer o que? Não podia fazer nada. Era cumprir o que tem que cumprir e ficar na dela, tinha que trabalhar e não faltar. (...) Não podia reclamar se você estava sendo prejudicado ou não, não tinha meio de reclamar. Tinha que aguentar e obedecer<sup>228</sup>.

Diante da necessidade de manter o emprego e sustentar a família, muitos trabalhadores se adaptavam às dificuldades impostas pelo contexto autoritário. Em meio à preocupação de estar sendo vigiado, os assuntos sobre política e críticas ao trabalho eram evitados. Para se adaptarem à realidade de exceção, era necessário cumprir as regras, trabalhar e não faltar. Qualquer desvio de norma, ou organização de movimento reivindicativo contra essas medidas eram consideradas erradas. Em meio àquela ruptura no cotidiano de trabalho, o ferroviário ainda afirmou, em tom de desaprovação, sobre a atuação dos colegas ligados ao meio sindical:

É o seguinte, eu não gosto de desordem. Se você não arranjar conversar, dialogar, não adianta você fazer. Se você não levar no bem, no peito não vai levar. Eles não vão deixar. Uma, que eles têm determinada autoridade. Segundo que ele é superior a você. Então, você não tem meio de ir contra ele, não tem...<sup>229</sup>

A fala de IV nos mostra como a imagem do “verdadeiro trabalhador brasileiro”, prezada tanto pela ditadura como pelos interventores da Rede, era apropriada pelos ferroviários como uma forma de se enquadrarem numa cultura de normalidade: era necessário cumprir as ordens, ficar quieto e trabalhar. Sendo assim, os que faziam o contrário e tentavam dar fim à ordem instituída iriam fracassar, logo não haveria sentido em resistir às medidas impostas pelo regime.

Dessa forma, pensar como era a relação entre esses trabalhadores que se consideravam comuns com os que faziam reivindicações, como as lideranças sindicais, pode nos mostrar as tensões existentes no cotidiano de trabalho. O ajustador mecânico MI afirmou que em sua oficina ninguém era ligado ao sindicato da Central do Brasil:

Por incrível que pareça, ninguém era. Sabe por quê? Os caras que eram mal elemento na oficina, mal elemento eu digo aquele cara que não sabe fazer nada, foge para almoçar mais cedo, manda alguém marcar o cartão dele e não vem, que não sabe fazer nada. O cara iria ser perseguido pelo chefe. Hoje ou amanhã, ele iria entrar para a lista negra. Aí, ia ser da CIPA ou do sindicato, tinha imunidade. Então os representantes eram feitos da escória dos operários. Eu vou ser representado por essa escória de mal elemento? Como você vai ter em sua defesa os piores elementos do setor? Além da política! Você ia lá no

<sup>228</sup> Entrevista com IV, concedida à autora em 07 de dezembro de 2017.

<sup>229</sup> Entrevista com IV, concedida à autora em 07 de maio de 2017.

sindicato, estava todo mundo de camisa vermelha e barbudo. Que palhaçada era aquela? O uniforme do sindicato era camisa vermelha e barba, à moda Fidel Castro. Além de serem sempre do contra<sup>230</sup>.

Em certa medida, percebe-se pela fala dos entrevistados como a repressão a esses trabalhadores era justificável pela própria atuação deles: faziam desordem, tumulto e anarquia; se comportavam como mal elementos, não trabalhavam, se vestiam como Fidel Castro. Representavam a “escória dos operários”, logo eram perseguidos. Assim como Nilson Borges apresenta, a Doutrina de Segurança Nacional baseava-se na noção de guerra permanente e interna, criando uma fronteira ideológica no interior da nação que separa *um povo de outra parte do povo*. O inimigo e seus atos de agressão não são considerados como provenientes do povo brasileiro, pois ele “tem uma noção correta da problemática que determina os objetivos nacionais.”<sup>231</sup>

A fala de MI nos mostra como os valores do regime disseminados pela DSN também eram comuns à parcela dos trabalhadores ferroviários, ao identificarem os ferroviários ligados ao sindicalismo como elementos a serem combatidos. A guerra contra o inimigo comum não seria imposta somente ao governo e aparelhos de segurança e informação, como também à sociedade civil, que deveria estar enquadrada nas exigências de uma guerra interna, psicológica e antissubversiva contra um inimigo comum.

Neste sentido, podemos perceber como os entrevistados construíram uma identidade específica, que nos revela os mecanismos utilizados para sobreviverem àquele cotidiano de exceção. Vimos que esses trabalhadores não se sentiam ameaçados pela repressão contra a subversão, mas pela vigilância pautada na ética de trabalho que seleciona os funcionários considerados competentes e engajados nos valores do regime. Ao não se identificarem com o perfil de inimigo público do governo, e se auto representarem como pessoas comuns, os trabalhadores adotavam uma estratégia de adaptação, ligada à valores morais, moldados pelas relações sociais estabelecidas no trabalho e na família.

Para E. P. Thompson, levando em consideração as análises de Antonio Gramsci, existiria uma certa ambiguidade na identidade social de muitos trabalhadores da Inglaterra do século XVIII, uma identidade deferente e outra rebelde. Para compreender esse contraste, ou as “consciências teóricas” de acordo com Gramsci (a da práxis e a “herdada do passado e absorvida acriticamente”), o autor afirma que devemos levar em consideração não apenas como

---

<sup>230</sup> Entrevista com MI, concedida à autora em 21 de dezembro de 2018.

<sup>231</sup> BORGES, Nilson, Op. Cit., p. 29.

os indivíduos apropriam uma ideologia, mas identificar as experiências compartilhadas no trabalho e nas relações sociais<sup>232</sup>.

Desta forma, a ambiguidade presente na identidade social construída também seria derivada de aspectos importantes da realidade: a conformidade com o *status quo* e o senso comum. A conformidade seria necessária para a sobrevivência, “a necessidade de seguir a ordenação do mundo e de jogar de acordo com as regras impostas pelos empregadores”. Já o senso comum era resultado da experiência de vida no cotidiano, ou seja, “derivado da experiência de exploração, dificuldades e repressão compartilhada com os companheiros de trabalho”<sup>233</sup>. Assim, a aparente ambiguidade nas ações dos trabalhadores faz parte da forma como eles se apropriam de aspectos específicos da cultura hegemônica dos “de cima” para lutarem por seus direitos, sem que isso significasse abandonar seus costumes comuns e sua economia moral<sup>234</sup>.

A análise de Thompson nos ajudar a compreender melhor a ambivalência presente na memória e na atuação desses ferroviários. Por mais que a ordem, segurança e disciplina fossem valores disseminados pela ditadura com o intuito de manter o controle sobre a população e enfraquecer as dissidências, também foram apropriados por esses ferroviários como uma estratégia de sobrevivência ao regime, que também se integrava a um valor moral de trabalho previamente construído por suas relações sociais e familiares.

No caso dos irmãos UV e IV, ser um trabalhador correto era seguir os ensinamentos de seus pais: trabalhar, seguir as ordens e ganhar o salário honestamente. De nada adiantaria agir diferentemente, o certo era trabalhar e não reclamar. Para MI, ser um ferroviário correto, que não fazia “corpo mole” e tinha uma boa relação com seus chefes, era uma forma de se diferenciar dos funcionários ligados ao sindicato, considerados por ele como a “escória dos ferroviários”<sup>235</sup>.

Os ensinamentos familiares, bem como os valores partilhados entre os companheiros de trabalho, moldavam não apenas a forma como encaravam seu cotidiano de trabalho, mas como se adaptaram àquele contexto de exceção. No entanto, não podemos desvincular esses valores do contexto ditatorial. As demandas por ordem, segurança e disciplinamento, mais do que uma

---

<sup>232</sup> THOMPSON, E. P. Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 20.

<sup>233</sup> Idem.

<sup>234</sup> Cf.: THOMPSON, Edward Palmer. A economia moral da multidão na Inglaterra do século XVIII. Lisboa: Antígona, 2008.

<sup>235</sup> Entrevista com MI, concedida à autora em 21 de dezembro de 2018.

forma de se adaptarem a ditadura, também estão ligadas à memória construída por esses operários sobre a repressão.

Devemos levar em consideração que no final da década de 1960 iniciava-se uma nova fase da política econômica e de combate aos dissidentes do regime. A política econômica adotada pelo governo e o controle sobre o movimento operário foram reduzindo a capacidade de mobilização dos trabalhadores. A modernização autoritária iniciada ao final do governo Costa e Silva, com o início do chamado milagre econômico, foi acompanhada do aumento da repressão estatal. Enquanto a economia dava sinais de recuperação, os trabalhadores eram duramente reprimidos nas greves realizadas em Osasco e Contagem, e o movimento estudantil sofria forte perseguição, culminando no assassinato do estudante secundarista Edson Luís e a Passeata dos Cem Mil em 1968.

Com o governo Médici (1969-1974), o projeto de modernização autoritária embalada pelo crescimento econômico do “milagre brasileiro” e aumento sistemático da repressão geraram impactos diretos no cotidiano de trabalho dos ferroviários. Nesse sentido, analisar como os trabalhadores lidaram com essa contradição dos anos de ouro do milagre, e qual a memória construída pelos entrevistados sobre esse período de ascensão da repressão estatal, pode nos ajudar a compreender melhor a complexa relação e construção da memória desses trabalhadores com o passado ditatorial.

### **Capítulo 3 – Os ferroviários em tempos de milagre**

O final da década de 1960 marcou a escalada da repressão e violência estatal com a promulgação do Ato Institucional nº 5 em 13 de dezembro de 1968. Os movimentos sindical e estudantil sofreram uma dura derrota com o aumento sistemático da violência e da atuação dos órgãos de segurança e informação, reprimindo, vigiando e controlando a sociedade. No entanto, esses “anos de chumbo” inaugurados com o AI-5 também foram os anos do chamado “milagre econômico” brasileiro.

Os anos do milagre (1968-1973) não resolveram o problema da desigualdade social ou da concentração de renda, e as consequências dessa política foram sentidas pela população nos anos 1980, a chamada “década perdida” da economia. A recessão econômica, a hiperinflação e a exploração da mão de obra fizeram parte do cotidiano dos trabalhadores brasileiros, que enfrentaram uma das piores crises econômicas ao final da década de 1970.

Para segmentos da sociedade brasileira, os anos do governo Médici (1969-1974) foram de otimismo pela crença no sucesso do milagre. Muitos trabalhadores se beneficiaram com o

crescimento econômico, ampliando o poder de consumo e acesso ao crédito, adquirindo novos postos de trabalho na área da construção civil e de serviços, além de direitos trabalhistas e de sindicalização, como no caso das trabalhadoras domésticas e rurais. Os trabalhadores compartilharam, junto com os setores das classes médias, do sentimento ufanista que tomou conta do país, acreditando no “Brasil do futuro”<sup>236</sup>.

Portanto, o milagre não foi um processo restrito à economia, suscitando expectativas de ascensão social e econômica, bem como de entusiasmo pela conquista do tricampeonato mundial de futebol em 1970 e de identificação social com os valores de ordem, segurança e retomada do cotidiano postulados pela ditadura. Assim como afirma Janaina Martins Cordeiro, esses anos de ouro do milagre também dizem respeito a:

(...) pessoas comuns que, na reprodução de seu cotidiano, podiam mesmo expressar ou se posicionar contra o governo, ou mesmo nunca ter se expressado sobre tais questões, mas que, de alguma forma, compunham aquela mise-en-scène, se adaptando, por bem ou por mal, às circunstâncias, partilhando de algumas de suas opiniões, desprezando outras, mas, ao fim, consentindo<sup>237</sup>.

Neste capítulo, pretendo identificar como os trabalhadores vivenciaram esse período de crescimento econômico e violência estatal. Qual o impacto da política de modernização autoritária para os ferroviários? Quais estratégias cotidianas foram criadas para se adaptarem à esfera de vigilância e repressão? Qual a memória construída pelos trabalhadores entrevistados sobre esse conturbado período? O objetivo deste capítulo é compreender a relação construída entre sociedade e ditadura durante o governo Médici, marcado pelas ambivalências do milagre e dos anos de chumbo, a partir do estudo de caso dos ferroviários.

### **3.1) A modernização autoritária e o cotidiano de trabalho**

O “milagre econômico” suscitou um período de otimismo social pelo que acreditavam ser a transformação do país em potência econômica. Jornais e revistas publicavam peças publicitárias que atestavam o desenvolvimento do país, com grandes obras modernizadoras e o

---

<sup>236</sup> CORRÊA, Larissa Rosa. FONTES, Paulo Roberto Ribeiro. “As falas de Jerônimo: Trabalhadores, sindicatos e a historiografia da ditadura militar brasileira.” In: Anos 90, Porto Alegre, v. 23, n. 43, jul. 2016, p. 143.

<sup>237</sup> CORDEIRO, Janaina Martins. A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p. 339.

progresso industrial, trazendo para o presente o “país do futuro”<sup>238</sup>. No entanto, pesquisadores já demonstram que esse *boom* da economia não foi, de fato, um milagre.

Para Sônia Regina de Mendonça, o crescimento econômico não foi uma consequência da inovação técnica dos militares a partir do golpe de 1964. A autora demonstra como o papel do golpe foi garantir a consolidação e aprimoramento do modelo econômico nacional-estatista implantado nos anos 1950, praticando uma recessão calculada para dar fim à inflexão da economia – iniciada ainda em 1962. Era necessário combater o aumento da inflação e recessão, realizando reformas tributárias e trabalhistas, gerando investimentos no setor monopolista industrial. Na visão da autora, foi a partir da intensificação da exploração do trabalho e a concentração de empresas e capital que deram início ao processo de superação da crise capitalista e as bases para o “milagre”<sup>239</sup>.

Como vimos, a Doutrina de Segurança Nacional era movida pelo binômio segurança-desenvolvimento. A política trabalhista também seguia essa lógica, passando pela mudança na legislação e no controle do movimento operário. Para combater a inflação, o governo utilizou a “fórmula mágica” do financiamento interno de acumulação: o arrocho salarial. Essa técnica de confisco afetou diretamente a classe trabalhadora, com a perda expressiva de seu salário real entre 1964-1967, aumentando a concentração de renda<sup>240</sup>.

Os ferroviários entrevistados apresentaram as dificuldades que passaram ao longo do regime para poderem sustentar a família. Com salários defasados e a crise da RFFSA, era comum que os funcionários das oficinas exercessem dupla jornada de trabalho. O ajustador mecânico SJ afirmou:

(...) sentíamos a necessidade de melhoria, igualdade. Hoje em dia, o que falta no Brasil? Educação. Tivemos muitas dificuldades para formar nossos três filhos, e uma idade bem próxima um do outro, foi um período muito difícil. Eu trabalhei por muito tempo com vendas, saía da Rede e ia trabalhar como vendedor, para dar um sustento extra para eles, de estudo. Trabalhava em frigorífero, tínhamos comissão de venda. Ficava até 22h/23h da noite, era um meio de ajudar<sup>241</sup>.

Além da dupla jornada, buscavam se aperfeiçoar tecnicamente ou fazer algum curso superior para melhor o salário. Entre eles, apenas dois (AS e EL) conseguiram se formar na

<sup>238</sup> Cf.: OLIVEIRA, Raphael. Otimismo em tempo de repressão: a publicidade inspirada na propaganda do governo Médici. 2014. 155 f. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

<sup>239</sup> MENDONÇA, Sonia Regina de. Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 2002, p. 91-92.

<sup>240</sup> Ibidem, p. 92.

<sup>241</sup> Entrevista com SJ, concedida à autora em 18 de dezembro de 2018.

educação superior com grande dificuldade. Para conseguir ajudar a família financeiramente e ter uma profissão técnica, EL optou por se manter na tradição ferroviária de sua família:

A minha família era toda de ferroviário. Então quando uma pessoa tinha possibilidade de entrar numa escola profissional, sempre ajudava um pouco. Porque a pessoa que estudava na escola pública, não tem aprendizado da vida né, e a pessoa precisa saber segurar num martelo, alicate. Se todo mundo for doutor, não sobra nada para ninguém. (...) Se a pessoa gosta muito de oficina, quer aprender curiosidade, mas depois com relação à tipo de salário, a gente vê que não é bem assim que a banda toca. Aí a pessoa precisava tirar um curso universitário para poder evoluir mais na questão salarial. De lá (escola profissional), seguimos adiante, e alguns tiraram curso de faculdade. Nem todos conseguiram porque muitos com dificuldade de morar longe, não tinha acesso. Porque agora é comum ter escola em qualquer lugar, mas antigamente não tinha escolas melhores. Eu, graças a Deus, segui a trilha e tirei um curso universitário, economista e contador, enquanto trabalhava na Rede Ferroviária, por que na oficina a pessoa trabalha até as 16h. Fica pesado para qualquer um estudar e trabalhar, mas acontece que se você não fizer isso, vai ficar estagnado<sup>242</sup>.

Para os ferroviários que não tinham condições financeiras para cursar o ensino superior, a saída era fazer hora extra no serviço ou se aprimorar a partir de cursos técnicos oferecidos pela Rede Ferroviária para os alguns trabalhadores. Diante do ambiente de vigilância no local de trabalho e a extensa carga horária, fora o contexto de dificuldades e insatisfação social em 1968, trabalhadores como IV optavam por ignorar a realidade de exceção para conseguir melhorias:

A gente não sabia ali quem é, e quem não é do meio. Eu era muito novo, eu nem sabia. Eu cumpria minhas coisas, fazia o meu lado. Tô nem aí, quero nem saber que lado era. Em 1968, fui fazer um curso lá em Sorocaba. Eu tava construindo uma casa, e o dinheiro era bom, era 1700,00. Aquilo tudo contava na tua ficha de trabalho, cada curso tinha um valor, contava para você ser promovido. Eu trabalhei muito. Saía as 6h para chegar as 7h, trabalhava e fazia serão, saía meia noite, uma hora da manhã<sup>243</sup>.

Nesse período, o arrocho salarial, o controle do crédito, as reformas tributárias e trabalhistas possibilitaram o início da estabilização do processo inflacionário, sem que isso representasse ganhos reais para a população. O aumento da insatisfação social com a ineficácia da agenda econômica e política do regime acabaram desestabilizando o governo de Costa e Silva, que em 1968 teve que lidar com grandes manifestações sociais e protestos estudantis. Em

---

<sup>242</sup> Entrevista com EL, concedida à autora em 21 de dezembro de 2018.

<sup>243</sup> Entrevista com UV, concedida à autora em 07 de dezembro de 2017.

meio à crise econômica e a sucessão presidencial, a vida dos trabalhadores era marcada por dificuldades<sup>244</sup>.

Os ferroviários perderam garantias conquistadas durante o governo João Goulart, sofrendo com o arrocho salarial, atraso nos pagamentos e a crise pela qual a Rede Ferroviária Federal passava. Vimos no primeiro capítulo como a mobilização dessa classe no período democrático (1946-1964) estava inserida no contexto de crise do setor ferroviário, em decadência desde os anos 1950, classificado como antieconômico por setores empresariais como o IPÊS. Para o instituto, a saída não era acabar com o modal ferroviário, mas atualizá-lo, passando a sua gerência para a iniciativa privada com o objetivo principal de aumentar o transporte de carga, diminuindo progressivamente o de passageiros.

Essa visão sobre o modal ganhou cada vez mais espaço durante a ditadura, em especial no governo Médici. A publicação do I Plano Nacional de Desenvolvimento em dezembro de 1971 colocou em pauta a transformação do Brasil em “nação desenvolvida”. Para o governo, era necessário aumentar a taxa de investimento bruto em áreas como a siderurgia, a petroquímica e corredores de transporte. O cenário econômico mundial favorável, somado à expansão da linha de crédito para agricultura e industrialização, possibilitaram o crescimento da construção pesada (maior empregadora de força de trabalho barata), evidenciando a participação política desse setor.

Diversos representantes da burguesia empresarial contribuíram para o processo de desestabilização do governo João Goulart. O grupo dos empreiteiros ligados ao capital internacional esteve envolvido diretamente no golpe, mas foi a partir de 1967 que ganhou força e marcou presença no bloco de poder político, iniciando uma relação que Pedro Henrique Campos chamou de “a ditadura dos empreiteiros”<sup>245</sup>.

Os transportes eram o setor de maior interesse dos empresários da construção pesada na estrutura do aparelho de Estado durante o regime, uma vez que sua área incluía a construção rodoviária (teve a maior atividade no período), obras de ferrovias, portos, hidrovias, além da conservação desses meios de transporte. Não à toa, a maior liderança dos empreiteiros na pasta dos transportes foi o Ministro Mário David Andreazza (1967-1974), Coronel do Exército.

---

<sup>244</sup> PRADO, Luiz Carmo Delorme. EARP, Fábio Sá. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs). O Brasil Republicano, v. 4. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 220-221.

<sup>245</sup> CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar 1964-1985. Niterói: Eduff, 2015, p. 310-311.

Para Campos, um aspecto importante dessa relação foi a prioridade dada aos oficiais militares para ocuparem a pasta dos transportes, devido à existência da especialização em engenharia dentro da formação militar, além da amistosa relação entre generais e empreiteiros.<sup>246</sup> As autarquias subordinadas ao ministério contavam com a influência não só de militares, como também de empreiteiros e suas formas associativas, principalmente o Sindicato Nacional da Construção Pesada (Sinicon)<sup>247</sup>.

Particularmente, o Sinicon atuava junto ao Departamento Nacional de Estradas e Rodagens (DNER), responsável pela contratação de serviços das empreiteiras durante a ditadura. No governo Médici, as relações entre o ministério e a entidade se intensificaram, representando um período mais farto de obras, além de ser considerado o de maior importância da pasta: um ano após a saída de Andreaza, os investimentos em transporte correspondiam a 40% dos realizados em infraestrutura no país. Parte dos chefes do DNER assumiram o ministério dos transportes durante a ditadura, como o caso de Eliseu Resende (chefe da autarquia durante 1967-74, trabalhou na Odebrecht), ou tiveram relações com outras autarquias, como o caso do Coronel Stanley Fortes Baptista (chefe do DNER entre 1974-75), que já havia trabalhado na Sudene e a RFFSA<sup>248</sup>.

Obras como a ponte Rio-Niterói, rodovias Rio-Santos, Belém-Brasília e Transamazônica foram realizadas durante a gestão de Eliseu Resende no DNER, evidenciando como o setor rodoviário ganhou maior importância ao logo do regime. Já o setor ferroviário passou a ganhar importância e maior atuação dos empreiteiros com o II Plano Nacional de Desenvolvimento.

O país sofria as consequências da crise do petróleo e do milagre econômico, sendo necessário manter as altas taxas de crescimento através de investimentos estatais na economia. A crise do milagre levou o setor de transportes a passar por uma mudança de prioridade: da construção rodoviária para a implementação de ferrovias. A Engefer ganhou especial importância devido as obras da Ferrovia do Aço:

Recursos do imposto sobre combustíveis foram retirados do DNER e repassados para o Departamento Nacional de Estradas de Ferro (DNEF), para a Rede Ferroviária Federal (RFF) e sua subsidiária específica responsável por obras, a Engefer. Atendendo ao projeto siderúrgico, foi formulado um ambicioso projeto ferroviário, a Ferrovia do Aço, e proposta da ligação entre Rio e São Paulo por trem de alta velocidade. A política de rodovias foi

---

<sup>246</sup> Ibidem, p. 312.

<sup>247</sup> Diversos engenheiros e militares assumiram a direção da RFFSA ao longo da ditadura. Durante o governo Médici, foi possível identificar: General Antonio Mata e engenheiro Horácio Madureira (1969), Coronel Adolfo Neves Manta (1970 e 1971), engenheiro Luis Alberto Nastari (1972), Coronel Valdo Sette de Albuquerque (1967 e 1972), General Carlos Henrique Rupp (1974) e Coronel Aloysio Weber (1974).

<sup>248</sup> CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. Op. Cit., p. 313-314.

esvaziada, e projetos do governo anterior, como a Perimetral Norte, foram interrompidos e outros retidos em sua expansão, como a Transamazônica, sendo que o foco no setor passou a ser a conservação de estradas existentes<sup>249</sup>.

No entanto, a RFFSA passava por um severo déficit econômico. Entre a década de 1950 e o fim do milagre, diversos ramais ferroviários foram extintos – prática crescente durante o governo Médici. O sucateamento ferroviário era justificado pela falta de recursos e o alto valor para sua manutenção, considerado um setor antieconômico para os investidores quando comparado ao rodoviarismo. A respeito dessa questão, o diretor do Sindicato dos Ferroviários da Estrada de Ferro Central do Brasil, Pedro Ricardo de Oliveira, afirmou:

A nossa malha ferroviária no Brasil era enorme nos anos 1950 e 60, tava crescendo assustadoramente no país todo. Aonde a ferrovia tava, crescia a cidade em volta. E com o golpe militar, a direita se aproveitou disso e começou a desmontar a área ferroviária. O estado de Minas Gerais perdeu muito. Perdeu muito mesmo o espaço para o transporte rodoviário. Os empresários ferroviários pararam de atuar, pararam de vender, porque a malha ferroviária começou a retroceder. Em vez de crescer, retrocedeu. Então, nós tivemos milhares de quilômetros de ferrovia totalmente fora de serviço. Hoje, nosso sindicato aqui ele ia até Monte Azul na Bahia, passando por BH depois que montaram sindicato em Belo Horizonte, e até Brasília, São Paulo, a estação onde é o Brás. Em Corinto, nós tínhamos uma sede do sindicato em que o trem passageiro saía de Belo Horizonte, ia até Corinto, e lá dividia por 3 malhas, trem passageiro. Tudo isso acabou, dessas três só ficou uma malha. Nós tivemos a cidade de Bicas que tinha oficina ferroviária e foi desmontada. Hoje nós temos Três Rios, Cachoeira Paulista, onde tinha milhares de ferroviários, hoje você não encontra nada. A nossa maior base ferroviária, que é oficina nossa, fica em Deodoro, tinha 3 mil, 4 mil empregados. Hoje não tem 200. Então, os ferroviários, o golpe militar ajudou a dizimar os ferroviários. Foi o começo ali da decadência da ferrovia no Brasil<sup>250</sup>.

A decadência das estradas de ferro e a “dizimação” dos ferroviários, para o sindicalista, estava relacionada ao projeto político da ditadura e dos empresários, aumentando os investimentos na rede rodoviária em detrimento do setor ferroviário. Como apontado pelo entrevistado, o setor sudeste sofreu com o aumento da desativação de estações e a privatização de diversos ramais ao longo dos anos 1980.

Sobre essa questão, Eduardo Gepp (vice-presidente da Associação Ferroviária Brasileira<sup>251</sup>) traçou um panorama da crise ferroviária ao jornal *Correio da Manhã* em 1968,

---

<sup>249</sup> Ibidem, p. 348.

<sup>250</sup> Entrevista com Pedro Ricardo de Oliveira, concedida à autora em 22 de julho de 2019.

<sup>251</sup> “A Associação Ferroviária Brasileira, criada sintomaticamente em 1960, com sessão solene no Clube de Engenharia, passou a editar também um periódico – Revista Ferroviária – que se colocava no “front” dos embates em torno das questões dos déficits ferroviários. Definia-se como uma “entidade civil, com finalidade educativa, técnica, de divulgação e de defesa dos interesses ferroviários do país, que pugna pelo fortalecimento de uma

afirmando que o controle da inflação não seria o suficiente para melhorar a economia sem um investimento adequado no setor ferroviário. A lógica do governo era da supressão de ramais antieconômicos e a realização de obras que se arrastavam há anos, somadas à política de demissão de 25 mil empregados nos últimos dez anos: “em 1966, superou o de 1957, quando a Rede possuía o número máximo de 162 mil ferroviários, contra os atuais 137 mil.”

Além disso, ressaltou que nos 10 anos de existência da Rede Ferroviária, passaram por ela 6 presidentes e 34 diretores. Só na EFCB, a unidade de operação mais importante naquele momento, “após o movimento revolucionário que ainda não completou quatro anos, já passaram nada menos do que cinco superintendentes.” Para Gepp, a sucessão de diretores e presidentes na Rede impossibilitava uma administração eficiente, logo não resolveria o problema de déficit. Sem o transporte ferroviário organizado, não haveria condições para a retomada do desenvolvimento.<sup>252</sup>

A historiadora Dilma Andrade de Paula demonstra como a erradicação de ramais foi um processo político, institucional, jurídico e técnico que envolvia não somente a Rede Ferroviária, como representantes das Forças Armadas, diretores do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, DNER e o Ministério do Planejamento. Para isso, foi criado desde os anos 1950 um discurso específico sobre as ferrovias: deficitárias, antieconômicas, atrasadas tecnologicamente e marcada pelo empreguismo<sup>253</sup>.

Durante o governo Vargas, foi criada a “Comissão Mista Brasil-Estados Unidos de Desenvolvimento Econômico” para realização de um estudo sistemático sobre o investimento estrangeiro em áreas de importância estratégica: transporte e energia. A partir da CMBEU, foi realizado o primeiro estudo recomendando a extinção de ramais ferroviários, substituindo-os por rodovias. A criação da Rede Ferroviária em 1957 também seguia as orientações da CMBEU, integrando o Plano de Metas de JK, como já discutido anteriormente.

A formação do Grupo Executivo para Substituição de Ferrovias e Ramais Antieconômicos (GESFRA) em 1966, demonstra como a lógica da associação tecnocrata do

---

mentalidade ferroviária nacional capaz de levar a rede de transportes sobre trilhos no grau de eficiência indispensável ao progresso e desenvolvimento econômico do país”. Algumas de suas propostas para o setor ferroviário eram: supressão dos ramais deficitários, a reconquista de passageiros, a intensificação do tráfego pesado, a contenção dos serviços de favor, a transferência do pessoal excessivo e a adoção de modificações tarifárias. Embora questionassem a forma de divulgação dos déficits e propusessem uma recuperação do modal ferroviário, não divergiam da metodologia dos cálculos e absorviam o argumento do excesso de pessoal e das baixas tarifas, por exemplo.” Cf.: PAULA, Dilma Andrade de. Fim de linha: a extinção de ramais da Estrada de Ferro Leopoldina. 2000. 347 f. Tese (Doutoramento em História), Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, p. 240.

<sup>252</sup> “Brasil utiliza pouco as ferrovias”. *Jornal Correio da Manhã*, 20 de janeiro de 1968.

<sup>253</sup> PAULA, Dilma Andrade de. Op. Cit., p. 190-191.

golpe se fez presente: o grupo era formado por engenheiros e militares presentes em cargos de alta administração no DNEF, DNER e RFFSA. Foram previstas a erradicação de 22 ramais (917 km) da Estrada de Ferro Leopoldina, que seriam substituídos por estradas de rodagem. Em 1970, foram fechadas 55 estações, depósitos de locomotivas e pequenas locomotivas da Rede Ferroviária. Em 1974, o número de ramais erradicados já chegava a 4881 km de extensão, sendo 1.136 km da EFL.

A política de extinção dos ramais ferroviários acabava afetando os trabalhadores das estradas de ferro, pois além de não terem voz no processo, acabavam perdendo seus empregos ao longo da supressão dos ramais considerados antieconômicos. Dilma Andrade aponta que entre 1966 e 1970, foram eliminados 3.926 km de vias férreas, não por coincidência também foi o período de maior repressão e euforia pelo milagre econômico. Para a autora, além das clivagens político-ideológicas-econômicas presentes no meio ferroviário, a ação repressiva do Estado, a extinção de ramais e o sucateamento da ferrovia levou ao enfraquecimento e à quase extinção dos ferroviários. Em entrevista com Herval Arueira<sup>254</sup>, o sindicalista apontou as dificuldades da vida ferroviária, com extenso horário de trabalho, além da falta de material necessário e a desarticulação do movimento devido a perseguição às lideranças<sup>255</sup>.

Outro fator que devemos considerar é como a política trabalhista contribuiu para a piora das condições de trabalho e o fim da estabilidade no emprego. Com a criação da Rede Ferroviária Federal S.A., diversas ferrovias que anteriormente eram do ramo privado (como era o caso da Leopoldina Railway) ou estatal (como a EFCB) foram encampadas pela empresa. Desta forma, funcionários públicos foram progressivamente perdendo o regime estatutário e passando para a CLT, além de importantes benefícios.

Heliene Nagasava demonstra que a política trabalhista da ditadura acabava beneficiando o setor empresarial, que desde o governo Vargas questionava conquistas como a da estabilidade. Os ferroviários foram uma das primeiras categorias a conquistarem as caixas de aposentadoria e pensão com a Lei Eloy Chaves, sendo a contribuição ao serviço responsabilidade direta do empregado. Com a lei nº62 de 1935 incorporada à CLT, os trabalhadores vinculados às caixas de aposentadoria e com mais de 10 anos de serviço na mesma empresa alcançaram o direito à estabilidade. Desta forma, os trabalhadores com permanência entre um e dez anos na mesma

---

<sup>254</sup> Ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Ferroviários do Rio de Janeiro e ex-dirigente da Associação Mútua dos Empregados da Estrada de Ferro Leopoldina. Em 1970, foi condenado a 3 anos de reclusão, assim como Demisthoelides Baptista e Herber Maranhão Rodrigues (interventor na EFL). Ver em: Projeto “Brasil: Nunca Mais”. Perfil dos Atingidos. Petrópolis: Vozes, Tomo III, p. 158-159.

<sup>255</sup> Herval Arueira. Entrevista concedida à autora Dilma Paula de Andrade, no dia 18/11/1999. Apud: PAULA, Dilma Andrade de. Op. Cit., p. 288.

empresa tinham direito à indenização quando demitidos sem justa causa, no valor de um mês de salário por cada ano trabalhado.

Para a autora, a estabilidade não era uma benesse desinteressada, mas permitia que o trabalhador tivesse relativa segurança de não ser dispensado por motivos políticos. No entanto, com a promulgação do AI-1 e a “operação limpeza”, as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade e estabilidade foram suspensas por 6 meses, representando a demissão e aposentadoria de centenas de ferroviários, como já visto anteriormente.<sup>256</sup> A “rápida” suspensão sofreu críticas do empresariado, que pressionava pelo fim da estabilidade. Em 1966, o ministro Roberto Campos fazia coro à reivindicação daquele setor, afirmando que a estabilidade era prejudicial ao empregado porque evitava a sua capacitação e gerava menor produtividade, pois eliminava a motivação pelo risco de demissão.<sup>257</sup>

Embora a estabilidade só tenha sido eliminada pela Constituição de 1988, com a aprovação automática do FGTS pelo governo em 1966, a estabilidade foi ameaçada, uma vez que o trabalhador sofreu desconto salarial em pleno momento de arrocho salarial, perdia a proteção da estabilidade durante a velhice, e a escolha entre a estabilidade e o FGTS era falaciosa, uma vez que a escolha era feita pelo empregador e não pelo empregado.<sup>258</sup>

A perda da estabilidade ameaçava a seguridade e as condições de vida dos ferroviários em regime de CLT. Após a encampação da Central do Brasil pela RFFSA, diversos trabalhadores sofreram com a perda de alguns benefícios. O ferroviário IV afirmou sobre a migração:

A Central não queria operário muito velho para trabalhar, então ela colocava para Rede, virava CLT. Você levava todo o tempo que trabalhou como funcionário, mantinha todos os direitos. Mas caso você passasse para CLT e a Rede não quisesse mais você depois, ela mandava você embora e pagava uma indenização. E se você não quisesse passar para CLT, você era transferido para outro departamento do Ministério de Viação e Obras Públicas. (...) Não ganhava mais salário família, depois que os filhos faziam 14 anos perdiam tudo<sup>259</sup>.

Para o aposentado, o único benefício da migração era o 13º salário. IV ainda afirmou que em caso de demissão, a indenização equivalia ao dobro do tempo de serviço e mais 1 mês de aviso prévio, o que não ocorreria de fato uma vez que a empresa realizava acordos com os empregados. Afirmou ser comum os trabalhadores com mais de 30 anos de serviço serem

---

<sup>256</sup> NAGASAVA, Heliene. Op. Cit., p. 47-48.

<sup>257</sup> Ibidem, p. 206.

<sup>258</sup> Ibidem, p. 208-209.

<sup>259</sup> Entrevista com IV, concedida à autora em 07 de dezembro de 2017.

aposentados, mas nem todos ganhavam o valor correto: “eles não cumpriram o que foi acordado. Quando aposentei, descontaram na base de 20 salários mínimos, e não ganhei. Perdi muito dinheiro na Rede assim”<sup>260</sup>. Já para MI, a mudança para CLT teria sido positiva:

Todo mundo migrou para CLT. Eles começaram, inteligentemente, a colocar o CLT quase com os mesmos direitos que os nossos. Começou a dar feriado, 13º, e pra gente não. A rigor, eles começaram a ganhar mais do que o nosso salário, era a isca. Quem não migrasse, seria entregue para outro ministério, trabalhar em lugares distantes. Então, é como disse o juiz no dia da migração: “a mudança para a CLT, no que vai alterar a vida de vocês? Nada.” O cara que é bom funcionário, conhece o seu trabalho, não tem que ter medo de nada. Agora, se o cara é um incompetente, mau caráter, faltando, ele pode se prejudicar. Mas o bom funcionário tem um bom relacionamento, um cara competente, tem nada a perder, só a ganhar. Ganhamos 13º, fundo de garantia, então havia vantagem dos dois lados<sup>261</sup>.

A fala de MI se aproxima do discurso do então Ministro Roberto Campos sobre a estabilidade: prejudicial pois diminui a produtividade. O medo do desemprego aumenta a produtividade, ou seja, um trabalhador disciplinado e competente, que preza pelo seu emprego, não deveria temer as mudanças. Apenas um empregado “mau caráter”, incompetente e faltoso acharia ruins as modificações na lei trabalhista. Desta forma, a ordem, obediência e disciplina fariam parte do desenvolvimento da nação.

Embora o crescimento econômico e a “modernização” da legislação trabalhista fossem divulgados como um plano de governo para garantir o desenvolvimento e a segurança nacional, percebemos como essas medidas acarretaram a piora das condições de vida e trabalho da população. Assim como afirma Ana Beatriz Ribeiro, a combinação de repressão política, arrocho salarial e instabilidade disponibilizou um imenso contingente de força de trabalho barata, instável que necessitava trabalhar para garantir sua sobrevivência, e forçadamente disciplinada e dócil<sup>262</sup>. O sucesso do milagre foi possível devido ao controle e exploração da força de trabalho disciplinada e engajada no crescimento e segurança nacionais.

Outra questão também deve ser levada em consideração ao analisarmos as relações trabalhistas durante o período: os acidentes de trabalho. A pesquisa de Ana Beatriz Ribeiro nos mostra que o Brasil era considerado pela Organização Internacional do Trabalho e a Organização Mundial de Saúde como o recordista mundial em volume de acidentes de trabalho

---

<sup>260</sup> Idem.

<sup>261</sup> Entrevista com MI, concedida à autora em 21 de novembro de 2018.

<sup>262</sup> SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. *Corpos para o capital: acidentes de trabalho, prevenicionismo e reabilitação profissional durante a ditadura militar brasileira (1964-1985)*. Jundiaí [SP]: Paco Editorial, 2019, p. 99.

nos anos 1970.<sup>263</sup> O arrocho salarial e a carestia, como vimos anteriormente, obrigava o trabalhador a estender a jornada de trabalho, realizando horas-extras ou procurando um segundo emprego no contraturno. A elevação da produtividade física do trabalhador, ou seja, de sua exploração, aumentava as taxas de acumulação de capital das empresas. No entanto, ela não foi acompanhada de investimentos em tecnologia avançada ou de segurança.<sup>264</sup>

Esse cenário também era observado na Estrada de Ferro Central do Brasil, conhecida no início da Primeira República pelo tétrico epíteto de “*Empresa Funerária Caveira de Burro*” devido ao alto número de desastres. Como demonstrou Glauca Fraccaro, muitos empregados da EFCB entravam para as estatísticas de feridos e vítimas fatais em acidentes. Estes eram as principais vítimas dos desastres, correndo riscos diários no local de trabalho ou em plena via férrea, uma vez que lidavam com caldeiras em altíssimas temperaturas e máquinas em grande velocidade. Entre 1889-1906, foram 382 empregados mortos e 1570 feridos<sup>265</sup>. Os operários das oficinas também integravam as estatísticas das vítimas, como o caso de Macário Rijo de Moraes que ficou gravemente ferido depois que caiu do trem que consertava dentro da oficina de Engenho de Dentro, e o caso de Virgílio Giancello, que morreu ao examinar o rebolo de esmeril<sup>266</sup>.

Infelizmente, não foi possível encontrar as estatísticas de acidentes de trabalho na EFCB ou de outras estradas da RFFSA durante a ditadura. No entanto, os dados apresentados por Ana Beatriz Ribeiro sobre os acidentes de trabalho (ATs) durante a ditadura militar nos dão uma estimativa. As estatísticas de ATs eram elaboradas pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, compiladas nos Anuários Estatísticos do INPS em Boletins Informativos da Fundacentro. A primeira série detalhada divulgada pelo MTPS se referia ao ano de 1969, em que, pela primeira vez, o país pôde ter uma visão panorâmica do quadro: no primeiro semestre de 1969, foram registrados 4.000 acidentes por dia útil; no ano de 1971, a média foi de 4.405 ocorrências; em 1973, a média foi de 5.370; em 1975, a média foi de 6.238 acidentes por dia<sup>267</sup>.

O Boletim Informativo de 1970 registrou 1.220.111 acidentes, dos quais o setor de transportes teve alta sinistralidade (11,37%), com destaque para o registro de 52.343 acidentes no setor de transportes terrestres, frequência (47) e 805 acidentes considerados graves, num universo de 460.350 empregados segurados pelo INPS.<sup>268</sup> Embora o empregador fosse obrigado

---

<sup>263</sup> Ibidem, nota 242, p. 129

<sup>264</sup> Ibidem, p. 101.

<sup>265</sup> FRACCARO, Glauca. Op. Cit, p. 40.

<sup>266</sup> Ibidem, p. 43-44.

<sup>267</sup> SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros Op. Cit., p. 131-148.

<sup>268</sup> Ibidem, p. 137-138.

a comunicar a ocorrência de acidentes à Previdência através do CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho), os dados apresentados não incluíam os trabalhadores terceirizados e do mercado informal, além de não incluírem a maioria dos acidentes na zoa rural, levando em consideração que 40% dos trabalhadores rurais do país eram “boias-frias” naquela época<sup>269</sup>.

Desta forma, o aumento da produtividade e a exploração do trabalhador nos anos 1970 estão intimamente ligados ao número crescente de acidentes de trabalho, dentro de um contexto de desenvolvimento econômico pautado na modernização autoritária do milagre. Os acidentes estavam presentes no cotidiano do trabalhador brasileiro. O ferroviário UV afirmou fazer parte dessas estatísticas, visto que sofreu um grave acidente de trabalho na oficina de Deodoro em 15 de setembro de 1977:

A principal dificuldade era o salário. Tinha pouco recurso. O meu acidente foi proveniente disso, pouco recurso. Tinham 10 chapas de 2 metros, ou 3x2m e elas foram colocadas perto da estufa, onde o pessoal guardava a marmita pra esquentar o almoço. E eu com medo, porque ela [as chapas] podia voltar. Aí eu falei com um colega meu, ajudante, e coloquei um outro camarada lá em cima para segurar. Em vez dele agarrar o troço com a mão, ele botou o braço, e eu não vi. Quando o outro levantou com a alavanca para eu encaixar, o de cima largou e elas vieram pra cima de mim. Aí eu só tive essa inteligência: se eu ficar, a chapa vai servir de guilhotina e cortar as minhas duas pernas. Então vou encarar elas. Eu fiz força, sustentei elas, e me deitei. Fiquei no chão, embaixo delas, sumi. Caí de lado. (...) Eu cheguei lá no hospital, o médico examinou e falou: “É, vou ter que te operar. Pelo que tão falando aí, tu deve tá todo estourado por dentro”<sup>270</sup>.

O ferroviário afirmou ter sido levado para o Hospital Pedro Ernesto, onde passou por uma cirurgia de reconstrução da uretra, rompida devido ao acidente. Após internação de 30 dias, o operário ficou afastado do serviço por 10 meses, recebendo auxílio-doença. Afirmou que as condições de trabalho eram ruins, com “salário baixíssimo, não se tinha roupa para trabalhar, uniforme. Eu trabalhava de tamanco na oficina.”

Devido à falta de materiais e estrutura:

Os acidentes tinham constantemente. A gente não tinha empilhadeira, não existia isso lá. Tudo era feito no muque, qualquer coisa a gente tinha que carregar e descarregar no muque. Só depois que começaram a chegar essas máquinas, a gente chamava aquilo de brucutu. Naquela época, não tinha com quem reclamar. Vou reclamar com quem? Eu levei quase 15 dias internado até que a assistente social da Rede apareceu<sup>271</sup>.

---

<sup>269</sup> Ibidem, p. 129.

<sup>270</sup> Entrevista com UV, concedida à autora em 29 de maio de 2017.

<sup>271</sup> Idem.

A legislação acidentária, previdenciária e trabalhista durante a ditadura sofreu algumas modificações, em que a responsabilidade do empregador foi sendo diluída no decorrer dos mecanismos legais, passando a ser responsabilidade do Estado e do trabalhador segurado. Ana Beatriz Ribeiro aponta que o empregador ao cumprir com sua prestação (e não mais indenização) para a Previdência, estava eximido de qualquer responsabilidade quanto aos acidentes de trabalho, cabendo ao Estado amparar o acidentado através da concessão de um benefício inferior ao salário mínimo. Caso o acidentado optasse por entrar com ação judicial devido às sequelas do acidente, o processo deveria ser dirigido à Previdência Social, para que o problema fosse resolvido administrativamente<sup>272</sup>.

Embora o Estado fosse obrigado a exercer a fiscalização externa, ou seja, realizar inspeção das condições de trabalho e autuar as empresas que descumprissem a legislação, a autora demonstra que isto era feito muito mais de forma simbólica, devido à escassez de profissionais de higiene e segurança do trabalho. Além disso, as normas sobre essa área, ou seja, iluminação, ventilação e necessidade de equipamentos de segurança e proteção só foram estabelecidas com a lei 6.514 de dezembro de 1977, quando as empresas foram obrigadas a providenciar equipamentos de proteção individual aos seus funcionários gratuitamente. No entanto, embora o empregado que não utilizasse os equipamentos pudesse ser demitido, não existia punição similar à empresa que não fornecesse os equipamentos<sup>273</sup>.

Dessa forma, fica claro que o sentido da legislação acidentária era desresponsabilizar as empresas pelos acidentes e todas as consequências advindas do sinistro, mesmo em casos em que o desrespeito às normas mínimas de segurança do trabalho fosse notório, como ocorreu no acidente do ferroviário UV.

A fase de crescimento econômico pela qual o país passava também se beneficiou da conjuntura interna de exploração dos trabalhadores. A perda do salário real com o arrocho, o cumprimento de extensa jornada de trabalho para sustentar a família, além da repressão sobre os sindicatos, proibição das greves, bem como a prisão e demissão sistemática de lideranças diminuíram a capacidade de mobilização da classe trabalhadora. No entanto, a Justiça do Trabalho representava a última esperança para os trabalhadores lutarem por seus direitos e melhores condições de vida.

---

<sup>272</sup> SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. Op. Cit., p. 120.

<sup>273</sup> SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. Op. Cit., p. 123.

As fontes judiciais se tornam um importante meio para a história social do trabalho<sup>274</sup> compreender não só o cotidiano, mas as negociações, as relações trabalhistas e a luta por direitos, em que “os de baixo deixam de ser simples objetos de estruturas políticas pensadas enquanto aparelhos de dominação de classe e passam a ser interpretados como atores ativos que interpelam as instituições normativas.”<sup>275</sup>

A dificuldade de acesso e a limitada preservação dessas fontes são um grande obstáculo aos historiadores, devido à lei n. 7.627 de 10 de novembro de 1987 que autoriza a eliminação sistemática de processos judiciais findos e arquivados há mais de 5 anos. Não obstante, os acórdãos e processos trabalhistas restantes dos anos da ditadura nos auxiliam a compreender melhor as reivindicações de ferroviários e ferroviárias naquele período, e de que maneira ressignificaram os projetos de dominação e criaram estratégias de sobrevivência.

Como vimos, as mudanças na legislação previdenciária e trabalhista impactaram duramente a vida dos trabalhadores e, especificamente para o caso dessa pesquisa, a dos ferroviários. Foi possível encontrar 61 acórdãos referentes a processos coletivos e individuais movidos por ferroviários contra a Rede Ferroviária Federal – Estrada de Ferro Leopoldina, referentes a 1968 (meses de janeiro, fevereiro, agosto e setembro), e janeiro de 1973<sup>276</sup>. Em sua maioria, tratam do não pagamento de horas-extra e benefícios como 13º salário, auxílio-família, adicional de insalubridade, além do valor incorreto de aposentadoria.

O caso do processo coletivo movido pelo ferroviário Constâncio de Oliveira e outros empregados da Leopoldina em 1967 nos mostra como os funcionários afastados pelo Ato Institucional nº 1 perderam importantes benefícios com a “operação limpeza” do regime. Demitidos em 09 de outubro de 1964, os trabalhadores alegaram não terem recebido a complementação da aposentadoria conforme o regulamento geral da previdência social e a Superintendência Geral da RFFSA estabeleceu:

Além da complementação, o aposentado continuará percebendo, pela Estrada, até nova legislação em contrário:

a) o montante da gratificação adicional que vem recendo; e

---

<sup>274</sup> Cf.: GOMES, Ângela de Castro. SILVA, Fernando Teixeira da. A Justiça do Trabalho e sua história: os direitos dos trabalhadores no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2013; SILVA, Fernando Teixeira. Trabalhadores no tribunal: conflitos e justiça do trabalho em São Paulo no contexto do golpe de 1964. São Paulo: Alameda, 2019, 2ª ed.; CORRÊA, Larissa Rosa. A tessitura dos direitos: padrões e empregados na Justiça do Trabalho (1953-1964). São Paulo: LTr, 2011.

<sup>275</sup> GOMES, Ângela de Castro. SILVA, Fernando Teixeira da. Op. Cit., p. 26.

<sup>276</sup> Pelas questões metodológicas do presente capítulo, delimitei o período 1968-1974 para analisar os acórdãos. Infelizmente, apenas os acórdãos mencionados acima estavam catalogados na Gestão de Memorial do TRT 1ª Região. Não foi possível encontrar os acórdãos referentes aos anos 1969-1972 e 1974, provavelmente armazenados em outros arquivos do TRT.

- b) salário família respeitando os dispositivos legais quanto à inclusão e exclusão de beneficiários. Perceberão, outrossim, quaisquer aumentos concedidos futuramente à categoria em que o funcionário se encontrar ao se aposentar<sup>277</sup>.

Os empregados acreditavam ter direito aos complementos, e obtiverem parecer positivo da procuradoria regional e ganho de causa pelo juiz em primeira instância. A RFFSA recorreu a decisão, argumentando não ter a obrigação de pagar complementação de funcionários afastados pelo AI-1. O parecer do Juiz em segunda instância sobre a questão é interessante, apontando que embora casos semelhantes já tenham sido analisados pelo TRT, havia algumas diferenças essenciais.

Nos outros casos, de acordo com o Juiz, a complementação da aposentadoria era direito adquirido e promessa de direito porque foi requerida quando o interessado ainda era empregado, ou seja, “já estavam concedidas quando sobrevieram suas demissões – com base no Ato Institucional, fazendo com que coincidissem a data da efetivação da dispensa e do início da aposentadoria pelo desligamento do serviço”<sup>278</sup>.

O juiz concluiu que, de acordo com os autos do processo, a situação era diversa, uma vez que os reclamantes foram dispensados com base no Ato Institucional em 9 de outubro de 1964, porém apenas requereram a aposentadoria em 15 e 27 daquele mês, ou seja, após as demissões. Para o magistrado: “assim, já demitidos os Reclamantes quando requereram as suas aposentadorias, nada tinha a Reclamada a [sic] complementar-lhes porque não eram mais seus empregados”<sup>279</sup>.

No entendimento do juiz, os trabalhadores deveriam ter entrado com o pedido de complementação antes de serem demitidos da empresa. Para a historiadora Claudiane Torres, as leis e normas postuladas durante a ditadura “estavam sendo delineadas provocando o engessamento do poder normativo aqui considerado um poderoso instrumento de reação, mesmo que arbitrário, nas decisões trabalhistas”, uma manobra para tentar conter as ações do magistrado que não trouxessem benefícios para os empresários<sup>280</sup>. Não obstante, é importante destacar que, mesmo com a legislação beneficiando em grande parte o capital, isto não significaria um atestado de derrota aos trabalhadores que entrassem na Justiça em busca de seus direitos. Como no caso julgado acima, vemos que a partir de 1969, com as mudanças na

---

<sup>277</sup> TRT 1ª Região, Acórdão nº 213/68, Rel. Juiz Álvaro de Sá Filho, 30 de jan. 1968, p. 2.

<sup>278</sup> Idem, p. 2.

<sup>279</sup> TRT 1ª Região, Acórdão nº 213/68, Rel. Juiz Álvaro de Sá Filho, 30 de jan. 1968, p. 3.

<sup>280</sup> SILVA, Claudiane Torres da. Justiça do Trabalho e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985): atuação e memória. 2010. 123 fls. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, p. 91.

previdência, a RFFSA passou a ser responsabilizada pelo repasse das folhas de pagamento de aposentadoria e benefícios ao INPS, não sendo mais função do trabalhador realizar tal ação.

Já em setembro de 1968, a RFFSA entrou com recurso na segunda instância do Tribunal Regional do Trabalho contra a sentença anterior do inquérito julgado improcedente, no qual a empresa pretendia dispensar o ferroviário João Batista Vieira acusando-o de desídia e embriaguez habitual no serviço. Os juízes da terceira turma rejeitaram a preliminar e negaram provimento ao recurso, alegando que a empresa não conseguiu provar suas arguições contra o trabalhador: “as testemunhas ouvidas jamais presenciaram o autor embriagado em serviço e as informações feitas quanto a possíveis faltas aos trabalho não se encontram convicentemente definidas”<sup>281</sup>.

Outro inquérito movido pela Rede em 1967 contra um funcionário sob alegação de embriaguez e desídia chamou a atenção, mostrando como era comum argumentos moralizadores para obter o disciplinamento da mão de obra. O inquérito estava fundamentado nas seguintes acusações contra o ferroviário Edemir Ramos Martins:

(...) embriaguez em serviço, com atos de desídia, como invasão do escritório etc. Antes, por igual procedimento o requerido evitara o inquérito, assinando termo de compromisso, no sentido de não mais perturbar o trabalho e a disciplina, abandonando o hábito das bebidas alcoólicas. Não só não cumpriu o compromisso, como reincidiu, sendo novamente evitado o inquérito em atenção a apelo do Sindicato. Agora, porém, impossível a tolerância por ter havido tentativa de invasão do escritório e ter rasgado, acintosamente a folha de presença<sup>282</sup>.

A defesa de Edemir alegou que o funcionário “jamais fora dado ao vício da embriaguez”. No entanto, o inquérito foi julgado procedente pela junta de conciliação. Recorrendo da decisão, a defesa do empregado argumentou que a deliberação da junta fora baseada em faltas do passado, e que o requerido após ser transferido passou a ter comportamento ótimo, alegando que toda a situação não passava de perseguição do engenheiro Alves Sobrinho, declarado “inimigo pessoal do recorrente”<sup>283</sup>.

Para o juiz, não haveria dúvida quanto ao comportamento do requerente “alcoólatra inveterado” e da “louvável tolerância” da Rede Ferroviária. O juiz ainda afirmou que, em seu entendimento, se no curso do inquérito subsistem as razões justificadoras para a ação da RFFSA, deveria ser dado ao empregador o direito de modificar o seu entendimento ou o seu

---

<sup>281</sup> TRT 1ª Região, 3ª T., Acórdão nº 114/68, Rel. Juiz Cesar Pires Chaves. RJ, 4 set. 1968, p. 1.

<sup>282</sup> TRT 1ª Região, Acórdão nº 76/67, Rel. Juiz Geraldo Octávio Guimarães. RJ, 9 jan. 1968, p.1.

<sup>283</sup> Idem, p.1.

procedimento em relação à rescisão contratual do empregado – mesmo com a lei 4.825 de 5 de novembro de 1965. No entanto, como sabia que seu voto seria vencido pelo tribunal, alegou que, nos autos, o empregado aceitou a alteração de função, e que desde então não fora mais encontrado embriagado. Por isso, dava provimento ao recurso, julgando improcedente o inquérito.

Outra questão comum aos acórdãos é referente ao direito da licença prêmio, uma licença especial de seis meses concedida aos funcionários que não tivessem faltas acumuladas a cada decênio, de acordo com o art. 116 da lei n. 1.711 de 28 de outubro de 1952. Após o golpe e a instituição de interventores nas subsidiárias da RFFSA, o interventor da Leopoldina revogou em 30 de junho de 1964 o ato de anistia de faltas, dificultando a concessão da licença prêmio aos trabalhadores.

O ferroviário Alvaro Ferreira da Silva obteve ganho de causa no processo movido contra a RFFSA/EFL devido ao indeferimento do seu pedido de licença prêmio. A EFL alegou que as faltas anistiadas do empregado perderam o efeito após o decreto de 30 de junho de 1964, e que a própria ação movida contra a empresa deveria ser prescrita, uma vez que o funcionário ingressou em juízo em 17 de agosto de 1967. A junta entendeu não haver prescrição, uma vez que a comunicação do indeferimento do pedido de licença especial foi realizada em 24 de março de 1966, e o inquérito em 1967, não ultrapassando o biênio prescrito.

Os juízes do TRT ao analisarem o inquérito decidiram negar o provimento ao recurso da empresa, argumentando que “a norma, que suprimiu as vantagens da anistia, só poderia produzir seus efeitos para o futuro, nunca atingindo direito adquirido, como é o caso dos autos.” Desta forma, “a norma supressora da anistia, foi instituída em 1964, enquanto o direito do empregado já estava consolidado”, ou seja, as únicas faltas que não poderiam ser mais anistias seriam as que ocorreram após a lei de 30 de junho de 1964<sup>284</sup>.

Embora não seja possível identificar os caminhos do processo, nem o detalhamento das provas utilizadas nos inquéritos, os acórdãos nos mostram as reivindicações trabalhistas mais comuns do período, de que maneira a empresa utilizava as leis implementadas pós-golpe para benefício próprio, além de identificarmos o posicionamento dos magistrados sobre as questões em julgamento.

O único processo trabalhista encontrado que se encaixa no recorte temporal dessa pesquisa nos mostra um processo coletivo que reúne não apenas ferroviários, mas também ferroviárias. Até agora, as fontes policiais, bem como os jornais e entrevistas, trataram da

---

<sup>284</sup> TRT 1ª Região, Acórdão nº 53/68, Rel. Juiz José Joel Salgado Bastos. RJ, 10 de jan. de 1968, p. 2.

perspectiva masculina da classe ferroviária. As mulheres ferroviárias ocupavam, em sua maioria, cargos administrativos em escritórios, sendo mais difícil encontrá-las nos postos de trabalho das oficinas.

O processo movido por Iracema Amarante Montenegro e mais 13 empregados da Estrada de Ferro Leopoldina (entre eles, 3 mulheres) teve autuação em 13 de junho de 1973. Iracema e os outros funcionários ocupavam/ocuparam o cargo de assistente e assessores nível CE-4, cargos considerados de provimento efetivo, e pleiteavam o pagamento do abono provisório de 40%, além do aumento salarial concedido em janeiro de 1969.

De acordo com a defesa dos empregados, os cargos de assistente e assessor eram considerados de provimento efetivo, assim como ocorria com os subchefes de departamento, assistentes jurídicos e outros, conforme apontava o Regulamento do Pessoal da Estrada de Ferro Leopoldina e aprovado pelo Ministro do Trabalho. Com a incorporação da EFL à Leopoldina, todos os empregados passaram a ter seus direitos, prerrogativas e vantagens assegurados pela legislação trabalhista. Com a adoção de um novo Plano de Classificação de Cargos, os funcionários passaram a ser considerados “cargos por extinguir”.

O Sindicato dos Ferroviários garantiu um acordo com a empresa, para que os níveis de remuneração dos cargos por extinguir fossem fixados respeitando os direitos adquiridos e os níveis de remuneração de assistentes e subchefes de departamento de acordo com a hierarquia do regulamento do pessoal fixado em 1963. Desta forma, os níveis de remuneração dos assistentes foram fixados em Boletim Oficial (Resolução da Diretoria da Empresa nº 300/63), delimitando a hierarquia dos seguintes cargos a extinguir: “Nível CE 1 – Superintendente-Técnico e chefe de departamento; Nível CE 2 – Subchefe de Departamento; Nível CE 3 – Advogado Chefe, assessor jurídico, assessor e outros; Nível CE 4 – Engenheiro-Ajudante Residente e de Oficinas, Assistente Jurídico e Assistente; Nível CE 5 – Assistente; e Nível CE 6 – Assistente. A empresa ainda estabeleceu que, quando as tabelas de cargo de carreira e de comissão fossem ajustadas, a escala de remuneração dos cargos por extinguir seria reajustada uma única vez<sup>285</sup>.

Em março de 1964, a empresa autorizou o pagamento de um abono provisório de 40% aos cargos em comissão e às funções gratificadas, ou seja, para todos os assessores, assistentes e demais quadros da administração central. No entanto, não pagou o abono aos assessores e assistentes integrantes dos “cargos a extinguir”, desrespeitando o acordo com o sindicato da categoria e a própria resolução da empresa de 1963. A defesa dos funcionários argumentou que

---

<sup>285</sup> TRT – RJ 1078/73, p. 5.

o abono concedido, inicialmente a título provisório, e, posteriormente, incorporado aos salários por ato da Reclamada para fazer sobrevir outro aumento de 30% em 1.6.64, foi legalmente um aumento salarial como qualquer outro, e por isso não podia beneficiar tratamento de exceção.

Além disso, em 1969 foi concedido um novo aumento para os cargos em comissão, além nova escala básica de classificação a esses cargos. A defesa alegou que os cargos em extinção foram novamente excluídos dos aumentos genéricos, “cujos valores mensais, em relação aos níveis 1 ao 6, eram equivalentes à escala de remuneração dos cargos por extinguir”.<sup>286</sup>

Desta forma, pediam na Justiça além do pagamento do abono, a atualização dos valores da remuneração na mesma proporção dos aumentos salariais que foram concedidos aos cargos em comissão, um direito assegurado aos reclamantes pelas resoluções da empresa, o acordo com o sindicato, bem como pela legislação.

Já os funcionários desligados da empresa por aposentadoria requeriam a complementação da mesma, tendo por base os salários como se estivessem em atividade, incluindo na folha de pagamento endereçada ao INPS as parcelas vencidas e vincendas. A defesa ainda argumentou que, de acordo com o Tribunal Superior do Trabalho, “aos ferroviários aposentados da Leopoldina assiste o direito de perceber os seus proventos de inatividade em igualdade de condições com os vencimentos pagos aos servidores em atividade, não em base superior.”<sup>287</sup>

A análise da contestação da RFFSA nos permite identificar como a empresa tentava contornar a legislação trabalhista e previdenciária ao seu benefício, culpabilizando os trabalhadores e o próprio Estado das ações. De acordo com o advogado da empresa, “a ação dos aposentados deveria ser postulada contra a União, com a assistência do INPS perante à Justiça Federal, que é o foro competente”, uma vez que a empresa não confecciona as folhas de pagamento dos seus ex-empregados aposentados, logo não caberia a ela realizar tal pagamento.

Além disso, argumentou que o direito dos aposentados em postular aumento de 40% com base na resolução de 20 de março de 1964 estaria “irremediavelmente prescrito”, uma vez que o inquérito foi realizado passados quase 10 anos, sem qualquer manifestação dos reclamantes ao longo desse intervalo, e “se deixaram transcorrer ‘in abilis’ todo esse longo período, é sinal de que concordaram com o tratamento recebido, sendo extemporânea sua irresignação”<sup>288</sup>.

Já na questão dos funcionários ativos, o pagamento de reajustes e gratificação não poderia ser deferido nos tempos postulados, uma vez que os assessores e assistentes não poderiam ter como paradigma os cargos em comissão dos níveis da escala básica de cargos em comissão já

---

<sup>286</sup> Idem, p. 8.

<sup>287</sup> Proc. TST-RR-E 21.824/68, julgado em 27.8.69. Apud: TRT – RJ 1078/73, p. 9.

<sup>288</sup> TRT – RJ 1078/73, p. 56.

que ocupavam cargos “de natureza meramente administrativa, não podem ter a pretensão de equiparar-se a esses cargos, porque sempre estiveram hierarquicamente muito abaixo deles”<sup>289</sup>. A equivalência dos cargos por extinção na escala básica de classificação de cargos em comissão em vigor da empresa era atribuída aos cargos de chefia de seções, classificados em CE-6, C3-5 e CE-4 para assistentes, e CE-3 para assessores. Somado a isso, afirmou não poder ser outro o critério de equivalência, já que os cargos postulados pelos funcionários (em equivalência) só poderiam ser exercidos por empregados com diploma de nível superior, e nenhum dos reclamantes possuía tal condição.

A defesa dos empregados contra-argumentou que já existiam diversos processos no TRT movidos por funcionários aposentados devido a insistência da RFFSA em “fazer tabula rasa do instituto”, desviando um direito adquirido pelos funcionários. O fato de o INPS ser o órgão responsável pelo pagamento não desvincularia o contrato laboral dos funcionários com a Rede, e de acordo com o decreto lei 956/1969, a empresa seria a responsável por passar os comandos ao INPS. A respeito criação do INPS, o advogado ainda afirmou que:

em contraposição com os possíveis defeitos de ordem coercitiva do nosso atual regime político, uma das suas grandes qualidades, coerentemente com o avanço do progresso em termos competitivos internacionais, foi preocupar-se com a simplificação das normas administrativas e quiçá jurídicas<sup>290</sup>.

Além da reclamação dos aposentados, a questão salarial dos funcionários ativos também se mostrou recorrente no TRT. A defesa incluiu diversos processos em que funcionários obtiveram ganho de causa, justificando a equivalência dos cargos e aumentos a partir da resolução da própria empresa de 1963, que equiparava os vencimentos entre os cargos por extinguir e em comissão. Desta forma, argumentam não pedir equiparação salarial, mas a manutenção de direitos assegurados pela própria empresa.

Embora a Rede tenha recorrido do parecer positivo da Junta de Conciliação, o procurador Jacques do Prado Brandão rejeitou a preliminar arguida pela empresa, concedendo o direito de complementação da aposentadoria e de salários, mantendo a sentença anterior em 15 de agosto de 1975. Inconformada, a empresa entrou com recurso ordinário em segunda instância, rejeitado por unanimidade pelos juízes da segunda turma do TRT<sup>291</sup>. A empresa entrou novamente com

---

<sup>289</sup> Idem, p. 58.

<sup>290</sup> Idem, p. 261.

<sup>291</sup> TRT 1ª Região, 2ª T., Acórdão nº 1520/75, Rel. Juiz Gustavo Câmara Simões Barbosa. RJ, 21 out. 1975.

recursos, argumentando erro nos valores salariais, tendo o processo se arrastado até 1985, quando foi condenada a pagar mais de 2 bilhões de cruzeiros aos funcionários<sup>292</sup>.

Neste sentido, tentei demonstrar nesta primeira parte do capítulo como o cotidiano de trabalho dos ferroviários foi alterado pela política de modernização autoritária da ditadura, modificando as relações de trabalho e aumentando a exploração da classe ferroviária. A crise pela qual a RFFSA passava, além da instituição de uma nova legislação trabalhista e previdenciária, somava-se ao contexto de repressão e controle dos trabalhadores, que buscaram na justiça os seus direitos, mesmo em um contexto ditatorial.

Através da análise de acórdãos e processos trabalhistas, foi possível perceber como a RFFSA instituiu mudanças em suas normas internas, aproveitando as novas leis previdenciária e trabalhista para cortar benefícios, diminuir os gastos e tentar submeter seus funcionários a um regime de exploração e resignação. No entanto, os ferroviários e ferroviárias se apropriaram da nova legislação para legitimarem costumes, práticas e direitos previamente conquistados com a ajuda do sindicato nas negociações com a empresa.

### **3.2) Os anos de chumbo entre esquecimento e silêncio**

A oposição da ditadura ao crescimento das atividades sindicais, dos movimentos trabalhistas e das reivindicações sociais dos anos 1960 foi representativa pelo grande número de IPMs instituídos em 1964. De acordo com o projeto Brasil Nunca Mais (BNM), a alta frequência de processos indicava como a ação repressora estatal foi uma maneira de evitar que o movimento operário pudesse atrapalhar o modelo econômico que seria imposto, calcado no arrocho salarial e desnacionalização<sup>293</sup>.

Entre as categorias profissionais urbanas, o BNM aponta que os setores mais atingidos foram os portuários, trabalhadores de empresas estatais e os ferroviários, ou seja, os setores mais ativos do movimento sindical naquela época. Sobre os ferroviários, o projeto identificou processos envolvendo os dirigentes do Sindicato dos Ferroviários do Rio de Janeiro e o interventor da EFL, outro envolvendo líderes ferroviários de Teófilo Otoni (MG) por terem promovido greve e interrupção do tráfego entre Teófilo e Ladainha, e líderes ferroviários da EFL por terem realizado greve e atos de sabotagem em 1º de abril na cidade de Além Paraíba<sup>294</sup>.

---

<sup>292</sup> TRT – RJ 1078/73, p. 514.

<sup>293</sup> ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. Brasil: nunca mais. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1985, p. 124.

<sup>294</sup> Arquidiocese de São Paulo. Brasil: nunca mais. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1985, p. 128-129.

Vimos no segundo capítulo como a instituição de IPMs e a repressão contra o movimento operário, inclusive envolvendo os ferroviários, não se concentrou apenas no imediato pós-golpe, intensificando-se a partir de 1968. Este ano foi marcado por grandes manifestações sociais e a tentativa de rearticulação e mobilização sindical dos trabalhadores, com greves de forte expressão em Osasco e Contagem. Os movimentos sociais estudantis e trabalhistas sofreram uma dura derrota em dezembro do mesmo ano com a promulgação do Ato Institucional nº 5.

A suspensão do *habeas corpus* e garantias constitucionais de vitaliciedade e estabilidade, o fechamento do Congresso e aumento de poderes do Executivo davam um caráter legal ao estado de exceção implementado pela ditadura, iniciando os chamados “anos de chumbo”.<sup>295</sup> O congresso foi reaberto apenas em outubro de 1969, quando “elegeu” Emílio Garrastazu Médici para a presidência do país. Durante o governo Médici (1969-1974), a tortura se transformou em política de Estado, a expansão do terror e espionagem, bem como o desaparecimento de pessoas, passaram a fazer parte do cotidiano da sociedade. Essa esfera de vigilância e repressão não foi diferente para os trabalhadores ferroviários.

Em 1969, foi instaurado um IPM para apurar atos subversivos que ocorreram em Duque de Caxias, Rio de Janeiro. O inquérito apresentou a atuação de diversos ferroviários em atos considerados de ameaça à segurança nacional. A primeira parte da investigação abordava a tentativa de reorganização do Partido Comunista na Estrada de Ferro Leopoldina. A partir da prisão do funcionário Jaci Barbeto por um policial ferroviário da Leopoldina, foi descoberta a atuação de uma gráfica que produzia panfletos e jornais a serem distribuídos à diversos trabalhadores na cidade.

A investigação ainda relatou a ocorrência de diversos encontros, sediados na casa de Narciso Marques (dono da gráfica), que contavam com a presença de ex-lideranças sindicais de categoriais como comerciários e metalúrgicos, além de membros do CGT e PCB. Na Guanabara, os encontros seriam no escritório de Batistinha e Arídio Xavier, contanto com ferroviários e membros do sindicato da Leopoldina<sup>296</sup>.

O documento aponta a existência de um “amplo movimento subversivo” na Estrada de Ferro Central do Brasil, em que diversos ferroviários eram acusados de frequentarem reuniões do Partido Comunista, dirigidas por José Mendes da Silva, e de distribuírem por Duque de

---

<sup>295</sup> ROLLEMBERG, Denise. A ditadura civil-militar em tempo de radicalizações e barbárie. 1968-1974. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. (Org.). *Democracia e ditadura no Brasil*. 1ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006, p. 143.

<sup>296</sup> Arquivo Nacional. Comissão Geral de Investigação. BR\_DFANBSB\_AAJ\_0\_IPM\_0777\_d0001de0001, p. 69/224.

Caxias o jornal “A Voz Operária”. O IPM recomendou que fosse instaurado um novo inquérito na Rede Ferroviária Federal para apurar atos de subversão e corrupção, principalmente na Central do Brasil<sup>297</sup>.

A análise deste IPM, num primeiro momento, não nos revelaria nada de diferente a respeito do *modus operandi* do regime e da colaboração dos setores de segurança da RFFSA. No entanto, uma das testemunhas arroladas pela investigação nos chama a atenção. Aparentemente, as reuniões do Partido Comunista se davam mensalmente em Sepetiba, Rio de Janeiro, na casa de um ferroviário chamado Epídio, e contava com a presença de diversos ferroviários da EFCB, como Geraldo Bernardo da Silva.

O encarregado do IPM, capitão Ronald de Carvalho Cruz, cita em seu relatório que todos os ferroviários que compareciam às reuniões foram intimados a depor como testemunhas, mas que Geraldo não compareceu ao quartel:

(...) um dos elementos que frequentavam a citada reunião, tendo recebido intimação desse Encarregado a fim de depor como testemunha neste IPM, no dia marcado, consta que se atirou do décimo nono andar do Edifício da Central do Brasil. Todavia, este Enc. de IPM deduz, por razões óbvias, que ele foi morto, uma vez que o citado elemento, conhecedor de fatos e atos subversivos ligados à pessoas pertencentes à Estrada de Ferro Central do Brasil, prontificou-se a prestar depoimento neste IPM mediante a afirmação deste Encarregado que a finalidade não era prejudica-lo e sim, tentar apanhar o chefe da célula que, ao tudo indica, funciona no meio ferroviário<sup>298</sup>.

Para o encarregado, o suicídio de Geraldo teria sido forçado por alguém ligado a administração da ferrovia, uma vez que, do oitavo andar em diante, só funcionava a administração da Central. Somado a isso, informações apontavam a participação de altas autoridades da EFCB nas mesmas reuniões frequentadas pelo ferroviário. O suicídio fora forçado por alguém da administração da ferrovia a fim de “impedir que o mesmo não prestasse depoimento tão valioso”<sup>299</sup>.

De acordo com a Comissão Nacional da Verdade, as circunstâncias da morte do ferroviário não seriam as mesmas relatadas pelo capitão encarregado do inquérito policial militar. Geraldo Bernardo da Silva trabalhou por 19 anos na RFFSA como ascensorista, foi membro do “Comitê dos Ferroviários da Central do Brasil”, da “Frente de Mobilização Popular”, e se engajou pelo movimento das Reformas de Base, assinando manifesto em apoio

---

<sup>297</sup> Idem, p. 218/224.

<sup>298</sup> Idem, p. 218-219/224.

<sup>299</sup> Arquivo Nacional. Comissão Geral de Investigação. BR\_DFANBSB\_AAJ\_0\_IPM\_0777\_d0001de0001, p. 219/224.

à campanha pelas reforma de base e pela reforma agrária radical<sup>300</sup>. No dia 8 de julho de 1969, Geraldo foi detido por policiais do Exército que invadiram a casa onde morava com a família, e procuravam vestígios de material considerado subversivo, ou seja, do jornal *A Voz Operária*. O ferroviário foi detido e levado para a Vila Militar de Deodoro, permanecendo lá até 15/07/1968<sup>301</sup>.

Ao retornar à casa, Geraldo passou a se comportar de forma estranha, se isolando e demonstrando sintomas de irritação, sem aparente motivação. Sua esposa e irmão decidiram levá-lo no dia 17 de julho de 1969 (uma quinta-feira) ao serviço médico da RFFSA, localizado no 19º andar do edifício da Central do Brasil<sup>302</sup>. Ao chegar no andar, sua esposa relatou que Geraldo se dirigiu ao banheiro, onde cometeu suicídio ao se jogar da janela. De acordo com os depoimentos de sua mulher e filhos, as torturas sofridas durante o período em que esteve preso resultaram em alterações emocionais do ferroviário, levando-o a tirar a própria vida<sup>303</sup>.

Além de Geraldo, a CNV relatou a morte de outros trabalhadores ferroviários em decorrência da ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, através da violação sistemática aos direitos humanos: José de Souza, membro do Sindicato dos Ferroviários do RJ, preso em 08/04/1964, morto no pátio central do DOPS/GB<sup>304</sup>; Onofre Ilha Dornelles, presidente da União dos Ferroviários Gaúchos, membro do PTB e funcionário da Viação Férrea do estado do Rio Grande do Sul, preso entre abril e outubro de 1964, morreu de infarto em decorrência de diversas seções de tortura sofrida enquanto esteve preso;<sup>305</sup> e José Nobre Parente, funcionário da Rede de Viação Cearense em Fortaleza, preso em 17 de maio de 1966 em seu local de trabalho, morto dois dias depois em sua cela no presídio, tendo sua certidão de óbito forjada para indicar suicídio<sup>306</sup>.

Os IPMs foram práticas recorrentes da repressão no contexto da “operação limpeza” desencadeada pelo AI-1 como, mais tarde, na metade da década de 1970. Como foi possível verificar no segundo capítulo, o exemplo da Comissão Sumária de Investigação instaurada na RFFSA demonstrou a permanência desta prática, utilizada dos anos 1970 para enquadrar no AI-

---

<sup>300</sup>Arquivo Nacional. Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos. br\_dfanbsb\_at0\_0\_0273\_d0001de0001, p. 7/102.

<sup>301</sup> Idem, p. 23/102.

<sup>302</sup> É importante destacar que o edifício da Central do Brasil fica localizado numa área movimentada do centro da cidade do Rio de Janeiro, na Praça Cristiano Ottoni. O edifício fica ao lado da estação Central do Brasil, próximo a Av. Presidente Vargas e em frente à um terminal de ônibus.

<sup>303</sup> BRASIL. Comissão Nacional da Verdade – Relatório. Vol. III - Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: CNV, 2014, p. 319.

<sup>304</sup> Idem, p. 143.

<sup>305</sup> BRASIL. Comissão Nacional da Verdade – Relatório. Vol. III - Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: CNV, 2014, p. 186.

<sup>306</sup> Idem, p. 201.

5 diversos funcionários acusados de subversão. A comissão se baseou em documentação sobre a vida privada e o comportamento dos funcionários no local de trabalho, contando com depoimentos de ferroviários, além de relatórios produzidos pelos departamentos estaduais de segurança e pelo setor de segurança nacional da EFCB.

Os trabalhadores eram monitorados pelos setores de segurança e informações das ferrovias, além de conviverem com militares tanto nas oficinas como na área administrativa da Central do Brasil. Longe de estar escondida nos porões da ditadura, ou da Rede Ferroviária Federal, a esfera policialesca e a repressão estavam presentes na vida cotidiana desses trabalhadores. Para o atual diretor do Sindicato dos Ferroviários da Central do Brasil, o tempo em que foi maquinista na EFCB durante os anos 1970-80 era marcado pela constante preocupação:

Medo. Inclusive, nós tínhamos os chamados PF, Policiais Ferroviários, que eram muito perto deles [militares], e na Central do Brasil existia um túnel que ligava o prédio do quartel, da I Região do Exército, que ligava por baixo com o prédio da Central do Brasil. Tinha passagem por baixo, pra eles ficarem. E, por muitos anos, os diretores da empresa eram militares. Alguns deles até surpreenderam né, outros não, outros entraram para manter a linha<sup>307</sup>.

A presença dos agentes ferroviários e de militares fazia parte da esfera de vigilância e repressão criada pela RFFSA para tentar controlar e disciplinar seus funcionários. Ao longo das entrevistas, essa relação foi lembrada pelos ferroviários de forma ambivalente, que contemplava, ao mesmo tempo, indiferença e preocupação; esquecimento e silêncios. Em sua maioria, afirmaram não se importarem ou querer saber daqueles acontecimentos, e até mesmo não lembrar ou desconhecer a existência da repressão em seu cotidiano de trabalho.

O torneiro mecânico aposentado EC afirmou que nunca sentiu a necessidade de fazer reclamações, e nunca recorreu a nenhum tipo de auxílio do sindicato dos ferroviários. Pelo contrário, não se importava com os acontecimentos políticos, nem com as mobilizações que ocorreram em 1968, ou se os militares na RFFSA estariam reprimindo ou vigiando os trabalhadores:

Nunca me liguei a nada disso. Ia do trabalho para casa e só. A função era trabalhar. No nosso setor não tinha esse tipo de bagunça, que tinha que fazer greve. Eu apaguei aquilo lá. Não queria saber disso não, fazer bagunça<sup>308</sup>.

---

<sup>307</sup> Entrevista com Pedro Ricardo de Oliveira, concedida à autora em 22 de julho de 2019.

<sup>308</sup> Entrevista com EC, concedida à autora em 06 de abril de 2018.

As reivindicações trabalhistas eram vistas como “bagunça”, algo que não interessava àquele ferroviário. No entanto, este tipo de atividade era amplamente combatido e monitorado pelo setor de segurança das ferroviárias. Para alguns dos entrevistados, a atuação dos agentes se restringia à manutenção da ordem nas estações, e não para vigiar os trabalhadores. UV, quando perguntado sobre a atuação do Departamento de Segurança da Central do Brasil, afirmou:

Tomavam conta de alguma coisa que houvesse de roubo na Central, eram convidados para ir às oficinas. Espia... só olhando o que tinha de errado. Na minha oficina, não pegaram ninguém. Mas na grande, foram um monte. A maioria dos caras eram preso, entravam na comissão de investigação do Exército. Tinha um engenheiro, ele era alemão, quando saiu lá de dentro, saiu todo assim (tremendo a mão) ... sofreu muito, ele era ladrão, roubava pra caramba. Quando ele voltou a trabalhar, voltou andando de bengala, todo “treme-treme”. Lá na Central, D. Pedro II. Desceu para D. Pedro, o coro come... não era fácil não<sup>309</sup>.

Embora UV tenha relatado ao longo da entrevista que não existia movimento de repressão aos trabalhadores na empresa, ou se sentisse ameaçado e vigiado em sua oficina, demonstrou ter conhecimento da existência da Comissão de Investigação. No entanto, para ele não se tratava de uma questão política, mas de punição a ações criminosas como o roubo. Já o ajustador mecânico AS, que trabalhava no laboratório da Central, afirmou: “não vi nada de repressão, nunca ouvi falar nada. Eu lembro que houve protestos, mas assim mesmo não houve violência, não lembro não. A gente vai ficando velho, a memória falha, não lembro disso não”<sup>310</sup>.

Como vimos ao longo do último capítulo, o setor de segurança da EFCB monitorava a atuação de seus funcionários, contando com o apoio do DOPS e de denúncias enviadas aos órgãos de informação e repressão. Os funcionários, em geral, eram monitorados pela comunidade de informações e segurança da ferrovia, e não apenas aqueles considerados subversivos, ou seja, as lideranças sindicais e os envolvidos em grupos políticos de esquerda.

O relato na CNV sobre as mortes de empregados da RFFSA, bem como os inquéritos analisados durante esta pesquisa, nos mostra como a repressão não se deu apenas no contexto do golpe em 1964, mas também ao longo da ditadura. O aumento expressivo da violência estatal durante o governo Médici demonstra como a coerção passava a fazer parte de um cotidiano em que o suicídio de Geraldo Bernardo da Silva em pleno edifício da Central do Brasil, em dia útil numa região movimentada da cidade, não gerou nenhum tipo de declaração oficial da RFFSA

---

<sup>309</sup> Entrevista com UV, concedida à autora em 29 de maio de 2017.

<sup>310</sup> Entrevista com AS, concedida à autora em 28 de maio de 2019.

ou reportagens nos jornais, nem mesmo foi de conhecimento dos ferroviários entrevistados que trabalhavam no prédio da Central, como SJ e AS.

Se, por um lado, a violência atingiu grande expressão, por outro, ela foi silenciada ou, de alguma forma, incorporada ao cotidiano por uma parcela da sociedade. Essa ambivalência também está presente na memória construída pelos trabalhadores entrevistados. O ex-ajustador MI afirmou não ter conhecimento na época sobre a existência da repressão e tortura. Somente na atualidade, através de jornais e revistas, leu depoimentos sobre a perseguição durante o governo Médici:

Eu vi vários filmes, séries, aqueles curtas na televisão. O Geisel mandou matar muita gente, e o executor dessas matanças era o Figueiredo. Por incrível que pareça, Figueiredo era um mão de ferro danado. Então, ele diz assim, não existe Revolução sem derramamento de sangue. Se não perseguir e matar, você não consegue disciplinar, então nesse período os militares passaram a ganhar muito bem, os quartéis abarrotados de dinheiro. E eu sei de amigos que eram militares na época, que a unidade até caixinha tinha, de tanto dinheiro que sobrava. (...) Eu li muito jornal com depoimento secreto. Muita gente foi perseguida e morta né? A maioria desses estudantes que foram perseguidos, mulheres que foram violentadas, é por burrice, uma guerra perdida. Aqueles caras agiam, sequestraram o embaixador americano, assaltaram banco, atiraram em guarda, e quando foram presos, devem ter sofrido pra caramba na prisão<sup>311</sup>.

A perseguição, tortura e morte seriam, para o ferroviário, ações necessárias para disciplinar a população, como resultado dos crimes praticados por esses indivíduos: assalto, sequestro, atirar em guardas. Assim como UV descreveu a tortura sofrida pelo Engenheiro na EFCB: “ele era ladrão, roubava pra caramba”. Prevalece a lógica da Lei de Talião, “olho por olho; dente por dente”, em que, neste caso, o sofrimento da tortura e repressão seriam a reação adequada a desvios de comportamento ou caráter, como roubo e sequestro praticados por indivíduos que escolheram entrar numa “guerra perdida”. Logo, a reação do Estado poderia ser compreendida, admitida e, até mesmo, justificada.

A Doutrina de Segurança Nacional postulava o terror e a guerra total como espaços que não permitiam a neutralidade, utilizados com o objetivo de intimidar o inimigo e dissuadir os indecisos. Aniquilava-se moralmente o inimigo interno, que poderia ser *qualquer um*, separando-o dos demais cidadãos, além de assegurar a não oposição ativa contra o projeto político da doutrina. Neste sentido, a fala dos ferroviários incorpora a política da DSN ao relacionarem a repressão como uma reação a comportamentos dissidentes. Nesta perspectiva,

---

<sup>311</sup> Entrevista com MI, concedida à autora em 21 de novembro de 2018.

assim como aponta Nilson Borges, “o esforço da Doutrina de Segurança Nacional visa desmoralizar o inimigo, a produzir deserções, a criar o silêncio, a fazer cooperar (delatar) e a fazer aderir às políticas do Estado”.<sup>312</sup>

Outro aspecto que chama a atenção na fala de MI é a relação que o entrevistado faz da tortura e repressão como ações do governo Médici, praticadas apenas por Geisel e Figueiredo, isentando o governo Médici. De maneira semelhante, IV relatou que “o presidente Médici tinha que acatar ordens do SNI e do DOPS”, mas que:

O Médici era o mais manso de todos, o pior de todos no ponto de vista mais severo, era o Costa e Silva e o Geisel. O Geisel era ferrado, porque era o chefe do SNI, então ele sabia a vida te todo mundo. Até hoje, você vê, quando eles começaram a fazer revelação, começaram a dissimular o SNI, quanta gente que tinha ali que você nem sabia que tava... que tinha sido nome no arquivo deles. (...) Uma vez, eu tava vendo na televisão sobre aquele negócio de Direitos Humanos, tinha um bocado de gente que sumiu, tinha aquela PE, tinha um serviço de repressão ali ferrado! Mas você não sabia que as pessoas tava sendo... e muitas morreram. Até hoje procuram deputado, eu já nem me lembro mais desse negócio.<sup>313</sup>

Importante destacar que, antes de ser indicado pelo alto comando das Forças Armadas para ser presidente, Emílio Garrastazu Médici assumiu a chefia do Serviço Nacional de Informações em 1967. Ernesto Geisel nunca assumiu a presidência do órgão. Na verdade, Geisel foi Ministro do Superior Tribunal Militar em 1966, e assumiu a presidência da Petrobrás entre 1969 e 1973. Em seu governo, ocorreram diversos episódios que atestam a continuação da repressão e tortura como política estatal: o assassinato do jornalista Vladimir Herzog em 1975 e do operário Manuel Fiel Filho nas dependências do DOI-CODI em 1976, bem como a “chacina da Lapa” no mesmo ano, comandada por Sérgio Paranhos Fleury - delegado do DOPS São Paulo – e resultou no assassinato de dirigentes do PC do B no bairro da Lapa em São Paulo.

Já o ex-presidente João Baptista Figueiredo chefiou o SNI em 1964 e comandou a Força Pública de São Paulo entre 1966 e 1967<sup>314</sup>. Em seu governo, ocorreram diversos atos da repressão na cidade do Rio de Janeiro: a explosão de cartas-bomba na sede do Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e no gabinete do vereador Antônio Carlos de Carvalho do PMDB em 1980, e o atentado a bomba no Show do 1º de maio no Rio Centro em 1981.

---

<sup>312</sup> BORGES, Nilson., Op. Cit., p. 28.

<sup>313</sup> Entrevista com IV, concedida à autora em 07 de dezembro de 2017.

<sup>314</sup> Biografias da Ditadura. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-ditadura/>>. Acesso em: 28 de janeiro de 2020.

Enquanto Costa e Silva e Geisel são vistos como mais severos, talvez pela associação aos eventos de 1968 e à equivocada ligação de Geisel com o SNI, Médici era visto como um homem manso, obrigado a seguir ordens do SNI e DOPS. A repressão é dissociada do governo Médici, que passa a ter uma identidade diferente dos outros presidentes generais. De acordo com AS:

O Médici gostava e falava de futebol, não era esse rigor todo não. Mas entre eles, era outro negócio. Eu lembro que ele gostava de futebol, falava de futebol. Eu lembro quando teve a seleção brasileira, ele pediu para colocar o Dario. Teve aquele comentário: “como é que pode um presidente se meter nisso?”. Eu até achei graça na época, o cara era desportista, bon vivant<sup>315</sup>.

A conquista do tricampeonato de mundial em 1970 possui um lugar de destaque na memória social sobre a ditadura. A propaganda oficial veiculada pela Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) na televisão, bem como a produção de peças publicitárias em revistas, divulgavam a vitória do país dentro e fora de campo. A propaganda se tornava uma das maneiras de se obter o consenso da população com o regime. Assim como demonstra Livia Gonçalves Magalhães, o futebol se tornava um elemento que permitia ao regime promover uma suposta união nacional fora do âmbito político, onde torcer pela seleção acabava se confundindo com torcer pelo sucesso do país, embalado pelo milagre econômico<sup>316</sup>.

O caso lembrado por AS nos mostra como as diferentes formas de consenso acabam fazendo parte da memória social sobre o período. A famosa passagem sobre a convocação de Dario José dos Santos, o Dadá Maravilha, ganhou destaque na época devido às polêmicas envolvendo a demissão do técnico João Saldanha: de um lado, o temperamento difícil e as últimas derrotas da seleção em campo; de outro, uma memória elaborada na redemocratização que enfatiza a demissão de Saldanha por questões políticas, um técnico de passado comunista que resistiu à ditadura, denunciando a tortura e a existência de prisioneiros políticos, e enfrentando diretamente o General Médici ao não convocar o jogador Dario<sup>317</sup>.

A passagem também evoca uma memória específica sobre Emílio Garrastazu Médici, visto pelo ferroviário com simpatia, “um presidente desportista e bon vivant”. Livia Magalhães aponta como o regime tentou criar um meio de identificação e aproximação com o povo através da copa do mundo de 1970, quando Médici fez questão de mostrar à população que o governo foi o responsável pela possibilidade de ver os jogos da seleção ao vivo, tanto pela transmissão,

---

<sup>315</sup> Entrevista com AS, concedida à autora em 28 de maio de 2019.

<sup>316</sup> MAGALHÃES, Livia Gonçalves. Com a taça nas mãos: sociedade, Copa do Mundo e ditadura no Brasil e na Argentina. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, 2014, p. 109

<sup>317</sup> MAGALHÃES, Livia Gonçalves. Op. Cit., p. 92-93.

como a possibilidade de comprar aparelhos de televisão. Assim como Jorge Rafael Videla, presidente da ditadura civil-militar argentina, o general Médici enfatizava a questão da união nacional, “as vitórias eram do povo de seu país, nem só dos jogadores, nem exatamente dos regimes; era o povo responsável pelo êxito”<sup>318</sup>.

A vitória também era a de um modelo de cidadania prezada pela ditadura, que só seria possível a partir da união nacional, de um povo dotado de “inteligência, bravura, confiança e humanidade dos capacitados”. Para tanto, além de promover a união nacional, ainda era necessário incluir o presidente como parte do povo e do homem comum, criando um canal de identidade com as massas e canalizando para si a vitória na competição. Neste sentido, a imagem de Médici como mais um torcedor está diretamente ligado a essa questão, uma tentativa de humanizar o presidente. Afasta-se a figura do general, e constrói-se a figura simpática do “desportista e bon vivant”, evidenciando, como afirma Magalhães, que torcedor, presidente e cidadão se tornaram sinônimos<sup>319</sup>.

A lembrança dos entrevistados sobre o governo Médici não identifica a tortura, morte e repressão. No entanto, o silêncio e o esquecimento sobre o período de auge da violência estatal não querem dizer ausência de memória. Estes nos revelam de que maneira os entrevistados se relacionam no presente com o passado ditatorial. O autoritarismo, a violência e os valores da Doutrina de Segurança Nacional acabavam se misturando ao dia a dia, tornando-se, assim como apresenta Pilar Calveiro, uma “normalidade admitida”.

De acordo com Calveiro, quando se escolhe não ver, quando nos afastamos dos acontecimentos, ou até mesmo admitimos que, se uma pessoa está metida em alguma coisa, seria natural que fosse perseguida pelo governo, acabamos justificando a arbitrariedade e a ilegalidade do poder ditatorial, tornando possível a existência e a multiplicação da política repressora estatal. A autora, ao analisar a relação da sociedade argentina com as práticas repressoras do Estado, demonstra que a tortura e violência estatal só podem existir numa sociedade que “escolhe não ver”.

O desaparecimento forçado de pessoas ocorria à luz do dia, com testemunhas, em vias movimentadas, exatamente para transmitir uma mensagem eficaz. O alvo da violência estatal não eram apenas os “terroristas subversivos”, mas a sociedade como um todo. A presença de militares armados nas oficinas, a sensação de estar sendo vigiado no trabalho, o desaparecimento de companheiros durante o serviço, todas essas ações tinham o objetivo de gerar o medo e neutralizar as oposições. Ainda na visão da autora:

---

<sup>318</sup> Ibidem, p. 122.

<sup>319</sup> Ibidem, p. 123.

o autêntico segredo, o verdadeiro desconhecimento teria um efeito de passividade ingênua, mas nunca de paralisia e sideração engendradas pelo terror. É aterrorizante aquilo que não se conhece totalmente, que guarda um segredo que não pode ser revelado<sup>320</sup>.

Longe de estarem escondidas nos “porões” da ferrovia, era importante para o regime que a violência fizesse parte do cotidiano dos trabalhadores. A guerra era total, pois o inimigo interno poderia ser qualquer um. Para se ter eficiência na guerra contra o comunismo, era preciso que as pessoas soubessem o que poderia acontecer caso ajudassem ou fizessem parte da subversão.

Para Antonio Cazorla Sánchez, ao analisar a ditadura franquista na Espanha, o uso da violência e a disseminação do medo por parte do franquismo foram mecanismos eficazes para se conseguir estabelecer o consenso da população com o regime. Tanto em discursos como nas propagandas oficiais, o franquismo mobilizava o medo real da população ao identificar o regime como o único governo capaz de estabelecer a prosperidade, o progresso e a paz. O terror estatal tinha o objetivo de controlar e neutralizar a oposição, o que, para muitos espanhóis comuns, resultava no silêncio e submissão como formas de sobrevivência à um presente que não poderiam controlar. Ter ideias políticas, mencionar assuntos políticos ou ser associado com alguém que discutisse sobre política representava um perigo real.

O regime associava a figura *pacificadora* do “El Caudillo” ao sucesso do crescimento econômico, às transformações sociais e à superação do passado de guerra civil, onde milhares morreram de fome como resultado de uma guerra fratricida. Neste sentido, o autor aponta como a Espanha tornou-se uma sociedade onde a amnésia e as meias-verdades eram coniventes, e onde as mesmas pessoas que perderam muito devido à ditadura, quase sempre se voltavam à Franco como a única esperança de que algo poderia melhorar em meio ao desespero das décadas do pós-guerra.<sup>321</sup>

Neste sentido, a análise de Antonio Cazorla nos ajuda a pensar a relação estabelecida entre a sociedade brasileira e a ditadura. Quando consideramos o aumento sistemático da escala de repressão estatal durante o governo Médici, não podemos perder de vista que a política repressora também possibilitava meios de se alcançar benefícios materiais e simbólicos. De

---

<sup>320</sup> CALVEIRO, Pilar. Poder e desaparecimento. Os campos de concentração na Argentina. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013, p. 135.

<sup>321</sup> SÁCHEZ, Antonio Cazorla., Op. Cit., p. 20.

acordo com Janaina Cordeiro, devemos levar em consideração que esses anos de chumbo também foram sentidos como *anos de ouro* para segmentos da sociedade<sup>322</sup>.

A memória sobre o governo, bem como sobre a ditadura, é marcada por essas ambivalências. Enquanto a violência estatal é silenciada e esquecida, o aumento da carga de trabalho e baixos salários acabam sendo os eventos mais marcantes para os entrevistados. Para UV, a principal frustração era em relação aos problemas financeiros: “teve Copa do Mundo, mas monetariamente nossa vida não mudou em nada. Eu continuei naquela mesma vidinha de sempre”<sup>323</sup>. Os trabalhadores reconheciam em seu cotidiano as dificuldades financeiras, pagando caro pelo sucesso do milagre com dupla jornada de trabalho e salários baixos, enquanto aguardavam a fatia do bolo prometida por Delfim Neto. Vimos na primeira parte deste capítulo que os “anos de ouro” do milagre, embora tenham suscitado euforia e otimismo para segmentos da sociedade, representou para os ferroviários um período de crise e dificuldades financeiras:

Não podia dar opinião. Vou fazer o quê? Não podia fazer nada. Era cumprir o que tem que cumprir e ficar na dela. Tinha que trabalhar e não faltar. A Revolução foi em 31 de março. Todo dia 31 de março de cada ano, se você faltasse, tu perdias o dia. Foi o dia que enquadraram a Revolução, o golpe militar. 31 de março de 1964. Se você faltasse naquele dia nos anos subsequentes, você era punido. Você não podia faltar. Eu tive colegas meus, que hoje já estão mortos, que perderam a licença prêmio porque faltaram no 31 de março. E não tinha abono. Você podia ter hora de serão para abonar aquele dia, mas eles não abonavam, você perdia o dia. Era a comemoração à Revolução<sup>324</sup>.

Além de ser aniversário do golpe, o dia 31 de março também era o dia do trabalhador ferroviário. Embora IV não tenha dito isso ao longo da entrevista, podemos inferir que a celebração na oficina do Engenho de Dentro fosse duplamente significativa por causa disso. No entanto, para o aposentado, ficou marcado não somente como o dia da Revolução, mas à ameaça de perder benefícios como a licença prêmio, direito ameaçado pelos interventores como visto anteriormente. Mesmo que não se considerasse um alvo da coerção estatal, também sofreu com a esfera de vigilância e repressão.

O período também foi associado a um momento que permitiu alcançar benefícios simbólicos, como a demanda por segurança e ordem, ou seja, a retomada da vida cotidiana. A retórica do golpe, bem como dos governos militares seguintes, associava o governo João

---

<sup>322</sup> CORDEIRO, Janaina. A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p. 338.

<sup>323</sup> Entrevista com UV, concedida à autora em 29 de maio de 2017.

<sup>324</sup> Entrevista com IV, concedida à autora em 07 de dezembro de 2017.

Goulart a um período marcado pela desordem, insegurança, corrupção e crise. A solução para esses problemas seria o processo revolucionário iniciado em 1964 e apoiado pela população. Este discurso ganhou maior legitimidade no governo Médici, com o combate à subversão, e a retomada do desenvolvimento industrial a partir do milagre.

Em discurso pelo 1º de maio de 1973, o general presidente se dirigiu aos “anônimos construtores de nosso patrimônio material” que contribuíram para o progresso do país “com o suor de suas frentes, a energia de seus braços e o vigor de sua inteligência”. Celebrando o crescimento econômico e a união nacional, o ideal da “Revolução” e do governo seria o da justiça aos trabalhadores:

Definindo direitos e deveres, procuramos proporcionar iguais oportunidades a todos, abolir as desigualdades injustas, combater o abuso do poder econômico, aprimorar a mão-de-obra, ajustar o salário aos níveis da inflação, ampliar a prestação da assistência médica, elevar os proventos de aposentados e pensionistas; numa palavra, distribuir justiça, fazendo com que, sem luta de classes, sem violência e sem desordem, se consiga o equilíbrio social, e todos, empresários trabalhadores e Governo, nos sintamos responsáveis e solidários numa obra comum, que é a de erguer e sustentar uma Pátria próspera e tranquila<sup>325</sup>.

Podemos perceber como a mensagem de Médici e da ditadura também se faz presente na fala dos trabalhadores aqui entrevistados, quando afirmaram a necessidade de cumprir ordens, trabalhar e não reclamar, além de identificarem os protestos, greves e a sindicalização como bagunça e anarquia promovida pela “escória dos operários”. O milagre econômico também obtinha seu sucesso a partir da assimilação desses ideais pela população e seus “anônimos construtores”. No entanto, a violência estava diretamente ligada ao “equilíbrio social”, aos “direitos e deveres” definidos pelo regime.

Os entrevistados identificaram o principal benefício na questão da segurança social, uma memória que está intimamente relacionada ao contexto em que foram realizadas as entrevistas. O aposentado SJ afirmou:

Eles [militares] deram muito mais segurança depois. Se tinha mais confiança nos políticos, ou por medo, não sei por que, mas teve uma mudança radical. Não quero dizer que foi o ideal, mas sei lá. Nós temos que viver na certeza de que tem alguém dirigindo em nosso benefício. Não é dar vantagem, sou contra isso. E vemos que, hoje em dia, estávamos vivendo isso. Eu acho que não é o objetivo. O objetivo principal é o estudo, a educação e oportunidade de

---

<sup>325</sup> Emílio Garrastazu Médici. “Os anônimos construtores”. Mensagem do Presidente Médici aos trabalhadores, lida pelo Ministro Júlio Barata, do Trabalho e Previdência Social, a 1º de maio de 1973. Brasília: Biblioteca da Presidência da República, p. 12.

trabalho. Com os militares, melhorou em trabalho, segurança. Já não estava mais aquela confusão. Na transição do João Goulart para os militares, a gente estava com muita insegurança. Depois, com os militares, a gente vai se adaptando, e vai vivendo a vida<sup>326</sup>.

Embora SJ não fale explicitamente que a sensação de segurança promovida pelos militares estava ligada à repressão estatal, podemos perceber que ela era admitida e naturalizada. A confiança através do medo e a existência da repressão seriam pequenas coisas a suportar, uma vez que a ditadura teria melhorado o trabalho e devolvido a segurança. Para SJ, foi possível se adaptar ao regime porque se tinha um governo preocupado em beneficiar a população, diferentemente de João Goulart e no tempo presente com os governos Lula e Dilma, que teriam governado em interesse próprios, concedendo vantagens.

Já para o ajustador mecânico UV, prevalece em sua fala uma aparente indiferença ao período:

Para mim, tanto fez. Médici e Geisel eram tudo bandidos. Só viam o lado deles. Mas se eu disser que não teve nada de bom, eu vou estar mentindo. Na ditadura, eu podia sair com a minha família, passear, que não tinha roubo, não tinha assalto, não tinha nada. Os ladrãozinho que existiam, foram tudo preso, fora os que morreram né. Mataram muita gente. Mas o resto continua aí, pouca vergonha!<sup>327</sup>

A indiferença ao processo político não era vista em relação à questão da segurança. Comparando com a atualidade, UV acreditava que o país era totalmente seguro, inexistindo roubos ou assaltos. Quando existia alguma ação do tipo, os indivíduos eram mortos pelo Estado. Para o entrevistado, infelizmente o assassinato dos “ladrõeszinhos” não teve continuidade no tempo presente.

Como compreender o silêncio, o aparente desconhecimento, esquecimento e indiferença desses ferroviários sobre o período de maior ação repressora do regime? A análise de Luisa Passerini a respeito da memória construída por operários de Turim sobre o fascismo, nos ajuda a compreender melhor essa relação. A autora demonstra como a autoimagem construída pelos operários nos testemunhos orais, a forma como retratavam seu cotidiano apartado do fascismo, bem como o silêncio sobre a repressão, muitas vezes revelam um aspecto simbólico da realidade em que viviam.

No testemunho dos ferroviários entrevistados, identificamos a construção de uma autoimagem como trabalhadores corretos, comprometidos com seus serviços e a ordem, e que,

<sup>326</sup> Entrevista com SJ, concedida à autora em 18 de dezembro de 2018.

<sup>327</sup> Entrevista com UV, concedida à autora em 29 de maio de 2017.

por isso mesmo, tinham seu cotidiano organizado somente através do trabalho e da organização familiar. Ou seja, sem tempo livre para identificar ou lembrar sobre a repressão. Assim como a autora aponta, não devemos compreender essa representação como silêncio total. Ao alargarmos os termos de referência, é possível identificar que os entrevistados, em sua maioria, se esforçam para retratar como seu cotidiano era afastado da ditadura<sup>328</sup>.

A autoimagem construída por esses indivíduos também se relaciona a um processo de esquecimento e silêncio sobre a repressão. É interessante levarmos em consideração que, em sua maioria, os entrevistados apenas identificam a violência fora dos espaços de convivência, tendo como alvo pessoas específicas. A violência, quando lembrada, é associada à consequência das ações de indivíduos que fizeram algo para merecê-la: subversão, desordem, morosidade, roubo. Ao não se importarem com a política, não se interessarem em fazer parte de sindicato ou associações, e não terem conhecimento sobre a violência política, também não estabeleciam nenhum tipo de relação com a ditadura. Sobre o caso italiano, Luisa Passerini afirma:

(...) o conseqüente desejo de ficar quieto sobre isso, mesmo entre aqueles que não são realmente responsáveis, e que eram impotentes para agir, observadores passivos ou aquiescentes, significa que o poder faz com que aqueles que são sujeitos a ele sejam cúmplices em seu exercício<sup>329</sup>.

A análise da memória desses trabalhadores sobre os anos de chumbo da ditadura nos mostra não apenas os mecanismos utilizados para sobreviverem àquele período, mas um outro lado da relação estabelecida por esses ferroviários com a coerção e a esfera policialesca: a naturalização da violência. O adaptar-se também se tornava uma forma de conformação da existência, da vida cotidiana às novas circunstâncias, que através do aparente silêncio, indiferença e esquecimento, nos revela como esses trabalhadores acabavam se relacionavam muito bem com a coerção quando ela era vista como um meio de se obter benefícios.<sup>330</sup>

Levando em consideração os depoimentos levantados, se faz necessário compreender as formas pelas quais o silêncio desses ferroviários em torno do passado ditatorial é estruturado no presente. Concordo com as análises de Pierre Laborie que, ao estudar os comportamentos dos franceses durante a ocupação nazista em Vichy, demonstrou como o silêncio não deve ser

<sup>328</sup> PASSERINI, Luisa. Op. Cit., p. 68.

<sup>329</sup> "(...) the consequent desire to keep quiet about it, even among those not actually responsible, and who were powerless to act, acquiescent or passive onlookers, signifies that power makes those who are subjected to it complicit in its exercise." Ver em: PASSERINI, Luisa. Op. Cit., p. 67.

<sup>330</sup> GELLATELY, Robert. Apoiando Hitler: consentimento e coerção na Alemanha nazista. Rio de Janeiro: Record, 2011, p. 304.

visto como uma perda de memória, uma prova de esquecimento ou recusa de lembrar o passado<sup>331</sup>.

Assim como afirma Henry Rousso, a memória acarreta uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas do indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional, ou seja, se constitui em elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros<sup>332</sup>. Devemos levar em consideração em nossa análise que a memória construída pelos ferroviários está ligada a uma memória social elaborada ao longo do processo de redemocratização, como também às atuais batalhas da memória ligadas ao contexto de ascensão das direitas radicais no país. Para Daniel Aarão Reis, “quando os povos transitam de uma fase para outra da história, e quando a seguinte rejeita taxativamente a anterior, há problemas de memória, resolvidos por reconstruções mais ou menos elaboradas, quando não pelo puro e simples esquecimento”<sup>333</sup>.

O silêncio e o esquecimento sobre a repressão fazem parte de uma memória social compartilhada por amplos setores da sociedade. Daniel Aarão Reis demonstrou como a sociedade brasileira encontrou um caminho seguro e apaziguador para lembrar do passado ditatorial: a ótica da sociedade resistente. Com a promulgação da Lei de Anistia e o início do processo de redemocratização, foram valorizadas versões memorialísticas acerca da resistência e defesa dos valores democráticos por parte das esquerdas e instituições. Foi elaborado um pacto democrático para a conciliação nacional com o passado, no qual predominou a versão de que “a sociedade brasileira apenas suportara a ditadura, como alguém que tolera condições ruins que se tornaram de algum modo inevitáveis, mas que, cedo ou tarde serão superadas”<sup>334</sup>.

Da mesma maneira, Denise Rollemberg chama atenção para o fato de que ganharam espaço versões em que o conhecimento da tortura era de poucos, sobretudo daqueles que a *viveram* (as vítimas da tortura, seus familiares e amigos), e os demais não sabiam de nada. Apenas saberiam sobre – e viviam – o fechamento do congresso, as cassações, a violação da constituição. Com isso, “diante da barbárie – ou quando a barbárie é a disponibilidade de convivência com a barbárie -, recorre-se à inocência”<sup>335</sup>.

---

<sup>331</sup> LABORIE, Pierre. Les français des années troubles: de la guerre d’Espagne à la liberation. Paris: Seuil, 2003, p. 53.

<sup>332</sup> ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. AMADO, Janaina. (orgs.) Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 94-95.

<sup>333</sup> REIS, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS, Daniel Aarão. RIDENTI, Marcelo. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004). Bauru, SP: Edusc, 2004, p. 49.

<sup>334</sup> REIS, Daniel Aarão. Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 8.

<sup>335</sup> ROLLEMBERG, Denise. Esquecimento das memórias. In: FILHO, João Roberto Martins. (org.). O golpe de 1964 e o regime militar. São Carlos: Ed. UFSCar, 2006, p. 89.

Portanto, prevaleceu não somente o mito da sociedade resistente, como também o mito da sociedade como vítima dos acontecimentos. Para Bruno Groppo, o mito da vítima inocente consiste em apresentar a sociedade como “uma vítima impotente de eventos e forças sobre os quais ela não tinha nenhum controle e, portanto, pelos quais ela não tem nenhuma responsabilidade”<sup>336</sup>. Desta forma, construiu-se uma memória que nega qualquer relação estabelecida entre a sociedade e a ditadura, ou seja, a sociedade não teve participação alguma tanto no golpe, como durante os 21 anos de ditadura civil-militar.

Os “silêncios da memória”, assim como Pierre Laborie apresenta, estão ligados ao sentimento difuso de uma “má consciência”, uma incapacidade de assumir coletivamente as responsabilidades sociais daquele passado traumático<sup>337</sup>. Ao silenciarem sobre a violência cotidiana, os ferroviários entrevistados trazem à margem um cotidiano de trabalho voltado para o ambiente amigável, o respeito à hierarquia e o cumprimento exemplar das ordens de serviço, construindo uma autoimagem de inocência e indiferença frente aos acontecimentos. Quando muito, tinham que enfrentar dificuldades que são próprias do universo do trabalho, visto aqui como separado da política.

A construção de uma autoimagem de trabalhadores comuns, indiferentes à ditadura e impotentes às transformações políticas demonstra uma estratégia de sobrevivência àqueles anos, bem como aos julgamentos do presente. Como explicar seu posicionamento frente às mudanças políticas ou à violência cotidiana? A análise de Andrew Stuart Bergerson sobre o dia a dia de moradores da cidade de Hildesheim, na Alemanha, durante o Terceiro Reich pode nos ajudar a compreender melhor de que maneira atitudes cotidianas, vistas com naturalidade e inocência à primeira vista, acabaram revelando como pessoas que se consideravam comuns – de fora dos altos círculos sociais e políticos do Reich - também ajudavam a moldar o nazismo em suas vidas cotidianas: ao cumprimentarem judeus e arianos de formas diferentes revelavam, por exemplo, formas cotidianas de expressão do racismo do Estado.

Bergerson demonstra como o véu do cotidiano mascarava o papel dos indivíduos naquele contexto de exceção, criando uma cultura da normalidade a partir de seus costumes de convivência, como as diversas formas de se cumprimentar as pessoas. A auto identificação como “comum” seria não apenas uma forma de se diferenciarem dos círculos de poder público ou da responsabilidade histórica, mas de se engajarem numa estratégia cultural de

---

<sup>336</sup>GROPPO, Bruno. O mito da sociedade como vítima: as sociedades pós-ditatoriais em face de seu passado na Europa e na América Latina. In: QUADRAT, Samantha Viz. ROLLEMBERG, Denise. História e memória das ditaduras no século XX. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p. 42.

<sup>337</sup>LABORIE, Pierre. Les français des années troubles: de la guerre d’Espagne à la liberation. Paris: Seuil, 2003, p. 54.

sobrevivência. A normalidade oferecia o véu da impotência e da insignificância, uma forma de circunscrever as suas responsabilidades, afastando-se da escrita daquela história. No entanto, o autor demonstra que, assim como todos os seres humanos tomam ações significativas em suas vidas, homens e mulheres comuns também ajudaram a formar – e faziam parte – (d)aquela história<sup>338</sup>.

A cultura da normalidade ajudava a constituir uma falsa percepção de inocência, preservando a limitada – porém real – autonomia dos cidadãos “comuns” na vida cotidiana. Neste sentido, ao construírem uma autoimagem de inocência e indiferença aos acontecimentos, ao se identificarem como pessoas comuns, os ferroviários não criavam uma ligação com aquele passado que se deseja esquecer, ou seja, não criam uma relação de identificação com a ditadura e a repressão.

Esta operação, embora dialogue com uma memória coletiva que valoriza a resistência e coloca a sociedade como vítima inocente dos acontecimentos, também revela uma memória marginal e subterrânea, uma memória que se pretende silenciar e, no limite, esquecer, desde que seja possível efetivamente “esquecer” algo socialmente. De acordo com Michael Pollak, embora na maioria das vezes esteja ligada a fenômenos de dominação, a clivagem entre memória oficial/dominante e memórias subterrâneas, assim como a significação do silêncio sobre o passado, não remete forçosamente à oposição entre Estado dominador e sociedade civil.

Para o autor, a memória, ao definir o que é comum a um grupo e o que o diferencia dos outros, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento. Desta forma, silenciar e esquecer a repressão estatal confirma o pertencimento à uma memória coletiva que evoca o mito da sociedade como uma vítima inocente, mas que também diferencia esses trabalhadores daqueles que eram perseguidos. A história oral contribui, desta forma, para evidenciar as memórias subterrâneas, que se encontram no silêncio e afloram em momentos de crise. O silêncio sobre a repressão, bem como o esquecimento, se torna uma maneira de reforçar a coesão social da memória elaborada na redemocratização, como também nos revela uma memória subterrânea, marginal, de identificação com os valores da ditadura.<sup>339</sup>

Também podemos identificar aquilo que Pierre Laborie chama de “memórias do silêncio”: ela reflete uma mistura de impossibilidades, recusas e bloqueios culturais sobre o

---

<sup>338</sup> BERGERSON, Andrew Stuart. *Ordinary Germans in extraordinary times. The Nazi revolution in Hildesheim*. Bloomington: Indiana University Press, 2004, p. 6.

<sup>339</sup> POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 4-5.

passado. De acordo com o autor, o refúgio do silêncio parece significar a incapacidade de encontrar as palavras da história, de retransmitir um passado escrito em uma linguagem que se tornou incompreensível no presente<sup>340</sup>. Portanto, lembrar a existência da violência no cotidiano de trabalho, os desaparecimentos de companheiros, as práticas denunciatórias, e a vigilância dos superiores, também significaria romper com uma imagem de impotência e inocência desses trabalhadores frente a ditadura.

### **Considerações finais - Nos trilhos da democracia**

O objetivo deste trabalho é tentar compreender como se deu a reprodução da vida cotidiana dos ferroviários da RFFSA entre 1964 e 1974, período marcado pela arquitetura e expansão dos órgãos de vigilância e repressão, tornando a violência como política estatal. Ao refletir sobre as estratégias de adaptação e sobrevivência em meio a um contexto de exceção, não se pode deixar de lado as batalhas de memória travadas e, principalmente, os silêncios a respeito da construção do consenso social em torno da ditadura.

Assim como Beatriz Sarlo afirma, o retorno do passado nem sempre é um momento libertador da lembrança, mas um advento, uma captura do presente<sup>341</sup>. O atual ciclo de memória sobre a ditadura militar evidencia não só as disputas, mas a seguinte dificuldade apontada por Denise Rollemberg: “difícil admitir uma sociedade na qual a maior parte, oprimidos inclusive, se identificasse com valores da ditadura e não se indignasse com os crimes por ela cometidos”<sup>342</sup>.

Nesta perspectiva, o embate de memórias sobre o período ditatorial pode ser entendido a partir daquilo que Marcos Napolitano apontou como a existência de diferentes ciclos da memória social sobre a ditadura civil-militar no Brasil<sup>343</sup>. Para o autor, a construção social da memória sobre o período pode ser dividida em quatro partes. A primeira (1964-1974) seria marcada por experiências históricas que servirão de exemplo para a construção das outras fases, destacando-se a retórica do golpe, a construção da “nova ordem” com o governo Castello Branco, as primeiras dissidências (grupos liberais, esquerda armada e movimento estudantil), a

---

<sup>340</sup> LABORIE, Pierre. Les français des années troubles: de la guerre d’Espagne à la liberation. Paris: Seuil, 2003, p. 60.

<sup>341</sup> SARLO, Beatriz. Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007, p. 9.

<sup>342</sup> ROLLEMBERG, Denise. Esquecimento das memórias. In: FILHO, João Roberto Martins. (org.). O golpe de 1964 e o regime militar. São Carlos: Ed. UFSCar, 2006, p. 85.

<sup>343</sup> NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. Antíteses, v. 8, n. 15esp, nov. 2015.

instituição da censura, e a disseminação do terror estatal após a promulgação do AI-5 e o milagre econômico.

A segunda fase (1974-1994) é considerada pelo autor como primordial na construção social de uma memória hegemônica sobre a ditadura. Os distintos grupos de oposições ao governo na década de 1970 se organizaram em torno da democracia, tendo como figura central a resistência. O desgaste do regime com a crise do milagre econômico, o aumento da inflação e os casos de corrupção governamental retiravam dos militares a base de sustentação simbólica da “revolução de 1964”, contribuindo para o fortalecimento do Movimento Democrático Brasileiro nas eleições de 1974.

A pressão da sociedade civil teria papel efetivo na abertura política do país, evocando os valores da resistência democrática contra a violência e terror estatal da ditadura. A lei de anistia de 1979, a derrota das Diretas Já e a transição política controlada pelos militares evidenciam como o processo de redemocratização serviu para construir um lugar confortável na história para os militares e parte da sociedade, materializado em promessas de não revanchismo.

Neste sentido, Marcos Napolitano afirma que, com o fim do regime e a posse do novo governo civil, construiu-se uma memória da ditadura como “lacuna histórica e usurpação do Estado pelo autoritarismo”, evidenciando a necessidade de todos superarem a violência política. Ganhou espaço a crítica e autocrítica das esquerdas, no qual o papel da luta armada é não só visto como arroubo juvenil inconsequente, um erro tático, mas também é minimizado, condenado pelos setores liberais, e perdoado, devido à barbárie da repressão, tortura e assassinato.

Ao mesmo tempo, vemos a identificação da teoria dos dois demônios, com a luta armada das esquerdas sendo vista como ação que retroalimentou a violência da repressão estatal, além de isolar os guerrilheiros, uma vez que a sociedade jamais se identificou com os valores da esquerda armada, e sim com a resistência pacífica democrática. Desta forma, a memória de uma sociedade como vítima dos acontecimentos, que valoriza a resistência democrática, também poderia ser compreendida a partir do trauma gerado pela violência do Estado nos diversos segmentos da sociedade, produzindo um tabu político na transição democrática em que “qualquer ruptura ou dissenso dos atores alimentaria novamente o ciclo de violência e ruptura democrática”<sup>344</sup>.

A memória hegemônica crítica à ditadura, elencando a sociedade como fiel representante da resistência democrática e vítima do terrorismo estatal, influenciou na construção das

---

<sup>344</sup> NAPOLITANO, Marcos. Op. Cit., p. 25.

políticas do Estado pós-ditatorial, o que faria parte da terceira fase do ciclo (1995-2004): as “leis memória” e a política de reparações e recuperações. A partir dos anos 1990, o Estado produziu uma política de memória tímida, pautada na reparação às vítimas da violência do regime militar, ao mesmo tempo que promoveu ações institucionais e simbólicas, como as “leis memória” de 1995 e 2002<sup>345</sup> ou a criação da Comissão Nacional da Verdade em 2012, contribuindo para um memória hegemônica crítica à ditadura.

Embora tenha se valorizado a voz das vítimas e o conhecimento sobre o passado, ainda predomina o silêncio dos perpetradores da violência, ou seja, das forças armadas sobre as ações da repressão, tortura e morte. Este silêncio, de acordo com o autor, encontra respaldo na lei de anistia, nos poderes legislativo e judiciário com a ausência de políticas públicas que responsabilizem e punam as ações do Estado brasileiro durante o período ditatorial. Com isso, “a memória hegemônica que triunfa na área dos direitos humanos, não se traduziu em políticas efetivas de investigação criminal sobre seus violadores, posto que é matizada na área jurídica e vetada pela área de segurança”<sup>346</sup>.

Já a quarta fase (2003-2014)<sup>347</sup>, intitulada por Napolitano como a fase de “revisionismos ideológicos e historiográficos”, é vista como a mais complexa e desafiadora. Se por um lado esta fase tenha ocorrido ao longo dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), momento de aprofundamento de uma política de memória crítica do Estado ditatorial e valorização dos direitos humanos, por outro seria uma fase de revisionismos. O historiador aponta a existência de uma fissura nas bases da memória hegemônica sobre a ditadura, diretamente ligada ao contexto de crise dos governos petistas, marcado pela cisão da relação com o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), partido que também teria desempenhado papel de destaque na construção da memória hegemônica.

A nova aliança do PSDB com lideranças conservadoras teria favorecido não só o crescimento de um liberalismo abertamente de direita e conservador, como também o crescimento de um revisionismo ideológico sobre a ditadura, que enxerga esse tipo de sistema político como a solução para os conflitos políticos e sociais. A retórica de extrema-direita começou a ganhar espaço, sendo marcada pelos seguintes aspectos: negacionismo, nostalgia, autoritarismo conservador, elitismo e moralismo. Neste sentido, Napolitano afirma que a nova conjuntura político-ideológica-partidária abalou a hegemonia da memória crítica ao regime.

---

<sup>345</sup> Lei n.º 9.140/1995, conhecida por “lei dos desaparecidos políticos”, e a lei nº 10.559/2002 que instituiu o regime do anistiado político.

<sup>346</sup> NAPOLITANO, Marcos. Op. Cit., p. 31.

<sup>347</sup> O marco final em 2014 é devido ao momento que o autor escreveu o artigo.

O crescimento de uma memória conservadora sobre o período ditatorial na atualidade contribuiu para o enfraquecimento da memória da resistência, porém não alterou o mito da sociedade como vítima inocente. Apresentei ao longo deste trabalho como a memória dos ferroviários entrevistados foi marcada por esquecimentos e silêncios a respeito do golpe e da repressão praticada pelo Estado.

Caroline Silveira Bauer demonstrou em sua pesquisa como a promulgação da Lei de Anistia fazia parte de um conjunto de iniciativas empreendidas pelo Estado para suprimir as evidências da ditadura e da repressão. Através da divulgação de informações falsas ou versões diversionistas, o controle e censura sobre os meios de comunicação, a Lei de Anistia e a excecência de decretos-reservados que não eram publicados no Diário Oficial, a ditadura tentava controlar a informação, contribuindo para a conformação de determinada memória social. Para a autora, essas medidas levaram a imposição do esquecimento e silenciamento por parte do Estado, gerando a ausência do reconhecimento social das experiências dos ex-presos e perseguidos políticos, e dos familiares de mortos e desaparecidos políticos. A lei de anistia, baseada no estigma da cordialidade, apontava para o silenciamento das vítimas, e a reconciliação com o passado ditatorial para construir o novo tempo democrático<sup>348</sup>.

Embora a lei de anistia e o processo controlado de redemocratização tenham contribuído para a construção do mito da sociedade resistente e vítima dos acontecimentos, silenciando sobre a presença das práticas repressoras do regime, tentei demonstrar ao longo deste trabalho como o silêncio e o esquecimento social não representavam a ausência de memória sobre o período.

As esferas de vigilância e repressão colocadas em prática pela ditadura estavam presentes no cotidiano da sociedade. Os ferroviários da Central do Brasil e Leopoldina eram monitorados pelo Setor de Segurança da RFFSA, respondendo as diretrizes da ditadura a partir da submissão desse órgão à Divisão de Segurança e Informações do Ministério dos Transportes e ao SNI. A presença da repressão e da esfera policiaesca no cotidiano de trabalho levou os ferroviários entrevistados a criarem estratégias de sobrevivência e, principalmente, adaptação àqueles anos de exceção, para se enquadrarem à uma cultura da normalidade presada pelo regime.

Neste sentido, para analisar o cotidiano em regimes autoritários, bem como a memória social sobre o período, foi necessário levar em consideração os embates do presente a respeito do passado ditatorial. Os ferroviários entrevistados, além de apresentarem diversas comparações entre a ditadura e o momento atual de polarizações ideológicas, também observam

---

<sup>348</sup> BAUER, Caroline Silveira. Como será o passado? História, historiadores e a Comissão Nacional da Verdade. Jundiaí, SP: Paco, 2017, p. 17.

o período da redemocratização e as manifestações pelas “Diretas Já” através de um posicionamento distante da memória crítica construída naquele momento. Sobre esse período, AS afirmou:

(...) acho que o voto é o direito que você tem para escolher o que você pensa ser o melhor. Na época dos militares, não teve [votação]. Mas, para mim, não tem, não tem. Eu gosto de caviar, mas se não tem caviar, eu como sardinha. Até o Plano Collor... para mim, foi a melhor coisa. Ele pegou meu dinheiro que tava guardadinho, quando ele soltou, soltou antes do período que ele falou que iria soltar. Foi quando eu comprei minha casa. Para mim, não afetou em nada. Devolveu antes do prazo previsto, com correção e tudo! Na época, todo mundo se apavorou, mas vamos fazer o quê? Eu sou daqueles “vamos esperar e torcer para que dê certo”. É o caso do Bolsonaro agora, temos que torcer, é ele o presidente agora. Pior do que está, não fica.<sup>349</sup>

A ausência da democracia e, mais uma vez, a aparente indiferença às restrições políticas acabam nos mostrando que, para AS, o cerceamento das liberdades e cidadania, ou projetos econômicos vistos pela memória coletiva como fracasso total (Plano Collor), não poderiam ser considerados ruins quando comparados ao contexto político atual: pós-impeachment de Dilma Rousseff, crise econômica do governo Temer, crescimento do discurso antipetista, prisão do ex-presidente Lula e a vitória de Jair Messias Bolsonaro à presidência do país. Para o entrevistado, o ideal seria a adaptação, aguardar e torcer para que a situação melhore, já que a população é impotente e indefesa frente aos acontecimentos políticos.

O ex-ferroviário UV também compartilha de uma memória que se afasta daquela de crítica hegemônica à ditadura:

Quando eu me aposentei, entrou o João Figueiredo para presidente. Estragou tudo. O que ele fez de bom? Nada! Fiquei desempregado, encareceu tudo, deu problema na faculdade [das filhas]... melhorei nada. E piorou ainda mais quando ele assinou a abertura, aí danou-se! O que veio de ladrão lá de fora para cá novamente.... ele assinou hoje e, no dia seguinte, já estavam aqui no Brasil. Estavam só esperando ele assinar. Quem foram os caras que fugiram para Europa? O Lula, o Brizola, uma porção deles aí! Considerados comunistas. O Lula era um safado, não valia nada. Brizola voltou só para ser governador. O Lula veio para aquela mamata de só fazer revolta, revolta... e acham que ele era Deus. Botaram ele aí, e tá aí... um ladrão sem vergonha! Não tem jeito, para mim não foi bom, os comunistas voltaram e fizeram pior<sup>350</sup>.

<sup>349</sup> Entrevista com AS, concedida à autora em 28 de maio de 2019. Jundiá: Paco, 2017, p. 17-19.

<sup>350</sup> Entrevista com UV, concedida em 29 de maio de 2017.

O governo Figueiredo é visto de forma negativa pelo aposentado, uma vez que iniciou o processo de abertura política e promulgou a Lei de Anistia em 1979, eventos que, para o ferroviário estariam diretamente associados a duas questões essenciais: à crise econômica, dificuldades em seu cotidiano, o retorno dos comunistas do exílio que subiram ao poder e “fizeram pior” que os militares. A própria crise política dos governos petistas e a prisão do ex-presidente Lula seriam a prova de como o fim da ditadura não trouxera benefícios para a sociedade.

Desta forma, podemos perceber como a memória individual é formada pela coexistência tensional e nem sempre pacífica de várias memórias, em permanente construção, devido a incessante mudança do presente em passado.<sup>351</sup> Os nexos da rememoração, assim como demonstra Fernando Catroga, são ditados por afinidades eletivas, determinando que cada presente construa a sua própria história não só em função da onticidade do que ocorreu, mas também das necessidades e lutas do presente.<sup>352</sup>

Ao partimos da análise de memórias individuais para a memória coletiva, podemos identificar como os indivíduos tendem a exercer um enquadramento, a controlar tensões e contradições entre a imagem oficial do passado e suas lembranças pessoais. Mais do que relatos factuais, a história de vida de um indivíduo também deve ser considerada um instrumento de reconstrução da identidade, revelando como a memória individual resulta da gestão de um equilíbrio precário, de um sem-número de contradições e tensões que não devem ser vistas como simples esquecimentos.<sup>353</sup>

Neste sentido, para compreender melhor as estratégias de adaptação e sobrevivência em um cotidiano marcado pelo autoritarismo e a ditadura, foi preciso refletir sobre a memória ambígua que os entrevistados construíram sobre aquele passado, bem como os embates da memória no presente. O processo de redemocratização controlado e negociado pelos militares, a ausência de punição contra os crimes praticados pelas diversas instâncias do Estado ditatorial, a lei de anistia que perdoou os torturadores e garantiu a ausência do revanchismo, bem como uma tardia Comissão Nacional da Verdade (e não da Justiça), também estão ligadas a memória coletiva construída no final dos anos 1970, que exalta os valores democráticos de nossa *vitimizada e resistente* sociedade, esquecendo e silenciado sobre as diversas formas de consenso à ditadura.

---

<sup>351</sup> CATROGA, Fernando. Memória, história e historiografia. Coimbra: Quarteto Editora, 2001, p. 16

<sup>352</sup> Ibidem, p. 22.

<sup>353</sup> POLLAK, Michael. Op. Cit., p. 13.

A valorização da resistência também contribuiu para o silêncio sobre a relação complexa e difusa construída entre sociedade e ditadura. Pensando sobre o objeto de estudo desta pesquisa, biografias sobre lideranças ferroviárias também estão marcadas por esses silêncios e esquecimentos. A biografia de Raphael Martinelli, escrita pelo jornalista Roberto Gicello Bastos, retrata a história de vida do líder sindical em paralelo a momentos chave da história política do Brasil. Na capa do livro, assim descreve o autor sobre o seu biografado: militante político, histórico líder sindical ferroviário, dirigente do CGT, ex-militante do PCB e um dos fundadores da Ação Libertadora Nacional, enfatizando a importância da trajetória de Martinelli não só para a classe ferroviária, como também para a política brasileira.

Na primeira parte do livro, Gicello resgata a origem italiana da família materna e paterna de Martinelli, descrevendo o local onde moravam, a organização política e social da região, a vida difícil que lavavam em diferentes regiões da Itália, e a necessidade de emigrar num contexto de crise política das guerras de unificação italiana. Desta maneira, o autor já evoca não só a origem materna e paterna do biografado, como também as noções de luta, justiça e resistência por melhores condições de vida em sua família, valores que norteariam a vida do ferroviário paulista. O altruísmo e obstinação por uma vida melhor para si e seus semelhantes acompanhariam “Lele” desde sua infância pobre, mas feliz, os natais na casa do tio rico quando ganhavam presentes sonhados, as primeiras peladas nos campinhos à margem do Tietê ou nos diversos empregos até chegar à vocação ferroviária.<sup>354</sup>

Além de analisar a relação entre a construção das ferrovias e a política brasileira, o autor também demonstra a importância e organização da classe ferroviária durante a Primeira República, a atuação do Partido Comunista nos sindicatos, e a entrada de Martinelli na ferrovia e no sindicalismo. Não cabe aqui analisarmos toda a história de vida de Martinelli, mas verificar de que maneira o autor apresenta os anos de ditadura civil-militar, e como descreve a relação estabelecida pelos trabalhadores ferroviários e a sociedade com o regime.

Os ferroviários são apresentados com destaque, uma categoria com “poder bastante peculiar e sabidamente estratégico no quadro político brasileiro”, devido a importância da ferrovia na economia do país. Além de conquistas salariais e de jornada de trabalho, a categoria também “saía na frente” com a sua organização em associações mutualistas, bem como na organização do movimento operário nas ferrovias e das principais greves do início do século XX, dando destaque às organizadas em São Paulo.

---

<sup>354</sup> BASTOS, Roberto Gicello. Estações de Ferro: Raphael Martinelli. S.I: s.n., 2013, p. 466.

Desta forma, seria natural a atuação do Partido Comunista nos sindicatos ferroviários, “por sua peculiaridade de estender-se, por si só, por diversas regiões, nas quais seus trabalhadores não só trabalhavam como viviam ao longo da malha de linhas de ferro.”<sup>355</sup> A organização dos ferroviários por empresa facilitaria o recrutamento para o partido, com a formação de núcleos em diversas estações da ferrovia, que formavam o comitê de empresa responsável pela ferrovia no papel de direção. Com isso, a atuação da categoria nas principais mobilizações políticas e trabalhistas dos anos 1950-60 aparecem como naturais à vanguarda ferroviária, mobilizada em sindicatos, no CGT, PUA e PCB, além da relação próxima ao presidente João Goulart, retratado como amigo de Martinelli.

O golpe de 1964 é analisado como uma manobra autoritária e golpista não apenas militar, mas planejada e iniciada pelo imperialismo norte-americano (sendo os EUA o centro decisório do golpe), bem como o conservadorismo das forças armadas e da classe média paulistana (como Hebe Camargo e suas senhorinhas católicas de boa família). O motivo para o golpe seriam as reformas de base propostas por Goulart, além do amplo apoio dado pelo proletariado à essas reformas, evidente na participação significativa que tiveram no comício da Central do Brasil em 13 de março. Destaca ainda a mobilização do CGT pelas reformas e a organização de diversos comícios para o mês de abril em apoio à Goulart.

O desfecho do golpe teria sido visto com surpresa tanto para Martinelli como para lideranças do PCB, uma vez que o líder ferroviário não acreditava, na época, que a situação caminharia para um golpe militar, já que “nosso líder, o ‘Velho’ [Prestes] que dizia ter as informações mais seguras” garantiu que “se os golpistas tentassem alguma coisa, teriam suas cabeças cortadas”, e o próprio João Goulart “acreditava incondicionalmente em seu esquema militar”<sup>356</sup>.

Para o autor, isto explicaria a ausência de mobilização dos trabalhadores contra o golpe: “sua maioria absoluta não entendia de revoluções nem de materialismo histórico-dialético”, embora soubessem inconscientemente do poder que tinham em suas mãos. No entanto, “o povo só queria (e ainda quer) ter direito a uma vida melhor – com ou sem greves, com ou sem os tanques nas ruas -, uma vida mais abrigada das desgraças cotidianas da pobreza (...)”,<sup>357</sup> perdendo do dia para a noite as suas legítimas lideranças e muitas esperanças. Neste sentido, o proletariado é retratado com impotente espectador que, a reboque dos acontecimentos,

---

<sup>355</sup> BASTOS, Roberto Gicello. Op. Cit., p. 95-96.

<sup>356</sup> BASTOS, Roberto Gicello. Op. Cit., p. 286-287.

<sup>357</sup> Ibidem, p. 288.

observava a democracia ser implodida pelos Estados Unidos, as direitas, a classe média e os militares. O povo não se identificava com aqueles acontecimentos, muito menos com o golpe.

A queda de João Goulart sem resistência da esquerda teria despertado o inconformismo de Raphael Martinelli que, por não concordar com o imobilismo do PCB frente ao golpe, organizou-se com outros militantes numa saída pela resistência armada. A identificação com a luta armada e a tentativa de fazer frente em São Paulo às decisões do Comissão Central do Partido levaram Martinelli e outros companheiros do setor ferroviário paulista a serem expulsos do partido, uma manobra de Luís Carlos Prestes para não perder o controle sobre o comitê central. A partir da expulsão, o ferroviário e seus companheiros integraram um grupo de dissidência que passaria a ser chamado de Ação Libertadora Nacional (ALN), presidido por Carlos Marighella.

O autor faz ainda uma apresentação geral do governo Castelo Branco, destacando as cassações com o Ato Institucional nº 1 e o controle ao movimento sindical, bem como retratando o posicionamento da juventude em 1968 (apresentada como essencialmente revolucionária) e os conflitos dos estudantes contra a ditadura e o governo Castelo Branco. Este contexto é analisado pelo autor com o objetivo de explicar a formação da ALN e o rompimento de diversos militantes com o Partido Comunista Brasileiro. No entanto, Gicello não apresentou como os trabalhadores ferroviários foram atingidos pela ditadura, nem qual o posicionamento da Rede Ferroviária Federal àqueles acontecimentos, se concentrando apenas em seu objeto de análise: a trajetória de Raphael Martinelli na clandestinidade e na luta armada.

O único momento em que volta a falar da ferrovia se dá no episódio do “Assalto ao Trem Pagador” de 1968, operação organizada por Martinelli e o setor ferroviário da ALN para realizar a expropriação do dinheiro de pagamento dos ferroviários da Santos-Jundiaí, que seria utilizado pelo grupo para a manutenção de aparelhos e operações da ALN. Gicello evoca um depoimento de Martinelli sobre o episódio e seu passado na luta armada, que realiza uma autocrítica não só pelo fato de a guerrilha ter se isolado, sem o apoio da população, como também a maneira pela qual os quadros da organização eram montados. De acordo com o ex-líder ferroviário, os jovens eram recrutados sem formação política e militar, entravam para a organização “como uma forma de manifestar seu repúdio, seu ódio às proibições mais imediatas e descabidas que lhes eram impostas no dia a dia do que por consciência político ideológica”<sup>358</sup>.

Para o autor, o fato da ALN ser uma organização composta em sua maioria por jovens - e não por trabalhadores – se explicaria por uma moral de classe: os códigos de ética do

---

<sup>358</sup> BASTOS, Roberto Gicello. Op. Cit., p. 345,

trabalhador comum não alcançavam a perspectiva dos atos da guerrilha como um fator de progresso da classe operária ou entendidos como atos revolucionários.<sup>359</sup> Neste sentido, o povo e o trabalhador não se identificavam com os valores da revolução catastrófica, apenas com valores democráticos.

Os anos de chumbo (1968-1974) são retratados de acordo com o contexto externo, passando pela Primavera de Praga, o movimento estudantil brasileiro, e as jornadas francesas de maio, terminando com a prisão de Martinelli pela Oban e a caçada aos membros da ALN durante o governo Médici. As inúmeras torturas sofridas no Dops (edifício onde anteriormente funcionavam armazéns e escritórios ferroviários), os anos de cárcere no presídio Tiradentes, bem como a visão dos filhos de Martinelli sobre o tempo em que o pai esteve no presídio são explorados pelo autor para retratar a barbárie dos anos do governo Médici.

O único momento em que a relação entre sociedade e ditadura volta a aparecer em cena foi em 1970, no contexto da copa do mundo:

o ano terminava e no Brasil muita gente ainda vivia embalada com a conquista do tricampeonato mundial de futebol, nos gramados do México, sem saber (ou querer saber) que havia nos mais improváveis edifícios públicos das grandes cidades do país pessoas sendo presas, torturadas e assassinadas<sup>360</sup>.

O jornalista apresenta os anos 1964-1974 através da ação do Estado: a repressão estatal, a retirada de direitos, o milagre econômico. Os únicos atores sociais em destaque são os grupos de esquerda armada, além do próprio biografado. A sociedade, como um todo, não aparece na análise de Gicello, ou seja, não estabelece relação alguma com a ditadura, as práticas sistemáticas de violação aos direitos humanos e tentativa de “aniquilação” da guerrilha urbana.

No entanto, a participação popular ganha destaque na análise sobre o governo Figueiredo devido ao início do processo de distensão política. Novamente, é resgatado o papel determinante dos Estados Unidos que, a partir da visita da primeira-dama de Jimmy Carter, pressionou o governo brasileiro ao fim da ditadura, a saída dos militares dos altos postos que ocupavam em empresas estatais como Petrobrás, e a privatização das indústrias e serviços bélicos estatais<sup>361</sup>. O povo também participou da pressão pela saída dos militares, vaiando e xingando o presidente João Figueiredo, pressionando pela anistia aos presos políticos e

---

<sup>359</sup> Ibidem, p. 351.

<sup>360</sup> Ibidem, p. 391.

<sup>361</sup> BASTOS, Roberto Gicello. Op. Cit., p. 413.

realizando manifestações populares por estarem descontentes não somente com a carestia, como também o poder militar<sup>362</sup>.

O autor também retratou o engajamento da sociedade civil pela anistia e o voto direto à presidência. Em sua visão, a população se organizava “em torno de novos projetos para avançar na direção do estado democrático de direito” e descartando “definitivamente” a luta armada. Neste sentido, a organização democrática, a volta dos exilados e a organização dos partidos políticos também possibilitavam a autocrítica de ex-dirigentes da Ação Libertadora Nacional. Em exílio no Chile, Rolando Fratti e Ricardo Zaratinni escreveram o texto “Documento da Tendência Leninista da ALN”, na tentativa de realizar uma análise da conjuntura nacional e internacional, além de criticaram “o total desligamento das massas dos diversos grupos armados que atuam no país”. Para os ex-dirigentes, esse afastamento não seria explicado pelo surto de desenvolvimento econômico vivido entre os anos 1960/70, mas pelo terror estatal desencadeado que atemorizava a massa e produzia um sentimento de revolta contra a ditadura.

Roberto Gicello tece duras críticas ao documento, afirmando que as massas não se afastaram da luta armada, uma vez que nunca estiveram próximas a ela, e no máximo uma minoria politizada poderia ter compreendido e apoiado discretamente a guerrilha urbana. Somado a isso, Gicello afirma que Fratti e Zaratinni subestimaram o papel do milagre econômico como “válvula de escape da fumaça negra”, assim como a capacidade de reação das massas ao terror estatal. Para o jornalista, “a maioria absoluta da população brasileira sequer sabia da existência dos porões de morte e tortura criados pelos donos do poder”<sup>363</sup>, evocando o exemplo do dramaturgo Nelson Rodrigues que duvidara da existência da tortura como prática estatal até que seu filho “Nelsinho” (militante do MR-8) o mostrou as torturas sofridas no DOI-CODI. Neste sentido, “se até Nelson Rodrigues estava convencido de que não se batia em preso político no Brasil pós-64, imagine o operário citadino e o distante lavrador”<sup>364</sup>.

A narrativa de Roberto Gicello Bastos a respeito do golpe militar e a ditadura se estrutura a partir de silêncios, não abordando as relações de identidade e diferentes formas de apoio de parte expressiva da sociedade com o regime. De acordo com o autor, o golpe fora orquestrado pelos EUA com o apoio dos militares e classes médias; as esquerdas teriam visto a ação golpista com surpresa; a massa trabalhadora era impotente e sem consciência política, necessitava ter uma formação político-ideológica para compreender a gravidade da situação e se preparar para a revolução.

---

<sup>362</sup> Ibidem, p. 419.

<sup>363</sup> BASTOS, Roberto Gicello. Op. Cit., p. 426.

<sup>364</sup> Idem.

A luta armada, por isso mesmo, se justifica: era necessário desmascarar a ditadura e conscientizar as massas do horror e barbárie do regime. No entanto, o isolamento da guerrilha seria evidente, pois a massa trabalhadora não se identificava com o método da esquerda armada, apenas prezava pela resistência democrática. Desta maneira, a ditadura ganha força e controle sobre a sociedade a partir da repressão e tortura. A consequência da violência estatal no cotidiano, embora atemorizasse a população, também era desconhecida: tudo aquilo se passava nos porões da ditadura, o que gerava o desconhecimento pela maioria da sociedade.

A memória apaziguadora demonstra como o esquecimento sobre a relação entre sociedade e ditadura foi essencial para a reafirmação de uma memória conciliadora, construída no processo de abertura política. De acordo com Denise Rollemberg, as esquerdas tiveram muita dificuldade em romper com explicações baseadas na repressão, manipulação e ignorância para justificar a permanência dos militares no poder por 21 anos. Valorizam o mito de uma sociedade comprometida com a democracia, além da imposição da ditadura pelos militares por meio da força, manipulação e censura. Constroem uma dualidade que se apresenta como eixo estrutural da memória coletiva da luta armada e o regime, que elenca de um lado, a ditadura e os crimes, e de outro, a sociedade que os *desconhecia*, deixando de lado as diferentes formas de apoio que marcaram as relações ambivalentes entre sociedade e ditadura<sup>365</sup>.

O estudo de caso dos ferroviários da EFCB nos mostra como indivíduos considerados anônimos, inseridos numa aparente normalidade, se apropriavam das situações e mudanças extremas e reproduziam, em seu cotidiano, as experiências, tornando-se sujeitos ativos, ajudando a escrever aquela história.<sup>366</sup> Desta forma, a memória ambivalente e difusa construída pelos ferroviários da EFCB nos mostra como as relações construídas entre trabalhadores e ditadura não podem ser facilmente compreendidas por meio de análises dualizantes, que dividem os trabalhadores entre pelegos e resistentes, manipulados ou colaboracionistas. Pelo contrário, demonstra a complexidade dos comportamentos sociais e das relações estabelecidas entre sociedade e ditadura.

Não se trata aqui de identificarmos qual o lado escolhido pelos trabalhadores ferroviários: se percebiam o governo Médici como anos de chumbo ou anos de ouro, se foram manipulados e neutralizados pela repressão de um Estado totalizador, ou se resistiram à ditadura militar. Pelo contrário, o esforço empreendido por essa pesquisa se encontra na tentativa de refletir sobre as

---

<sup>365</sup> ROLLEMBERG, Denise. Esquecimento das memórias. In: Joao Roberto Martins Filho. (Org.). O golpe de 1964 e o regime militar. 1ed.Sao Carlos: EdUFSCar, 2006, p. 90-91.

<sup>366</sup> Cf.: LUDTKE, Alf. What is the history of everyday and who are its practioners? In: Idem (org.). The History of Everyday Life. Princeton: Princeton Univ. Press, 1995.

relações complexas estabelecidas entre a sociedade e a ditadura, rompendo com “as noções de opressão/oprimidos, coerção-todo-poderosa, propaganda-manipuladora-sedutora, Estados versus sociedade”<sup>367</sup>, buscando refletir sobre a ambivalência dos comportamentos sociais, o pensar duplo “que aparece como uma maneira de contornar uma realidade que se tornou insuportável, como uma resposta de circunstância a uma situação de exceção.”<sup>368</sup>

Devemos levar em consideração na análise sobre a ditadura militar, a participação de amplos setores da sociedade civil, identificando as diversas bases de apoio social que possibilitaram a permanência dos militares no poder durante 21 anos, deixando de lado explicações simplistas que reduzem os indivíduos a mero espectadores impotentes, ou vítimas manipuladas e cegas aos acontecimentos. Setores considerados da elite intelectual também construíram relações heterogêneas e não lineares com o regime. Instituições como a Associação Brasileira de Imprensa, a Ordem dos Advogados do Brasil e a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, embora sejam identificadas na memória coletiva como fortalezas no embate contra o regime militar e pela reconstrução da democracia, apresentam em sua trajetória ambivalências. De acordo com Denise Rollemberg, tanto a OAB e CNBB apoiaram o golpe civil-militar em 1964, enquanto a ABI, embora não tenha apoiado formalmente o golpe, demonstra em sua trajetória contradições e embates internos na sua relação com o regime: defendendo por um lado a luta corporativa em defesa da liberdade de imprensa, ao mesmo tempo que prestava homenagens a lideranças do governo e se omitia na denúncia de assuntos específicos<sup>369</sup>.

Além de jornalistas, os diretores, vice-reitores e professores universitários também desempenharam papéis diversos, resistindo, aderindo ou se acomodando diante da política de modernização autoritária implementada pelo regime. Rodrigo Patto Sá Motta demonstrou como as atitudes da comunidade universitária em relação ao Estado ditatorial não eram simples e lineares, e que o combate aos focos de subversão e a instituição de uma pauta repressora

---

<sup>367</sup> ROLLEMBERG, Denise. QUADRAT, Samantha. (orgs). A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Europa. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 15

<sup>368</sup> LABORIE, Pierre. 1940-1944: os franceses do pensar duplo. In: ROLLEMBERG, Denise. QUADRAT, Samantha. (orgs). A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Europa. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 40

<sup>369</sup> Ver: ROLLEMBERG, Denise. As trincheiras da memória. A associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974). In: ROLLEMBERG, Denise. QUADRAT, Samantha. (orgs). A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Volume 2: Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

poderiam ser, para este grupo, a oportunidade de se livrarem de adversários e concorrentes nas universidades.<sup>370</sup>

Neste sentido, não foram apenas as mulheres conservadoras da CAMDE, parte dos bispos da Igreja Católica ou segmentos da elite intelectual - como jornalistas e professores universitários - que se adaptaram à instauração de um regime autoritário, justificaram a existência da tortura como política de Estado, ou conviveram de forma pacífica com a esfera de vigilância e repressão. Por mais que nos anos da redemocratização tenha predominado na memória social o mito da resistência civil ao golpe e a ditadura - bem como a predominância de pesquisas acadêmicas sobre a resistência de militantes de esquerda oriundos do movimento estudantil, intelectuais e artistas - tentei demonstrar ao longo desta pesquisa como parte dos trabalhadores ferroviários construíram uma memória da vítima inocente e resistente, e reproduziram em seu cotidiano valores caros à ditadura.

Os ferroviários foram uma das categorias de maior importância nas mobilizações sindicais e políticas entre os anos 1950 e 1960. No entanto, não devemos identificar essa classe enquanto um bloco homogêneo. Os ferroviários possuíam diversas formas de organização e atuação, marcadas pelas disputas político-ideológicas da época, reunindo não apenas associações e sindicatos ligados ao PCB, como associações de bandeira anticomunista que se organizaram, igualmente, participando das mobilizações ao longo do governo João Goulart e no golpe de 1964. Os ferroviários se organizaram de maneira diversa, evidenciando a formação de culturas e identidades que estão ligadas diretamente à maneira como se adaptaram e construíram memórias sobre a ditadura.

A reação do regime à expressiva organização e atuação da categoria nos anos 1960 se deu através da intervenção militar na Rede Ferroviária Federal, iniciando a construção de mecanismos de controle e repressão aos trabalhadores ferroviários com a intervenção em sindicatos, a prisão de lideranças e a instituição de inquéritos policiais militares. O cotidiano de trabalho foi alterado tanto pelas medidas econômicas implementadas, como pela esfera policialesca e repressora do regime. Através da atuação dos Setores de Segurança e Informação espalhados pelas ferrovias e suas subsidiárias, a ditadura e a RFFSA monitoravam não somente possíveis atos de subversão contra a segurança nacional, mas o comportamento dos ferroviários no dia a dia de trabalho.

A esfera repressora e policialesca levou os trabalhadores a criarem mecanismos específicos para se adaptarem e sobreviverem àquele contexto de exceção: o enquadramento a

---

<sup>370</sup> Cf.: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

uma cultura da normalidade. A prática das denúncias contra possíveis desavenças, o enquadramento à uma ética moral de trabalho presada pelo regime, assim como a auto-representação como trabalhadores comuns, revelaram um aspecto importante da maneira como esses ferroviários reagiram e se adaptaram às mudanças em seu cotidiano:

Ser comum era engajar-se em uma estratégia cultural e específica de sobrevivência. Uma resposta criativa às rápidas e perturbadoras transformações históricas, essa forma de comportamento foi característica moderna, mais que especificamente alemã, um hábito de vida diário.<sup>371</sup>

Ao se adaptarem aquela realidade coercitiva, eles também se diferenciavam do perfil criado pela ditadura para enquadrar os subversivos, reproduzindo em sua vida cotidiana os valores prezados pelo regime.

O aumento sistemático da repressão durante o governo Médici também contribuiu para a alteração do cotidiano do trabalhador ferroviário, ao implementar medidas autoritárias e conservadoras na economia, intensificando a crise do setor, aumentando a carestia e dificuldades para a categoria. Mesmo com uma atmosfera de euforia social promovida pelos anos de ouro do milagre econômico, vimos as principais reivindicações da classe ferroviária ao lutarem por seus direitos da Justiça do Trabalho, bem como as principais estratégias utilizadas por parte dos trabalhadores para se adaptarem àqueles anos de exceção.

No entanto, a análise sobre esse período de crise, repressão e euforia social com o milagre econômico também evidenciou a complexidade dos comportamentos sociais. O silêncio e o esquecimento sobre a violência e a tortura no governo Médici demonstraram como esses trabalhadores se relacionaram e adaptaram ao período de maior ação repressora da ditadura, constatando como a memória construída pelos ferroviários é marcada por ambivalências.

Pensar como os trabalhadores ferroviários agiram e reagiram às alterações impostas pelo regime em seu cotidiano, e de que maneira se relacionam com o passado ditatorial, evidencia a complexidade e ambivalência das bases sociais da ditadura civil-militar. Buscando se enquadrar numa memória coletiva nacional que valoriza a democracia e resistência, também se faz presente na lembrança desses trabalhadores uma memória periférica e marginal, marcada por esquecimentos e silêncios que enquadram os ferroviários como trabalhadores comuns, impotentes e indiferentes aos acontecimentos, mas que, na realidade, consentiam de diversas maneiras com o regime e suas práticas.

---

<sup>371</sup> BERGERSON, Andrew Stuart. Op. Cit., p. 6.

## Fontes

- **Acórdãos TRT 1ª Região - Centro de Memória do Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro.**

TRT 1ª Região, Acórdão nº 213/68, Rel. Juiz Álvaro de Sá Filho, 30 de jan. 1968.

TRT 1ª Região, 3ª T., Acórdão nº 114/68, Rel. Juiz Cesar Pires Chaves. RJ, 4 set. 1968.

TRT 1ª Região, Acórdão nº 76/67, Rel. Juiz Geraldo Octávio Guimarães. RJ, 9 jan. 1968.

TRT 1ª Região, Acórdão nº 53/68, Rel. Juiz José Joel Salgado Bastos. RJ, 10 de jan. 1968

- **Audiovisual**

História de um Maquinista. Direção: Jean Manzon. Produção: Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES). Brasil: IPES, 1960. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5uLTuaF5NDI&list=UURtaVZTb3eHqDS9bW-16Sbg&index=36> >.

- **Autos Processuais - Arquivo Permanente do Tribunal Regional do Trabalho 1ª Região.**

TRT 1ª Região, Processo nº 1078/73.

- **Fontes Orais**

Entrevista com AS, concedida à autora em 28 de maio de 2019.

Entrevista com EC, concedida à autora em 06 de abril de 2018.

Entrevista com EL, concedida à autora em 21 de dezembro de 2018.

Entrevista com IV, concedida à autora em 07 de maio de 2017.

Entrevista com MI, concedida à autora em 21 de novembro de 2018.

Entrevista com Pedro Ricardo de Oliveira, concedida à autora em 22 de julho de 2019.

Entrevista com SJ, concedida à autora em 18 de dezembro de 2018.

Entrevista com UV, concedida à autora em 29 de maio de 2017.

- **Fundos documentais**

COMISSÃO GERAL DE INQUÉRITO POLICIAL MILITAR, Arquivo Nacional.

COMISSÃO GERAL DE INVESTIGAÇÕES, Arquivo Nacional.

COMISSÃO DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS, Arquivo Nacional.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, Arquivo Nacional.

REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S. A., Arquivo Nacional.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES, Arquivo Nacional.

DIVISÃO DE POLÍCIA POLÍTICA E SOCIAL - DPS, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

POLÍCIAS POLÍTICAS DO RIO DE JANEIRO – POL, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

- **Imprensa**

Jornal *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 13 de março de 1964. Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.

*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 9 de maio de 1958, n. 105. Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.

Jornal *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 18 de maio de 1958, Edição 02416. Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.

Jornal *O Globo*. Rio de Janeiro, 13 de março de 1964. Acervo Digital O Globo.

### **Referências Bibliográficas**

ÁGUILA, Gabriela. Estudiar la represión: entre la historia, la memoria y la justicia. Problemas de conceptualización y método. In: FLIER, Patricia. (comp.) Dilemas, apuestas y reflexiones teórico-metodológicas para los abordajes em Historia Reciente. La Plata: Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. (Estudios-Investigaciones; 52), 2015.

ALMEIDA, Nilton Melo. Os ferroviários na cartografia de Fortaleza: rebeldes pelos caminhos de ferro. 2009. 307 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Ceará, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza-CE, 2009.

BASTOS, Roberto Gicello. Estações de Ferro: Raphael Martinelli. [S.I: s.n.], 2013.

BATALHA, Claudio H. M. Vida associativa: por uma nova abordagem da história institucional nos estudos do movimento operário. Anos 90, Porto Alegre, n. 8, dezembro de 1997.

\_\_\_\_\_. O movimento operário na Primeira República. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2000.

\_\_\_\_. Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República. In:\_\_\_\_. SILVA, Fernando Teixeira da. FORTES, Alexandre. Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado. São Paulo: Editora da Unicamp, 2004.

\_\_\_\_. A geografia associativa: associações operárias, protesto e espaço urbano no Rio de Janeiro da Primeira República. In: AZEVEDO, Eliene. [et al.] Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX. São Paulo: Editora da Unicamp, 2009.

\_\_\_\_. Relançando o debate sobre o mutualismo no Brasil: as relações entre corporações, irmandades, sociedades mutualistas de trabalhadores e sindicatos à luz da produção recente. Revista Mundos do Trabalho, vol. 2, n. 4, agosto-dezembro de 2010, p. 12-22.

BAUER, Caroline Silveira. Como será o passado? História, historiadores e a Comissão Nacional da Verdade. Jundiaí: Paco, 2017.

\_\_\_\_. La ditadura cívico-militar brasileña em los discursos de Jair Bolsonaro: usos del pasado y negacionismo. Relaciones Internacionales, n. 57, 2019, p. 37-51.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. O Governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política (1956-1961). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

BERGERSON, Andrew Stuart. Ordinary Germans in extraordinary times. The Nazi revolution in Hildesheim. Bloomington: Indiana University Press, 2004.

BERNI, Antonio Augusto Durgante. Fim do pragmatismo: as relações entre Estado e os ferroviários em Santa Maria/RS durante o primeiro período da ditadura civil-militar no Brasil. (1964-1968). 2012. 131 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Centro Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs). O Brasil Republicano, v. 4. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade – Relatório. Vol. III - Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: CNV, 2014.

BRANCO, Humberto Castelo. “01/05/1965 no parque industrial da Usiminas em Ipatinga na solenidade do Dia do Trabalho”. Biblioteca Presidência da República.

CALVEIRO, Pilar. Poder e desaparecimento. Os campos de concentração na Argentina. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. “Estranhas catedrais”. As empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar 1964-1985. Niterói: Eduff, 2015.

CARDENUTO, Reinaldo. O golpe no cinema: Jean Manzon à sombra do Ipês. In: MORETTIN, E.; NAPOLITANO, M.; KORNIS, M. (orgs.) História e documentário. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

CASTELLUCI, Aldrin A. S. O associativismo mutualista na formação da classe operária em Salvador (1832-1930). In: CORD, Marcelo Mac. BATALHA, Claudio H. M. (orgs.) Organizar e proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX). São Paulo: Editora da Unicamp, 2014.

CATROGA, Fernando. Memória, história e historiografia. Coimbra: Quarteto Editora, 2001.

CORDEIRO, Janaina Martins. Direitas em movimento: a Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

\_\_\_\_\_. A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

\_\_\_\_\_. MAGALHÃES, Livia Gonçalves. Por uma história do cotidiano dos regimes autoritários no século XX. Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 243, maio-ago. 2017.

\_\_\_\_\_. “A experiência histórica das gentes – uma entrevista sobre o franquismo, com Antonio Cazorla Sánchez”. In: Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 495, maio-ago. 2017.

\_\_\_\_\_. Milagre, ordem e progresso: naturalização da violência e crescimento econômico em tempos de ditadura. In: CARVALHO, K. A.; CORDEIRO, J. M.; SOUZA, C. M. O país do futuro: modernidade, modernização e imaginário coletivo no Brasil Republicano. Curitiba: Editora Prismas, 2018.

\_\_\_\_\_. Delações e vida cotidiana no Brasil durante a ditadura-civil militar. Locus: Revista de história, Juiz de Fora, v. 25, n. 2, p. 223-238, 2019.

CORRÊA, Larissa Rosa. FONTES, Paulo Roberto Ribeiro. As falas de Jerônimo: trabalhadores, sindicatos e a historiografia da ditadura militar brasileira. Anos 90, Porto Alegre, v. 23, n. 43, p. 129-151, jul. 2016.

\_\_\_\_\_. A tessitura dos direitos: patrões e empregados na Justiça do Trabalho (1953-1964). São Paulo: LTr, 2011.

CORRÊA, Marcos. O discurso golpista nos documentários de Jean Manzon para o IPÊS (1962/1963). 2005. 290 fls. Dissertação (Mestrado em Multimeios), Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

COSTA, Isabel Jovita Rodrigues da. Ombro a ombro: ferroviários e camponeses na luta por direitos em Cachoeiras de Macacu (1954-1964). 2015. 135f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil (1961-1964). Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1986.

DREIFUSS, René Armand. 1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1981.

FERREIRA, Diego Vales Deslandes. O Horto sobre trilhos: mobilizações e modos de vida de trabalhadores ferroviários em um bairro belo horizontino. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belo Horizonte, 2011.

FERREIRA, Jorge (org.) O populismo e sua história: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

FICO, Carlos. Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

\_\_\_\_\_. “Prezada Censura”: cartas ao regime militar. Topoi, Rio de Janeiro, dezembro 2002, pp. 251-286.

\_\_\_\_\_. O golpe de 1964: momentos decisivos. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FIGUEIREDO, B. G. (Org.) Batistinha: o combatente dos trilhos. Rio de Janeiro: Centro de Memória Ferroviária/AMORJ, 1994.

FINGER, Anna Eliza. Um século de Estradas de Ferro: arquitetura das ferrovias no Brasil entre 1852 e 1957. 2013. 466 fls. Tese. (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília.

FITZPATRICK, Sheila. GELLATELY, Robert. Accusatory practices: denunciation in modern european history, 1789-1989. Chicago: The University of Chicago Press, 1997.

FRACCARO, Gláucia Cristina Candian. Morigerados e revoltados: trabalho e organização de ferroviários da Central do Brasil e da Leopoldina (1889-1920). 2008. 134 fls. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

FREDERICO, Celso (org.). A esquerda e o movimento operário (1964-1984). v. 1. São Paulo: Editora Novos Rumos, 1987.

FRIDERICH, Lidiane Elizabete. Saindo dos trilhos: os ferroviários riograndinos durante a ditadura civil-militar (1960-1970). 2013. 188 fls. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

\_\_\_\_\_. GANDRA, Edgar A. Trabalho e repressão: memórias de um ferroviário sobre a ditadura civil-militar de 1964. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: v. 4, n. 8, dezembro de 2012.

GELLATELY, Robert. *Apoiando Hitler: consentimento e coerção na Alemanha Nazista*. Rio de Janeiro: Record, 2011.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

\_\_\_\_\_. SILVA, Fernando Teixeira da. *A Justiça do Trabalho e sua história: os direitos dos trabalhadores no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

GROPPO, Bruno. O mito da sociedade como vítima: as sociedades pós-ditatoriais em face de seu passado na Europa e na América Latina. In: QUADRAT, Samantha. ROLLEMBERG, Denise. *História e memória das ditaduras no século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p. 39-56.

HOBSBAWM, Eric J. *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre História Operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

JOFFILY, Mariana. O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento. In: REIS FILHO, D.; MOTTA, R.; RIDENTI, M. (orgs.) *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

LABORIE, Pierre. *Les français des années troubles: de la guerre d'Espagne à la liberation*. Paris: Seuil, 2003.

\_\_\_\_\_. 1940-1944: os franceses do pensar duplo. In: ROLLEMBERG, Denise. QUADRAT, Samantha. (orgs.) *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. Europa. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

LÜDTKE, Alf. What is the history of everyday life and who are it's practioners? In: LÜDTKE, Alf. TEMPLER, William. *The history of everyday life: reconstructing historical experiences and ways of life*. Princeton: Princeton University Press, 1995.

MAGALHÃES, Livia Gonçalves. *Com a taça nas mãos: sociedade, Copa do Mundo e ditadura no Brasil e na Argentina*. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, 2014.

MATTOS, Marcelo Badaró. [et alii] *Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca (1945-1964)*. Rio de Janeiro: APERJ/FAPERJ, 2003.

\_\_\_\_\_. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

MÉDICI, Emilio Garrastazu. “Os anônimos construtores”. Mensagem do Presidente Médici aos trabalhadores, lida pelo Ministro Júlio Barata, do Trabalho e Previdência Social, a 1º de maio de 1973. Brasília: Biblioteca da Presidência da República.

MOREIRA, Maria de Fátima Salum. Ferroviários, trabalho e poder. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

MOURA, Fabrício Renner de. Avante, vamos para a luta: cotidiano e militância dos trabalhadores ferroviários da cidade de Cruz Alta (1958-1964). 2007. 142 f. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.

\_\_\_\_\_. As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NAGASAVA, Heliene. O sindicato que a ditadura queria: o Ministério do Trabalho no governo Castelo Branco (1964-1967). Jundiaí: Pacto Editorial, 2018.

NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. Antíteses, v. 8, n. 15esp, nov. 2015, p. 09-45.

NEGRO, Antonio Luigi. Linhas de Montagem: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores (1945-1978). São Paulo: Boitempo, 2004.

OLIVEIRA, Raphael. Otimismo em tempo de repressão: a publicidade inspirada na propaganda do governo Médici. 2014. 155 f. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

PASSERINI, Luisa. Fascism in Popular Memory: the cultural experience of the Turin Working Class. New York: Cambridge University, 1987.

PETUBA, Rosângela M. S. Elite operária ou trabalhadores em luta? Experiências ferroviárias na cidade de Ponta Grossa – PR (1950-1970). Revista Mundos do Trabalho. São Paulo, vol. 4, n. 7, janeiro-junho de 2012.

PAULA, Dilma Andrade de. Fim de linha: a extinção de ramais da Estrada de Ferro Leopoldina. 2000. 347f. Tese (Doutoramento em História), Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

PRADO, Luiz Carmo Delorme. EARP, Fábio Sá. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs). O Brasil Republicano, v. 4. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS, Daniel Aarão. RIDENTI, Marcelo. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004). Bauru, SP: Edusc, 2004.

\_\_\_\_. A revolução e o socialismo em Cuba: ditadura revolucionária e construção do consenso. In: ROLLEMBERG, Denise. QUADRAT, Samantha Viz. A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento. v. 2: Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, nota 20, p. 387.

\_\_\_\_. Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

ROBERTINI, Camilo. “Laburar y cumplir” el disciplinamiento de la clase trabajadora durante la última dictadura militar argentina. Iberoamérica Social: revista red de estudios sociales, número especial Vol. 1, 2016.

RODRIGUEZ, Helio Suêvo. A formação das estradas de ferro do Rio de Janeiro: o resgate da sua memória. Rio de Janeiro: Sociedade de Pesquisa para Memória do Trem, 2004.

ROLLEMBERG, Denise. A ditadura civil-militar em tempo de radicalizações e barbárie. 1968-1974. In: Francisco Carlos Palomanes Martinho. (Org.). Democracia e ditadura no Brasil. 1ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006, p. 141-152.

\_\_\_\_. Esquecimento das memórias. In: Joao Roberto Martins Filho. (Org.). O golpe de 1964 e o regime militar. 1ed. Sao Carlos: EdUFSCar, 2006, v. 1, p. 81-91.

\_\_\_\_. As trincheiras da memória. A associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974). In: ROLLEMBERG, Denise. QUADRAT, Samantha Viz. (orgs). A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Volume 2: Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

\_\_\_\_. QUADRAT, Samantha. (orgs). A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Europa. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

\_\_\_\_. Resistência: memória da ocupação nazista na França e na Itália. São Paulo: Alameda, 2016.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. AMADO, Janaina. (orgs.) Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 93-101.

SANI, Giacomo. Consenso. In: BOBBIO, Norberto. MATTEUCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. v. 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

SANTANA, Marco Aurélio. Um sujeito ocultado: trabalhadores e regime militar no Brasil. Em Pauta, Rio de Janeiro, n. 33, v. 12.

\_\_\_\_. Ditadura militar e resistência operária: o movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática. Política & Sociedade, n. 13, p. 281, out. 2008.

SÁNCHEZ, Antonio Cazorla. Fear and progress: ordinary lives in Franco's Spain 1939-1975. Oxford: Blackwell-Wiley, 2009.

SARLO, Beatriz. Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SAVAGE, Mike. Espaço, redes e formação de classe. Revista Mundos do Trabalho, vol. 3, n. 5, janeiro-junho de 2011, p. 06-33.

SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. Corpos para o capital: acidentes de trabalho, prevençionismo e reabilitação profissional durante a ditadura militar brasileira (1964-1985). Jundiaí [SP]: Paco Editorial, 2019.

SILVA, Claudiane Torres. Justiça do Trabalho e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985): atuação e memória. 2010. 123 fls. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

SILVA, Fernando Teixeira da. NEGRO, Antonio Luigi. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). O Brasil republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v.3.

\_\_\_\_. Trabalhadores no tribunal: conflitos e justiça do trabalho em São Paulo no contexto do golpe de 1964. São Paulo: Alameda, 2019, 2ª ed.

THOMPSON, E. P. Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

TAVARES, Maria Hermínia de Almeida; WEIZ, Luiz. Carro zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Vol. 4.